



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOAMBIENTAIS
Programa de Pós-Graduação em Geografia

STÉFANNY DA CRUZ NÓBREGA

**Gênero, Agroecologia e relação Cidade-Campo: políticas públicas e
construção da Soberania Alimentar em Goiás**

GOIÂNIA

2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

Stéfanny da Cruz Nóbrega

3. Título do trabalho

Gênero, agroecologia e relação cidade-campo: políticas públicas e construção da soberania alimentar em Goiás

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Stéfanny Da Cruz Nobrega, Discente**, em 18/12/2022, às 16:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lara Cristine Gomes Ferreira, Geógrafo**, em 19/12/2022, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3409901** e o código CRC **2E1E1D5B**.

STÉFANNY DA CRUZ NÓBREGA

Gênero, Agroecologia e relação Cidade-Campo: políticas públicas e construção da Soberania Alimentar em Goiás

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás como requisito para a obtenção de grau de Mestra em Geografia.

Área de Concentração: Natureza e Produção do Espaço.

Linha de Pesquisa: Dinâmica Socioespacial.

Orientador: Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira

Coorientadora: Dra. Lara Cristine Gomes Ferreira.

GOIÂNIA

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Nóbrega, Stefanny da Cruz

Gênero, Agroecologia e relação Cidade-Campo [manuscrito] : políticas públicas e construção da Soberania Alimentar em Goiás / Stefanny da Cruz Nóbrega. - 2022.
255 f.

Orientador: Prof. Dr. Adriano Rodrigues Oliveira; co-orientadora Dra. Lara Cristine Gomes Ferreira.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2022.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. divisão sexual do trabalho. 2. agroextrativistas. 3. socioagrodiversidade. 4. território camponês. I. Oliveira, Adriano Rodrigues, orient. II. Título.

CDU 911.37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **115/2022** da sessão de Defesa de Dissertação **Stéfanny da Cruz Nóbrega**, que confere o título de Mestra em **Geografia**, na área de concentração em **Natureza e Produção do Espaço**.

Aos **vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois**, a partir das **14 horas**, por meio de videoconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “Gênero, agroecologia e relação cidade-campo: políticas públicas e construção da soberania alimentar em Goiás”. Os trabalhos foram instalados pela Coorientadora, Doutora **Lara Cristine Gomes Ferreira (IESA/UFV)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **María Franco García (UFPB)**, membro titular externo; Professora Doutora **Fabiana Thomé Da Cruz (EA/UFV)**, membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Doutora **Lara Cristine Gomes Ferreira**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata, que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora aos **vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Lara Cristine Gomes Ferreira, Geógrafo**, em 22/11/2022, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Thome Da Cruz, Professora do Magistério Superior**, em 23/11/2022, às 13:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Franco Garcia, Usuário Externo**, em 29/11/2022, às 08:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufv.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3346443** e o código CRC **E5E77C01**.

COMPOSIÇÃO DA BANCA DE DEFESA DA DISSERTAÇÃO

PROF. DR. ADRIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA

(PPGeo/IESA/UFG)

Orientador

DRA. LARA CRISTINE GOMES FERREIRA

(LABOTER/IESA/UFG)

Coorientadora

PROF. DRA. MARÍA FRANCO GARCÍA

(PPGG/CCEN/UFPB)

Membro Externo

PROF. DRA. FABIANA THOMÉ DA CRUZ

(PPGAgro/EA/UFG)

Membro Externo

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a todas as mulheres do campo e da cidade, protagonistas deste projeto para nosso bem viver coletivo, que é a Agroecologia. Realço o processo de conhecer, vivenciar e se relacionar com estas mulheres, que é, de fato, muito enriquecedor, especialmente para minha trajetória pessoal. Sou, hoje, uma pessoa abastada do Esperançar, reflexo desses espíritos de luz que me tocam.

Da mesma forma, agradeço aos movimentos sociais de luta pela terra e comida, os quais deposito muito respeito: CPT, MMC, MST, MCP, entre outros. Além de todas aquelas pessoas que, em rede, contribuíram para minha formação no âmbito da Agroecologia, destaco: Professor Wilson Mozena e o Grupo de Manejo Agroecológico dos Solos - Gemas/EA/UFG, Centro de Desenvolvimento em Agroecologia – CDA/EA/UFG, Grupo Arreia e minha amiga Mariana Pontes, Rede de Grupos de Agroecologia - Rega Brasil, bem como a oportunidade de integrar a equipe descentralizada de organização da Feira Interinstitucional Agroecológica, cujo agradecimento especial deposito a querida Ariandeny Furtado.

Agradeço, sobretudo, a oportunidade de desenvolver esta pesquisa com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. Diante de uma associação de crises político-econômico-ambiental-sanitária, o privilégio de ser bolsista garantiu a execução desta pesquisa, tão relevante por reconhecer e valorizar a trajetória de luta das mulheres camponesas.

Além disso, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e ao Instituto de Estudos Socioambientais, referências na formação de profissionais críticos e atuantes na transformação desta sociedade. Um agradecimento especial ao Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais, em particular as pessoas que seguraram nas minhas mãos, conduzindo esta minha caminhada: Lara Cristine e Adriano Oliveira, meus orientadores e amigos; Maria Geralda de Almeida, sinto saudades. Anna Caroline, Ângela Maria e Decssy Cuspoca, obrigada pela parceria nos Trabalhos de Campo. E, Dinalva Ribeiro, agradeço toda a contribuição que me possibilitou a partir de leitura cuidadosa para minha qualificação.

Também não poderia deixar de mencionar e agradecer as companheiras e companheiros de trabalho do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT. Múria, Lira, Nara, Fabiana, Gustavo, Tales, Italo e Flávio, obrigada pelas fervorosas conversas e debates militantes, que nestes 2 anos me acrescentam sobremaneira.

Por fim, mas não menos importante, agradeço toda a base estrutural em minha vida, minha família. Ao meu pai, Getúlio, agradeço por todo esforço em criar os filhos, dando o suporte

inicial para que eu estivesse aqui hoje. À minha vizinha, Terezinha, por me conduzir no gosto pelas plantinhas e no cuidado com a vida. Agradeço ao meu marido e companheiro, Rafael Quirino, pelo Lar e pelo incentivo, e à sua família, em especial minha sogra Luciana, pela acolhida. Sentir-me amada foi, também, muito importante neste processo.

Em memória de minhas queridas e inspiradoras Maria Geralda de Almeida e Tia Carmelia.

RESUMO

A pesquisa possui como centralidade a compreensão do protagonismo das mulheres camponesas na produção de alimentos saudáveis e as repercussões de seu trabalho para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional da família camponesa, assim como para o horizonte de construção da Soberania Alimentar a partir da relação cidade-campo. Para tanto, as principais etapas metodológicas da pesquisa são: 1) levantamento teórico sobre os temas, conceitos e categorias: Campesinato, Agroecologia, Circuitos Curtos de Comercialização, Território, Trabalho, Gênero e Políticas Públicas; 2) levantamento de dados estatísticos, tendo como principais fontes: Ipea, IBGE, CPT, Dieese, FNDE, Mapa e Conab; 3) trabalhos de campo: nos municípios de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Silvânia, Vianópolis, Campestre de Goiás, Palmeiras de Goiás e Guapó. Assim, a pesquisa estruturou-se a partir do recorte espacial de 10 experiências protagonizadas por mulheres articuladas em redes agroecológicas em Goiás, as quais nos receberam em seus territórios para rodas de conversas e caminhadas transversais. A categoria de análise Território foi adotada como central, por estas experiências representarem, na prática, a resistência à territorialização do agronegócio, de modo que estão imersos em conflitos diversos. Adotamos, também, a categoria de análise Gênero, diante da necessidade de compreender as mulheres como sujeitos políticos, situadas em contexto de opressão, exploração e que têm seus trabalhos invisibilizados. A busca por instrumentos de registro da presença das mulheres no Censo Agropecuário é recente, e a ausência de dados se reflete na ausência de Políticas Públicas que atenda às demandas específicas. Diante disso, a pesquisa compreendeu que estas mulheres protagonizam um processo de transição agroecológica que gera efeitos para a autodeterminação feminina, para a permanência das famílias na terra e para o acesso a alimentos saudáveis na cidade. No entanto, este processo vem resistindo por meio de redes solidárias e autônomas, diante de um contexto de desmonte neoliberal. A pesquisa apresenta os desafios enfrentados e realiza apontamentos para a formulação de Políticas Públicas emancipatórias.

Palavras-chave: divisão sexual do trabalho; agroextrativistas; socioagrobiodiversidade; território camponês.

ABSTRACT

This dissertation deals with the role of peasant women in the production of men's food and the repercussions of their work to guarantee the Food and Nutritional Security of the peasant family, as well as the horizon of construction of Food Sovereignty from the city-countryside relationship. To this end, the main methodological steps of the research are: 1) the survey on the themes, concepts and categories: Peasantry, Agroecology, Short Circuits of Commercialization, Territory, Work, Gender and Public Policies; 2) survey of statistical data, having as main sources: Ipea, IBGE, CPT, Diee, Mapa and Conab; 3) field work: in the municipalities of Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Silvânia, Vianópolis, Campestre de Goiás, Palmeiras de Goiás and Guapó. Thus, the research was structured from the spatial clipping of 10 experiences carried out by women in agroecological networks in Goiás, which welcomed us into their territories for conversations and transversal walks. The Territory analysis category was developed as central, for these experiences represented, in practice, the resistance to the territorialization of agribusiness, so that they are located in different conflicts. We also adopted a category of analysis, given the need to understand how women as political subjects, located in a context of pressure, exploitation and whose work is made invisible. The search for instruments to record the presence of women in the Agricultural Census is recent, and the absence of data reflects the absence of public policies that meet specific demands. In view of this, the research understood that women are the protagonists of an agroecological transition process that generates effects for female self-determination, for the permanence of families on the land and for access to men in the city. However, the process has resisted in the midst of solid networks and neoliberal contexts, in the face of a dismantling context. A presents the challenges and conducts public research for policy formulation.

Keywords: sexual division of labor; agroextractivists; socioagrobiodiversity; peasant territory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: A construção histórica da Questão Agrária no Brasil.....	28
Figura 2: Dimensões da Agroecologia enquanto projeto	49
Figura 3: Estabelecimentos da Agricultura Familiar e Não Familiar na RMG.....	73
Figura 4: Mapa de Localização dos Territórios das Mulheres Camponesas que constroem estratégias de CCC em Goiânia.....	85
Figura 5: Principais violências sofridas por mulheres de comunidades tradicionais na defesa de seus territórios, 2011 – 2021.....	121
Figura 6: Repetição dos desafios enfrentados por mulheres camponesas em seus trabalhos apenas por serem mulheres.....	123
Figura 7: Trajetória de Luta das Mulheres Camponesas no Brasil.....	154
Figura 8: Roça na propriedade de Senhora W.B na Comunidade João de Deus.....	175
Figura 9: Queijos e panificados produzidos pela Senhora W.B.....	176
Figura 10: Produção Coletiva de Mandioca e Casa de Farinha da Comunidade João de Deus, Silvânia.....	177
Figura 11: Polpas e geléias produzidas pela Dona T.V.....	178
Figura 12: Pé de pequi e modo de preparo do fruto para comercialização.....	178
Figura 13: Processo de produção da Manteiga de Leite.....	179
Figura 14: Cosméticos Naturais e Plantas Medicinais – produção das Guerreiras de Canudos.....	180
Figura 15: Mutirão de multiplicação de mudas e construção de viveiro de plantas medicinais.....	181
Figura 16: Horta da Unidade Produtiva da senhora E.M.P.....	182
Figura 17: Variedade de doces produzidos e comercializados pela senhora E.M.P.....	183
Figura 18: Florada e Frutificação da Cagaita na unidade produtiva da Senhora L.P.B.....	183
Figura 19: Baru torrado e embalagem de comercialização das Guerreiras de Canudos.....	184
Figura 20: Identidade visual das Guerreiras de Canudos e algumas mulheres que integram o grupo.....	185
Figura 21: Alguns itens comercializados pela Dona A.S.S.....	186

Figura 22: Processo de produção da conserva de bambu.....	187
Figura 23: M.S.L. apresenta a Agrofloresta.....	188
Figura 24: Buritizal na Unidade Produtiva de M.S.L visto da Agrofloresta.....	189
Figura 25: Paisagens do caminho até a Fazenda Orgânica Vale do Tamanduá.....	190
Figura 26: Agrofloresta e Apiário na Fazenda Orgânica Vale do Tamanduá.....	190
Figura 27: Gado pastando na área arrendada dentro da Fazenda Orgânica Vale do Tamanduá.....	191
Figura 28: Área arrendada por M.C. e T.M. dentro da propriedade de E.F.G.....	192
Figura 29: Canteiros e alimentos produzidos pelo casal M.C. e T.M.....	193
Figura 30: Algumas Pancs comercializadas por M.C.....	194
Figura 31: Recanto Sonho Real, projeto de de ecovila em Aragoiânia.....	194
Figura 32: Cestas de alimentos agroecológicos da Rede Agroecosol.....	195
Figura 33: Entrega de Cestas da Rede Agroecosol na Casa de Vidro e no Coletivo Casa do Zoto.....	196
Figura 34: Consumidor destinando seus rejeitos orgânicos na compostagem coletiva da Rede Agroecosol.....	196
Figura 35: Mutirões Agroflorestais articulados pela Rede Agroecosol.....	197
Figura 36: Sistema Agroflorestal e cultivo de hortaliças da Estrela Orgânicos.....	198
Figura 37: Infraestrutura organizativa da produção de alimentos da Estrela Orgânicos.....	199
Figura 38: I.T. apresentando o Sítio Pequeno Paraíso.....	200
Figura 39: Sede da loja Floryá e da Alfabev Goiás.....	201
Figura 40: Produção de hortaliças e certificado de produção orgânica da Terra Orgânicos.....	202
Figura 41: Estufa e produção de tomates orgânicos da Terra Orgânicos.....	203
Figura 42: U. P. Colméia, P.A. Canudos, antes e depois da Transição Agroecológica.....	220
Figura 43: Ato de Fiação do Valdir do MST ao PT - Eleições de 2022	221

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Rebanho na RMG em relação ao estado de Goiás.....	68
Tabela 2: Principais Culturas na RMG em relação ao estado Goiás.....	69
Tabela 3: Conjuntura do Mercado Atacadista de Hortifrutigranjeiro em Goiás, 2020 e 2021.....	71
Tabela 4: Empresas das indústrias extrativa e de transformação, total e as que implementaram inovações e/ou com projetos, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação selecionadas, 2015 – 2017.....	74
Tabela 5: Taxa de imigrantes e do crescimento populacional entre pessoas ocupadas na RM de Goiânia, entre 2000 e 2010.....	75
Tabela 6: População rural e urbana, por sexo, no último Censo do IBGE.....	75
Tabela 7: Admitidos e demitidos, por setor da economia e por gênero, 2019.....	76
Tabela 8: Violências contra os territórios que vitimaram corpos no campo brasileiro entre 2011 e 2021.....	118
Tabela 9: Valor total transferido pelo FNDE ao município e o valor destinado a compra da Agricultura de base Familiar.....	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Síntese do tripé acumulativo de violências contra as mulheres na sociedade atual.....	109
Quadro 2: Síntese do conteúdo do material ‘Corpo Território’: violências contra o território e as repercussões para a saúde das pessoas.....	117
Quadro 3: Exemplos de enraizamentos e desconstruções nas violências contra as mulheres camponesas.....	124
Quadro 4: linhas de crédito do Pronaf.....	136
Quadro 5: Grupos de Declaração de Aptidão ao Pronaf.....	138
Quadro 6: Modalidades do PAA e seus objetivos.....	143
Quadro 7: Potencialidades e desafios da relação produtor/a-consumidor/a.....	217

LISTA DE SIGLAS

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia
ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária
ADAO - Associação para Desenvolvimento da Agricultura Orgânica de Goiás
ANMTR - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
Alfabev - Associação da Agricultura Familiar de Bela Vista de Goiás
APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CCC - Circuitos Curtos de Comercialização
Cecane - Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição Escolar
Cedoc - Centro de Documentação Dom Tomás Balduino da CPT
Cloc - Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CVT - Centro Vocacional Tecnológico
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNA - Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CEB - Comunidades Eclesiais de Base
COP 26 - Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas
Conab - Companhia Nacional de Abastecimento
Conaq – Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
Consea - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CTDRS - Conselho Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
CMDRS - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRESOL - Cooperativa de Crédito Solidário
CUT - Central Única dos Trabalhadores
DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf
DDT - Dicloro-Difenil-Tricloroetano
DPU - Defensoria Pública da União
DPE - Defensoria Pública do Estadual
EA - Escola de Agronomia
Embrapa - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ERA - Extensão Rural Agroecológica
EFAORI - Escola Família Agrícola de Orizona
ELAA - Escola Latino Americana de Agroecologia
FANUT - Faculdade de Nutrição
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FAO - Food and Agriculture Organization
GEMAS - Grupo de Estudos e Manejo Agroecológico dos Solos
GT - Grupo de Trabalho
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

IFG - Instituto Federal de Goiás
IFGoiano - Instituto Federal Goiano
Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IMB - Instituto Mauro Borges
Incra- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Matopiba – Maranhão, Tocantins, Piauí e Baía
Mapa - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MCP - Movimento Camponês Popular
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas
MMM - Marcha Mundial das Mulheres
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NEA - Núcleo de Estudos em Agroecologia
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC - Organização Mundial do Comércio
ONU - Organização das Nações Unidas
ONGs - Organização não Governamental
PA - Projeto de Assentamento
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PANC - Plantas Alimentícias Não Convencionais
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PDTRS - Plano de Desenvolvimento Territorial Rural e Sustentável
PL - Projeto de Lei
PLANAPO - Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
Pec - Proposta de Emenda à Constituição
PnadC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
Pnae - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAPO - Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
Pronaf - Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronera - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
Regic - Região de Influência das Cidades
RPA - Regiões Produtivas Agrícolas
RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural
RMG - Região Metropolitana de Goiânia
SAFs - Sistemas Agroflorestais
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
Sead - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário
SIASS - Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor
SOF - Sempreviva Organização Feminista
TEF - Território Rural Estrada de Ferro – GO
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UP - Unidade Produtiva
UC - Unidade de Conservação

Sumário

1. Introdução.....	17
2. Agroecologia e questão agrária no Brasil: entre territórios de reprodução da vida e de acumulação do capital.....	23
2.1 Questão Agrária e Movimento Agroecológico no Brasil.....	28
2.2 Agroecologia, Geografia e Território.....	45
2.3 Relação cidade-campo na construção da Soberania Alimentar.....	63
3. Mulheres em Movimento: Sem Feminismo não há Agroecologia!.....	93
3.1 Trabalho e Gênero.....	100
3.2 Estado e Políticas Públicas para as Mulheres Camponesas.....	125
3.3 A autodeterminação das Mulheres Camponesas no Brasil.....	150
4. Mulheres Agroextrativistas construindo a Transição Agroecológica.....	167
4.1 O Trabalho de Mulheres Camponesas: alguns casos de exemplos.....	171
4.2 Desafios da Organização Produtiva das Mulheres e a Importância da ATER.....	202
5. Considerações Finais.....	223
6. Referências Bibliográficas.....	227

1. INTRODUÇÃO

O espaço rural brasileiro é diverso, complexo e repleto de contradições. De um lado, tem-se a agricultura camponesa em sua diversidade e, do outro lado, os grandes proprietários de terras que conformam o agronegócio, articulado em escala global aos chamados Impérios Agroalimentares (PLOEG, 2008). Neste cenário, fazemos destaque ao território da agricultura camponesa, que além de promover a segurança alimentar e nutricional, devido a diversificação agrícola, representa aproximadamente 70% do alimento produzido, ou seja, garante uma parcela significativa da produção que circula nos mercados locais, nas redes agroalimentares de circuito curto (MITIDIERO JR. *et al.*, 2017). Em contrapartida, de acordo com o Censo Agropecuário do IBGE (2006), contava com apenas 24% das terras e 14% de créditos, enquanto o agronegócio contava com 86% de crédito e detinha 76% das terras, produzindo apenas 30% de alimentos. Como o processo é dinâmico, o Censo Agropecuário de 2017 aponta que houve redução de 1,4 milhão de vagas de trabalho no campo entre os dois censos, consequência da redução de 9,5% no número de estabelecimentos da agricultura de base familiar, enquanto o agronegócio cresceu cerca de 35%. Quer dizer, cresceu a partir da expropriação da agricultura camponesa, que vem inchando as franjas das metrópoles, onde cada dia cresce a demanda por comida.

A crescente concentração dos sistemas agroalimentares em torno de grandes redes varejistas altamente padronizadas restringe a participação da agricultura camponesa¹ nos mercados agropecuários e limita a oferta de alimentos aos consumidores finais. Outra consequência é a concentração fundiária e a desigualdade social crescente no país, fruto do processo modernizador em curso desde a década de 1930 e que culminou em 1960 na Revolução Verde, impulsionada no Brasil a partir da ditadura militar, que mantém a estrutura consubstanciada no tripé latifúndio-imperialismo-colonialismo (FERNANDES, 1975).

Além disso, o modo hegemônico de produção de alimentos, desde sua cadeia produtiva a cadeia distributiva, tem desencadeado uma série de desequilíbrios socioambientais e consolidado o processo de aquecimento global (WWF, 2009). Conforme as reflexões de Miguel Altieri e Clara Nicholls (2020), a pandemia da Covid-19² reforçou a insustentabilidade do sistema alimentar globalizado. Um elemento disso são as restrições comerciais e de viagens, com consequências para o

1 Do ponto de vista legal, a Lei 11.326/06 definiu esta fração de classe como agricultura familiar, contudo, do ponto de vista teórico metodológica e político, designamos como agricultura camponesa a partir da categoria histórica do campesinato, que será retomada adiante.

2 Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a Covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de Covid-19 em vários países e regiões do mundo, quando foram decretadas medidas de *lockdown* e fechamento de fronteiras.

acesso aos alimentos - que hoje circulam em escala global -, principalmente aos setores mais pobres da população. Há de se destacar que este modelo é fortemente incentivado no Brasil e em especial no Centro-Oeste e em Goiás.

Neste contexto pandêmico, as atividades do setor agrícola como um todo foram severamente afetadas devido às incertezas sobre a produção e a distribuição de alimentos. O trabalho e a organização produtiva das famílias agricultoras foi afetado, deixando-as extremamente vulneráveis, principalmente nos meses iniciais da pandemia (DIAS; BEZERRA, 2021). Durante o ano de 2020 diversas feiras locais tiveram suas atividades suspensas. Este contexto fica mais complexo, devido ao fato do Governo Federal (2019 - 2022) desestruturar as duas principais políticas públicas para a emancipação da agricultura camponesa dos últimos 20 anos: o PAA e o Pnae³. Além disso, desconsiderando a grave situação de desemprego e fome no Brasil, o Presidente Bolsonaro vetou até mesmo o projeto de lei que prevê medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar para mitigar os efeitos econômicos da pandemia de Covid-19 (VALENTE, 2021).

Em contrapartida, aproveitou-se o alerta mundial de pandemia para “passar a boiada”⁴, favorecendo ao agronegócio. O agronegócio é a cadeia econômica menos afetado pela Pandemia do Coronavírus. Apesar de não produzir comida para a mesa dos brasileiros, mas *commodities* para exportação, foi considerado serviço essencial durante a pandemia, junto com a mineração, redundando na contaminação de muitos trabalhadores⁵. Na verdade, utilizando-se da pandemia como cortina de fumaça para aprovar, sem discussão com a sociedade, a agenda neoliberal e neo-extrativista (WANDERLEY *et. al.*, 2020) no Brasil.

Este cenário é marcado por contradições, pois ao mesmo tempo em que há o avanço do agronegócio, há o aumento da insegurança alimentar. Os preços dos alimentos apresentaram um crescente aumento, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) (IBGE, 2020). O arroz, a carne bovina e o óleo de soja foram - e ainda são - os maiores destaques na mí-

3 O PAA foi resultado de uma luta incessante dos movimentos sociais no início do governo Lula. Esta política, junto com o Pnae, trouxe resultados interessantes (sobretudo para os dados da fome e segurança alimentar) por seu caráter inovador de gerar renda diretamente para a família, estimulando a produção diversificada, garantindo canal de comercialização, sem a necessidade de endividar e deixar o campesinato subordinado ao mercado das *commodities* (PAULA, *et al.*, 2017).

4 Em vídeo da reunião ministerial ocorrida no dia 22 de abril de 2020 o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, afirmou que o período da pandemia seria ideal para “passar a boiada”, ou seja, aproveitar o período em que a sociedade estaria com todas as atenções voltadas para a questão da saúde para passar reformas que necessitam de um amplo debate, sobretudo em relação a pasta ambiental. Maiores informações disponíveis em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/09/o-que-passou-na-boiada-de-ricardo-salles-durante-a-pandemia>. Acesso em: 24 dez. 2020.

5 A Comissão Pastoral da Terra (2020) denuncia a contaminação em massa pelo novo coronavírus entre trabalhadores da Agroindústria, da mineração e construção civil. Estão sendo afetadas comunidades camponesas e povos tradicionais que trabalham nesses setores. Conforme a nota, amparadas por políticas equivocadas, as empresas descumprem protocolos de segurança, levando ao aumento da contaminação e de mortes pela covid-19. A JBS, maior empresa do ramo, é também a que tem mais trabalhadores contaminados. Em Goiás, foram em torno de 700 contaminados na unidade da empresa em Rio Verde.

dia, com o aumento do preço acima da inflação. Assim, mostra-se urgente a promoção de novos sistemas alimentares locais para garantir a produção de alimentos saudáveis e acessíveis para a crescente população urbanizada.

Felizmente, outros modos de ser e estar na natureza sempre resistiram e seguem se projetando com uma abordagem transformadora da realidade. A pesquisadora Emma Siliprandi (2015) em seu livro intitulado *Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas* explica os sistemas de integração das atividades desenvolvidas pelas mulheres no campo. Enquanto agricultoras/extrativistas ou camponesas agroextrativistas, são protagonistas do aumento da agrobiodiversidade local e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da família. A mesma autora afirma que a Agroecologia propicia espaço para o autodeterminação da mulher, na medida em que dá visibilidade ao trabalho das mulheres no campo, não apenas referente ao não uso de agrotóxicos, mas também valorizando o saber fazer local. As autoras Karla Hora, Mirian Nobre e Andreia Butto (2021), por meio do estudo de Gênero no espaço rural, também têm discutido a contribuição econômica das mulheres, incluindo a não monetária, a partir da diversificação produtiva e do trabalho realizado do âmbito doméstico, ligadas ao cuidado, às relações afetivas e emocionais.

A agroecologia representa uma ciência que pode ajudar a explorar práticas mais justas socioambientalmente. Para isto é necessário o apoio e incentivo à transição agroecológica, restaurar e melhorar as capacidades produtivas da agricultura camponesa e o comércio local (ALTIERI; NICHOLLS, 2020). Assim, consideramos importante refletir sobre os desafios que as/os agricultoras/es vêm enfrentando e como se potencializaram em razão do desmonte neoliberal associado aos desafios da pandemia. A Assistência Técnica e Extensão Rural tem papel fundamental na aproximação com a realidade dessas comunidades, para melhorar as formas de perceber as condições de vida e de produção das mulheres no campo. Isto é essencial para a construção de políticas públicas contextualizadas e eficazes para o fortalecimento do território camponês a partir da transição agroecológica (SAUER; BALTESTRO, 2013).

Por isso, o objetivo central desta pesquisa foi compreender o papel das mulheres camponesas construindo estratégias de produção e comercialização de alimentos agroecológicos na Metrópole de Goiânia. Nesse sentido, a partir do trabalho dessas mulheres, os objetivos específicos desta pesquisa foram: 1) Identificar a agrobiodiversidade do Cerrado por elas manejada; 2) Entender como se dá sua organização produtiva e os desafios que enfrentam, 3) Compreender as repercussões destes trabalhos para a autodeterminação feminina e para a permanência das famílias na terra e para a construção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Em relação às experiências e construções contra hegemônicas, na medida em que se foi compreendendo a situação de pandemia e a sua duração, foram sendo adotadas novas estratégias e dinâmicas de comercialização, criando novas formas de interação cidade-campo, as quais foram mapeadas e serão abordadas ao longo da dissertação. Para compreender o recorte proposto nesta pesquisa, diante da totalidade, conciliamos a utilização de ambas as metodologias: quali-quantitativo articulado a pesquisa-ação-participativa. Para Brandão (2008) a pesquisa-ação-participativa pode se caracterizar como um importante elemento na articulação do tripé ensino-pesquisa-extensão. Mais que isso, pode também se caracterizar como importante componente na articulação teoria-prática, na aproximação universidade-comunidade. Importante destacar que a pesquisa-ação-participativa só é possível devido ao vínculo com três projetos desenvolvidos no âmbito da Universidade Federal de Goiás⁶. Nesse sentido, para alcançar os objetivos propostos, foram adotados os seguintes procedimentos metodológicos:

1) Revisão de literatura das categorias de análise: Território, Campesinato, Trabalho, Gênero. Revisão de literatura dos demais temas abordados: Agroecologia, ATER, Políticas Públicas.

2) A complexidade das relações de gênero no meio rural demanda a análise cruzada de diferentes bases de dados. Assim, foram realizadas consultas e coletas de dados secundárias em diferentes plataformas, tais como: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Banco de dados de Conflitos no Campo da Comissão Pastoral da Terra; Retratos da Desigualdade de Gênero e Raça do IPEA; Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Dados de acessos a Crédito Rural do BNDES; Incra; Sidra/REGIC/IBGE – censo agropecuário e censo demográfico; SEAD (Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, vinculado ao MAPA, que substituiu o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA); CONAB.

3) Trabalhos de campo, atrelado a outras metodologias, tais como: caminhada transversal e rodas de conversas. As atividades em trabalho de campo foram sempre pautadas na perspectiva de Caporal (1998) que, a partir das experiências desenvolvidas no estado do Paraná, repensou a extensão rural. Caporal coloca em debate a extensão rural agroecológica, que define como um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de

6 1) Cerrado e Cultura – a economia social e criativa na reprodução socioeconômica de mulheres quilombolas e camponesas, coordenado pelo Professor Doutor Adriano Rodrigues de Oliveira e pela Geógrafa e Doutora Lara Cristine Gomes Ferreira, ambos do Instituto de Estudos Socioambientais da UFG; 2) Feira Interinstitucional Agroecológica: uma proposta de alimentação saudável "do campo a cidade", coordenado pela Nutricionista Ariandeny Silva de Souza Furtado do SIASS IF Goiano/IFG e pela Professora Doutora Thaisa Anders Carvalho Souza, da Faculdade de Nutrição da UFG; 3) Rede de Agroecologia do Centro Oeste – Rede de Núcleos de Estudos em Agroecologia: Agroecossistemas de Base Agroecológica no Centro-Oeste brasileiro, coordenado pelo Prof. Dr. Wilson Mozena Leandro Escola de Agronomia da UFG.

investigação participante, buscando a construção e sistematização de conhecimento (CAPORAL, 1998). Assim, partimos de um enfoque que dá destaque ao conhecimento dos(as) agricultores(as) e ao potencial endógeno de suas comunidades.

4) A Sistematização dos dados e informações de fontes primária e secundária propiciaram a elaboração de gráficos, tabelas, esquemas e mapas, além de embasar considerações e reflexões acerca desta temática.

A pesquisa utiliza-se do método do Materialismo Histórico e Dialético. De acordo com Paulo Netto (2011), a partir deste enfoque é possível compreender o todo no qual problemática levantada faz parte, identificando inclusive os sujeitos históricos a quem essa problemática se refere. Assim, a realidade analisada a partir deste método traz consigo todas suas contradições, conflitos e transformações. Portanto, o materialismo histórico-dialético se dá a partir de três movimentos simultâneos: de crítica, de construção do novo conhecimento e de ação com vistas à transformação. A partir disso, pontuamos que, diante da histórica invisibilização das mulheres, optamos, nesta pesquisa, por evidenciar a presença das mulheres tanto na construção deste processo de transição agroecológica, como também a construção do conhecimento acadêmico. Por isso, referenciamos as autoras com seus nomes por extenso, dando luz ao que sistematicamente nos foi negado: o reconhecimento pelo nosso trabalho.

Dito isso, a dissertação está estruturada em três Seções, além da presente introdução e das considerações finais. A **primeira Seção** apresenta um panorama sobre a questão agrária no Brasil e como se articula a Agroecologia como uma alternativa às problemáticas da modernização conservadora no campo. São também destacadas as mulheres protagonistas e sujeitas desta pesquisa, assim como as suas articulações. Além disso, esta seção traz uma discussão de como a ciência geográfica tem contribuído para o fortalecimento da Agroecologia enquanto projeto para reprodução da vida, em detrimento da acumulação de capital.

A **segunda Seção** é dedicada a trajetória de lutas das mulheres no Brasil. A questão de gênero é fundamentada a partir da abordagem do feminismo socialista e percorrendo os processos de constituição da primeira e segunda onda do feminismo. É contextualizada a transição da economia rural familiar com o advento do avanço do capitalismo agrário, no qual instalou-se uma divisão sexual do trabalho que colocou a mulher em uma posição de lúmpen proletária, que torna a questão mais complexa. Assim, o papel do Estado e das Políticas Públicas são discutidos e mais especificamente, as Políticas Públicas conquistadas a partir da luta e demanda do movimento de mulheres camponesas organizadas. Para tanto, partimos da perspectiva do Feminismo Camponês Popular, que tem orientado uma luta conjunta pela construção de uma sociedade

mais justa e pautado o debate da Agroecologia, na defesa da terra, do território, e por condições de produzir com base em seus conhecimentos e não com os métodos impostos pela chamada Revolução Verde.

Por fim, a **terceira Seção** tem o propósito de sistematizar experiências do trabalho de mulheres que estão protagonizando a transição agroecológica e possibilitando a construção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, a partir da relação cidade-campo, sob a zona de influência da metrópole Goiânia. São trazidos exemplos de casos, apresentando distintas estratégias de produção e comercialização de alimentos saudáveis e o potencial e diversificação agroextrativista endógeno de cada território. Esta seção centra-se em elencar os desafios e demandas para a organização produtiva de mulheres camponesas e o papel da ATER Pública para o fortalecimento desses territórios, tendo como horizonte a transição agroecológica.

2. AGROECOLOGIA E QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: ENTRE TERRITÓRIOS DE REPRODUÇÃO DA VIDA E DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

É a América Latina, a região das veias abertas. Desde o descobrimento até nossos dias, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros do poder. Tudo, a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os humanos e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos (GALEANO, 1976, p.14).

A Comissão Pastoral da Terra, em seu relatório de Conflitos no Campo 2020, apresentou dados alarmantes, demonstrando que os processos de violação de direitos humanos associados com a destruição da natureza repercutiram em aumento de 22% nos conflitos em 4 anos. Estes são os maiores dados apresentados em 35 anos de registros do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. Há de se destacar que, majoritariamente, estes conflitos têm ocorrido naquelas regiões que antes eram pouco exploradas pelo agronegócio, tratadas como “novas fronteiras agrícolas”, como é o caso do MATOPIBA, região formada por áreas predominantemente de Cerrado nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, onde antes existia sobretudo a pecuária extensiva praticada pelas comunidades tradicionais. Neste recorte, a agricultura moderna se expandiu a partir da segunda metade dos anos 1980, a partir de ampliado suporte do aparelho do Estado (EMBRAPA, 2014).

Já nas últimas duas décadas tem se discutido a abertura de novas rotas, buscando saídas rumo a portos do Oceano Pacífico. Segundo Aguiar (2021) projetos de infraestrutura logística dos programas públicos, em grande medida centrados no escoamento da soja, tem buscado saídas rumo a portos do Pacífico, em um contexto que mira cada vez mais à China e ao entorno, maior consumidora da soja brasileira. Dessa forma, os interesses dominantes e o discurso do desenvolvimento sempre incidiram sobre os programas públicos de infraestrutura. Portanto, tem acontecido a destinação de extensões cada vez maiores de terra ao cultivo da soja, em especial na fronteira agrícola da transição Cerrado-Amazônia e no Cerrado do Matopiba, paralelamente. Além da nova e última fronteira constituída: AMACRO, Amazonas, Acre e Rondônia, fluindo o arco do desmatamento pelas florestas amazônicas (PONTES, 2021). Não por acaso, o Congresso Nacional tem aprovado uma série de Projetos de Lei para ampliar a participação dos capitais financeiro-rentistas globais no mercado de terras brasileiro, consagrando, de um lado, a lógica da autorregulação e, de outro, a especulação sobre a propriedade da terra. Assim, abrem passagem para a intensificação da apropriação privada de terras públicas, das pressões sobre os territórios da agricultura camponesa e de povos e comunidades tradicionais, e para a expropriação de recursos naturais em áreas protegidas.

Um exemplo disso é o projeto de lei (PL490), já aprovado no Congresso Nacional e aguardando votação no Senado, que é base para o marco temporal. Ou seja, desconsidera toda e qualquer comunidade indígena que não provar que já estava na área reivindicada até o dia da promulgação da Constituição Federal, em 05 de outubro de 1988. Sendo assim, perdem o direito à terra originária. Além disso, o PL permite exploração de garimpeiros e mineradoras dentro de terra indígena (APIB, 2021). Outro projeto encampado pelo Governo de Jair Bolsonaro é o Programa Adote um Parque (BRASIL, 2021), que significa transferir a gestão de unidades de conservação (UC) para empresas, ao invés do ICMBio. Alguns exemplos de empresas que já adotaram parques foram a Coca-Cola e o Carrefour. Isso significa, na prática, a privatização de UCs. Quando estes parques são sobrepostos a comunidades, como por exemplo as reservas extrativistas, vêm ferindo os direitos dos povos e comunidades tradicionais, pois estão sendo implementados sem a consulta livre, prévia e informada, conforme a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário. São cerca de 300 parques privatizados em todo o Brasil, incluindo áreas de Cerrado e Amazônia Legal (TERRA DE DIREITOS, 2021).

Este é o chamado “arco do desmatamento”, cujo principal caminho de mudança do uso da terra é largamente conhecido, e segue uma ordem: expulsar povos indígenas e comunidades tradicionais de seus territórios; desmatar; abrir pastos e sobre áreas de pastagens já desmatadas abrir campos de monocultivo de grãos, especialmente de soja. A ilustração mais conhecida que celebra esta articulação refere-se ao chamado “Dia do Fogo”, ocorrido no Pará em 10 de agosto de 2019, a partir de municípios como Novo Progresso, às margens da BR-163. Incêndios deliberados devastaram imensas áreas de floresta e facilitaram desmatamentos. Hoje, 3 anos depois, é possível constatar que áreas incendiadas foram transformadas em plantações de soja. Esse circuito vem sendo evidenciado pela Articulação Agro é Fogo⁷, que vincula as grilagens com o desmatamento e os incêndios, resultando na expropriação de camponeses, além da devastação, grilagem de terras, violência no campo e insegurança alimentar. É diante disso que a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado (2022) protagonizou uma acusação histórica que combina a denúncia do ecocídio em curso do Cerrado ao crime de genocídio cultural dos seus povos e comunidades tradicionais.

Almeida (2010) discute as estratégias do agronegócio nos territórios que constituem suas fronteiras de expansão. As denominadas agroestratégias são apoiadas pelas agências multilaterais (Bird, FMI e OMC), e conduzidas no Brasil pela bancada ruralista, suas entidades (CNA) e repre-

⁷ A Articulação AGRO é FOGO reúne movimentos, organizações e pastorais sociais que atuam há décadas na defesa da Amazônia, Cerrado e Pantanal e dos direitos de seus povos e comunidades (<https://agroefogo.org.br/>).

sentantes no parlamento, bem como a mídia e a academia para influenciar as políticas governamentais e capturar dos planos, programas e projetos. Segundo Ana Motta Ribeiro e Ana Cláudia da Silva (2021), a bancada ruralista trata-se da coalizão das classes dominantes, incluindo as bancadas da “Bala” (milicianos), da “Bíblia” (fundamentalismo religioso sempre integrada ao neoliberalismo), a do “Boi” (agronegócio) e finalmente a do Banco (capital financeiro internacional). Entre 2000 e 2010 o agronegócio foi responsável por 70% do desmatamento na América Latina (FAO, 2016). Entre 2010 e 2020, o Brasil foi o país que mais perdeu áreas de florestas, revelou o relatório “Avaliação Global de Recursos Florestais” da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2020). Tais práticas ilegais estariam apoiadas, portanto, nesta poderosa coalizão de interesses, envolvendo interesses agropecuários, minerários, madeireiros e de grandes comerciantes locais.

Além disso, as agroestratégias articulam-se integralmente no ataque frontal à legislação ambiental, à demarcação do território quilombola e indígena e ao processo de titulação definitiva de suas terras. Destacamos, portanto, que o avanço sobre esses territórios também acontece por meio da desorganização da produção extrativa vegetal (castanhais, seringais e babaçuais) e aquela do sistema de roças da agricultura de base familiar, que acontece na medida em que desestruturam políticas públicas de Acesso a Terra, Assistência Técnica e Extensão Rural, Crédito e Comercialização em detrimento destas políticas entreguistas, que nos tiram a Soberania Popular e Nacional. Estes elementos influem na redefinição do mercado de terras e suas riquezas naturais (ALMEIDA, 2010). Assim, conforme fundamentado por Carvalho e Oliveira (2021), articula-se uma marcha para apropriação desses “territórios bloqueados” ao capital, definido como:

A delimitação de territórios para reservas indígenas, unidades de conservação de proteção integral e uso sustentável, territórios quilombolas, assentamentos de reforma agrária que, por meio de marcos regulatórios que vão da Constituição Federal de 1988 aos Decretos e Legislações anteriores e posteriores a esta carta magna, se constituem como um marco regulatório que impede o avanço indiscriminado do capital para estas frações do território nacional (CARVALHO; OLIVEIRA, 2021, p. 40).

Neste contexto, essas comunidades tradicionais, sejam quilombolas, indígenas, posseiros ou assentamentos de reforma agrária, são territórios que resistem na prática contra o avanço da fronteira agrícola do agronegócio. São as grandes protagonistas na preservação da agrobiodiversidade, a partir do usufruto da Floresta em Pé, como é o exemplo da convivência e de relação de respeito com a floresta por parte dos povos indígenas. Como mantenedores das maiores riquezas naturais, os povos indígenas estão na linha de frente da emergência climática, pois são guardiões de quase 80% da biodiversidade do planeta (RAYGORODETSKY, 2018). Apesar disso, de

acordo com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, entre 2011 e 2020, os povos indígenas receberam financiamento climático de cerca de US\$ 270 milhões por ano, quantia equivalente a menos de 1% do que é destinado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE - à mitigação e adaptação às mudanças climáticas a todos os países em desenvolvimento, aponta estudo da Rainforest Foundation da Noruega (2020).

No entanto, esta resistência se dá a partir de altos custos, pois envolve também um número crescente de assassinatos⁸ e mortes em consequências⁹ de conflitos. Os dados dão conta de que o racismo ambiental acontece na prática e as pessoas mais afetadas pelas mazelas socioambientais são indígenas, negras e mulheres. Conforme observado pelo estudo “Injustiça socioambiental e racismo ambiental” as consequências das degradações ambientais se concentram em territórios periféricos, regiões com maior presença de pessoas negras, indígenas e quilombolas e menos acesso a recursos e serviços ambientais básicos como água limpa, saneamento e tratamento de lixo. Assim, a omissão/conivência do estado tem conduzido cada dia mais um maior contingente de pessoas a marginalidade e a vulnerabilidade social. Onde muitas vezes encontram a fome, pois conforme o relatório da FAO (2022), o Brasil voltou ao mapa da fome.

A sociedade civil organizada tem assumido o que seria função do Estado, mas não sem exigir Comida no Prato e Vacina no Braço, lema que convocou milhares de brasileiros para as ruas em manifestações entre 2020 e 2021. De acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra (2022) os movimentos sociais organizados em todo o país realizaram 1617 ações de solidariedade como doações de cestas de alimentos da agricultura camponesa, marmitas solidárias e produtos de higiene. A relação entre esse compromisso social, que chamamos de solidariedade, e o conflito agrário é uma das dimensões cotidianas vividas pelos povos do campo e por movimentos sociais de luta pela terra. De acordo com o pensamento de Thompson (1981), esta é a história invisibilizada ‘dos de baixo’, onde reside a força da consciência de classe, quando se evidenciam termos culturais, como as tradições e os sistemas de valores, que compartilhadas em experiências de luta, forjam um projeto comum e popular (THOMPSON, 1997). E é sobre projetos contra-hegemônicos que trataremos nesta dissertação, especialmente quando a Agroecologia se afirma enquanto um projeto popular, construído especialmente pelas práticas e lutas das mulheres camponesas.

8 De acordo com o relatório de Conflitos no Campo 2020 houve um total de 35 assassinatos em contexto de conflito no campo brasileiro.

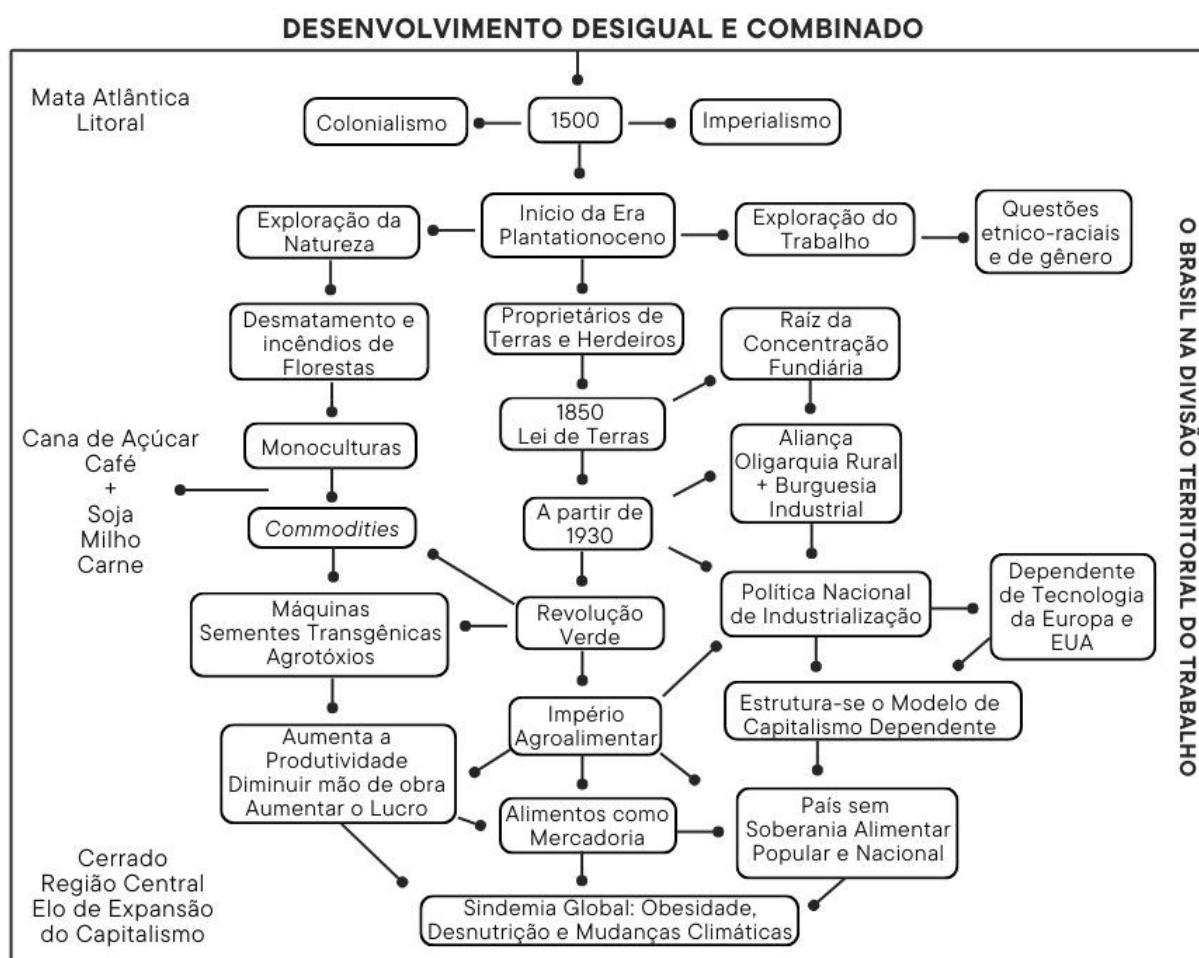
9 De acordo com o relatório de Conflitos no Campo 2020 houve um total de 110 mortes em consequência de conflitos no campo.

Diante disso, a presente Seção está organizado em três sub-seções, sendo que a **subseção 2.1** discute a atualidade da questão agrária no Brasil e como se articula a Agroecologia como uma resposta as problemáticas socioambientais decorrentes da modernização conservadora no campo. A **subseção 2.2** traz contribuições desde a perspectiva geográfica para a transição agroecológica nos territórios camponeses. Por fim, a **subseção 2.3** adentra no recorte espacial proposto, apresentando as mulheres agroextrativistas que constroem mercados sociais de circuito curto e, para além destes espaços, compõem articulações que conformam uma rede agroecológica prol construção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, a partir da relação cidade-campo, consumidoras/es - produtoras/es.

2.1 Questão Agrária e Movimento Agroecológico no Brasil

A questão agrária, segundo as reflexões de Fernandes (2001), está relacionada essencialmente à concentração da estrutura fundiária, que repercute no conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agricultura, agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção, nos distintos estágios de desenvolvimento capitalista. Para esta subseção, atemo-nos a apresentar como chave de interpretação, o organograma da figura 1, como uma maneira de sinalizar uma continuidade, a não ruptura, da base estrutural que inclui o Brasil na divisão territorial do trabalho no mundo desde 1500, conformando uma questão agrária brasileira a ser compreendida e superada. Os elementos para esta interpretação remetem ao processo histórico de exploração da natureza e do trabalho, a partir do imperialismo, da colonização, dos latifúndios e monoculturas.

Figura 1: A construção histórica da Questão Agrária no Brasil



Fonte: Trotsky (1977); Wolford (2020); Fernandes (1975); Ploeg (2008); Alimentando Políticas (2019); Santos (1996); Martins (2010). Organizado pela autora, 2022.

O Desenvolvimento Desigual e Combinado exemplifica concretamente o processo de invasão das Américas e embasa uma corrente interpretativa desenvolvida a partir da década de 1960 no Brasil, por Ruy Mauro Marini, entre outros pensadores. A teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado, proposta a princípio por Trotsky (2017, p. 30), compreende:

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do processo histórico, manifesta-se com o máximo de vigor e de complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o açoitado de necessidades exteriores, a vida retardatária é constringida a avançar por saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre uma outra lei que, na falta de uma denominação mais apropriada, chamaremos lei do desenvolvimento combinado, no sentido da reaproximação de diversas etapas, da combinação de fases distintas, do amálgama de formas arcaicas com as mais modernas.

A teoria compreende que para que o progresso aconteça são necessárias condições adequadas reunidas para que haja desenvolvimento. Esta teoria é interessante por nos oferecer elementos importantes para a reflexão sobre o imperialismo, por buscar romper com essa ideologia do progresso linear e eurocêntrico como sendo universal. Pelo contrário, enfatiza que ocorre aos ‘saltos’, como prevê a lógica dialética, com o acúmulo de contradições. Quer dizer, a coexistência entre as formas de produção e reprodução social arcaicas e modernas reproduzem sob novas dinâmicas entre países de economias dependentes e países imperialistas.

Também essencial a esta discussão, Rosa Luxemburgo (1970) evidencia que o imperialismo não se trata de uma política que possa ser evitada, mas sim uma consequência inevitável para a manutenção do capitalismo. Desse modo, para a autora, o imperialismo é algo inerente ou necessário ao processo de acumulação capitalista e não está restrito a uma fase específica da história. A grande contribuição da autora é justamente articular a reprodução do capital no centro do sistema com sua expansão como sistema em escala internacional.

A conquista dos mercados externos sobre esses países ditos dependentes, seria dada, conforme Rosa Luxemburgo (1970), por sistemas de empréstimos internacionais, políticas das esferas de influência e as guerras. Assim constituiu-se mercado mundial, as grandes potências financeiro-industriais assumiram papel imperialista sobre os países dependentes, delegando a estes países a tarefa de exportar matérias-primas, agropecuárias e minerais, e importar os produtos manufaturados das potências centrais (MARINI, 2005). Ou seja, na divisão internacional do trabalho, cabe às economias dependentes, em especial as latino-americanas, o papel de produzir barato e abastecer as economias centrais com produtos alimentícios. Conforme afirma Heleieth Saffioti (2013, p.205):

A história da economia brasileira é uma história de constante renovação no sistema capitalista internacional, no qual sempre coube ao Brasil, por força da divisão do trabalho entre nações, a posição de uma peça auxiliar da emgremagem de um sistema autopropulsor.

Nesse contexto, a divisão territorial do trabalho, segundo Santos (1996), consiste na repartição de objetos e atividades entre lugares, promovendo sua especialização. Funciona como um instrumento de expansão capitalista e condição para a acumulação. E é justamente aí que o papel desempenhado pelo Brasil – destaca-se o Cerrado que hoje é uma das maiores regiões produtoras de grãos - na divisão internacional do trabalho torna-se mais evidente. Florestan Fernandes (1975) contribui com este debate, assinalando que no Brasil, do ponto de vista da questão agrária, este foi um processo que teve início na década de 1930, caracterizando-se pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria alicerçada no capitalismo dependente e com a dominação imperialista externa.

Essa articulação, da indústria com a agricultura, justifica-se na aliança das grandes oligarquias rurais que produziam café e açúcar para exportação, com a burguesia industrial, que detinha o poder político. Configurando-se em uma aliança pautada pelo conservadorismo socio-cultural e político, ditados pela necessidade de expandir negócios. Conforme as contribuições de Poulantzas (1985) são as ‘frações burguesas’ que se articulam conformando um ‘bloco no poder’, que seria esta amálgama de interesses garantida pela intermediação do Estado.

As condições foram construídas ao longo dos anos, para propiciar o projeto dessas frações burguesas. Martins (2010) interpreta que a raiz da concentração fundiária no Brasil pode ser identificada na Lei de Terras de 1850, que estabeleceu a propriedade a partir da compra, num contexto em que o país estava em vias de abolir a escravidão, em lei, deixando todos estes sujeitos ao léu. Segundo Martins (2010, pg.10), “Se a terra fosse livre, o trabalho tinha que ser escravo, se o trabalho fosse livre, a terra tinha que ser escrava”, afirmação que compreende a dimensão da superexploração da natureza e do trabalho para a acumulação do capital. Mantendo esta mesma estrutura concentrada, já por volta da década de 1960 e 1970, instituiu-se uma política direcionada à difusão de tecnologias agrícolas que permitiram um aumento considerável na produção, a partir da modernização das técnicas utilizadas, situando o processo de desenvolvimento da Revolução Verde.

Naquele momento histórico, ganha relevância a Ditadura Militar com a política econômica que passou a ser conhecida como “milagre econômico brasileiro”. Possibilitou a atração de grandes empréstimos internacionais destinados tanto à ampliação e modernização de instalações, como à aquisição de empresas, de capital nacional e estrangeiro, promovendo crescimento industrial (FGV, 2020). Desse modo, a partir do momento em que as indústrias e as empresas comerciais passaram a se integrar de maneira mais sólida e a dominar os circuitos ligados à agricultura, gradualmente, estruturou-se o agronegócio. Este setor é coordenado em escala global

pelos Impérios Agroalimentares (PLOEG, 2008). São grandes empresas que operam em escala global e controlam toda a cadeia – desde os insumos, a produção, a circulação e o consumo – também em estreita relação com a mídia de massa, bastante articulada e beneficiada pelo Estado.

Nesse sentido, o processo econômico global assim como a consolidação das grandes propriedades monocultoras ligadas à produção de *commodities* exportáveis – produção intensiva de grãos, especialmente milho e soja, e não de comida –, apoiam-se no uso corporativo do território (SANTOS; SILVEIRA, 2001), sendo que o grande interesse dessas empresas é a utilização dos recursos naturais disponíveis, assim como a mão-de-obra a baixo custo e pouco sindicalizada. Podemos compreender junto a González Casanova (2007) que se trata de um colonialismo interno, de modo que a heterogeneidade étnica de um Estado-nação e a hegemonia de um de seus grupos sobre outros é decisiva para a configuração “internalizada” do colonialismo, levado a efeito pelas classes dominantes dentro do próprio Estado. Mas esse “colonialismo interno” vai buscar sua explicação no “colonialismo externo”. Na verdade, o importante a ser ressaltado neste contexto é a filiação direta do que é chamado de colonialismo interno em relação à dependência externa.

Este é um processo que também vem se intensificando como repercussão da crise que se abateu sobre o capitalismo financeiro internacional em 2008 (chegando ao Brasil com mais intensidade a partir de 2013) quando um grande volume de capital fictício veio se abrigar no Brasil. No olho do furacão da crise econômica global, muitos capitalistas passaram a converter o seu capital financeiro em patrimônio materializado em terras, sobretudo na América Latina e África. Como um dos principais impactos da especulação no campo, ocorreu uma valorização do preço das terras nessas regiões, “novas fronteiras”. A crise, portanto, fortaleceu o mercado de terras. A terra e a produção agrícola em forma de *commodities* foram se tornando um padrão monetário importante na economia global desequilibrada pela crise financeira (MITIDIERO JR, 2020).

Sauer e Borras (2016) debruçam-se sobre o tema, discutindo no contexto global recente uma “corrida mundial por terras” que é orientada pela crescente demanda pelos chamados “4Fs”: food (alimentos), fiber (fibras/ração), forest (floresta) e fuel (combustível ou energia). Essa necessidade vem gerando um fenômeno denominado land grabbing (apropriação de terras, GRAIN, 2008; BORRAS e FRANCO, 2010), green grabbing (apropriação verde, FAIRHEAD; LEACH e SCOONES, 2012) e water grabbing (apropriação da água, MEHTA, VELDWISH e

FRANCO, 2012), envolvendo a apropriação de outros recursos naturais e a criação de serviços ambientais.

De acordo com Mitidiero (2020), este novo setor inventa novos mecanismos financeiros na forma de ativos ambientais, para serem comercializados em mercados futuros, como é o caso das próprias florestas e áreas verdes ainda em pé. Este é um processo que tem recebido atenção especial de uma parcela expressiva do Congresso Nacional e do Executivo, que buscam torná-las ainda mais lucrativas para quem especula no país. Trata-se de uma nova forma de capitalismo global, baseado em uma diminuição da capacidade do Estado, na privatização de antigos ativos públicos e na financeirização da economia:

O discurso neoliberal vem retirando, de um lado, o papel de governança do Estado sobre os recursos, mas de outro, o mesmo é central na criação de clima favorável a investimentos como, por exemplo, promoção de mudanças em leis e/ou criação de marcos regulatórios (garantia de ‘segurança jurídica’ sobre propriedade da terra, leis trabalhistas, propriedade de estrangeiros, leis conservacionistas, etc.), na criação de políticas e acordos comerciais, estratégias de mitigação de mudanças climáticas, impostos e subsídios (a mistura obrigatória, empréstimos e subsídios no incentivo aos agrocombustíveis são exemplos chave), entre outros mecanismos (BORRAS, *et al.* 2013).

Portanto, trata-se de um novo momento do extrativismo imperialista. Segundo Gudynas (2015), o neoextrativismo se caracteriza pela exploração de bens naturais vendidos *in natura* ou com apenas um processamento primário, com destino predominante à exportação. O extrativismo não se resume à extração de bens minerais e hidrocarbonetos (petróleo e gás), engloba a exploração do solo, dos mananciais de água, da floresta, do ar, da biodiversidade e da paisagem. Ou seja, trata-se de uma captura ampliada de bens comuns, por meio da incorporação destes ao processo de acumulação privada de capital.

O neoextrativismo é um processo de acumulação demandante de terra, água, subsolo e trabalho precarizado. Para tanto, exige o controle do território por meio da expropriação de populações tradicionais, pequenos produtores e trabalhadores rurais de suas terras, da captura dos mananciais de água, da monopolização do subsolo e da exploração do trabalhador. A partir das contribuições de Rosa Luxemburgo, Harvey (2014) apresenta a noção de “acumulação por espoliação”, dando destaque a processos não-capitalistas de acumulação, como processos contemporâneos de expropriação, e não apenas circunscrito ao momento de ‘acumulação primitiva’. A partir deste entendimento, o autor enfatiza que este processo é próprio do capitalismo que necessita expropriar trabalhadores independentes do sistema capitalista, retirando-lhes seus territórios e tudo o que possuem para se reproduzirem socialmente e transformando-os em mera mercadoria, mão de obra. Da mesma forma, o patriarcado e o racismo são também instrumentos de expropriação; diminuir para explorar. Neste sentido, Silvia Federici (2017) considera que:

Cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva, o que mostra que a contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época. (p. 27)

Novamente Harvey (2014) contribui para compreendermos a existência de crises cíclicas do capital, em função de sua tendência de produzir excedentes e gerar desvalorizações. A busca por absorver esses excedentes pode se dar por: (a) o deslocamento temporal através dos investimentos de capital em projetos de longo prazo ou gastos sociais (tais como educação e pesquisa), os quais jogam para o futuro a entrada em circulação dos excedentes de capital atual; (b) deslocamentos espaciais através da abertura de novos mercados novas capacidades produtivas e novas possibilidades de recursos e trabalho em outros lugares. Ou seja, se o capital sobreacumulado não pode ou não quer se mover, permanece para ser diretamente desvalorizado, por isso, a necessidade própria do capital de se mover, com base na expansão imperialista e a colonização, processo que Harvey (2014) compreende como ajuste espaço-temporal. Com relação a temática de Gênero, esta será retomada no próximo seção com mais profundidade. O que importa compreender agora é que existe ainda um caráter violento e repressor por parte do Estado, corporações e grupos hegemônicos contra os grupos locais e movimentos sociais de resistência.

É a partir desta compreensão que Wendy Wolford (2020) propõe o termo *Plantationoceno*¹⁰ como uma categoria de análise para interpretar a era em curso, criada e sustentada com base na plantation: produção de riqueza baseada em monocultivos para a exportação em grande escala, dependente de trabalho escravo ou forçado, estruturada a partir de uma elite racializada. Este conceito foi bem recebido pelos acadêmicos de estudos agrários no Brasil e África e vem sendo adotado em diversas pesquisas, como é o caso de Silva e Sauer (2021) que vêm discutindo a agroecologia como uma forma de contra-movimento aos ajustes espaço-temporais impostos pela lógica do *Plantationoceno*. Segundo os autores, a organização da produção e a exploração do trabalho no *Plantationoceno* tem raça e gênero como fonte de criação de valor para a perspectiva econômica e tem a discriminação como forma de manutenção da exploração (SILVA; SAUER, 2021)

10 A plantation, enquanto uma “estrutura jurídico política” com mecanismos repressores da força de trabalho, consiste numa unidade de produção de grande exploração, cuja gestão do processo produtivo, detém o poder de definir a vida e a morte, o controle do corpo (as torturas), a perda do “lar”, bem como o poder de deslocá-los compulsoriamente de um lugar para outro. Trata-se de uma modalidade histórica de dominação pela violência extrema, que se apoia numa economia agrário-exportadora voltada para o mercado externo, produtora de commodities, baseada em grandes extensões de terras, na concentração fundiária e na expansão sobre terras indígenas e quilombolas (WOLFORD, 2020).

Neste contexto, construiu-se no imaginário social esta ilusão de que os químicos e as corporações são os que alimentam o mundo, sobretudo no estado de Goiás onde este modelo estabeleceu-se intensamente com as monoculturas e o desmatamento associado a elas. Isto vem trazendo modificações de forma impositiva e homogeneizadora, sem respeitar as diferenças culturais (BORGES, 2009). A agricultura globalizada e industrial, bem como sua forma de produzir, corresponde a uma grande ameaça socioambiental e para a saúde. Os problemas decorrentes da contaminação dos recursos ambientais e dos alimentos por agrotóxicos configura uma situação de calamidade na saúde pública nacional, tendo em vista a amplitude da população exposta nas fábricas de agrotóxicos e em seu entorno, na agricultura, nas proximidades de áreas agrícolas, além de todos nós, consumidores dos alimentos contaminados (RIGOTTO, 2014). Como se não bastasse, estamos diante do progressivo aumento do consumo e intensificação do uso dessas substâncias no país.

Atualmente acontece uma ofensiva do agronegócio, que fez o Estado aprovar centenas de agrotóxicos concebidos, mas banidos em outras nações. De acordo com matéria do Correio Brasiliense (20/09/2021), durante os três primeiros anos do Governo Bolsonaro, e boa parte em contexto de pandemia de coronavírus, foram aprovados 1.411 novos agrotóxicos. Este cálculo situa a gestão atual com 40% dos registros de produtos agrotóxicos aprovados no Brasil, em toda a história. Além disso, Bolsonaro alterou a Lei dos Agrotóxicos, em vigor desde 1989, a partir do decreto 10833 publicado Diário Oficial da União no dia 07/10/2021. O texto permite que pesticidas que causam doenças como câncer possam ser liberados no país caso exista um “limite seguro de exposição”. A medida também cria um rito de “tramitação prioritária” para aprovação de novos produtos. Este decreto foi publicado no contexto em que o chamado “PL do Veneno” (Projeto de Lei 6299/02), seguia parado no Congresso Nacional, apesar disso, foi aprovado na Câmara dos Deputados no último 09/02/2022. A PL flexibiliza o uso de agrotóxicos no Brasil, e entre outros pontos, o texto altera a nomenclatura de “agrotóxicos” para “pesticidas”, além de que liberação está concentrada apenas com Ministério da Agricultura, enquanto anteriormente o processo envolvia ainda o Ministério do Meio Ambiente, a partir do Ibama, e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Cabe ressaltar, assim como Pignati (2016) vem demonstrando, que qualquer produto químico/veneno utilizado nas culturas, seja de hortaliças, soja ou milho, deixa algum resíduo fora e dentro desses alimentos, nos solos e nas águas e afeta diretamente a saúde humana, animal e o ambiente. Por isso, merece destaque a interface do problema na relação cidade-campo. Ana Aranha e Hélen Freitas (2022), a partir dos dados do Sistema de Informação de Vigilância da Quali-

dade da Água para Consumo Humano, do Ministério da Saúde, destacam que a água de 763 cidades brasileiras, entre 2018 e 2020, estavam contaminadas por produtos químicos e radioativos, sendo agrotóxicos e outros resíduos da indústria. Os testes são feitos após o tratamento e a maioria dessas substâncias não pode ser removida por filtros ou fervendo a água. A contaminação das águas urbanas por agrotóxicos e a incapacidade estatal de monitorar a presença e a persistência destas substâncias provoca sérias preocupações de saúde pública. Esta problemática não surge agora.

Já em 1962, Rachel Carson publicou a obra “Primavera Silenciosa” que é um alerta para os perigos do uso indiscriminado de pesticidas. Em linhas gerais, o livro explica como o uso desenfreado de pesticidas nos EUA alterava os processos celulares das plantas, reduzindo as populações de pequenos animais e colocando em risco a saúde humana. O país estava passando por profundas mudanças, no caso, a Revolução Verde, em curso desde os anos 1940, desenvolvendo tecnologias, como sementes de alto rendimento, sistemas de irrigação, mecanização, fertilizantes, além de herbicidas, fungicidas e pesticidas químicos, a fim de aumentar a produção de alimentos. Agora, estavam à sua disposição práticos fertilizantes, que, na verdade, eram “sobras” da Segunda Guerra Mundial, como também era o caso do DDT, usado em campo de batalha para combater os insetos transmissores de tifo, malária e febre amarela. O problema central da nova era é a da contaminação do meio ambiente total do ser humano, pelo uso dessas substâncias de incrível potência para produzir danos (CARSON, 1969, p. 18).

Carson trouxe também a noção de que produtos químicos poderiam agir sobre nós de maneira semelhante à da radiação. Entre os herbicidas, existem alguns que são classificados como “mutagênicos”, ou seja, como agentes capazes de modificar os genes (CARSON, 1969, p. 47). Ao longo de Primavera silenciosa, são inúmeras as passagens em que Carson coloca-se como defensora de “valores humanistas apreciados pela maioria das pessoas”: a sobrevivência da raça humana, a conservação e a preservação da natureza, o direito à qualidade de vida/saúde. A essa obra tem sido atribuída nada menos que a fundação do movimento ambientalista.

A formação de um movimento para restrição do uso de pesticidas e herbicidas demonstra que as informações trazidas por Carson foram recebidas como novidade pelo público e representou a introdução do termo educação ambiental, que desde então começou a ser formulada. Essa movimentação culminou, em 1972, na Conferência de Estocolmo, tida como o marco inicial da construção normativa do Direito Internacional do Meio Ambiente. Este debate foi muito mais recente no Brasil, quando em 1992 o Rio de Janeiro sedia a Conferência das Nações Uni-

das sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Rio-92, que produziu a Agenda 21, pautando a proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Cabe acrescentar ao debate o autor Ingenberg Boyenes, pois em 1999, com a publicação do Livro “Colheita Amarga” também alertava sobre o preço deste ‘progresso’. Ao abordar sobre os transgênicos, o autor argumenta que a biodiversidade é um mecanismo de sobrevivência, que assegura que cada espécie terá variedades genéticas suficientes para se adaptar efetivamente às mudanças ambientais. As monoculturas e a plantação generalizada de uma única colheita, torna as nossas fontes alimentares vulneráveis a novas doenças. Nas palavras do autor, “a insustentabilidade da agricultura moderna é, em parte, uma medida da sua incapacidade de tolerar a diversidade”. E acrescenta que, além dele, muitos cientistas críticos veem a perda da diversidade, através da agricultura, como algo crítico para a existência humana. Também o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2001) e Shiva (2002) alertam que os cultivos de organismos geneticamente modificados podem interagir no meio eliminando insetos e microorganismos benéficos ao equilíbrio ecológico. E, conseqüentemente, provocando perda da diversidade genética a partir da exclusão das variedades locais e/ou tradicionais selecionadas historicamente pelos(as) agricultores(as).

Atualmente, duas tecnologias estão colocadas aos(as) agricultores(as) de um modo geral: as sementes híbridas e transgênicas - os organismos geneticamente modificados incorporados aos monocultivos. De acordo com Ribeiro (2017), as sementes transgênicas são aquelas que receberam genes de diferentes organismos (animais, vírus e bactérias), com o objetivo de adquirir alguma característica “desejada” destes seres, como por exemplo: apresentar propriedades tóxicas em insetos, adquirir resistência ao glifosato (herbicida usado nas lavouras para controle de plantas espontâneas). A utilização de sementes transgênicas tem sido cada vez mais presente nas lavouras brasileiras, seja pelo menor custo de produção ou pela praticidade no manejo das culturas. Os principais cultivos transgênicos têm sido a soja e o milho. Já as sementes híbridas, são resultado da polinização induzida de plantas da mesma família, porém de variedade diferente. São selecionadas devido a suas características desejadas, visando uma planta com alto vigor e produtividade. São mais homogêneos, o que possibilita a maior eficiência na aplicação de tecnologias - o que se torna necessário já que são altamente suscetíveis às pragas e doenças. Ou seja, para alcançar estes resultados é necessário a adoção completa do pacote tecnológico: sementes, fertilizantes e agrotóxicos.

Além disso, após apresentarem seu vigor máximo no primeiro plantio, há uma esterilização parcial das sementes colhidas, sendo necessária a compra anual destas. Por este motivo, é

também conhecida como semente *terminator*, semente estéril ou semente suicida. Existe muito interesse por parte das empresas produtoras de sementes em produzir sementes híbridas, uma vez que os(as) agricultores(as) terão de comprar sementes novas sempre que for plantar. Trata-se de uma espécie de patente biológica (RIBEIRO, 2017). As empresas multinacionais que hoje dominam a produção dessas sementes eram, primeiramente, especializadas na produção de herbicidas, inseticidas e fungicidas. De modo que, um dos objetivos das pesquisas com sementes geneticamente modificadas é favorecer a venda de seus próprios produtos de agrotóxicos e insu-mos. Inclusive, o número de empresas de sementes e agrotóxicos é cada vez menor devido a fu-sões, como o exemplo, a compra da Monsanto pela Bayer, em 2018. Assim, este mercado ficou praticamente dividido em quatro grandes grupos: Dow DuPont, Bayer, Syngenta, BASF. Desse modo, criam-se poderosos conglomerados empresariais que têm o controle e poder sobre o mer-cado das sementes, definindo preços e até o que é produzido em cada local. Ou seja, tem-se um processo de oligopolização do espaço agrícola, culminando na organização de um novo modelo econômico, técnico e social de produção (SANTOS; GLASS, 2018).

Diante disso, Santos e Glass (2018) concluem que o projeto hegemônico do capital para o campo apresenta caráter concentrador não apenas sobre as terras, mas também sobre todas as etapas relacionadas ao complexo agroindustrial. Em síntese, a partir de processos técnico-cientí-ficos¹¹, a qualidade e os aspectos naturais do alimento são substituídos por uma produção em larga, em que o objetivo da monocultura é produzir mercadorias e não comida. Por fim, o culti-vo de transgênicos e híbridos significa a perda da autonomia camponesa e uma maior dependên-cia destes às empresas multinacionais. Sem falar na perda de biodiversidade genética, a partir da perda das sementes crioulas, que cada dia mais deixaram de ser cultivadas e trocadas.

Isto, ao longo dos últimos anos tem provocado bruscas mudanças culturais nos hábitos alimentares. Além disso, cresce o debate dos ultraprocessados, sobretudo no que diz respeito às doenças da fome, quando a obesidade e subnutrição são dois aspectos de um mesmo processo. Isso acontece porque a população está tendo acesso a produtos de larga escala, mais baratos, no entanto, esvaziados de valores nutricionais e culturais. Fischer, desde 1995, já vem alertando so-bre os Objetos comestíveis não identificados (OCNIs) em alusão aos OVNI's, também o Montei-ro *et al.* (2010) com o conceito de “alimentos ultraprocessados”. Quer dizer, será realmente um alimento ou uma comida um produto que fica por meses na prateleira de um supermercado?

11 Como referência a Santos (2008), compreendendo a Revolução Verde em um contexto de Globalização. Caracte-rizada, então, pelas revoluções tecnológicas que promovem uma crescente substituição dos objetos culturais e natu-rais por objetos técnicos, promovida por uma política implementada através da ação das grandes corporações.

O projeto Alimentando Políticas, em seu relatório (2019), associa estas duas dimensões, das problemáticas socioambientais e para a saúde, e apresenta o conceito Sindemia Global. Sindemia enquanto interação de problemas mutuamente agravante para a saúde da população, baseada em três pandemias globais: obesidade, desnutrição e as mudanças climáticas¹². Foram assim agrupadas na formulação de um conceito, pois partilham um fundamento em comum: consequências dos interesses do capital sob o sistema agroalimentar global. A comida, vista como mercadoria e mediada pelo sistema capitalista, reflete a dialética social das diferenças entre as classes e ameaça a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

A fome e a desnutrição não são uma ocorrência natural, mas resultado das relações sociais e de produção que os homens estabelecem entre si, como alertou Josué de Castro (1946) no livro Geografia da Fome. O autor relacionou a fome com o latifúndio e a má distribuição de renda, enfatizando que a fome não é apenas um problema econômico, mas principalmente um problema social, apontando, desde a década de 1940, a necessidade de uma política alimentar séria para o país e a importância da reforma agrária. Neste contexto, Josué de Castro nunca esteve tão certo e atual.

Cabe destacar que sempre houve resistência a este processo homogeneizador, os camponeses não assistiram estáticos à essas expropriações. Mendonça (2004) apresenta o conceito (Re)Existências, que são ressignificações, reestruturações e modificações que ocorrem no modo de vida do camponês, que incorpora novas formas de existir e elabora estratégias para permanecer na terra. Passa a reivindicar seu território de vida, por meio de uma ação política que se firma em elementos socioculturais, na luta pela Reforma Agrária. As (Re)Existências são forjadas por meio do trabalho, na pluriatividade camponesa, na organização em movimentos sociais, associações e cooperativas, que são formas de fortalecê-los na sua existência.

Os movimentos são formas de organização social que desenvolvem processos que contribuem, decisivamente, por via de pressões organizadas, para transformações estruturais na sociedade. Além de também terem uma ação pedagógica de transformação das pessoas envolvidas. Ou seja, diz respeito a organização coletiva que constrói estruturas, desenvolve processos, organiza e domina territórios das mais diversas formas. Neste sentido, é importante entender que as ações e os projetos, as formas de apropriação do espaço é que formam as dinâmicas da territorialização (FERNANDES, 2008). Assim, nos anos 1950, com a industrialização, a questão fundiária começou a ser debatida mais verticalmente por alguns setores da sociedade brasileira, e surgiram as Ligas Camponesas¹³ no Nordeste, protagonistas em um dos mais importantes le-

12 Abarca todas as facetas o modelo de produção vigente de uso e destruição desenfreada dos bens naturais.

13 As Ligas Camponesas foram organizações de camponeses formadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB).

vantes populares no cenário político e social da época. Como resposta, em 1962, o Governo Federal criou a Superintendência de Reforma Agrária (Supra), primeiro órgão público a tratar do tema. E depois, com a edição do Estatuto da Terra, em 1964, foram estabelecidos o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), em substituição à Supra.

No contexto em que, estimulados pelo governo ditatorial militar - a partir de incentivos fiscais - diversas empresas brasileiras e multinacionais intensificaram o processo de expropriação de terras de camponeses, marcado por muita violência, foi denunciado pela igreja. Ao longo da década de 1960, começaram a surgir as primeiras Comunidades Eclesiais de Base no Brasil (CEBs)¹⁴, espaço comunicativo e político, cujo objetivo era a conscientização sobre a realidade dos participantes. Nestes espaços emerge um posicionamento que culmina com a formação de um novo sujeito social histórico, que elabora formas de organização social como meio para lutar por seus direitos (FERNANDES, 1998). Nas bases, alguns sacerdotes se envolviam com o processo de resistência dos trabalhadores em torno da questão da terra, dessa forma, foi o envolvimento dos sacerdotes com a realidade dos trabalhadores e o surgimento da CEBs como espaço de reflexão e de socialização política, que modificaram as relações políticas em muitos lugares.

A partir da ampliação desse processo pedagógico, começou-se a articular ações de resistência contra as diversas injustiças sofridas pelo povo, contribuindo na organização e na luta dos trabalhadores. Vários movimentos organizados se projetaram nesta época, em todas as partes do país, dentre eles, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - articulado, principalmente, nas regiões sul e sudoeste. Em 1979 ocorreu a primeira ocupação, na grande fazenda Sarandi, localizada no município de Ronda Alta-RS, envolvendo 110 famílias. Assim, o MST foi gestado no período de 1979 a 1984, quando se realizou uma reunião histórica em Cascavel, no estado do Paraná. Reuniu representantes de 13 estados, representantes sindicais, da CUT, da Associação brasileira de Reforma Agrária (ABRA), da CPT, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), na tentativa de discutir e mobilizar a população em torno da concretização da Reforma Agrária. Assim, foi configurada a nova organização, hoje organizada em 22 estados. Desde a sua constituição apresentou uma visão utópica, entendendo a luta pela terra como parte de um movimento revolucionário mais amplo, pelo fim do capitalismo, em defesa do socialismo.

Nesse sentido, o MST faz a defesa de um outro projeto de sociedade, demarcando um campo político, um território. Enquanto um movimento socioterritorial (FERNANDES, 2000),

¹⁴ A existência desse espaço é desdobramento das profundas mudanças ocorridas em partes da Igreja Católica no início dos anos sessenta, com o movimento de renovação da igreja pela teologia da libertação. Uma das ações da igreja, foi a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975, para dar suporte à causa dos trabalhadores do campo e sua organização (Fernandes, 1998).

tem como um de seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho. Para tanto, assume enquanto estratégia de luta popular e de resistência camponesa, a ocupação da terra, já que a constituição brasileira prevê a desapropriação de terras improdutivas ou sem uso social, ou onde foram cometidos crimes ambientais – no entanto, esse direito não era garantido sem a luta organizada, sem pressionar o governo. A organização de uma ocupação acontece pela tomada de consciência da realidade em que se vive, na defesa dos interesses dos trabalhadores: a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, etc.

A luta é histórica para efetivar a Política de Reforma Agrária, um conjunto de medidas conduzidas pelo Poder Público a fim de promover a distribuição de terras entre trabalhadores rurais, atendendo aos princípios de justiça social e aumento da produtividade, conforme disposto na Lei nº 4.504/64 (Estatuto da Terra). Além de promover cidadania, proporcionar a desconcentração e democratização da estrutura fundiária e gerar renda no campo, a Reforma Agrária favorece: a produção de alimentos básicos, o combate à fome e à pobreza, a promoção da cidadania e da justiça social, a interiorização dos serviços públicos básicos, a redução da migração campocidade, a diversificação do comércio e dos serviços no meio rural. A partir de tanta lutas reclamando este direito, no dia 4 de novembro de 1966, o Decreto nº 59.456 instituiu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária e, em 9 de julho de 1970, o Decreto-Lei nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), resultado da fusão do Ibra e o Inda. Desde então, o Incra¹⁵ é responsável por colocar em prática as ações que asseguram a oportunidade de acesso à propriedade de terra, condicionada à função social. Faz-se presente em todo o país por meio de 29 superintendências regionais.

Mais tarde a Reforma Agrária recebe ênfase na Constituição de 1988, em seu título VII, que trata da Ordem Econômica e Financeira, mais precisamente no Capítulo III, que trata da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Assim ela se expressa no caput do Art. 184:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

15 Além dos assentamentos implantados pela autarquia, o Incra reconhece projetos estaduais e áreas criadas por outras instituições, como as de reassentamento de barragens, unidades de conservação de uso sustentável e territórios quilombolas, para assegurar o acesso de quem vive nesses locais a algumas políticas de reforma agrária.

Mesmo assim, para a questão agrária a Constituição não representou grande avanço sobre o tema, sobretudo por não determinar o conceito de propriedade improdutiva, o que causa diversos conflitos em virtude das diferentes interpretações. Assim, em meados da década de 1990 surge um novo fôlego no debate político, devido a ascensão das ocupações de terras promovidas pelos MST e tantos outros movimentos de luta pela terra. Diante da crescente demanda por terra e da repressão política com o uso de violência policial, que culmina em 1996 no Massacre de Eldorado dos Carajás, a pressão internacional também repercute para a tomada de iniciativas por parte do Governo para a realização de reforma agrária. Nesse contexto, é criado o Ministério Extraordinário de Política Fundiária - que posteriormente tornou-se Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), de modo que retirou do conservador Ministério da Agricultura a competência sobre o Incra¹⁶ – em 1996, logo após o Massacre de Eldorado dos Carajás.

No caso das políticas de reforma agrária brasileira, a obtenção de terras pode ser feita de diversas maneiras. A mais utilizada e conhecida é a desapropriação, seguida do processo de compra e venda. Ao se consolidar um projeto de assentamento, os trabalhadores encontram inúmeras dificuldades. Dentre elas, o fato de que a grande maioria das terras incorporadas a Reforma Agrária apresentam condições naturais degradadas. Constituídas basicamente de pastagens, extensas áreas de monoculturas abandonadas e áreas de vegetação nativa degradadas, devido à má gestão dos antigos proprietários - motivados pela maximização de lucros em detrimento dos recursos naturais.

Sendo assim, a degradação ambiental tem exacerbado as dificuldades dos assentados em continuar na posse das terras (BRANFORD, 2004). Uma opção poderia ser dar continuidade a lógica do agronegócio que ali existia, destinando suas terras aos monocultivos baseados em fertilizantes e compostos químicos. No entanto, este tipo de produção lhes tira a autonomia, na medida em que precisam recorrer sempre a produtos do mercado para garantir o sucesso da produção, o que lhes geraria dívidas pesadas ou, até mesmo, submetendo suas terras e seu trabalho às demandas das empresas do agronegócio mais próximas.

A saída encontrada pelo movimento, no começo da década 1990, como um posicionamento político, foi adotar uma ruptura mais radical e sistemática com a agricultura moderna e promover ativamente um modelo alternativo, resgatando os elementos essenciais da agricultura

16 Um destaque deve ser feito relativo a atual conjuntura. O MDA foi extinto em 2016 e a secretaria de Agricultura Familiar foi para o gabinete da presidência e depois para a Casa Civil, até que no Governo Bolsonaro volta para o Ministério da Agricultura. Deste modo, o Incra é vinculado ao Ministério comandado pela deputada federal Tereza Cristina (DEM-MS), escolhida para o cargo por ser uma das líderes da bancada ruralista no Congresso Nacional. Nesse contexto, uma nota técnica encaminhada em outubro de 2021 pelo Incra ao STF (Supremo Tribunal Federal) mostra o tombo histórico que o programa de reforma agrária sofreu nos dois primeiros anos de governo de Jair Bolsonaro, embora o órgão negue a paralisação do setor (VALENTE, 2021).

realizada antes da modernização. O caminho foi encarar os assentamentos como comunidades de produção camponesa, no qual a terra é vista não só como fator para produzir e gerar renda, mas também como recurso para melhorar a qualidade de suas vidas. Os assentados, muitas vezes, adotam a agroecologia por perceberem que, se não conseguissem recuperar a fertilidade do solo, teriam que abandonar seus lotes (BRANFORD, 2004).

Assim, de acordo com a autora Sue Branford (2004), diversas alternativas foram construídas. Um exemplo é a Rede de Sementes Agroecológicas BioNatur, cooperativa que aglutina vários assentamentos com produção de sementes de diversas espécies de hortaliças, plantas ornamentais, forrageiras e grãos, em sistemas de base agroecológica. Da mesma forma, a loja da Reforma Agrária ou Armazém do Campo, presentes hoje em Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, têm sido opção para comercialização e valorização dos alimentos da Reforma Agrária. De acordo com Borsatto e Carmo (2013), é notória a influência das ideias de Marx, Kautsky e Lênin em questões relativas à organização da produção nos assentamentos rurais. Isso se evidencia no fomento do cooperativismo preconizado pelo MST durante o início da década de 1990.

Outra iniciativa foi o cultivo de plantas medicinais, fazendo a defesa de que o sistema de saúde dos pobres deve sair de experiências concretas das comunidades - até mesmo como forma de resgate dos saberes tradicionais e como forma de reduzir os gastos com produtos farmacêuticos. Desse modo, pautaram e construíram um plano nacional de saúde para o MST, em que a base é a agroecologia. Outra materialização desta postura política é a existência da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), localizada no Assentamento Contestado, do MST, no município da Lapa-PR. De acordo com o site da ELAA, esta é uma iniciativa da Via Campesina que recebe militantes da América Latina e Caribe para que possam aprender e disseminar agroecologia. A Escola surgiu em 2005 e oferta os cursos de Tecnologia em Agroecologia, Licenciatura em Educação do Campo e Ciências da Natureza e Agroecologia, organizados a partir da pedagogia da alternância. A proposta de educação da ELAA está calcada na educação popular de Paulo Freire, articulando conhecimento científico e popular, em uma perspectiva materialista-histórica. Sua grande riqueza é propiciar a troca de saberes entre os povos da América Latina.

Assim, o MST assumiu este caminhar e nas últimas décadas foi modificando seu discurso sobre o modo de produção que deve ser adotado pelos agricultores em seus assentamentos, migrando de um discurso com forte viés produtivista, para outro mais aderente à visão agroecológica, passando a incorporar ao centro de seu ideário conceitos como o de respeito e resgate da

agricultura camponesa, bem como as diretrizes da agroecologia¹⁷. De acordo com Picolotto e Piccin (2008) um fator muito importante para esta mudança de rumo das orientações políticas do MST é a formação da Via Campesina.

A Via Campesina é uma articulação internacional de movimentos camponeses criada em 1992 por diversas organizações da Ásia, África, América e Europa, cujas linhas políticas defendidas são: Soberania Alimentar e Comércio Internacional; Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural; Gênero e Direitos Humanos; Agricultura Camponesa Sustentável; Biodiversidade e Recursos Genéticos. Tal rede se conforma como um dos principais atores nas lutas atuais contra a hegemonia do modelo neoliberal de agricultura, denominado de Agronegócio (FERNANDES, 2008). Andreia Batista (2014) argumenta que ao forjarem novos militantes e dirigentes políticos, qualificam o debate de temas, tais como: a luta pela terra e pela reforma agrária, o respeito à socioagrobiodiversidade, pela participação política das mulheres, a permanência no campo e a sucessão rural familiar. Portanto, a territorialização contra-hegemônica do capital construída e exercida por estes movimentos ocorre a partir de seus posicionamentos políticos e suas linhas estratégicas, suas ações e lutas de enfrentamento, sua forma organizativa e suas políticas de formação, forjando a consciência de sua própria classe (THOMPSON, 2004). Assim, constroem um projeto distinto para o campo, baseado na Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e na Agroecologia.

Cabe também destacar que os movimentos sociais têm absorvido as demandas das comunidades camponesas na luta pela defesa das sementes crioulas, por alimentos mais saudáveis e pelo direito de posse das sementes crioulas. Um exemplo disso foi quando o Movimento Camponês Popular (MCP) assumiu a liderança de projetos com as sementes crioulas no estado de Goiás, entre os anos de 2008 e 2009 (MACHADO; MACHADO JUNIOR, 2014). Uma das linhas de ação do movimento é o “fortalecimento das ações de resgate, multiplicação e melhoramento das sementes crioulas”, contando com um banco de sementes (RIBEIRO, 2017). Por meio da mobilização social, da luta por uma alimentação saudável, pela preservação dos hábitos e costumes e a autonomia dos povos camponeses, o movimento tem articulado o acesso dos(as) agricultores(as) às políticas públicas, como o PAA Aquisição de Sementes e Mudas (PAA Sementes) estimulando a comercialização e a introdução das sementes em ambientes de vulnerabilidade socioeconômica. O movimento apresenta as matrizes para a produção das variedades crioulas e fornece aos(as) produtores(as) interessados espaços para as trocas das sementes e mudas.

17 O termo agroecologia passou a ser utilizado no Brasil no final da década de 1980, trata-se de práticas e saberes populares historicamente construídos e que resistem. A construção do conhecimento agroecológico é realizada a partir do diálogo de saberes, envolvendo pesquisadores de instituições de ensino, pesquisa e extensão, membros de organizações não governamentais, movimentos sociais, agricultores, profissionais, estudantes, etc (MOURA, 2016).

Já foram produzidas e distribuídas cerca de 800 toneladas de sementes crioulas em Goiás e em outros estados, inclusive o movimento possui uma parceria com pesquisadores da Embrapa Cerrado para realização de pesquisas de produtividade e melhoramento das sementes crioulas. Em 2011, realizou a “Feira e Festa das Sementes, Mudas e Raças Crioulas em Defesa da Biodiversidade” e o “Seminário Biodiversidade e Sementes Crioulas” na Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão (MENDONÇA, 2012).

Frente a este processo histórico, compreendemos que a luta dos movimentos sociais tem o grande mérito de afirmar uma agenda que se contrapõe ao agronegócio. Demonstra que há outras possibilidades para a agricultura que não seja a agricultura intensiva inspirada nos padrões da Revolução Verde. É, então, na agroecologia que a Soberania Alimentar tem suas bases.

Por ser uma discussão também realizada no âmbito da ecologia política¹⁸, as discussões organizadas por Lipietz (2003), em nível teórico metodológico contextualizadas junto a perspectiva do materialismo histórico e dialético, contribui com a reflexão no campo da Geografia. Para o referido autor, o marxismo possibilita uma análise histórica apontando para a ruptura - devido ao esgotamento e a emergência da consciência social sobre as problemáticas socioambientais do atual modelo hegemônico de produção de alimentos - e para a transformação social, que neste caso pode avançar em diálogo com o Estado, na formulação de políticas públicas. Para tanto, é essencial a instrumentalização de políticas públicas para gestão destes territórios a partir da compreensão de que estes são espaços vitais para a garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, ao mesmo tempo em que garante uma qualidade de vida maior nos centros urbanos.

18 Segundo Porto Gonçalves (2015, p.68, grifo nosso) “A ecologia política é o campo disciplinar e político do encontro de diferentes racionalidades (ambiental, econômica, cultural, hegemônica, contra-hegemônica) na apropriação social da natureza e na construção de um futuro sustentável”.

2.2 Agroecologia, Geografia e Território

Diante dos problemas socioambientais gerados pelo modelo hegemônico de agricultura industrial é fundamental que busquemos novas abordagens para o enfrentamento dos problemas agrícolas e agrários. Cremos que a única solução para o momento que atravessamos está no manejo ecológico dos recursos naturais, a partir da dimensão social e política que traz a Agroecologia, baseada na agricultura sustentável que surge do trabalho camponês em sua busca da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. De acordo com Guzmán e Molina (2005, p. 27) “o conhecimento do campesinato sobre o manejo dos recursos naturais é tomado como uma das variáveis definidoras do campesinato e aproxima-os da posição da Agroecologia”.

Então, os fundamentos práticos de uma agricultura ecológica já existiam anteriormente ao período da modernização. Podemos dizer que os nativos índios e a população preta, dominavam um saber que tinha por base as leis da natureza e que, embora não competitivo com os sistemas modernos, tinha uma relação direta com os ecossistemas naturais. Imigrantes pobres europeus também introduziram sistemas de produção baseada na gestão de recursos naturais oriundos da primeira revolução agrícola, sendo marginalizados pela política da modernização (MAZZETTO SILVA, 2007).

Esta modernização, pelo seu caráter excludente, provoca uma reação de grupos de agricultoras/es camponesas/es não contemplados pelos benefícios dos subsídios governamentais, provenientes do crédito agrícola, ou de outros serviços prestados por órgãos públicos destinados a orientar as/os agricultoras/es, prestar serviços e fomentar infraestrutura de apoio no espaço rural. Os grupos alternativos serão formados por agricultoras/es familiares em via de exclusão, ou excluídos diretamente pelos mecanismos de expropriação da política agrícola. Neste contexto, surge como um contra-movimento, uma via alternativa à política de modernização agrícola, a chamada agricultura alternativa, que articula-se na década de 1970 como um movimento socialmente organizado (BRANDENBURG, 2002).

Somente no final da década de 1980, a partir da relação do movimento brasileiro de agricultura alternativa com autores latino-americanos, este é incorporado enquanto Agroecologia, negando o fato de ser uma agricultura alternativa ao modelo convencional de agricultura que se contrapõe. Isso, porque trata-se de práticas e saberes populares historicamente construído e que resistem. Nesse sentido, é um conceito criado a partir de uma prática ancestral. Atualmente está em curso um intenso debate conceitual sobre a Agroecologia. Sem ter a pretensão de apresentar

um conceito definitivo, trazemos algumas proposições debatidas na literatura especializada. Embora o termo Agroecologia tenha sido utilizado há mais tempo, foi a partir das contribuições de Miguel Altieri, Stephen Gliessman e outros autores que o conceito ganhou visibilidade, consistência e sentido dentro da cultura contemporânea (EMBRAPA, 2006).

Também precursores, Guzmán e Molina (2005) desenvolveram pesquisas sobre os camponeses e a Agroecologia, nas quais analisam o papel do campesinato nas estratégias de desenvolvimento rural sustentável. A partir desta abordagem os autores consideram os movimentos camponeses e o desenvolvimento rural sustentável como estratégia a partir do seu potencial de mudança baseado na resiliência e resistência, e de seu desenvolvimento endógeno, que apresentam uma ética e de uma cultura alternativa à racionalidade globalizadora. Nesse sentido, tem ocorrido uma evolução teórica sobre os estudos camponeses em que a ecologia é considerada uma dimensão essencial, constituindo um marco conceitual da “ecologia dos pobres”, que supõe o contexto em que se move a corrente central e mais rica da agroecologia (MARTÍNEZ ALIER, 2010). Um movimento que a ilustra essa corrente é a Via Campesina.

A ideia de uma ecologia dos pobres apresenta-se em contraposição ao “novo movimento social monotemático, próprio de sociedades prósperas, típico de uma época pós-materialista” (MARTÍNEZ ALIER, 2010, p. 358). De acordo com seu anunciador, Martinez Alier (2010), também pode ser chamada de ecologismo popular ou, como é conhecida nos Estados Unidos, de movimento da justiça ambiental, conformando uma tendência ambientalista que se ampara na ecologia política. O eixo central do ecologismo dos pobres foca interesse no significado material do ambiente, “como fonte e condição para o sustento” (p.34), ou seja, a preservação e conservação da natureza baseada na manutenção de suas próprias vidas, que dependem diretamente destes recursos.

O campesinato é a fração de classe social em torno do qual se organizavam, e se organizam ainda hoje, as atividades agrárias no que tem sido denominado como “sociedades de base energética solar ou sociedades orgânicas”. De acordo com Guzmán e Molina (2005) as sociedades ou economia de base orgânica só podiam funcionar com um tipo de produtores que apresentam as seguintes características: economia de base familiar e mobilização de todo o pessoal disponível para o trabalho agrícola, existência de relações de apoio mútuo mediado por relações de parentesco, vizinhança ou amizade, num contexto cultural em que funcionara uma ética e o uso múltiplo do território, como uma estratégia de diversificação perante riscos climáticos ou sociais.

Também Tavares dos Santos (1978) aborda os elementos estruturais da produção camponesa, dos quais gostaríamos de destacar a força de trabalho familiar, ajuda mútua e socialização do camponês, a jornada de trabalho e a propriedade da terra. Sobre a força de trabalho familiar é preciso compreender que ao mesmo tempo a unidade produtiva camponesa é unidade de produção e também unidade de consumo. Dessa forma o autor afirma que “[...] a condição fundamental da produção camponesa é a força de trabalho familiar e que a família é quem provoca a existência de outras relações de produção – o trabalho acessório e o trabalho assalariado – na unidade produtiva camponesa” (1978, p.34). É necessário incorporar na reflexão sobre a força de trabalho familiar o protagonismo do trabalho da mulher, por diversos fatores que voltaremos a abordar mais enfaticamente ao longo desta dissertação.

Sobre as práticas de ajuda mútua, que se constituem como elemento importante para a unidade produtiva camponesa, aparecem em forma de mutirão e troca de dias, etc. O autor afirma que a “retribuição à ajuda é uma obrigação coletiva, sempre que ocorrer tal situação, a família que recebeu ajuda deverá junto com todos os outros, auxiliar a outra família em necessidade” (TAVARES SANTOS, 1978, p.35). Embora as práticas de ajuda mútuas descritas pelo autor referam-se ao trabalho em si, seja no formato de troca de dias de serviço ou em mutirão para apoio da família em necessidade (devido a doença ou morte etc.) gostaríamos de inserir aqui outra prática de ajuda mútua que é importante para reproduzir o processo de trabalho na unidade camponesa: a troca de alimentos, ou seja, cada família produz em seu lote determinadas variedades de alimentos e depois realizam a troca com os vizinhos em produtos que eles não dispõem.

Tavares Santos (1978) reflete também sobre a propriedade da terra como um elemento estrutural da produção camponesa. O autor evidencia que a propriedade privada camponesa é diferente da propriedade privada capitalista, pois esta última tem como finalidade a exploração do trabalho alheio e a primeira é terra de trabalho da família. A jornada de trabalho é outro importante elemento apresentado pelo autor, pois não há rigidez de horário diário, pois esta jornada varia de acordo com o calendário agrícola e este varia de acordo com a época do ano. Ou seja, esta forma é antagônica a empresa capitalista, pois é no sistema camponês, que produz e usa energia da matéria viva - que inclui seu próprio trabalho e a reprodução da unidade doméstica de trabalho e consumo - esta a protoforma do projeto da Agroecologia. Desde uma perspectiva agroecológica que é a que utilizamos aqui, o campesinato é, mais que uma categoria histórica ou sujeito social; uma forma de manejar os recursos naturais vinculada aos agroecossistemas locais.

A partir de tais materialidades, a Agroecologia busca abstrair seu “conhecimento ecológico” o que permite desenvolver novas tecnologias sociais adequadas a cada contexto territorial.

Inspirados no próprio funcionamento dos ecossistemas naturais, no manejo tradicional e indígena dos agroecossistemas e no conhecimento científico, estes autores produziram sínteses e se acercaram mais claramente do conceito moderno de Agroecologia. Como uma formulação social relativamente recente, constitui-se de movimentos de construção do conhecimento. A construção do conhecimento agroecológico é realizada por meio do diálogo de saberes¹⁹ (SANTOS, 2007) envolvendo pesquisadores de instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, membro de organizações não governamentais, movimentos sociais, agricultores, profissionais e estudantes (MOURA, 2016). Assim, podemos entender que a Agroecologia tem base na relação sinérgica entre a evolução do conhecimento científico e o saber popular. É um acúmulo de cerca de 12 mil anos de recriação das agri-culturas, que dialogam com a ciência moderna desenvolvida a partir do século XVII. De acordo com uma grande referência brasileira na área, Caporal, (2009, p.15):

A agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis, desde uma abordagem transdisciplinar.

Portanto, partindo do princípio que o saber não pode acontecer na fragmentação, deve ser transdisciplinar e objetivar a interdisciplinaridade, reconhecendo-se dentro de um processo em construção, sendo pautados pela problematização da disciplina e dessa com suas interconexões sociais, culturais e ambientais (COSTA, 2012). Nesse sentido, a agroecologia reconhece na diversidade cultural um componente insubstituível. Com princípio na interdisciplinaridade, a agroecologia enquanto ciência, ao integrar distintas disciplinas científicas, tem a potencialidade para constituir a base de um novo paradigma²⁰ da sociedade. Caporal e Costabeber (2006) falam de uma “revolução paradigmática” que, associada a outros movimentos de mudança deste início de século, começa a “modificar os núcleos organizadores da sociedade, da civilização, da cultura [...]”. Neste sentido, observa-se que um dos eixos importantes é o processo de

19 Esta formulação de Milton Santos nos permite pensar as construções do conhecimento junto com diferentes sujeitos e suas línguas, religiões, conceitos políticos e subjetividades, e não a partir de um sistema fechado de imposições epistemológicas.

20 A Agroecologia não se enquadra no paradigma convencional, cartesiano e reducionista, A Agroecologia, como matriz disciplinar, se encontra no campo do que Morin (1999, p.33) identifica como do “pensar complexo”, em que “complexus significa o que é tecido junto”.

ecologização que está em curso, diante da necessidade de buscar estratégias de desenvolvimento sustentável, que sejam capazes de reorientar o curso alterado da coevolução sociedade-natureza.

Por isso, ao valorizar as dimensões da ciência, das práticas, dos movimentos sociais e das inovações institucionais, a agroecologia tem se configurado, atualmente, como ciência, prática e movimento social (ABA, 2017), assim definida por WEZEL, A.; BELLON, S. DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. (2009). Desta forma, é entendida como um movimento social que se coloca em marcha - tanto em ações cotidianas como em processos coletivos de mobilização - para transformações nas formas de produção, processamento, distribuição e consumo presentes no atual sistema agroalimentar; para promoção da saúde em sua relação com o ambiente e de luta contra as diferentes formas de preconceito – racial, de gênero ou relacionado à condição social. E assim, compreendemos que a Agroecologia resulta das contradições do próprio capitalismo, que para se reproduzir, degrada as bases materiais de produção: a natureza, o trabalho e o/a trabalhador/a. E como consequência disso, também resulta das lutas e processos históricos de resistência dos camponeses e povos originários contra o avanço do capital no campo. Enfim, ao integrar estas distintas dimensões (Figura 2) apresenta-se como um outro projeto de sociedade, para a qual há necessidade de transformações estruturais: sociais, econômicas, políticas e culturais.

Figura 2: Dimensões da Agroecologia como projeto



A partir deste entendimento, autores como Guzmán; Casado *et al.* (2000) agrupam os elementos centrais da Agroecologia em três dimensões: a) ecológica e técnico-agronômica; b) socioeconômica e cultural; e c) sócio-política. Estas dimensões não são isoladas. Na realidade concreta elas se influenciam uma à outra e interagem o tempo todo, de modo que estudá-las, entendê-las e propor alternativas mais sustentáveis supõe, necessariamente, uma abordagem inter, multi e transdisciplinar, razão pela qual os agroecólogos lançam mão de ensinamentos presentes no saber popular, mas também de conhecimentos gerados no âmbito da Física, da Economia Ecológica e Ecologia Política, da Agronomia, da Ecologia, da Biologia, da Educação e Comunicação, da História, da Antropologia e da Sociologia, para ficarmos apenas em alguns exemplos que orientam esta reflexão. Mas vale frisar que somente a partir do século XX esse processo passou a ser sistematizado e organizado como próprio do conhecimento científico, adquirindo maiores contornos de luta política no início do século XXI, com organizações da sociedade civil, destacando-se os movimentos camponeses. O que interessa agora é aprofundar nas interações e contribuições entre geografia e o projeto da agroecologia (DIAS *et al.*, 2021).

Uma pesquisa de Mendes e Chelotti (2017) para compreender a incorporação da temática Agroecologia no âmbito da Geografia, a partir de trabalhos publicados no Encontro Nacional de Geografia Agrária, mostrou que já na década de 1990, em razão da introdução de uma série de indagações acerca do modelo hegemônico na agricultura, a temática vinha sendo discutida. A partir de 2004 há um crescimento deste debate dentro da Geografia, de modo que para melhor dividir os trabalhos analisados em eixos mais abrangentes, foram estabelecidas as tipologias referentes às várias perspectivas: Agroecologia e Comunidades Tradicionais; Agroecologia e Educação do campo; Agroecologia e Luta pela Terra/Reforma Agrária; Agroecologia e Fundamentos Técnicos e Metodológicos; e Agroecologia e Experiências e Estudos de Caso; mostrando que a Agroecologia é uma temática consolidada na Geografia. No entanto, devemos destacar que o Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ENANPEGE), instância máxima da pós-graduação em Geografia no Brasil, que conta com 73 Grupos de Trabalhos, até hoje não articulou um GT sobre a temática.

Segundo Mendonça (2004), essa reflexão é fundamental para a Geografia, pois o que está em jogo é a defesa dos territórios (camponês, indígena, quilombola, ribeirinho, seringueiro, ceradeiro etc.). Destaque que não estamos nos referindo aos dilemas vividos pela agroecologia nos processos de instituição de políticas públicas que não dão conta de sua complexidade, problemas

decorrentes do uso restrito da categoria território, vinculado aos discursos de desenvolvimento e de sustentabilidade. Ao analisar os documentos da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (MDA, 2005) observa-se a negação de bases centrais do debate do território, que são as relações de poder e as dimensões imateriais das territorialidades. Podemos avançar nas formulações políticas a partir das contribuições Raffestin (1993), que ajudou na renovação do conceito de território em uma perspectiva integradora, relacional, reunindo aspectos materiais e imateriais das esferas políticas, econômicas e simbólicas/culturais em sua composição. Além disso, o mesmo autor afirmou que as relações estabelecidas no território não se esgotam em seus limites físicos, mas que os atores ao se apropriarem dos espaços acabam por “territorializar” os mesmos, sustentados por um conjunto de ações, posturas, práticas, comportamentos, fundamentais para esse processo de autodeterminação e manutenção do território, ou seja, as territorialidades²¹.

O território constitui-se por diferentes intencionalidades, as quais materializam-se, ganhando expressão geográfica. Cada território congrega um projeto, isto é, um conjunto de estratégias delimitadas pelas intencionalidades de atores hegemônicos, em dado período e recorte, que objetivam viabilizar material e simbolicamente determinados usos do espaço. Como ressaltam Santos e Silveira (2001), em uma abordagem geográfica do território, “[...] devemos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (p. 247).

Carlos Walter Porto-Gonçalves tem trazido uma relevante contribuição ao debate territorial, com repercussões em grande parte da América Latina. Isso se deve principalmente ao seu envolvimento muito próximo a distintos movimentos sociais de resistência (ou de r-existência, como ele prefere) e do chamado pensamento descolonial, por meio do diálogo com autores como Aníbal Quijano e Boaventura de Sousa Santos. Assim, Porto-Gonçalves busca reavaliar o conceito de território à luz da realidade latino-americana e, em especial, da força de r-existência dos grupos subalternos. Como afirma Porto Gonçalves (2012), é necessário superar a lógica dicotômica, “lógica do isto ou aquilo e, definitivamente, aceitarmos as lógicas relacionais, plurais e que apontemos para territorialidades de outros tipos” (p. 64). Uma abordagem relacional do território significa situá-lo dentro de relações sociais e históricas, como mediação espacial do poder, que é inerente a toda relação.

Os avanços na visão do território – em sua abordagem relacional e multidimensional das relações de poder – e os debates de crítica ao desenvolvimento pautam os desafios de se pensar

21 Saquet (2009) discute que a territorialidade é vista como possível estratégia para a organização da sociedade e do território para a busca de transformação social, de formas de autogestão, de recuperação e conservação ambiental.

estes conceitos para reafirmar ou superar a colonialidade, a visão eurocêntrica como poder estrutural que opera na América Latina (QUIJANO, 2005). Raffestin (1993) enfatizou que o poder é imanente a toda relação, e que onde há poder, há resistência. Portanto, uma contribuição do olhar latino-americano, descolonial²², à discussão conceitual sobre território é destacar a importância dos conflitos por território em função do uso dos chamados recursos naturais, estejam eles vinculados à água, à biodiversidade, aos solos cultiváveis ou ao subsolo, em uma economia altamente marcada pelo caráter neoextrativista (WANDERLEY et. al., 2020), como já foi colocado anteriormente. Seguindo o raciocínio, os conflitos territoriais são uma questão também de disputa entre distintas ontologias, modos de ser ou distintos mundos e projetos.

Sendo o espaço geográfico objeto de estudo da Geografia, e este constituído a partir da relação do ser humano com o ambiente, uma das categorias mais interessantes para se estudar a Agroecologia é aquela que toma o trabalho como uma dimensão ontológica. Na concepção ontológica de Lukács, trabalho é a categoria fundante do ser social, é através dele que se realiza a existência social, a partir de um conjunto de relações sociais. É um processo no qual o ser humano regula e controla o seu intercâmbio com a natureza, e o objeto de trabalho é a natureza ou a natureza modificada, a matéria-prima. Vale ressaltar que a modificação da natureza se dá a partir de valores de uso²³. Porém, no modo de produção capitalista – na forma da divisão do trabalho –, a atividade humana transforma-se em trabalho abstrato e alienado, ou seja, lhe é alienada a possibilidade de autodeterminação.

Nesta discussão sobre o Trabalho, Lukács nos fornece elementos importantes para compreender a problemática do ser humano frente a natureza e as diversas formas de sociabilidade, a partir do processo sócio-histórico. O fazer prático não tem apenas o significado de utilidade, mas é um modo de manifestação do ser. Um elemento que vale a pena destacar é a da consciência que brota do processo de sociabilidade fundado pelo trabalho, como produto das mediações estabelecidas pela práxis social. É através da práxis que o ser se manifesta e evolui e, dessa forma, teoria e prática se conciliam (LUKÁCS, 2013). Enrique Leff (2022) discute sobre esta intencionalidade que surge da consciência do ser social. O pensador compreende que ela pode e que deve nos guiar na transição para um mundo de vida, em contraposição a este mundo que invisibiliza, nega e

22 Importante destacar a diferença entre Descolonial e Decolonial. A descolonialidade é abordada principalmente nas obras de Quijano. Está ligada às lutas anticoloniais que marcaram as independências das antigas colônias e pode ser definida como um processo de superação do colonialismo e das relações de opressão que ele causou. Já a decolonialidade é tratada pela pesquisadora Catherine Walsh, como um conceito que parte da noção de que não é possível reverter a estrutura de poder colonial. Assim, o objetivo é encontrar meios para romper com ela (AZEVEDO, 2022).

23 Produtos do trabalho útil, concreto e atendem as necessidades do homem. A determinação do valor de uso está relacionada com a utilidade do produto.

mata, tudo o que é contra hegemônico. Mas, como transitar? O autor acredita que cada povo da terra tem sua linguagem e forma de significar o mundo, formas de viver e a vida humana, em sua diversidade, deve ser uma aprendizagem contínua. Maria Inês Semeghini (2009) contribui sobre este processo de aprendizagem:

Como as sociedades mais simples trariam, já em sua gênese, enquanto possibilidade, os elementos que constituirão as novas sociabilidades nas suas formas mais complexas, as formas de ser anteriores estariam, neste processo, fornecendo o suporte ontológico que possibilitaria a emergência dos novos graus em que o novo molde do ser social estaria fundamentado, caminhando para sociedades cada vez mais complexas, e a finalidade do trabalho se colocaria enquanto instância da necessidade que se estabelecerá pela vida em grupo (SEMEGHINI, 2009, p.87).

A partir de Semeghini (2009), compreendemos que na medida em que as formas originárias estão presentes nas novas formas do ser na sociedade, há sempre um vínculo entre as novas necessidades e as necessidades do ser social em sua gênese, ou seja, a própria natureza do ser social. Além disso, na efetivação das finalidades postas no processo de produção e reprodução da vida em sociedade, o trabalho é o elemento responsável pela capacidade criadora do ser, orientando-o para novas possibilidades, impulsionando-o para tomada de decisões e escolhas, orientando-o na busca de novas formas de ser cada vez mais emancipadas e autônomas, rompendo com todas as formas estranhadas do ser social. Pois, como argumenta Lukács (2013), já que nos afastamos das barreiras naturais e nos tornamos diferentes dos demais animais selvagens, a partir da vida racional do ser social podemos superar as problemáticas socioambientais que vivenciamos hoje. Nesse sentido, compreendemos que o Trabalho não alienado é o caminho a guiar a sociedade, do início ao fim, como teremos a oportunidade de demonstrar nesta dissertação, a partir do trabalho das mulheres camponesas.

Como apontamento trazemos a compreensão de Marx (1983), no âmbito dos trabalhadores coletivos que constituíam o trabalho vivo das manufaturas, quando apresenta o conceito de cooperação, que se inaugura na própria constituição das classes e mostrado que a eficiência na produção só é alcançada através da coletividade no trabalho. Nesse sentido, a cooperação entre estes atores contra-hegemônicos, a agricultura camponesa, se dá a partir da própria condição em que estes atores se situam no todo da sociedade, da mesma forma que é a própria condição para resistir e superar as condições impostas. Neste contexto, é importante frisar que a cooperação somente é possível quando as trabalhadoras e os trabalhadores juntos materializam as condições de trabalho. Essas articulações são essenciais para que a Agroecologia se projete.

Vale frisar, assim como fizeram Clarck e Foster (2010) ao encontrar uma síntese entre as formulações de Marx e Meszáros, que a transição para um sistema de reprodução sociometabólica da relação do ser humano com a natureza requer uma sociedade livre dos ditames e da lógica do capital. Assim, a superação das injustiças sociais e ambientais requerem uma ruptura com o sistema capitalista e é neste caminho que se encontra a agroecologia como um projeto. A defesa das condições de vida e de relações adequadas com a natureza é possível a partir da garantia da permanência e do acesso à terra por meio de uma reforma agrária que assegure dignidade as trabalhadoras e trabalhadores/camponesas e camponeses e que consiga incorporar os saberes da vida. Assim, deve levar em conta as especificidades do solo, do clima, dos recursos hídricos e, principalmente, os saberes-fazeres, as experiências e vivências dos sujeitos, protagonistas da mais importante ação política deste país: a luta pela terra e território, a luta pela reforma agrária. Nesse contexto, Escobar (2015, p.93) desenvolve uma ontologia territorial, tomando o território como condição fundamental da própria existência:

Al interrumpir el proyecto globalizador neoliberal de construir Un Mundo (capitalista, liberal, y secular), muchas comunidades indígenas, afrodescendientes, y campesinas pueden ser vistas como adelantando luchas ontológicas, es decir, como involucrando la defensa de otros modelos de vida. Dichas luchas pueden ser interpretadas como contribuciones importantes a las transiciones ecológicas y culturales.

Esse forte vínculo com a defesa da terra/território e de seus recursos, não somente como fonte de sobrevivência do próprio grupo, mas por uma consciência sobre os crescentes impactos climáticos globais, levou a socióloga Maristella Svampa (2019) a apresentar o giro ecoterritorial como tendência no contexto latino-americano. Assim, a autora destaca a urgência das questões ecológicas envolvidas, que pode englobar distintas correntes teórico-ideológicas de defesa da terra e nas lutas socioambientais, desde a matriz indigenista e camponesa, de movimentos autonomistas, classistas, ambientalistas e ecofeministas. Enfim, essa união de lutas, que, resumidamente se posicionam pela justiça socioambiental, demonstra uma alternativa crescente de resistência ativa contra o neoextrativismo que desfloresta, queima e saqueia os territórios da América Latina. Uma resposta a isto é a força que o movimento indigenista tem alcançado a partir da organização e articulação nacional, caracterizando como uma das maiores resistências do século XXI.

Fruto das contradições do desenvolvimento dessa política econômica do capital, forjaram-se historicamente diferentes organizações e movimentos sociais, mobilizando-se e enfrentando as políticas neoliberais para o campo e suas consequências. Articulados internacionalmente e conformando a Via Campesina, diversos movimentos sociais do campo constroem um projeto popular para o campo, baseado na soberania alimentar e na agroecologia. Para Batista (2014) esta arti-

culação tem potencializado a união de distintas estratégias de resistência, luta e debates que planificam ações comuns contra as consequências do capitalismo no campo, construindo territorialização contra-hegemônica. A agroecologia, nesse sentido, é tanto um movimento socioterritorial (FERNANDES, 2000), como um movimento articulado em rede, percorrendo diversas escalas de organização e territorialização.

Girardi (2008), resgatando a concepção de Raffestin (1993), analisa que o território também pode se configurar como territórios-rede. Para o autor, estes territórios-rede são marcados pela descontinuidade e pela fragmentação que possibilita a sobreposição e a multiterritorialidade. Este elemento é importante pois, conforme Haesbaert (2006) configura a possibilidade de acessar ou conectar diversos territórios, o que pode se dar a partir de uma ‘mobilidade concreta’, no sentido de um deslocamento físico, quanto ‘virtual’, o que veremos com mais intensidade neste momento histórico e potencializado pela Pandemia de Covid-19.

Nesse contexto, vários autores têm discutido a existência de um “movimento agroecológico brasileiro” (PETERSEN; ALMEIDA, 2004), não como um movimento social institucionalizado, mas como “um campo social de expressão nacional que vêm se articulando em redes que mobilizam dinâmicas sociais autônomas desde os âmbitos local e regional” (ALMEIDA, 2009, p. 68), redes estas que articulam diferentes tipos de organizações de base, associações de agricultores, camponeses, quilombolas, ribeirinhos, movimentos sociais, instituições de assessoria técnica, organizações não governamentais e instituições de ensino, pesquisa e extensão, entre outros (PETERSEN e ALMEIDA, 2004), conformando redes para a territorialização do projeto contra-hegemônico.

Outra contribuição que tem se realizado a partir das pesquisas e análises geográficas em diálogo com as perspectivas da agroecologia diz respeito a noção de desenvolvimento, que se tornou insuficiente e anacrônica para se colocar como síntese ou objetivo dos complexos processos que envolvem as práticas e conhecimentos agroecológicos. Trazemos, a partir dos estudos de Montenegro Gómez (2006), as críticas ao reducionismo das propostas de desenvolvimento territorial rural e desenvolvimento local sustentável. Apesar de existir um discurso mobilizador poderoso com relação ao desenvolvimento, como algo supostamente benéfico para toda a sociedade, há de se esclarecer que a ideia de desenvolvimento se inscreve plenamente no corpo ideológico do capital, servindo como instrumento dinamizador da sua expansão e da acumulação.

Nesse sentido, com objetivo de superar as crises cíclicas do capital, nos últimos anos chegou-se a formulação mais acurada para desencadear o almejado desenvolvimento, no âmbito ter-

ritorial. Como pontuamos ao longo desta seção, nas políticas públicas o conceito territorial é esvaziado de sentido geográfico, sendo mais alinhado com a proposta de desenvolvimento local, reforçando a ideia do local que se mobiliza em trabalho e recursos para alimentar a fome do capital por acumulação. Ou seja, buscam-se saídas para as crises contínuas que atravessa este sistema. Saídas, no entanto, dentro da lógica do capital, subordinando todas as funções reprodutivas e sociais à sua própria expansão e procurando como finalidade essencial expandir constantemente o valor de troca (ANTUNES, 2000).

O desenvolvimento local é uma dessas estratégias que reformulam, sem modificar essencialmente, as formas de acumulação do capital. As novas estratégias de desenvolvimento local fomentam a participação das comunidades locais na decisão de quais ações devem ser implementadas para garantir seu desenvolvimento, no entanto, trata-se de uma participação esvaziada de conteúdo diante da falta real de alternativas onde escolher. Assim, a maior participação não implica maiores possibilidades de um fortalecimento da autogestão local (a Seção 4 trará exemplos de territorialidades contra hegemônicas, encubadas no bojo da autogestão). Porto Gonçalves (2004) foi incisivo: “desenvolver é tirar envolvimento (autonomia) que cada cultura e cada povo mantêm com seu território” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 46).

De acordo com Montenegro Gómez (2006) trata-se de uma incorporação do território de forma unilateral, no sentido de que as possibilidades que o território oferece são peneiradas pelo estreito crivo do capital. Na Agroecologia a proposta é a participação dos potenciais endógenos dos territórios, a partir do qual sejam elaboradas estratégias de valorização e uso adequado dos recursos naturais disponíveis e do potencial humano envolvido de maneira a favorecer o menor custo e sustentáveis sob o ponto de vista econômico e ambiental. O que se percebe é que, apesar de se revestirem de uma abordagem territorial, as políticas públicas para o campo ainda se baseiam, em sua maioria, numa visão convencional do desenvolvimento setorial, em que “rural”, na prática, ainda é sinônimo de “agrícola”. Isto repercute na ausência de discussões urgentes e de políticas públicas de longo prazo, que possam atender às demandas do movimento agroecológico em sua complexidade. Além disso, o desenvolvimento local, reforça a dinâmica acumulativa do capital e avança nas estratégias de controle social. Isso, pois, anula o conflito capital x trabalho via participação e consenso de todas as forças sociais nas medidas que buscam desencadear o desenvolvimento em um determinado território. Além de que, trata-se de projetos de gestão territorial que toma a concorrência como elemento central.

Como Engels (2010) delimitou em seu estudo sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra, é a concorrência manifestando-se em sua plenitude na indústria moderna que criou e desenvolveu o proletariado. Trata-se de um fenômeno essencial da organização societária posta pelo capitalismo, e conforme pontuou Engels (2010, p. 117) “A concorrência é expressão mais completa da guerra de todos contra todos que impera na moderna sociedade burguesa”. Essa concorrência entre os trabalhadores é o que existe de pior nas atuais condições de vida, pois enfraquece, limita e vulnerabiliza ainda mais estes sujeitos, isolando-os da oportunidade de organização e da potencialidade que isto carrega. Dai os esforços do proletariado para suprimir tal concorrência por meio das associações e, daí a necessidade violenta da burguesia contra essas associações.

Sendo assim, as estratégias de desenvolvimento local promovem o fortalecimento individual de um território de escala local com o intuito de prepará-lo para competir com outros locais vizinhos ou de inserção mercadológica dentro da economia mundial, dinamizando dessa forma a circulação e acumulação do capital. Neste sentido, fazemos destaque a categoria circulação postulada por Marx (2011), entendendo que a circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital. Ou seja, a produção de mercadorias e circulação de mercadorias, comércio, são os pressupostos históricos sob os quais o capital surge. A forma de movimento imediatamente transmitida ao dinheiro pela circulação de mercadorias é, pois, o seu constante afastamento do ponto de partida. O seu resultado é: o constante afastamento do dinheiro do seu ponto de partida, não regresso ao mesmo. Sendo assim, na circulação o capital se apropria do trabalho, pois rompe com os limites temporais, locais e individuais da troca de produtos precisamente pelo fato de cindir a identidade imediata aqui existente entre o dar em troca o produto de trabalho próprio e o receber em troca o produto de trabalho alheio na oposição de venda e compra. O projeto da Agroecologia tem a intenção de eliminar ao máximo os atravessadores e propiciar a venda direta, sobretudo quando se diz respeito ao alimento, que é fonte de vida e não simplesmente uma mercadoria.

Nesse sentido, os canais curtos de comercialização garantem a oferta de alimentos locais e de qualidade, em consonância com a promoção de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e com geração de renda - por propiciar a inclusão socioproductiva da agricultura camponesa (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2017). As feiras, por exemplo, enquanto momento em que campo e a cidade dialogam, podem contribuir para a consolidação de um novo paradigma, uma vez que podem funcionar como espaço de economias populares que se baseiam na maximização do bem-estar de produtores e de consumidores, proporcionando uma alternativa ao sistema agroalimentar

hegemônico (VERANO, 2019). Para o fortalecimento desses canais, a construção de alianças e articulações entre o campo e a cidade como a luta por Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e por uma Reforma Agrária Popular tem sido um oportuno caminho para a enfrentar o projeto desigual do agronegócio.

Em meio a esta discussão, a FAO (2014) enfatiza a existência de uma interdependência entre as variáveis água, energia e alimentos e que o aumento da oferta direta de uma implica no esgotamento das outras e nas respectivas cadeias de produção e provimento. Assim, tem sido utilizada a palavra “nexo” (*nexus*, em latim) a partir do entendimento de que a segurança da água, alimento e energia são essenciais ao bem-estar humano e que as problemáticas em torno desses três elementos estão interconectados. Os estudos em Nexus, por sua capacidade de avaliar os recursos de forma integrada e evidenciar as sinergias, tem adequada aplicação na proposição de políticas públicas e no monitoramento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável propostos pela FAO (2014).

Por essa razão a abordagem de Nexus tem dentre suas premissas básicas, a governança responsável dos recursos naturais, a gestão integrada e participativa desses recursos e o diálogo entre diferentes atores em prol de uma governança ambiental. No entanto, criar oportunidade para gestão integrada, mecanismos de inserção de diferentes atores em espaços de tomada de decisão e adaptar linguagens e metodologias técnicas para espaços de debate sociopolíticos, também representam importantes desafios. Este é o caminho apontado para se chegar a uma gestão local e participativa sobre os recursos de modo a garantir uma Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Soberania Hídrica, Soberania Energética e Popular, conforme apontam as pesquisas de Fabiana Cruz (2019). Otimizar a autonomia relacionada às seguranças hídrica, energética e alimentar, ganha destaque na medida em que, tanto pelos cuidados na produção, quanto em relação ao processamento e consumo, busca valorizar e conservar tanto os ecossistemas nativos.

Uma fundamentação possível para este caminho é o projeto do Tratado de Decrescimento Sereno, aprimorado por Serge Latouche (2009), que traz o decrescimento sob a ótica local. Deste modo, compreendendo duas facetas interdependentes, a inovação política com estratégica ecológica para o território e a autonomia econômica local. Para o referido autor, ousar o decrescimento no hemisfério sul é tentar provocar um movimento em espiral para se pôr na órbita do círculo virtuoso dos oito R's (erres), quais sejam: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar e reciclar. Ainda no que tange ao círculo virtuoso dos oito erres, estes devem se organizar com outros erres complementares e alternativos, com destaque para dois deles:

Romper com a dependência econômica e cultural em relação ao Norte e Reatar com o fio de uma história que foi interrompida pela colonização e a globalização, por exemplo, e desse modo recuperar a autonomia outrora perdida em razão da grande ofensiva do desenvolvimento. O desenvolvimento, por sua vez, bem como a globalização e o imperialismo colonial foram, indubitavelmente, fatores preponderantes no processo de destruição da autonomia alimentar. Como forma de contribuição cita um retorno ao local e a caça ao desperdício, sendo necessário integrar nos custos de transporte; realocar as atividades; restaurar a agricultura camponesa, estimulando a produção mais tradicional possível, a partir de políticas públicas embasadas nas realidades locais.

Destacamos problematizações recentes nos discursos do desenvolvimento sustentável e do desenvolvimento territorial rural como forma de apontar as limitações postas para a articulação de políticas públicas pautadas no âmbito deste debate. Como colocou Porto Gonçalves (2004, p. 46) “o desafio ambiental continua a nos convidar à busca de alternativas e não de desenvolvimento”. Em se tratando de América Latina, o acúmulo da discussão tem orientado a concepção do Bem viver, como alternativa ao desenvolvimento. Em países como Equador e Bolívia novos paradigmas socioeconômicos foram incorporados na construção de um projeto de sociedade, formulando uma nova constituição latina americana, com base no Bem Viver²⁴. Este relaciona-se à melhoria da qualidade de vida das pessoas (alimentação, vestimenta e habitação, por exemplo), o que se obtém por meio da educação, das relações familiares, trabalho, hábitos e ambiente, entendendo-se esse conceito como:

[...] um compromisso com a mudança [...] que permite a aplicação de um novo paradigma econômico, cujo final não se concentra no material, na acumulação mecanicista e interminável de bens, mas em vez disso promove uma estratégia econômica inclusiva, sustentável e democrática. [...] Além disso, Bem Viver’ é construído [...] sobre a transição do atual antropocentrismo para o biopluralismo [...]. Finalmente, ‘Bem Viver’ também se baseia nas demandas por igualdade e justiça social, e no reconhecimento, avaliação e do diálogo dos povos e suas culturas, formas de conhecimento e modos de vida (SENPLADES, 2009, p. 10).

Neste contexto, temos autores que refletem a partir das realidades latino-americanas, e que nos fazem pensar a agroecologia de forma mais ampla, vista como um enfoque da transição para agriculturas de base ecológica – que privilegiam as pequenas propriedades camponesas, que já têm em sua organização social e ambiental, uma racionalidade ecológica (TOLEDO, 2002). Diante disso, colocamos como chave de interpretação a Transição Agroecológica nos territórios,

24 Este conceito, “Bien Vivir/Vivier Bien” surge na região andina na América do Sul – sul da Venezuela até o norte da Argentina – e deriva por um lado, do Quechua (runa simi) e, por outro, do Aimara (aymará jaya mara aru), que são idiomas pré-hispânicos da região andina. Outras línguas indígenas, como os tupí-guaranis, também mencionam esse termo (ESTERMANN, 2011).

rumo a construção do projeto da Agroecologia. Para Sauer (2013) a transição agroecológica trata-se de um processo como um caminho para reduzir os impactos de agrotóxicos e insumos químicos na agricultura, não apenas no sentido ambiental e de saúde, mas também no aspecto econômico e social, por serem técnicas que pressupõe maior autonomia do/a agricultor/a, reduzindo a dependência de recursos externos. Esta perspectiva tem embasado o estudo das interações que se estabelecem entre processos sociais e processos ecológicos na co-produção do espaço rural. Com foco mais restrito, busca integrar diferentes campos do conhecimento científico no estudo dos sistemas de produção agrícola e extrativista com base em uma perspectiva ecológica, e que vai além dos sistemas de produção *stricto sensu*, mas adentra nos ambientes institucionais e nos circuitos de mercado, que impactam e influenciam sobre este espaço.

De acordo com o Marco Referencial em Agroecologia da Embrapa (2006), a transição agroecológica passa por diversas etapas, dentro e fora do sistema de produção, que podem ser definidas da seguinte maneira: Transição interna ao sistema produtivo: Redução e racionalização do uso de insumos químicos. Substituição de insumos. Manejo da biodiversidade e redesenho dos sistemas produtivos. Transição externa ao sistema produtivo: Expansão da consciência pública, organização dos mercados e infraestruturas, mudanças institucionais (pesquisa, ensino, extensão) e formulação de políticas públicas integradas e sistêmicas sob controle social, geradas a partir de organizações sociais conscientes e propositivas. Nesse sentido, fica reforçada a importância de Políticas Públicas contra-hegemônicas para consolidar este processo de Transição.

Eduardo (2016) em um estudo sobre os processos de ativação das territorialidades camponesas por meio da agroecologia, evidencia que os camponeses não farão sozinhos a revolução agroecológica. A implantação de um outro modelo agrário, agrícola e rural no Brasil, pautado na Agroecologia, não é tarefa fácil e também não será atingido com ações isoladas. Deverá ser uma política de Estado e perpassar várias instâncias, num enfoque de desenvolvimento com políticas transversais e integradas, envolvendo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinto MDA), Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Integração Nacional (MIN), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Saúde (MS) e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), visando estruturar e criar as condições necessárias e favoráveis para a consolidação desse novo processo. Um importante pilar de políticas públicas para implantação da transição agroecológica refere-se à orientação e acompanhamento técnico, a chamada Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Apesar da inadequação dessa designação, pois foi forjada para implementar o modelo convencional, é premente a

reorganização de um Programa de Orientação e Acompanhamento Técnico sob novas bases conceituais e metodológicas, que vinha sendo construído, mas foi totalmente desarticulado durante os governos Temer e Bolsonaro, conforme voltaremos a pontuar adiante.

Diante disso, situamos que, ao aproximar as categorias território e gênero, adentrando num universo muito invisibilizado e marginalizado, sobretudo do ponto de vista produtivo, percebemos a importância do trabalho das mulheres rurais para garantir a segurança alimentar da família. Emma Siliprandi (2015) estabelece elos entre os debates ambientais e das relações de gênero, mostrando que as mulheres estabelecem uma relação entre ambiente saudável e pessoas saudáveis que perpassa quatro questões principais: a alimentação adequada; uso de plantas medicinais, combate ao uso dos agrotóxicos e medidas de saneamento ambiental, em ações que extrapolam a preocupação com a saúde humana e abrangem o meio natural onde as pessoas vivem e trabalham. Assim como as mulheres são invisibilizadas no processo produtivo, espaços como os quintais agroflorestais também não possuem o devido reconhecimento de seu papel na agricultura camponesa.

De acordo Amanda Quaresma (2015), os quintais são sistemas de produção integrados também chamados de sistemas agroflorestais, que representam uma forma de uso e manejo da terra para uma produção pequena, mas contínua, com uma mistura de espécies agrícolas, florestais, que envolve ainda a criação de pequenos animais. Como um espaço de produção contínua, assegura uma complementação importante na dieta alimentar. Assegura, também, uma produção de alimentos saudáveis, sem utilização de insumos químicos e venenos, ou agrotóxicos, disponíveis imediatamente para a mesa da família. Frutas típicas da região também são encontradas nos quintais, além de pequenos animais como aves e suínos, proporcionando a venda ou troca do excedente. Portanto, o quintal é um espaço que possibilita geração de renda, e assim, agrega atividade reprodutiva e produtiva. Consideramos que são experiências que fortalecem e, sobretudo, protagonizam o caminho a ser potencializado rumo a transição agroecológica. O protagonismo da mulher camponesa é ascendente na luta contra o latifúndio, pela reforma agrária popular, pela igualdade de gênero no campo e na defesa do território, a fim de construir um Projeto Popular para o campo (o que retornaremos na Seção 3). Sendo assim, as políticas públicas devem compreender este contexto, a fim de potencializar este caminho.

Gostaríamos de enfatizar a importância dos sistemas Agroflorestais²⁵ por suas múltiplas interações ecológicas. Essas interações exercem funções e processos de fluxo de energia, de modo que a intervenção no ecossistema deixa um saldo positivo no balanço energético. Esses sistemas agroflorestais possuem características como a presença de maior diversidade de espécies, utilização e formação de serapilheira, regeneração da biota do solo, retenção de água, aceleração do processo de criação de biomassa e sucessão ecológica, além do anteriormente enfatizado retorno financeiro com a produção agrícola e aumento da segurança alimentar. Ou seja, a intervenção do ser humano na natureza pode ser positiva, por isto, os sistemas agroflorestais têm sido bastante utilizado em processo de recuperação de área degradada. Com isto, apontamentos possíveis de que no Antropoceno²⁶ podemos superar a lógica do *plantationoceno*. É o que as experiências sistematizadas nesta pesquisa nos faz esperar, conforme pretendemos transmitir ao leitor especialmente na Seção 4.

Por fim, frisamos a impossibilidade de convivência da agroecologia com o modelo hegemônico do Império Agroalimentar. Por hora nos detemos em apresentar um elemento justificador para essa ruptura mais do que nunca necessária. Há anos são debatidos os efeitos do uso de agrotóxicos para a saúde humana, da fauna e da flora. O uso indiscriminado de agrotóxicos está acabando com as abelhas e esse é um problema mundial. As consequências são sentidas diretamente na produção de alimentos, pois as plantas que têm flor precisam ser polinizadas para produzir sementes e sobreviver. Quem faz esse trabalho são as abelhas. E cerca de dois terços da dieta dos seres humanos vêm de plantas polinizadas. De acordo com o Jornal da USP, se continuar nesse ritmo, estudos acadêmicos indicam que em 2035 as abelhas estarão extintas (RÁDIO USP, 2017). Para se ter noção do quão séria é esta problemática, uma investigação em Santa Catarina revelou que cerca de 50 milhões de abelhas morreram envenenadas por agrotóxicos em janeiro de 2019. Os testes - pagos com recursos do Ministério Público estadual - mostraram que a principal causa foi o uso do inseticida fipronil, usado em lavouras de soja na região. Esta substância foi proibida em países como Vietnã, Uruguai e África do Sul após pesquisas comprovarem que ela é letal para as abelhas (TORRES, 2019).

25 O conceito de Sistemas Agroflorestais é fundamentado na agricultura sintrópica - modelo desenvolvido pelo suíço Ernst Götsch (1997) - agricultor e pesquisador que migrou para o Brasil no começo da década de 1980, estabelecendo-se na Bahia, onde desenvolveu técnicas de recuperação do solo regenerando florestas a partir de observação aos ciclos da natureza e dos saberes dos povos tradicionais, indígenas, quilombolas, camponeses, entre outros.

26 Proposto pela primeira vez por Paul Crutzen (2000), é um termo utilizado por alguns cientistas, tais como Grindstedt (2015) e Trischler (2017) para descrever o período mais recente na história do Planeta. O prefixo grego “antropo” significa humano; e o sufixo “ceno” denota as eras geológicas. Não há data inicial oficialmente apontada, mas muitos consideram que começa no final do Século XVIII, quando as atividades humanas começaram a ter um impacto global significativo no clima da Terra e no funcionamento dos seus ecossistemas.

A modernização da agricultura deixou claro suas consequências sobre a devastação dos agroecossistemas e a incapacidade da agricultura convencional de enfrentar as crises que ela mesma colabora para criar. Com isso, abre-se campo para que a agroecologia se construa como um projeto consistente, no qual mudanças de valores ambientais e sociais estejam na base dos processos de transição agroecológica. Meszáros (2011) também reforça esta concepção enfatizando a necessidade de uma teoria da transição na agenda histórica da perspectiva de uma ofensiva socialista, em resposta à crescente crise estrutural do capital que ameaça a verdadeira sobrevivência da humanidade. Nesse sentido, destacamos o potencial político de uma visão ecológica profunda, como a proposta pela agroecologia.

Toledo (1996) afirmou que a implementação, em longo prazo, de “desenhos subversivos” que promovam a geração de energia em pequena escala, com base em recursos locais, no lugar de megaempreendimentos, podem levar à autossuficiência de indivíduos, comunidade e regiões, constituindo novas formas de poder político descentralizado e autogestado. Segundo Mészáros (2011) a transição para uma sociedade além do capital exige, como condição vital para o sucesso, a progressiva devolução às pessoas dos poderes alienados de decisão política e organização social, como as associações de produtores autônomos. Acreditamos que visões como as de Vitor Toledo e Narciso Barrera-Bassols, relacionadas à construção de autonomia, apontam caminhos mais frutíferos, em vez de restrições aos horizontes de possibilidades, como as que os discursos hegemônicos do Estado, do capital e do patriarcado têm a nos oferecer.

2.3 Relação cidade-campo na construção da Soberania Alimentar

Segundo as Nações Unidas, o ano de 2007 marcou o período em que a população mundial passou a ser predominantemente urbana. A América Latina e o Caribe é a região mais urbanizada do mundo, tendo atualmente mais de 80% de sua população vivendo em áreas urbanas. Este momento de expansão das cidades, é também o da expansão capitalista baseada na mundialização financeira e articulada com a demanda internacional por *commodities*, sejam as fornecidas pelo setor de agronegócios ou da indústria extrativa dos recursos naturais. Essa mudança expressa a inserção das cidades brasileiras na frente urbana da expansão do atual ciclo de financeirização do capitalismo global (RIBEIRO, 2018). Assim, ao mesmo tempo em que se amplia a rede urbana, se amplia a territorialização das grandes empresas globais, instaladas no Brasil, especificamente no Centro Oeste e em Goiás, voltada para o mercado agroexportador.

Assim, as transformações ocorridas na atividade agropecuária no Brasil, nas últimas cinco décadas, exercem profundos impactos sobre a reorganização do território brasileiro, resultando em novos arranjos territoriais. Este é um processo que está intimamente relacionado com o agronegócio globalizado que se realiza a partir da dialética entre a ordem global e a ordem local. Segundo Denise Elias (2012), as escalas locais e regionais articulam-se permanentemente com a internacional e o território organiza-se com base em imposições do mercado, comandado por poucas e grandes empresas nacionais e multinacionais, conformando o que a autora chama de Regiões Produtivas Agrícolas (RPA).

Essas corporações concernentes às redes agroindustriais globais são os maiores agentes produtores do espaço agrário e urbano brasileiro. Como consequência de tais processos, intensificam-se as relações cidade-campo e a urbanização, uma vez que as redes agroindustriais necessitam também de processos que se dão no espaço urbano próximo às áreas de produção agrícola e agroindustrial, incrementando o crescimento de cidades totalmente funcionais ao agronegócio, as quais passam a ter novas funções, tal como a de gestão desse agronegócio globalizado (ELIAS, 2012).

Ambos pensadores partem da afirmação de Milton Santos (1996) de que há uma organização, um arranjo do espaço, de acordo com os interesses e necessidades de cada grupo. O Estado e o Mercado são duas instituições estruturadoras do espaço, atuando em múltiplas escalas de organização. Essas duas esferas, público e privado, atuam por meio de redes que permeiam as Cidades em que estão instaladas e nas suas respectivas áreas de influência. Dessa forma, orientam fluxos de gestão, incorporando ordens, hierarquias, informações, poder e dinheiro entre os agen-

tes que se organizam de forma multilocalizada e, por conseguinte, são elementos estruturantes da rede urbana (IBGE, 2020).

Assim, a rede urbana articula os espaços cidade e campo, simultaneamente articulado e fragmentado, pelos fixos e fluxos²⁷. Nesse sentido, Santos (2000) entende que nesses espaços, assim reorganizados, há, de um lado horizontalizações²⁸ e, de outro lado, verticalizações, sobrepostos. O sistema de produção que se serve das verticalidades é constituído por redes, estas a serviço daqueles atores que, de fora da área, determinam as modalidades internas de ação nos lugares, organizando o trabalho de todos os outros atores. Trata-se da racionalidade hegemônica global que se apresenta como uma ideologia comandada pelos atores hegemônicos do capitalismo, sobretudo as grandes empresas. É transmitida para a sociedade por meio das verticalidades, que se especializam no território como um conjunto de pontos formando um espaço de fluxos, e que estão profundamente adequados às demandas produtivas hegemônicas.

Como as RPAs estão conectadas diretamente aos centros de poder e consumo em nível mundial, significa dizer que nas RPAs existem novos espaços de fluxos rápidos inerentes às redes agroindustriais, nas quais as verticalidades têm predominância sobre as horizontalidades (ELIAS, 2012). Assim, como nas verticalidades predominam os interesses corporativos, os interesses públicos ficam a mercê destes, por isso, trazemos a afirmação de Santos (2000, p. 107) “As decisões essenciais, concernentes aos processos locais são estranhas ao lugar e obedecem a motivações distantes”. Sequer levam em conta as necessidades do local, apenas as necessidades do capital.

Especificamente no estado de Goiás, a expansão da fronteira agrícola (processo que aprofundaremos na subseção 3.2) desempenhou significativo papel na transformação da rede urbana, principalmente com a formação de "centros dinamizadores" da agricultura moderna, como é o exemplo de Rio Verde (GO). A urbanização incipiente que se desdobrou sobre o Centro-Oeste colaborou para o desenvolvimento urbano desequilibrado, com a concentração de funções urbanas em números reduzidos de centros. A ausência de outras centralidades de maior porte favoreceu a centralidade e a concentração de Goiânia e Brasília. Goiânia concentra boa parte da produção industrial de Goiás, principalmente nas atividades de fabricação de alimentos, bebidas, farmacêuticos (ARAÚJO, 2014).

27 Os fixos, que podem ser fábrica, plantação, casa, loja, estradas, etc, emitem fluxos que se constituem em movimentos entre os fixos. Os fluxos necessitam dos fixos para se realizarem e são comandados pelas relações sociais (SANTOS, 1994).

28 As ações horizontais caracterizam os espaços em que a vida cotidiana abrange várias temporalidades, considerando a existência e o interesse de todos e de cada um, dando ênfase as interdependências e às redes de solidariedade entre pessoas, grupos, organizações sociais e econômicas localizadas na região (SANTOS, 1996).

Foi a partir da década de 1980 que a trama espacial que envolve Goiânia e o entorno se amplia. O tecido urbano da metrópole Goiânia se expandiu, corroendo a vida no campo e acionando territórios, que muitas vezes se localizam em outras unidades municipais. A Região Metropolitana de Goiânia foi institucionalizada pela Lei complementar n. 27, de 30 de dezembro de 1999. Após algumas mudanças no texto original, a Lei complementar nº 139 de 22 de janeiro de 2018, dispõe, entre outras coisas, a conformação última da Região Metropolitana de Goiânia, que fica compreendida pelos municípios: Goiânia, Abadia de Goiás, Aparecida de Goiânia, Aragoiânia, Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Brazabranes, Caldazinha, Caturai, Goianópolis, Goianira, Guapó, Hidrolândia, Inhumas, Nerópolis, Nova Veneza, Santa Bárbara de Goiás, Santo Antônio de Goiás, Senador Canedo, Terezópolis de Goiás e Trindade.

Araújo (2014) enfatiza que um dos pontos importantes relativos à praticidade da lei que cria a RMG foi a criação da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (RMTC), apontando um princípio de ação integrada frente ao desafio da governabilidade de um processo territorial que extrapola os limites municipais. Nesta pesquisa estamos interessados em uma ação integrada de planejamento territorial pautando a questão da produção de alimentos. O município de Goiânia possuía no último censo, 1.302.001 habitantes, e sua região metropolitana mais de 2 milhões de habitantes (IBGE, 2010). A estimativa populacional para 2021 projetou a grande Goiânia, composta por 21 municípios, com um contingente de mais de que 2,6 milhões de habitantes, o que representa cerca de 37,2% da população estadual. Já a população de Goiânia em relação à região metropolitana representa 58% (IBGE, 2020). Isso coloca a metrópole Goiânia como uma das principais regiões do país em demanda de alimentos devido ao quantitativo populacional. No entanto, Moyses (2006) alerta que o tecido urbano vem, cada dia mais, se expandido sobre o espaço rural da Região Metropolitana e lhe impondo outros ritmos, outras funções, estando a produção de alimentos cada dia mais marginalizada.

Compreendemos a relação cidade-campo baseada não em contradições, mas na complementaridade e na dependência. Para Maria da Conceição Araújo Castro (2009) a relação cidade-campo tem sido marcada, historicamente, pela interdependência, esses dois espaços passaram a exercer funções estratégicas para o grande capital (produção e circulação das mercadorias) e para a (o) trabalhador(a) rural, que se mobiliza com mais assiduidade em ambas as direções. A publicação Regiões de Influência das Cidades 2018 – Regic -, organizada pelo IBGE (2020), é interessante pois delimita as áreas de influência das cidades com base das hierarquias, levando em consideração as relações espaciais que afetam o seu funcionamento, bem como os bens e serviços que são disponibilizados. Ela é funcional nas suas vidas práticas no sentido de ter acesso ao mé-

dico e outros serviços, bem como vender e comprar. A pesquisa Regic tem como base a Teoria dos Fluxos Centrais de Taylor, que incorpora a Teoria das Localidades Centrais de Christaller (1966) aos aportes teóricos próprios do IBGE. A Teoria das Localidades Centrais é a ideia de que as cidades formam um conjunto de centros funcionalmente articulados – a rede urbana. O propósito de identificar e analisar a rede urbana brasileira, as relações entre elas, eixos de integração no território, dando visibilidade às centralidades e à dinâmica dos fluxos que as conectam.

De acordo com esta publicação, em termos de atração populacional total, um conjunto de Metrôpoles se destaca: os Arranjos Populacionais de Belo Horizonte/ MG, Belém/PA, Teresina/PI, Goiânia/GO, Porto Alegre/RS e o Município de Manaus (AM) são as seis principais. O Arranjo Populacional de Goiânia/GO polariza o maior número de Cidades, muito além de sua região Metropolitana, apresentando grande extensão territorial (11,3% do Território Nacional), exercendo atratividade com o limite sul do estado de Goiás com alcance sobre algumas cidades do Triângulo Mineiro, seguindo ao norte até abranger quase completamente o Tocantins, com entradas no sudeste paraense e leste de Mato Grosso. A procura por serviços de saúde é um dos maiores motivos que geram movimentações de pessoas na rede urbana, saindo de seus municípios e buscando atendimento em outras cidades.

Embora o tema das atividades agropecuárias remeta, em uma primeira aproximação, mais ao espaço rural do que aos centros urbanos, a produção de alimentos e *commodities* insere-se em complexas cadeias produtivas responsáveis por fluxos de diferentes naturezas e intensidades cujos nós localizam-se, em grande parte, nas cidades. São nos centros urbanos onde ocorre a disponibilização de crédito aos produtores, a comercialização dos produtos, insumos e maquinários, a formação de assistência técnica, a gestão da produção de grande porte, os principais centros de consumo por meio das centrais de abastecimento, a sede de complexos agroindustriais, os centros de pesquisa agropecuária, dentre muitos outros exemplos. As Cidades são, desse modo, fundamentais para compreender os processos existentes no campo que, por sua vez, implicam diferentes inserções das próprias cidades na economia nacional e mundial.

O levantamento dos fluxos de produtos e serviços agropecuários foi realizado com o objetivo de identificar as redes de distribuição da produção e seus impactos na rede urbana. Para cada produto discriminado no questionário, os informantes deveriam responder a quatro itens: (1) para quais municípios os produtores rurais locais se dirigem para comprar material de consumo, como adubos, fertilizantes, vacinas e sementes; (2) em quais municípios compram maquinário e implementos agrícolas, incluindo ferramentas; (3) para onde vão em busca de serviços técnicos especializados; e (4) para onde destinam a produção. As maiores centralidades são: Goiânia

(GO), que atrai produtores de seis estados, mas com maior influência sobre Goiás; São Paulo (SP), que fornece maquinário para 21 Estados; e Rio Verde (GO), de atração mais restrita ao próprio estado e mais uma cidade mato-grossense. Mesmo com atuação mais restrita, Rio Verde (GO) atrai cidades com grande produção agropecuária, sobretudo para bovinos de corte, soja, milho e cana-de-açúcar.

A produção de soja em Goiás na safra 2020/2021 foi de 13,7 milhões de toneladas, com produtividade média de 3,7 toneladas por hectare em uma área plantada total de 3,7 milhões de hectares. Rio Verde, Jataí, Luziânia e Mozarlândia são os municípios goianos que mais enviaram produtos goianos para outros países. China e Espanha foram os países que mais receberam mercadorias/ *commodities* produzidas em Goiás. Só no mês de junho, do total exportado por Goiás, 57,27% foi do complexo da soja; seguido das carnes (18,57%); das ferroligas (4,50%); do açúcar (4,04%), e do ouro (3,81%), que juntos totalizam cerca de 88% do volume exportado (CONAB, 2021).

De acordo com a FAO (2018) a pecuária é a principal forma de uso da terra no mundo, ocupando entre 70% e 80% das terras agrícolas. Destes, conforme o Atlas das Pastagens desenvolvido pelo Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (LAPIG, 2022), cerca de 35% das pastagens e do rebanho bovino estão no Cerrado brasileiro - no qual damos destaque ao estado de Goiás. A partir da última Pesquisa da Pecuária Municipal realizada pelo IBGE em 2019, trazemos a tabela 1 com o número total do rebanho de bovinos, suínos e galináceos do estado de Goiás e a relação produzida pela Região Metropolitana de Goiânia, recorte de maior intensidade da relação cidade-campo.

Tabela 1: Rebanho na RMG em relação ao estado de Goiás

	Rebanho (cabeças)		
	Bovino	Suíno	Galináceos
Total em Goiás	22.785.151	1.878.638	95.934.173
Total na RMG	753.547	676.86	9.681.289
Percentual	3,3%	3,6%	10,00%

Fonte: Fonte: IBGE - Pesquisa da Pecuária Municipal, 2019. Organizado pela autora, 2021.

Importante frisar que junto com a pecuária cresce também o cultivo de grãos como a soja e o milho, que em sua maior parte serve para ração animal. As principais culturas no estado de Goiás e RMG foram sistematizados na tabela 2.

Tabela 2: Principais Culturas na RMG em relação ao estado Goiás

Principais Culturas (Ha)					
	Cana-de-açúcar	Mandioca	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Tomate
RMG	9.762	1.478	17.307	30.900	208
Goiás	93.7634	11.957	1.733.660	3.574.230	11.369
Percentual	1,04%	12,36%	0,99%	0,86%	1,82%

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal, 2020. Organizado pela autora, 2021.

A produção de grãos, assim como os dados da Pecuária, não estão concentrados na região de intenso fluxo cidade-campo, exatamente pela ausência de grandes extensões de terra, quesito fundamental para este tipo de produção. Isto acontece devido a grande pressão que existe sob as regiões periurbanas, especialmente na América Latina. São referências na área: Barsky (2007), Furtado (2011), Tito (2018), Goites (2020), entre outros, apontando um certo consenso de que os espaços Periurbanos estão em Transição entre o Rural e o Urbano (PEREIRA, 2013). Nesse contexto, estudos despontaram nos últimos anos retratando a existência de espaços periurbanos fragmentados e abordando suas multifuncionalidades em contextos de regiões metropolitanas.

Em se tratando da Região Metropolitana de Goiânia, Moyses (2006) alerta que a área rural da grande Goiânia se encontra, cada dia mais, em disputa pelos agentes do setor imobiliário e gestores públicos que defendem a incorporação do que ainda existe de zona rural à zona de expansão urbana. Neste cenário, o referido autor defende que enquanto a cidade dispõe de espaços ociosos, não se justifica sua expansão física. É importante e necessário manter as características atuais e estimular sua ocupação com atividades complementares ao consumo da cidade; como a produção de alimentos; promover o seu gerenciamento para inibir a ocupação espontânea e irregular e procurar viabilizar as áreas de preservação através de projetos e programas que busquem um equilíbrio ambiental para a cidade.

No entanto, cabe destacar a notícia veiculada no jornal “O Popular” em agosto de 2021, referente a proposta que consta no relatório final do Grupo de Trabalho (GT) a frente na atualização do Plano Diretor de Goiânia. O GT é formado pelo poder executivo municipal, contando com presença de vereadores e representantes do mercado imobiliário, que têm como objetivo utilizar o instrumento da Outorga Onerosa de Alteração de Uso (OOAU) para permitir que um imóvel da zona rural passe a fazer parte da zona urbana. Para tanto, os proprietários precisarão pagar R\$ 1,62 por m², fundo repassado a prefeitura municipal. Entretanto, o documento não conta com mapas identificando as zonas passíveis de modificação por outorga onerosa. Um dos efeitos desse processo é o fato de que especulação imobiliária gera uma valorização excessiva do preço do solo urbano. Nesse contexto, logo após é publicada outra matéria do O Popular expondo a busca

de associações de moradores e conselhos profissionais para participação nas discussões, que estão acontecendo apenas com o Agente Mercado.

O próprio estudo da Regic (IBGE, 2020) compreende a rede urbana como o produto de um sem-número de interações entre agentes econômicos, habitantes, empresas, agências estatais, grandes companhias, sociedade civil organizada, Ongs, dentre outros. Nesse sentido, mesmo se houver um ator hegemônico, como um Estado impondo regras ou atuando fortemente, ele é mais um ator funcionando em meio a uma miríade de interações. O resultado, a estrutura da rede, é o produto involuntário dessas relações múltiplas dos incontáveis agentes, cada qual com sua estratégia própria de atuação. Assim, fica evidente a existência de projetos contraditórios para estes espaços, situando-os numa abordagem a partir do território (SOUZA, 1995). Trazemos esta categoria para compreender o espaço definido por e a partir de relações de poder, as quais têm origem nas apropriações e usos do solo por diferentes intencionalidades, conforme enfatizaremos ao longo desta dissertação.

Retomamos os dados agropecuários do IBGE que apontam para as informações do boletim da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) do estado de Goiás, bem como da Central de Abastecimento do estado de Goiás (Ceasa)²⁹. Existem bens e serviços que as pessoas não estão dispostas a viajar grandes distâncias para adquiri-los. Os custos da produção são baixos o suficiente para que os gastos com deslocamento representem uma grande proporção de seu custo total para o consumidor, ou até mesmo pelo seu nível de precibilidade, portanto necessitam estar próximos. E, além disso, que não necessitam (essencialmente, mas podem ser) de grandes extensões de terras para seu cultivo. O que se encaixa nos dados Ceasa, sobre os hortifrutigranjeiros.

O Governo Federal, desde o final dos anos 1960, estudava propor uma forma de apoio à produção e ao escoamento de hortifrutigranjeiros. Começavam a ser inauguradas plataformas logísticas de comercialização, hoje denominados Ceasas. Nos anos 1970, o modelo Ceasa passou a ser construído em larga escala e, na década de 1980, já se espalhava pelo país. Durante a década de 1990, época das privatizações e diminuição da presença do Estado, essas Centrais de Abastecimento passaram, em sua maioria, para a responsabilidade dos estados e municípios e assim permanecem até os dias de hoje, com exceção da central de São Paulo (Ceagesp) e a de Minas Gerais (CeasaMinas), que continuam federalizadas (CONAB, 2022). Oliveira (2010), destaca uma contradição desta proposta, pois as Ceasas, ao terem presença próxima de mercados urbanos, contribuem para que se prolifere toda sorte de intermediários na comercialização dos alimentos.

29 A Conab, por meio do Prohort, possui estreita parceria com as Centrais de Abastecimento brasileiras, formalizada por meio de Acordo de Cooperação Técnica.

Esses intermediários encontraram respaldo na ação do Estado (construindo CEASAS), e assim seguem extraindo parte da renda da terra das e dos pequenas/os agricultoras/es. Nesta pesquisa enfatizamos as potencialidades das redes que garantem o menor número de intermediários, conformando os chamados Circuitos Curtos de Comercialização.

Feita a devida consideração, a Ceasa GO está em operação desde 1975 e, conforme consta em seus relatórios sistematizados anualmente, é a quarta maior central de abastecimento do país em volume de comercialização, a principal central de abastecimento do Centro Oeste brasileiro. Alguns dados interessantes destacados pelas conjunturas da Ceasa GO diz respeito aos principais alimentos ofertados, aos principais municípios e microrregiões produtoras. No ano de 2019 Goianópolis foi o município com maior índice de oferta, 63,59 mil toneladas, 12,68% da oferta do Estado, movimentou 22,5 milhões de Reais. Em 6º lugar Goiânia, 23.4 mil toneladas, em Reais movimentou 56,3 milhões de reais, na oferta do Estado 4,67%. Em 2020 Goianópolis continua em primeiro lugar, ofertando 56.814,05 toneladas de hortifrutigranjeiros, representando 10,85% da oferta do estado de Goiás. Em 5º lugar Goiânia, ofertando 42,180,56 toneladas, 8,05% do montante do estado, com um giro financeiro de 127,5 milhões de Reais. De modo que os dois municípios pertencem a Microrregião Goiânia³⁰, esta é, conforme o relatório da Ceasa, a microrregião que mais se destaca na produção de hortifrutigranjeiros. Nos dois anos o destaque está na produção de hortaliças em geral mas, em especial, o Tomate. A partir da movimentação comercial detalhada nos relatórios produzido pela Central de Abastecimento de Goiás S.A. em 2020 e 2021, sistematizamos a tabela 3.

Tabela 3: Conjuntura do Mercado Atacadista de Hortifrutigranjeiro em Goiás, 2020 e 2021

Ano	2019		2020	
Ceasa GO	Toneladas de hortifrutigranjeiros	R\$ movimentado (bilhões de Reais)	Toneladas de hortifrutigranjeiros	R\$ movimentado (bilhões de Reais)
Total	949.286,74	2,4	906.570,12	2,4

Fonte: Ceasa-GO, Conjuntura Anual 2020, 2021. Organizado pela autora, 2021.

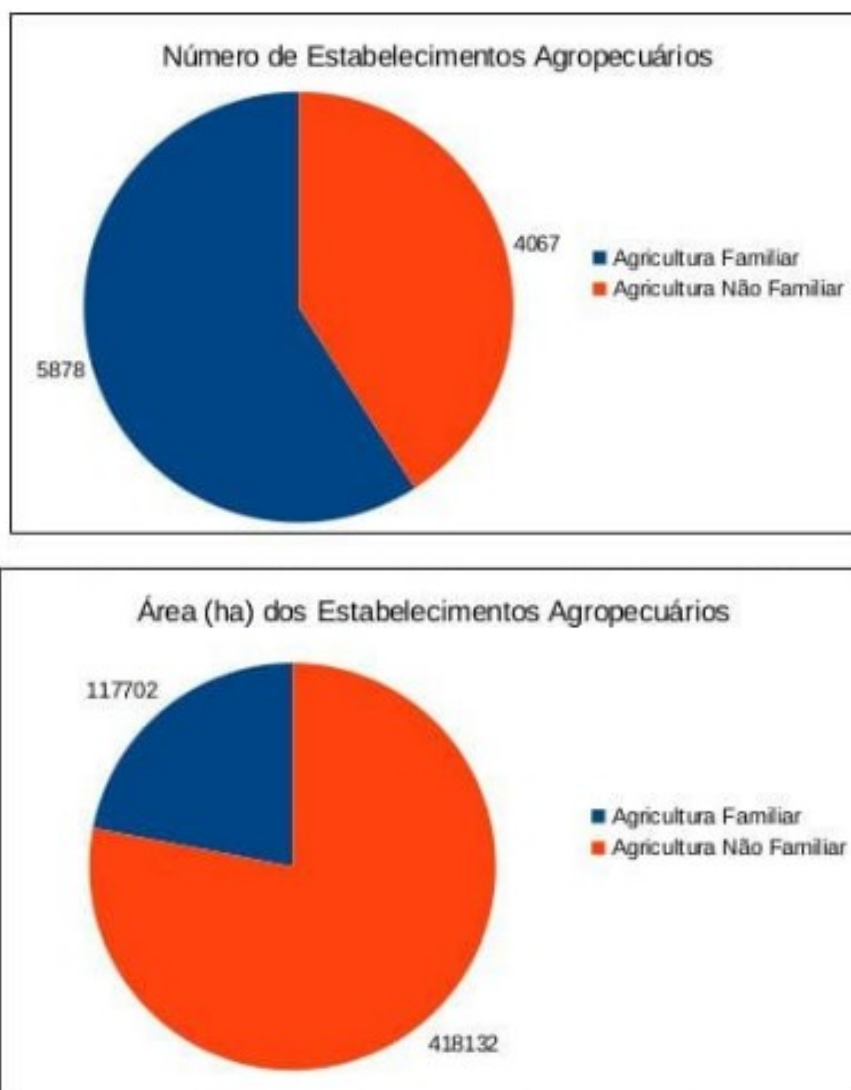
Conforme destacado pelo relatório conjuntural da Ceasa, houve uma retração de 4,5% na oferta de hortifrutigranjeiros em 2020 quando comparado ao ano anterior, 2019. É o segundo ano consecutivo em que se registra na Central de Abastecimento de Goiás um decréscimo na oferta dos produtos. Uma situação atípica, pois foram raros os anos, em todo histórico da comercialização neste mercado, em que registrou-se tal fato. Três são os fatores apontados pela instituição.

30 O estado de Goiás foi dividido geograficamente pelo IBGE em 18 microrregiões, sendo a Microrregião Goiânia composta por 17 municípios. A maioria desses municípios faz parte também da Região Metropolitana de Goiânia, que atualmente conta com 21 municípios.

Primeiramente o efeito da crise econômica nacional, que já em 2019 contava com um elevado índice de desempregados e outros reflexos pertinentes, afetando todas as atividades comerciais do país. Além disso, apontam que houve um impacto bastante significativo do rigoroso período de estiagem, onde registrou-se mais de 100 dias sem chuva e conseqüentemente níveis de água baixíssimos nos mananciais, trazendo sérios reflexos na produção pela baixa irrigação, diminuindo a oferta e provocando alta de preços. Por fim, no que se refere ao ano 2020, não há dúvidas de que a pandemia provocada pelo coronavírus tem influenciado no abastecimento dos hortifrutis neste mercado, haja visto que, desde o início, foram aplicadas restrições de funcionamento a vários setores demandantes do mercado atacadista da Ceasa, tais como polos turísticos, restaurantes, feiras livres, escolas e outros. Tal situação deixou o setor produtivo num clima de incertezas, possivelmente plantando menos, dados os reflexos da baixa demanda. Nessa situação esteve principalmente a pequena propriedade produtiva, que tem a Ceasa como o único ponto de escoação de sua produção.

Por outro lado, apontamos como outro fator, também a ampliação das áreas destinadas para a produção de grãos. Conforme a conjuntura da Ceasa 2019, o Grupo dos Cereais ofertou 4,202,24 toneladas, 0,44% da oferta, movimentando 9 milhões de Reais, 0,36% do total. Já em 2020, o Grupo dos Cereais ofertou 4.312,92 toneladas, 0,48% do total, o giro financeiro foi de R\$ 15,1 milhões. Ou seja, os grãos são pouco representativos na Ceasa, não são para alimentar o povo brasileiro, são, de fato, *commodities*. Corrobora nesta relação a informação divulgada pela Conab em 2021 com previsão de crescimento de 1,6 milhão de hectares de área plantada de soja, e 1,2 milhão de hectares de área plantada de milho, o que corresponde a 2,7 milhões de hectares de área plantada, alcançando 68,6 milhões de hectares. Um crescimento de 4,1% na safra 2020/2021 em relação a safra 2019/2020. O IBGE, em seu censo agropecuário (2017) traz outros dados interessantes que refletem esta mesma realidade, conforme sistematizados nos gráficos das Figura 3.

Figura 3: Estabelecimentos da Agricultura Familiar e Não Familiar na RMG



Fonte: IBGE - Censo Agropecuário, 2017. Organizado pela autora, 2021.

No que diz respeito aos dados do número total e a área em hectares dos estabelecimentos rurais e se estes se enquadram em estabelecimentos da Agricultura familiar ou não nos revelam a grande concentração fundiária na Região Metropolitana de Goiânia mas, também, no estado de Goiás, que segue a mesma lógica. Estes dados registram a presença de grandes conglomerados do império agroalimentar enfatizado anteriormente. No entanto, também refletem a força da agricultura camponesa na produção de alimentos, conforme também enfatizamos anteriormente: quem produz comida para o brasileiro? Vale enfatizar que no recorte espacial dos gráficos existe apenas um único assentamento da reforma agrária: o PA Canudos, criado em 2000, com 13255 hectares divididos entre 329 lotes em três municípios: Palmeiras de Goiás, Campestre de Goiás e Guapó, apenas este último integrando a RMG (INCRA, SR-04, 2017). Quer dizer, o uso das terras nesta

região de intenso fluxo cidade-campo está no escopo de especulação dos grandes e poderosos agentes produtores da rede urbana.

As cidades que tendem a ser dominantes no cenário econômico atual são exatamente as que têm no *cityness* suas características principais, ou seja, a capacidade das cidades de se relacionarem com outras que estejam localizadas entre centenas a milhares de quilômetros de distância entre si (PACHECO, 2020). As redes criadas nos centros urbanos, operando em mercados amplos, em escalas nacional e global, precisam necessariamente gerar inovações, para tanto, os arranjos produtivos regionais e o apoio governamental (voltaremos a dar ênfase nesta questão na sessão 2.1 quando tratamos da temática Estado e Políticas Pública) são fatores essenciais. Como pudemos compreender a partir dos dados agropecuários, a região centro-oeste está dedicada a produção de *commodities* para exportação, e assim, majoritariamente composta de indústrias extrativas e de transformação, que têm implementado cada vez mais projetos de inovação. É o que nos mostra a tabela 4.

Tabela 4: Empresas das indústrias extrativa e de transformação, total e as que implementaram inovações e/ou com projetos, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação selecionadas, 2015 - 2017.

Regiões e UF	Total de Indústrias	Total de Indústrias que Implementaram inovações
Centro-Oeste	6.087	2.426
Mato Grosso	1.377	463
Mato Grosso do Sul	913	376
Goiás	3.364	1.411
Norte	2.989	1.043
Nordeste	12.654	4.278
Sudeste	51.706	15.957
Sul	29.078	11.029

Fonte: IBGE, PinteC, 2017. Organizado pela autora, 2021.

A Pesquisa Industrial de Inovação Tecnológica – PINTEC, teve início em 2000, é um levantamento cujo objetivo é construir indicadores das atividades de inovação nas empresas no âmbito industrial a nível setorial, regional e nacional disponibilizando gastos com as atividades inovativas, fontes de financiamentos, impacto das inovações no desempenho das empresas, inovações organizacionais e de marketing, papel dos incentivos governamentais, entre outros. Conforme pudemos observar a tabela 4, a região Sudoeste conta com 30,8% de suas empresas com processos de inovação no período em recorte, atrás de todas as outras regiões, Sul (37%), Centro-Oeste (39%), Nordeste (33,8%) e Norte (35,6%). A região Sudoeste como a região mais desen-

volvida e urbanizada do país, apresenta-se mais contida nos projetos de inovação, ao passo que enfatizamos como as demais regiões, especialmente, Centro-Oeste destacam-se pelo investimento em projetos de inovação. Isto é mais um elemento para a compreensão de como estas regiões vêm seguindo no processo de expansão das atividades, diga-se fronteira agrícola, e, conseqüentemente, da rede urbana. Interessante no contexto desta pesquisa compreender que o estado de Goiás representa mais de 58% das inovações da região Centro-Oeste³¹, na frente do Mato Grosso (19%) e Mato Grosso do Sul (15,5%).

Sobre a rede urbana do estado de Goiás é importante abranger o crescimento demográfico do entorno de Goiânia, que se relaciona, de acordo com Araújo (2014), principalmente com os deslocamentos migratórios. O índice de migração para a região metropolitana foi sistematizado na tabela 5.

Tabela 5: Taxa de migrantes e do crescimento populacional entre pessoas ocupadas na RMG, entre 2000 e 2010

População Ocupada da Região Metropolitana de Goiânia					
Total		Proporção de migrantes (%)		Taxa de crescimento (%)	
2000	2010	2000	2010	Total	Migrante
778.269	1.146.449	32,5	23,1	3,95	0,46

Fonte: IBGE, 2000, 2010. Organizado pela autora, 2021.

Observou-se um período mais intenso do fluxo migratório nos primeiros anos de constituição da Região Metropolitana de Goiânia, atraindo pessoas de outros estados e município menores em busca de trabalho e melhores condições de vida. Constatou-se, também, que a pendularidade vem adquirindo maior importância para o acesso ao trabalho nas regiões metropolitanas. Chama atenção neste movimento a taxa de pendularidade que na RMG chegou a 78,1% (IBGE, 2010), representando um movimento que pode ser considerado o “padrão”. Assim, no último censo populacional do IBGE verificou-se a seguinte configuração populacional na RMG (tabela 6).

Tabela 6: População rural e urbana, por sexo, no último Censo do IBGE

	População residente				
	Total	Sexo		Situação do domicílio	
		Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Total da RMG	2.173.141	1.053.006	1.120.135	2.130.074	43.067
Total do Estado	6.003.788	2.981.627	3.022.161	5.420.714	583.074

31 O Distrito Federal faz parte do Centro-Oeste, no entanto, não foram apresentados dados sobre Inovações na base de do PINTEC e, por isso, o cálculo não fecha em 100%.

Região/Estado (%)	36,20	35,32	37,06	39,30	7,39
-------------------	-------	-------	-------	-------	------

Fonte: IBGE, 2010. Organizado pela autora, 2021.

Observa-se nos dados o resultado dos processos de deslocamento campo-cidade, influenciados pela intensificação da industrialização na economia e consequentemente da industrialização no campo, aportado pelo agronegócio – que apresenta um projeto de esvaziamento do campo e que vem permitindo, paulatinamente, o aumento da concentração fundiária. A urbanização avança sobre o território rural, afetando a qualidade natural, econômica e social dos espaços rurais e urbanos. Neste contexto, a complexidade e as tensões se materializam na interface urbano-rural, de modo que espaços agrícolas voltados à produção de alimentos saudáveis encontram-se pressionados pela expansão da fronteira agrícola voltada para *commoditização*, ou estão sujeitos a expectativas de valorização devido ao avanço da urbanização, assim como estão sob o risco de sua ocupação informal. Mais uma expressão das proporções materiais que se dão a partir da relação entre trabalho e moradia na vida metropolitana. Por isso, é importante compreender os dados de admitidos e demitidos, por setor da economia, e por gênero, disponibilizado pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, conforme sistematizados na tabela 7.

Tabela 7: Admitidos e demitidos, por setor da economia e por gênero, 2019

Setor IBGE	Mulheres			Homens			Total RMG			Total Goiás		
	Admit	Deslig	Saldo	Admit	Deslig	Saldo	Admit	Deslig	Saldo	Admit	Deslig	Saldo
Extrativa mineral	5.830	4.454	1.376	34.337	30.781	3.556	192	180	12	40.167	35.235	4.932
Indústria de transformação	825.518	822.121	3.397	1.698.888	1.687.025	11.863	37.947	37.670	277	2.524.406	2.509.146	15.260
Construção Civil	94.159	88.491	5.668	1.303.354	1.248.393	54.961	33.339	32.808	531	1.397.513	1.336.884	60.629
Comércio	1.831.997	1.778.305	53.692	2.070.318	1.989.463	80.855	72.550	71.020	1.530	3.902.315	3.767.768	134.547
Serviços	3.249.090	3.080.344	168.746	3.493.745	3.325.441	168.304	135.995	133.005	2.990	6.742.835	6.405.785	337.050
Administração Pública	43.418	43.071	347	18.032	18.288	-256	83	176	-93	61.450	61.359	91
Agropecuária, ext. vegetal, caça e	174.802	174.880	-78	789.692	785.111	4.581	3.471	3.625	-154	964.494	959.991	4.503

pesca												
-------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Fonte: CAGED, dez 2019. Organizado pela autora, 2021.

Apesar do saldo se manter positivo na maioria dos setores, esta situação tem piorado sobremaneira nos últimos dois anos somando a crise econômica e política com as consequências da crise sanitária desencadeada pela Pandemia de Covid-19, conforme observado pelo Dossiê Nacional: Panorama e Contexto da Região Metropolitana de Goiânia, organizado pelo Observatório das Metrôpoles em 2020. A RMG é a mais afetada no estado, especialmente diante do aumento do desemprego nas atividades econômicas do setor de serviços e comércio, que tem a maior participação na estrutura do PIB da maioria dos municípios da RMG, seguido pelo setor industrial. São esses os ramos mais afetados pela pandemia da Covid-19, deixando milhares de pessoas desempregadas ou sem qualquer fonte de renda, tendo em vista os trabalhadores autônomos e quantidade de pequenas e microempresas que participam ativamente desses setores.

Destaque para a situação de maior vulnerabilidade que as mulheres enfrentam na sociedade e no mercado de trabalho. A reforma trabalhista já tinha reduzido o rendimento e precarizado o trabalho, sem gerar os empregos prometidos. A pandemia agravou esse quadro. O Boletim Especial do Dia da Mulher, publicado em 07/03/2022 pelo DIEESE, a partir de dados da PnadC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua), mostra a situação das mulheres no mercado de trabalho durante a pandemia. No terceiro trimestre de 2021, a força de trabalho feminina contava com 1.106 mil mulheres a menos do que no mesmo trimestre de 2019, passando de 47.504 mil para 46.398 mil. A redução entre as negras na força de trabalho foi de 925 mil mulheres no período, número superior ao das não negras, correspondente a 189 mil. Verificou-se o crescimento do número de mulheres trabalhadoras por conta própria, as chamadas empreendedoras, que, na verdade, são pessoas que lutam para sobreviver diante de uma realidade de precarização e incertezas. Representou 9,4% para não negras e 2,9% para as negras, no mesmo recorte temporal. Além disso, o boletim destaca que os rendimentos das mulheres continuaram inferiores aos dos homens. Em termos gerais, o rendimento médio feminino foi de R\$ 2.078, no terceiro trimestre de 2021, e o masculino, de R\$ 2.599. Quer dizer, apesar de sermos mais de 50% da população, os dados constataam que somos minoria no mercado de trabalho, com os menores salários e as primeiras a serem demitidas em momentos de crise, conforme argumentaremos na Seção 3.

Articulado ao dado de desemprego, temos os dados alarmantes da fome³². Segundo os dados analisados pelo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil (II VIGISAN), no fim de 2020, 19,1 milhões de brasileiros/as conviviam com a fome. Em 2022, são 33,1 milhões de pessoas sem ter o que comer e, mais da metade da população do país — 125,2 milhões de pessoas — vive com algum grau de insegurança alimentar³³. Destas, 28,4% (equivale a 3 em cada 10 famílias) estão na região Centro-Oeste, apenas atrás da região Norte (45,2%) e Nordeste (38,4%). Além disso, o relatório enfatiza que quem passa fome tem rosto, são as mulheres e as pessoas negras as mais afetadas. O aumento da fome na população negra é de 70% e as casas com crianças são os lares que tem mais fome (PENSSAN, 2022).

Quer dizer, esta grande região que se destaca pela produção agropecuária é uma das que mais passa fome. Isto significa a reorganização territorial de uma região inteira servindo aos interesses globais, enquanto os interesses do lugar, tais como a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, são completamente desconsiderados. Isto supõe uma racionalidade, que por sua vez, também supõe contra-racionalidades. Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos "modernas" e, do ponto de vista social, nas "minorias" (SANTOS, 2000). Diz respeito a territorialização do capital global ou hegemônico, a resistência dos sujeitos locais e a ação do Estado na mediação e no planejamento urbano e regional, pois a urbanização avança sobre o território rural, afetando a qualidade natural, econômica e social dos espaços rurais e urbanos.

Conforme argumenta Goites (2020), a complexidade e as tensões se materializam na interface urbano-rural, de modo que espaços agrícolas voltados à produção de alimentos saudáveis encontram-se pressionados pela expansão da fronteira agrícola voltada para commoditização, ou estão sujeitos a expectativas de valorização devido ao avanço da urbanização, assim como estão

32 Somos testemunhas dos resultados de políticas públicas e ações da sociedade civil que levaram o país a sair do Mapa da Fome da ONU, em 2014. Mas, nos últimos anos, vimos também substanciais retrocessos, momento em que o Brasil volta ao Mapa da Fome das Nações Unidas. Segundo a classificação da entidade, um país entra no Mapa quando 2,5% da população enfrenta falta crônica de alimentos. O Brasil atingiu a fome crônica em 2022 com 4,1% da população sem acesso à comida (FAO, 2022). Mas pontuamos: o indicador utilizado pela Rede Penssan é incompatível com o utilizado pela FAO. A própria FAO admite que os dados levantados pelo IBGE e a Rede Penssan, com o uso da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), são os mais adequados para criar um Mapa da Fome no Brasil (PAJOLA, 2021).

33 A insegurança alimentar ocorre quando uma pessoa não tem acesso regular e permanente a alimentos. Ela é classificada em três níveis: Leve -Incerteza quanto ao acesso a alimentos em um futuro próximo e/ou quando a qualidade da alimentação já está comprometida; Moderada- Quantidade insuficiente de alimentos; Grave- Privação no consumo de alimentos e fome.

sob o risco de sua ocupação informal. Contudo, o fato de os circuitos superiores³⁴ do agronegócio serem hegemônicos nas RPAs não elimina a existência de superposições de divisões territoriais do trabalho, responsáveis pela formação de vários circuitos da economia agrária, tais como os formados a partir da agricultura camponesa não integrada ao agronegócio (ELIAS, 2012).

Neste papel de produção de alimentos, a agricultura camponesa constitui a fração de classe³⁵ fundamental na estruturação dos territórios rurais periurbanos, não só porque envolve uma parcela significativa da população e gera emprego no setor rural, mas, sobretudo, porque é o setor agropecuário com maior capacidade de estimular a socioagrobiodiversidade no campo, além de que a renda circula no mesmo local, ao contrário dos empreendimentos agropecuários alinhados ao agronegócio global.

Temos a compreensão de Agricultura Camponesa alinhada ao entendimento de Shanin (2005), em que os camponeses só podem ser compreendidos diante do todo em que se encontram, ou seja, do sistema capitalista. A perspectiva de uma categoria analítica de campesinato compreende a relativa autonomia destes atores em relação ao sistema capitalista. São atores situados à margem do sistema e que eventualmente se relacionam a fim de manter sua condição de vida, diante das intervenções que o sistema impõe as suas vidas. Segundo Shanin (2005, p.5) “o campesinato deve ser compreendido através das características do estabelecimento rural familiar camponês e suas especificidades de reações e interações com o contexto social mais amplo”. O que realmente é importante frisar neste momento é que as e os camponeses representam uma especificidade de características sociais econômicas, que se refletirão em qualquer sistema societário em que operem, a partir de singular autonomia diante do mesmo.

Enfim, a compreensão de que não existe uma linearidade, mas sim, uma multilinearidade das formas de sociedade, da mesma forma de que não existe uma sociedade capitalista etapista, foram importantes acúmulos para o que, dentro da literatura sobre o campesinato, convencionou-se de “nova tradição de estudos camponeses” (GUZMAN, MOLINA, 2005). Foi quando Kroeber, antropólogo estadunidense, caracterizou a sociedade camponesa como uma forma de organização social com estruturas rurais apesar de viver em relação com os mercados das cidades; formando uma fração de classe de uma população maior que engloba geralmente centros urbanos e, às vezes, até capitais metropolitanas. Nesta definição se encontram os elementos cha-

34 A teoria dos dois circuitos da economia urbana proposta por Milton Santos (1979), compreende os circuitos superiores como este constituído por atividades econômicas com grandes dimensões, ligadas a processos modernos e com relações estreitas com a economia em escala global. O outro circuito o qual ele denomina de “inferiores” é o que compreendemos como o circuito local.

35 De acordo com Poulantzas (1977) as classes sociais não são concebíveis senão em termos de práticas de classe. Nesse sentido, a existência de uma classe ou fração de classe enquanto força social depende das relações de produção, do lugar no processo de produção, do nível econômico, e os demais níveis.

ves que serão posteriormente utilizados por Robert Redfield para definir o campesinato, a partir de um estudo de várias comunidades camponesas mexicanas. Neste estudo, o autor centra sua análise nas mudanças que ocorrem nas comunidades camponesas como consequência das inter-relações existentes entre elas e a sociedade urbano industrial. Assim, o entendimento central nesta nova perspectiva é a dependência que caracteriza a relação que as comunidades camponesas possuem com a sociedade maior em termos de exploração³⁶. Contexto que faz parte do recorte espacial desta pesquisa, ou seja:

O camponês é um gato de sete vidas, pois, em cada modo de produção, ele renasce com novas características, adaptando-se histórica e socialmente. Nas sociedades escravocratas, feudais ou socialistas, o campesinato encerrou particularidades específicas, construindo sua existência a partir das condições presentes (SOUZA, p.141, 2012).

Conforme a citação, compreendemos este caráter multifacetado do campesinato brasileiro, próprio da questão agrária, conforme já destacado anteriormente. Embora fragilizados economicamente, muitas e muitos camponeses permaneceram no campo, desenvolvendo estratégias de reprodução socioeconômica. Outra parcela, que foi expulsa do campo, recorreu aos movimentos sociais de luta pela terra (OLIVEIRA, CLEMENTE, 2012). Quando enfatizamos o processo de mobilização que atinge a agricultura camponesa sob o impacto da dinâmica capitalista, a condição de mobilidade dessa categoria de trabalhador não se expressa, apenas, pelo movimento migratório no sentido campo-cidade, ainda que este seja um fato inquestionável, mas também pela realização de diversas ações e estratégias que são por eles engendradas, sem que muitos desses trabalhadores deixem, necessariamente, o campo para morar na cidade³⁷.

Conforme Castro (2009), a materialização dessas estratégias contempla, inclusive, a real possibilidade de retorno ao campo. Soma-se a essa complexidade de situações, a presença de pessoas oriundas da cidade, seja por meio da luta pela terra, ou a aquisição de pequenas terras (potencializado durante a pandemia de Covid-19). Portanto, há uma dupla abertura do espaço rural - a que lhe é trazida por agentes externos que o procuram segundo novos interesses e a que resulta da própria metamorfose dos agentes originariamente locais. Portanto, a/o camponês/a pode ser: camponês/a-proprietário/a, camponês/a-rendeiro/a, camponês/a-posseiro/a, a/o campo-

36 As atividades camponesas necessitaram encontrar estratégias adaptativas tanto ao ambiente institucional como ao ambiente natural, que passaram por muitas transformações, intensificando, assim, as interrelações cidade-campo.

37 O sentido de mobilidade, a partir do pensamento de Gaudemar (1977), não se expressa apenas por meio da migração, mas também a partir das inúmeras estratégias e articulações que a/o trabalhador/a é forçado a exercer em prol da sobrevivência. A/o trabalhador/a é pródigo em elaborar ou achar as alternativas, seja no campo, seja na cidade, seja na volta da cidade para o campo, ou na ponte entre campo-cidade, cidade-campo.

nês/a sem-terra, e, ainda, aquela/e que retorna para o campo a partir de um laço de memória com a terra³⁸. Destacamos, pois, que nesta dissertação abordaremos todos estes tipos.

O espaço rural de produção da agricultura camponesa é fortemente marcado pelas atividades não agrícolas, que valorizam o patrimônio natural e histórico. Essas práticas constituem uma produção alternativa ao modelo dominante do agronegócio, cujo objetivo é construir novas bases agroecológicas e sustentáveis que incentivem o fluxo de pessoas oriundas da cidade, sejam turistas ou residentes, em busca de tranquilidade e qualidade de vida³⁹. É a presença desta diversidade de atividades decorrente da ação da agricultura camponesa que contribuem de forma significativa para a produção de alimentos e que, de forma criativa, traçam estratégias de sobrevivência desta fração de classe. É nesta perspectiva que esta dissertação se apresenta, compreendendo a construção contra-hegemônica de redes prol a construção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

O conceito de Soberania Alimentar foi introduzido, em 1996, pela Via Campesina, durante a realização da Cúpula Mundial sobre a Alimentação (CMA), realizada em Roma pela FAO. O termo foi criticado na discussão dos governos de hegemonia do neoliberalismo. Assim, foi ajustado à definição Segurança Alimentar tentando assegurar esse direito à alimentação através da liberalização do comércio de alimentos, abrindo caminho para as empresas transnacionais. As organizações camponesas contrapuseram este conceito, reafirmando o conceito de Soberania Alimentar, que parte do princípio de que “o alimento não é uma mercadoria, é um direito humano”, produção e distribuição dos alimentos é uma questão de soberania popular e nacional (STEDILE, CARVALHO, 2011). De acordo com Stédile e Carvalho (2011), para avançarmos na construção da soberania alimentar é necessária uma reformulação de nosso sistema de alimentação – reformulação do sistema produtivo, baseado na resolução da questão agrária. A comida, vista como mercadoria e mediada pelo sistema capitalista, reflete a dialética social das diferenças entre as classes e ameaçam a soberania alimentar. Já no início do século XX, José Martí advertia o povo

38 Na verdade, acordados com Carvalho (2005), compreendemos que a diversidade camponesa no Brasil inclui desde os camponeses proprietário privados de terras públicas e privadas, desde os camponeses que usufruem dos recursos naturais como os povos das florestas, os agroextrativistas, a recursagem, os ribeirinhos, os pescadores artesanais lavradores, catadores de carangueiros e lavradores, os castanheiros, as quebradeiras de coco babaçu, açazeiros, os que usufruem da terra por arrendatário não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem da terra por cessão, desde camponeses quilombolas e parcela de povos indígenas já camponeizados, os serranos, caboclos, e os colonizadores, assim, como os povos das fronteiras no sul do país. E os novos camponeses resultantes dos assentamentos de reforma agrária ou que voltam para o campo de outra forma, com posse própria ou com construções coletivas, como as agrovilas.

39 É neste contexto que os espaços periurbanos adquirem um valor crescente a partir das múltiplas funções que cumprem: função econômica (geração de renda agrícola, fonte de emprego, geração de bens e serviços); função social (Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional); função espacial (limite verde, barreira, buffer); função da paisagem (simbólica, patrimônio cultural, lazer); e função ambiental (geração de serviços ecossistêmicos, ciclagem de nutrientes, ciclo hidrológico) (GOITES, 2020).

latino-americano sobre a necessidade de produção do próprio alimento para não cair na dependência do capital externo: “um povo que não produz o próprio alimento é um povo escravo”. O que tem se mostrado claramente, uma vez que o agronegócio global busca suprir de alimentos industrializados as populações pobres, sem comprometimento algum com processos de autonomia e emancipação dos povos e, nem mesmo, com a segurança alimentar e nutricional (FERNANDES, 2015).

Frente a isto, a construção da Política de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil foi e ainda é um processo de luta social. Foi em 2003, a partir da refundação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), órgão de assessoramento imediato à Presidência da República, organizado enquanto um espaço institucional para o controle social e participação da sociedade na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (SILVA, 2014), que constituiu-se a inserção da SAN na agenda governamental. Este foi o início de um processo que possibilitou avanços na proteção e na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). Possibilitou, a aprovação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), cuja definição de SAN consiste:

Na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, Art. 3º da Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006).

A referida lei instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN):

O SISAN tem por objetivos formular e implementar políticas e planos de segurança alimentar e nutricional, estimular a integração dos esforços entre governo e sociedade civil, bem como promover o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação da segurança alimentar e nutricional do Todo mundo tem direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. Isto é Segurança Alimentar e Nutricional (LEI nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 – SISAN).

Dessa forma, o SISAN instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), cujos objetivos são:

Promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar, os povos indígenas e as comunidades tradicionais e que assegurem o consumo e o acesso à alimentação adequada e saudável, respeitada a diversidade da cultura alimentar nacional; Incorporar à política de Estado o respeito à soberania alimentar e a garantia do direito humano à alimentação adequada, inclusive o acesso à água, e promovê-los no âmbito das negociações e cooperações internacionais (BRASIL, Art. 4º III, IV. decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010).

Já o conceito de Soberania Alimentar representa uma dimensão política mais ampla do que a Segurança Alimentar, pois conforme Stédile e Carvalho (2011, p. 715), “para ser soberano, e protagonista do seu próprio destino, o povo deve ter condições, recursos e apoio necessá-

os para produzir seus próprios alimentos”. Assim, a Soberania Alimentar tem se constituindo como território do campesinato, na luta por políticas públicas, na luta pelo direito de escolher o quê produzir, onde e como produzir o próprio alimento. E assim, ter o controle sobre a sua alimentação e o abastecimento local - o controle do fluxo de alimentos. A Soberania Alimentar pressupõe a Soberania Popular, neste sentido, é necessário uma reformulação no âmbito do projeto de sociedade que queremos: transformações sociais, políticas, econômicas e culturais. Vale enfatizar que nosso sistema atual, que divide as tarefas entre produtivas e reprodutivas, reservando a primeira para a esfera masculina e a segunda para a feminina, coloca obstáculos à Soberania Alimentar. Esse sistema associa as tarefas que envolvem a compra e preparação de alimentos como esfera de reprodução e, dessa forma, como tarefa desvalorizadas. Nesse sentido, para que a Soberania Alimentar seja uma realidade, sua construção busca também o reconhecimento do trabalho realizado pelas mulheres como fundamental.

Cassol e Schneider (2015) afirmam que há uma grande significância de estudos que indicam que os processos de constituição de novas formas e relações entre a produção e o consumo de alimentos estão em curso e são permeadas por formas de sociabilidade que se dão nas redes sociais e na troca de saberes, ou interconhecimento. A abordagem das novas formas de produção e consumo vêm sendo construídas e consolidadas nas chamadas redes agroalimentares alternativas⁴⁰. Os casos empíricos já analisados demonstram que as/os consumidores/as são agentes importantes na mudança rumo a práticas de consumo mais sustentáveis, justamente nas redes cidade-campo que se constituem. Estas redes proporcionam uma troca intensa de informações, a identificação de problemas e iniciativas comuns. A relação entre a população urbana e os alimentos é vetor central de exposição das contradições do atual modelo hegemônico para o campo, que só produz mercadorias e não alimentos. Quando cidade e campo dialogam, surge uma estratégia de comunicação e mobilização de valores e significados contra-hegemônicos para uma outra relação cidade-campo, mais integrada. Aproximar atores urbanos de questões relacionadas a agricultura e ao rural, pode apresentar novos caminhos e possibilidades aos limites relacionados às questões alimentares.

Darolt (2013) introduz essa discussão no Brasil, em uma pesquisa ampla, em parceria com a França. Mais tarde, Gazolla e Schneider (2017) aprofundam a discussão no livro “Cadeias Curtas e Redes Agroalimentares Alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar”, um dos primeiros sobre o tema. Já em 2021, Darolt e Rover organizaram o livro “Circuitos Curtos de

40 De acordo com Fabiana Thomé (2012) as redes agroalimentares alternativas se fundamentam na crítica ao sistema político e econômico ligado às grandes empresas e corporações que dominam a produção e distribuição dos alimentos, reivindicando questões de justiça social, produção sustentável, cadeias curtas de produção, valorização de mercados de produtos locais.

Comercialização, Agroecologia e Inovação Social”, que apresenta reflexões analíticas sobre um conjunto de práticas e experimentos que tem acontecido no âmbito das mudanças do sistema alimentar convencional e explora as suas potencialidades para pensar a transição alimentar que necessitamos promover e, se possível, acelerar. Há uma explicação didática⁴¹ para o uso do termo circuito e não cadeia curta, mas o que importa é que eles entendem ser relações de proximidade que buscam reduzir a presença de intermediários ao mínimo possível, preferencialmente colocando em contato direto os ofertantes e os demandantes de produtos alimentares. Dois casos podem ser distinguidos: a venda direta, quando o produtor entrega em mãos próprias a mercadoria ao consumidor; e a venda indireta via um único intermediário, que pode ser um outro produtor, uma cooperativa, uma associação, uma loja especializada, um restaurante ou até um pequeno mercado.

Este último livro introduz novas questões, como a agroecologia e a inovação social, e representa um importante avanço no estado da arte sobre o tema. Os autores acima citados compreendem os Circuitos Curtos de Comercialização (CCC), não como uma novidade na história da humanidade, mas como inovação social no contexto em que isto se realiza, ou seja, diante da existência do império agroalimentar (PLOEG, 2008). Além disso, envolve novas dinâmicas e relações entre produtoras/es e consumidoras/es de alimentos mas, criando novas relações de reciprocidade e valores. As estratégias de comercialização em circuitos curtos é o que os autores estão denominando construção social de mercados.

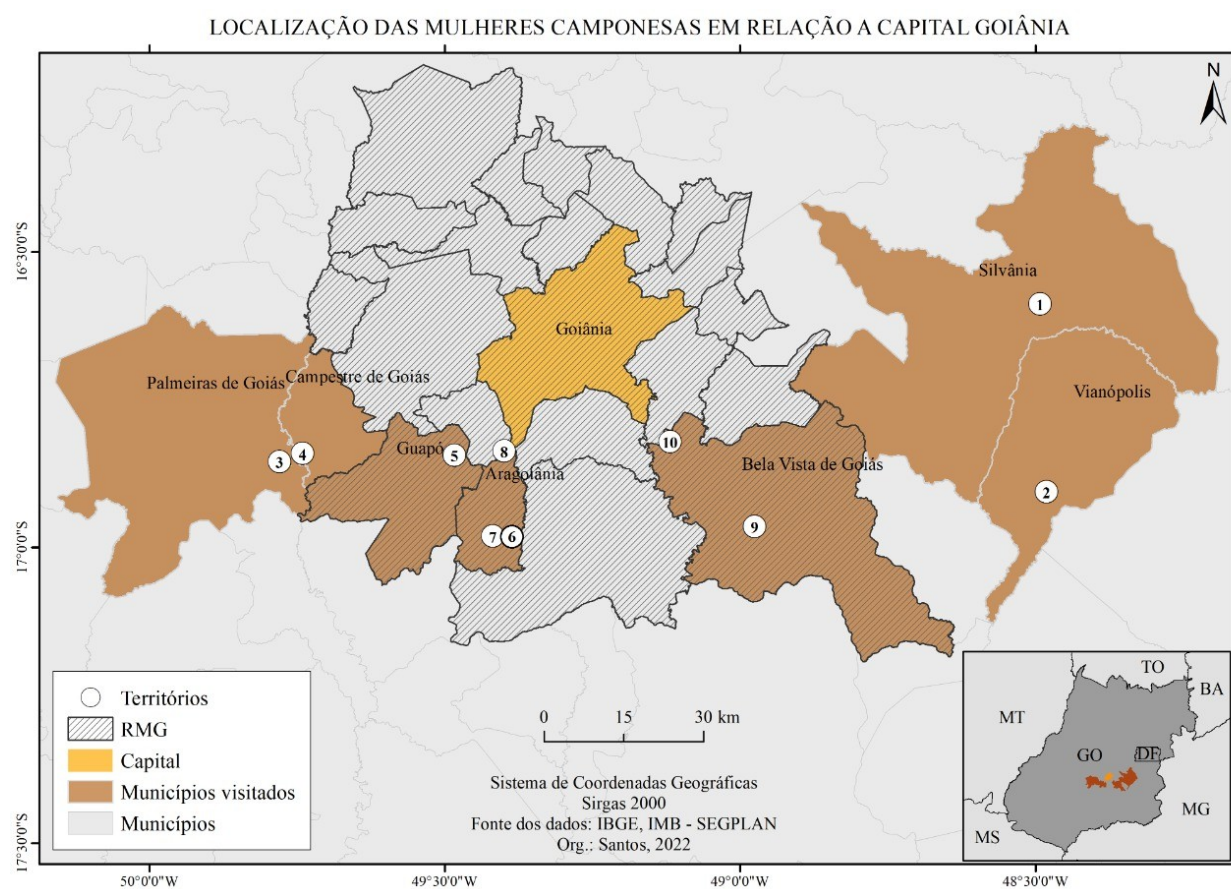
Os circuitos curtos de comercialização conseguem reconstruir a identidade entre o alimento, o território e a sociedade (DAROLT, 2021). Inclusive, os circuitos curtos possuem a capacidade de criar reconhecimento e gerar confiança entre os agentes que participam das trocas. Reconhecimento especialmente importante para a história de vida das mulheres, historicamente invisibilizadas. Apesar disso, são as mulheres camponesas, em geral, as principais detentoras dos conhecimentos sobre a produção de alimentos e suas formas de preparo, por sua condição de responsáveis pelos cuidados da família, incluindo a alimentação. É o que afirmam as autoras Dalva Maria da Mota, Emma Siliprandi e Maria Emília Lisboa Pacheco (2021), a partir de experiências agrocológicas engendrada por mulheres camponesas, mostrando as contribuições para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional dos povos.

Por isso, trazemos outras experiências que inspiram, questionam e propõem. Aqui registramos e analisamos o protagonismo de mulheres na agroecologia, na transição agroecológica,

41 O termo circuito está mais associado a uma trajetória, um itinerário, ligado com o que é cíclico, algo “que circula” no sistema e pressupõe trocas e interrelações.

assim como na construção de mercados sociais a partir de redes cidade-campo, neste recorte espacial do entrono de Goiânia. Portanto, o interesse agora é apresentar os territórios construídos por estas mulheres contra hegemônicas. A Figura 4 traz uma mapa que localiza os territórios identificados nesta pesquisa. Estes territórios são também agroecossistemas construídos por mulheres a partir do que aqui relacionamos e alinhamos ao entendimento de Memória Biocultural proposto por Toledo; Barrera-Bassols (2015). São, portanto, territórios constituídos pelas sabedorias tradicionais que partem de bases ecológicas e culturais de conexão⁴² entre natureza e agricultura.

Figura 4: Mapa de Localização dos Territórios das Mulheres Camponesas que constroem estratégias de CCC em Goiânia



Fonte: coordenadas geográficas levantadas pela autora em Trabalho de Campo, 2019-2022.

42 Esta conexão só é possível a partir das dinâmicas co-evolutivas entre diversidade biológica e cultural, que são construções mutuamente dependentes e enraizadas em contextos geográficos definidos (TOLEDO; ; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Os territórios enumerados no Mapa foram visitados em uma ou mais visitas de campo realizadas ao longo da pesquisa. Na oportunidade pudemos conversar com mulheres cerradeiras⁴³ e agroextrativistas⁴⁴, assim como realizar caminhadas transversais por seus quintais produtivos, o que apresentaremos de maneira breve nesta subseção:

Território 1- No município de Silvânia, tivemos a oportunidade de conhecer a Comunidade João de Deus, trata-se de um assentamento de reforma agrária criado em 12/05/1987, com uma área de 335.1234 km², onde vivem 17 famílias (INCRA, SR04). Para chegar de Goiânia ao município de Silvânia, são importantes vias de acesso: BR-457, perfazendo 85,2 km em, aproximadamente, 1 h 24 min; ou via BR-060/BR-153 e GO-330, perfazendo 108 km em 1 h 34 min (108 km), no entanto este trajeto possui pedágios. Da sede municipal até a comunidade João de Deus são aproximadamente 25 km estrada de terra. As estradas vicinais, que levam ao assentamento são, em geral, boas, no entanto, na época da chuva são recorrentes as formações de atoleiros.

Conhecemos esta comunidade a partir da participação do Movimento Camponês Popular na Feira Interinstitucional Agroecológica⁴⁵. Desta articulação, tivemos a oportunidade de conhecer a Senhora M.R.G. e a Senhora W.B. A Dona M.R.G. é casada e tem filhos adultos. Já a Senhora W.B é casada e tem filhos pequenos. Ambas são agroextrativistas. Polpas de suco, especialmente de frutos do Cerrado, banha de porco, carne de porco na lata, conservas de pimentas, broas temperadas, queijo curado e rapadura são alguns alimentos ofertados por M.R.G. A W.B também é referência na produção de panificados, ofertando mané pelado, pão e rosquinha de abóbora e beterraba, além de produzir queijos frescos, mel, limão e feijão. Os alimentos vão variando ao longo do ano, segundo as estações de chuva e seca.

Território 2- Também a partir da participação na Feira Interinstitucional Agroecológica, pudemos conhecer a Dona T.V., casada e mãe de filhos adultos. T.V. e seu marido, o senhor R.F. mu-

43 De acordo com Mendonça (2004), as populações cerradeiras são frações de classes sociais que historicamente ocuparam as terras do Cerrado, estabelecendo relações sociais, formas de uso e ocupação do solo muito próprias, em acordo com as condições ambientais, resultando em múltiplas expressões culturais. São os povos enraizados em um contexto geográfico definido, o Cerrado.

44 Agroextrativistas é o termo utilizado por Siliprandi (2015) para nomear a integração das atividades desenvolvidas pelas mulheres no campo, combinando o roçado e a coleta de alimentos da mata. Neste caso, o extrativismo é uma atividade desenvolvida pelos povos cerradeiros, a partir de seus saberes locais.

45 A Feira Interinstitucional Agroecológica foi estruturada pela Chamada Pública 01/2019/COEXT/DAS/PROEX promovida pelo Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor dos dois institutos federais do Estado de Goiás (IFG e IF Goiano). O edital de chamamento é vinculado ao projeto Feira Institucional Agroecológica da Agricultura Familiar: uma proposta de Segurança Alimentar e Nutricional para as/os Servidoras/es dos Institutos Federais do Estado de Goiás, proposto pela nutricionista do SIASS Câmpus IFGoiano/IFG, Ariandeny Furtado, em 2019. Posteriormente o projeto foi ampliado e passou a ser realizado também com a UFG e está em vigência até hoje, tendo realizado 3 chamadas públicas para participação de agricultoras e agricultores camponeses. Durante estes anos a Feira realizou-se mensalmente de maneira presencial nestas instituições, mas também em formato de cestas online, em decorrência do período de isolamento em contexto de pandemia de Covid-19.

daram-se para uma pequena parcela de terra arrendada no município de Vianópolis, após se aposentarem, há 8 anos atrás. Antes disso, viviam em Goiânia. Vianópolis faz divisa com o município de Silvânia. A melhor via de acesso é a BR457, perfazendo 93,5 km entre Goiânia e Vianópolis em 1 hora e 30 min. Da sede do município até a casa de Dona T.V. são cerca de 38km, via GO139 e 11km de estrada de terra.

Na entrada da parcela encontra-se uma placa escrito On Time Produtos Florestais LTDA. Segundo o casal, no local havia uma nascente que secou devido ao plantio de eucalíptos do proprietário. Atualmente a parcela tem diversas árvores frutíferas plantadas e manejadas pelo casal. Alguns alimentos ofertados por Dona T.V. na Feira Interinstitucional Agroecológica são: Xaropes de açafraão concentrado com mel, limão e assa-peixe; Compotas de doces de figo, banana, goiaba, limão e laranja; Galinha caipira e Ovos caipiras; Pequi; Polpas de sucos e Geléias diversos sabores do Cerrado. Os alimentos vão variando ao longo do ano, segundo as estações de chuva e seca.

Território 3- Outra importante participação na Feira Interinstitucional Agroecológica são de lideranças organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assentadas do PA Canudos. O PA Canudos compreende uma área de 12.658 hectares, resultante da desapropriação – no ano de 2000 - de uma fazenda que continha uma Reserva Particular de Patrimônio Natural (RPPN). O Assentamento, com capacidade para 329 famílias está alocado em três municípios: Guapó, Campestre de Goiás e Palmeiras de Goiás. A parte do assentamento Canudos localizada no município de Guapó trata-se do único assentamento de reforma agrária da Região Metropolitana de Goiânia.

No município de Palmeiras de Goiás conhecemos três mulheres do coletivo Guerreiras de Canudos, que surge a partir da necessidade da organização das mulheres assentadas em construir coletivamente alternativas para sua organização e autonomia tanto político quanto financeiro. O grupo tem como objetivo inicial o trabalho com plantas medicinais e o extrativismo, pois no local existe um rico Cerrado em Pé graças à RPPN. Para chegar a casa dessas mulheres o acesso se dá via GO060, percorrendo 78km de Goiânia até o Povoado São João, em Palmeiras de Goiás, onde fica a entrada para o assentamento, com estrada de terra razoavelmente boa. A Dona L.P.B. é matriarca negra e vive com a filha de 19 anos que tem uma filha de 1 ano. A Senhora E.M.P., negra, mora com o marido e um filho adotivo ainda criança, seus outros filhos são adultos e já lhe deram netos, que vão ao assentamento apenas visitá-la. Também a Dona A.R.C., mulher negra e liderança histórica do MST, atuando a frente do coletivo de saúde. A Dona A.R.C.

vive com seu marido, na parcela de terra onde existe uma Farmacinha utilizada pelas Guerreiras de Canudos.

Na Feira Interinstitucional Agroecológica, a L.P.B. oferta baru torrado ou cru e também paçoca de baru, gergelim e paçoca de gergelim, tempero completo, pasta de pequi, Geléias e doces de frutos do Cerrado, banana chips salgada, Manga desidratada, Ervas frescas e secas (mentrasto, espinehira santa, alecrim, hortelã, orégano, entre outros). A EM.P. produz açafraão, banana chips com canela e açúcar, banana desidratada, Doce de Leite, Doce de genipapo, de limão e doce de banana sem açúcar, Frescurinha de laranja ou mexirica, Geleías de abóbora, acerola, cagaita e também paçoca de carne seca. Já a Dona A.R.C comercializa ovos caipiras, mandioca, farinha, rapadura e pé de moleque, amendoim cru e torrado, colorau e maracujá, entre outros alimentos variando conforme a época do ano. Seus produtos fazem parte também das cestas TerraUna e Agroecosol.

Território 4- Também integrando o grupo Guerreiras de Canudos, a Dona A.S.S. mora na parte do PA Canudos localizado no município de Campestre de Goiás. Como os municípios são atravessados pelo rio dos Bois, para chegar a casa de Dona A.S.S. o acesso pode se dar por Guapó ou por Trindade, não havendo conexão dentro do próprio assentamento. As estradas vicinais que levam a casa de Dona A.S.S. não são tão boas quanto o acesso do lado do município de Palmeiras de Goiás.

A Dona A.S.S. é matriarca negra, viúva e vive com os três filhos, sendo um adotivo, Caio de 24 anos e os outros dois que voltaram para a casa da mãe durante a pandemia de Covid-19. O M.A., de 52 anos, casado com a M.G, e o S., solteiro e mais velho. A Dona A.S.S. oferta ora-pro-nobis, taioba, flor de hibisco desidratado, erva ginseng desidratado, folhas desidratadas (abacate, alfavaca, moringa, maracujá e maracugina, cidreira, entre outros), polpa de manga, tamarindo e acerola, conserva de minipepino, geleías de jaboticaba, entre outros alimentos.

Território 5- No município de Guapó conhecemos a Agrofloresta da M.S.L., que ao se aposentar como professora de Inglês, durante a pandemia de covi-19, voltou com o marido para a propriedade dos pais, onde estão construindo uma casa. O acesso se dá pela GO60 e depois GO219 percorrendo cerca de 52km em aproximadamente 1 hora. A entrada para a propriedade fica na GO219. O marido apoiou a volta de M.S.L. ao campo, mas ele continua trabalhando como engenheiro civil. O casal tem duas filhas, uma formada em Design de Moda e outra cursando medicina, ambas moram em Goiânia. A agrofloresta de M.S.L. fica em frente a um buritizal preservado dentro da propriedade da família, onde ela cultiva diversas variedades de banana, amora, jabuti-

caba, laranja, limão, manga, ata, mamão, mandioca, folhosas como almeirão, azedinha, alface, rabanete, abóbora, temperos, entre outros alimentos. Os alimentos são para consumo da família e a comercialização é feita nas cestas da rede Agroecosol.

A Agroecosol - Agroecologia, Cultura e Economia Solidária - é uma rede de consumo consciente, a partir dos princípios da economia solidária, que se conformou em Goiânia, em outubro de 2020 e vem fornecendo produtos agroecológicos, cultivados sem agrotóxicos. A rede trabalha com os pacotes mensais para famílias de 2, 3 e 4 pessoas, sendo os valores 150,00, 250,00 e 450,00 reais respectivamente. Desses valores mensais é cobrado uma taxa de 40,00, ou seja, 10,00 por semana, para cobrir os custos básicos do projeto, sendo uma contribuição ao ponto de cultura que acolhe, a remuneração dos trabalhadores, embalagens, logística, etc. Esta foi a forma encontrada pela rede para ser transparente com os valores e não sobretaxar os produtos dos(as) agricultores(as). Nas terças-feiras é enviada uma lista com os alimentos disponíveis e os(as) consumidores(as) escolhem como montar a cesta. Os alimentos são entregues e as cestas são retiradas nos sábados, durante a manhã, no Coletivo Casa do Zoto, que fica no setor oeste, em Goiânia.

A Rede Agroecosol surge com os objetivos de: proporcionar alimentos saudáveis para Goiânia e região; incentivar agricultores familiares na produção de alimentos agroecológicos e orgânicos; incentivar a agricultura urbana e periurbana; possibilitar a gestão adequada dos resíduos; proporcionar vivências significativas e pedagógicas em meio ambiente, agricultura e sociedade; contribuir no desenvolvimento de uma outra economia, mais criativa, transparente, solidária e circular. Por isso, a rede incentiva que as/os consumidoras/es, na retirada semanal de suas cestas agroecológicas, levem os seus resíduos orgânicos para serem compostados no jardim da Casa do Zoto.

Território 6- Neste ponto fica a propriedade de E.F.G., que recebe o nome Fazenda Vale do Tamanduá, no município de Aragoiânia-GO. De Goiânia, o acesso se dá pela BR153 ou pela GO040, distante cerca de 60 km. A propriedade é cadastrada desde 2006 junto ao IBAMA, no projeto ASAS, é uma área de soltura de animais silvestres e preservação ambiental. Já proporcionou o retorno à natureza a mais de 2.000 animais silvestres, oriundos de cativeiros, maus-tratos, tráfico e atropelamentos. A fazenda ainda promove atividades de educação ambiental com os vizinhos, em um raio de 40km, visando a segurança dos animais.

E.F.G. é bióloga e também produtora de alimentos orgânicos há 9 anos. A propriedade tem certificado de produção orgânica pela Associação do Desenvolvimento da Agricultura Orgâ-

nica (ADAO-GO). Esta é uma associação de produtores e consumidores, cujo principal objetivo é trabalhar pelo desenvolvimento da agricultura orgânica em Goiás⁴⁶. A associação atua principalmente na região metropolitana de Goiânia e utiliza a Certificação Orgânica⁴⁷, neste caso, a associação realiza o controle de qualidade dos produtos orgânicos, a partir da certificação participativa. E.F.G. é solteira e produz, de maneira natural e sustentável, uma diversidade de frutas, verduras e folhosas, bem como mel, queijo e leite. Na logística de comercialização E.F.G. conta com o apoio do filho, que é casado e mora em Goiânia. Atualmente a Associação realiza duas feiras semanais, sendo uma no Espaço Manakai do Europark, nas segundas-feiras; e no Mercado Municipal da 74, aos sábados.

Em contexto de pandemia de Covid-19, quando as feiras deixam de acontecer, articularam-se novas estratégia para garantir o canal de comercialização. É neste momento que as cestas TerraUna ganham força. Esta experiência é protagonizada, desde 2018, por um casal associado à ADAO, que arrenda um pedaço de terra já certificado orgânico, dentro da propriedade de E.F.G. M.C. e T.M. estudaram Engenharia Florestal e Agronomia, respectivamente. A união do casal também representa a união de projetos. A M.C. gosta de cultivar ervas, Plantas Alimentícias não Convencionais na alimentação de quem está nas cidades (Pancs) e plantas medicinais, já o T.M. é interessado no cultivos de hortaliças e raízes.

Para garantir uma ampla diversidade de alimentos, se articularam com outros agricultores associados, inclusive E.F.G, ofertando Hortaliças, Frutas, Temperos, Cogumelos, Kombuchas, Ervas e Medicinais, Flores Comestíveis e outras Pancs. Além disso, são também ofertados alimentos caipiras, oriundos da agricultura familiar não certificada, conformando um catálogo com uma grande variedade de alimentos orgânicos e outros agroecológicos. As divulgações acontecem via *Instagram* e as listas são disponibilizadas semanalmente via *WhatsApp*, sendo a entrega realizada na casa dos(as) consumidores(as). É cobrada uma taxa de 13,00 pela entrega, sendo um valor fixo para qualquer região do município. Além do *Delivery*, o casal participa das Feiras que acontecem semanalmente, às quartas-feiras, no Tribunal Regional do Trabalho, na Casa Baru e na Feira do Jaó; e aos sábados na Feira da Adao, no Mercado da 74; além de disponibilizar alimentos na Loja Polo Orgânicos e para Chefes de Cozinhas. A partir dessa ampla arti-

46 Criada em 1999, a entidade baseou suas atividades numa experiência de sucesso desenvolvida em Fortaleza. ADAO de Fortaleza - CE foi fundada em 1997 com recursos privados e sem fins lucrativos para estabelecer um elo entre produtores orgânicos e consumidores interessados no desenvolvimento da Agropecuária Orgânica.

47 Procedimento pelo qual uma certificadora devidamente credenciada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e credenciada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), assegura por escrito que determinado produto, processo ou serviço obedece às normas e práticas de produção orgânica.

culação, M.C. é reconhecida e tida como uma referência na área, fato que a leva a ser indicada para a gestão da Adao em 2022.

Território 7- Na vizinhança da Fazenda Vale do Tamanduá fica o Recanto Sonho Real, projeto de qualidade de vida de 6 famílias. As famílias se conhecem a partir das pastorais da juventude, ligadas a Comissão Pastoral da Terra. O projeto Recanto Sonho real ainda está no início, as famílias estão construindo as casas e no local existe um rancho coletivo e uma Agrofloresta que começa a dar seus primeiros frutos. Em janeiro de 2022 ocorreu um mutirão agroflorestal de três dias no local, contando também com a participação da E.F.G. Tivemos oportunidade de dialogar com duas lideranças, a L.O., agente de base da CPT - regional Goiás e a A.M., mulher negra e educadora popular, que cuida ativamente das articulações da rede Agroecosol.

Além da M.S.L., produtora em Guapó, a Rede Agroecosol comercializa alimentos de agricultores(as) do Assentamento Canudos, dentre as quais destacamos a Dona L.B.P. e E.M.P. Também conta com alimentos produzidos na Fazenda Goiânia, agrofloresta na região noroeste de Goiânia. A.M. produz pães artesanais que também são disponibilizados nas cestas. O A.B, responsável financeiro da Rede, produz polpas de frutas e frutas desidratadas, e a J.P., responsável pelo diálogo com as/os demais agricultoras/es e pela comunicação, produz kombucha.

Território 8- Outra experiência que tivemos a oportunidade de conhecer é a Estrela Orgânicos, localizada no município de Aragoiânia, em um bairro chamado Chão de Estrelas (o que inspirou o nome da marca), já nos limites com o município de Goiânia. Esta experiência é protagonizada por A.A., formada em Ecologia. No ano de 2018, durante a pós-graduação, A.A. esteve em diálogo com o Grupo Gwatá, Núcleo de Agroecologia e Educação do Campo da UEG da Cidade de Goiás, foi quando realizou o primeiro curso Agroflorestal na Chácara de sua família. Com o dinheiro arrecadado no curso, ampliou a produção e iniciou com o *Delivery* de alimentos em Goiânia e Aparecida de Goiânia. A taxa de entrega é 10,00, independente da região, e sai de graça em compras acima de 150,00.

Durante a Pandemia, mudou-se definitivamente para a chácara da família e intensificou a produção, pois o *Delivery* foi bastante requisitado, contando com entregas em domicílio duas vezes na semana, quarta e sexta-feira. Durante 2020 conseguiu a certificação de orgânico com a Adao e contou com apoio de clientes que desenvolveram um aplicativo de compras para o celular. Atualmente, além do *Delivery*, A.A. participa da Feira do Tribunal Regional do Trabalho e na Casa Baru, nas quartas-feiras; realiza entregas de alimentos dia sim, dia não, no supermercado Cerrado e na Quitanda Empório, além da loja Polo Orgânico (loja especializada em produtos or-

gânicos) e de entregas para restaurantes naturais, como é o caso do Manapoke, restanrante de comida havaiana em Goiânia. Para ampliar a diversidade de alimentos ofertados nas cestas, A.A. articula com outros produtores associados da Adao e da Rede de Orgânicos de Brasília. Além de folhosas, hortaliças e frutas *in natura*, Amanda comercializa alimentos da mercearia Estrela Orgânicos, como cuzcuz e café orgânico, alimentos veganos como tofu e outros alimentos processados para agregar valor, como molho pesto, inhoque de inhame, polpas de suco, macarrão de abobrinha, entre outros.

Território 9- Neste ponto está localizada a sede da Associação da Agricultura Familiar de Bela Vista de Goiás (Alfabev), cuja sede é também casa da presidente da Associação, I.T., mãe das crianças F. e B. I.T. mora com a mãe, Dona E., que é vice-presidente da Associação, o pai e o marido. I.T. e sua irmã, T.T., são também sócias fundadoras da Floryá, uma loja da agricultura familiar, que presta serviço de gestão e logística para os associados da Alfabev, sendo uma ponte entre agricultores(as) e consumidores(as). A família também cultiva na propriedade e possui o selo de orgânico da Adao. A família adquiriu a parcela de terra há cerca de 12 anos, mas todo este processo estruturou-se a partir de 2018, quando a família mudou-se para a zona rural de Bela Vista. I.T. trabalhava no mercado imobiliário, T.T. era servidora pública em Senador Canedo e a Dona E. aposentou-se como professora. Realizaram uma transição de carreira, que foi potencializada durante a Pandemia de Covid-19.

Tivemos a oportunidade de conhecer esta experiência a partir do site Faz a Feira, plataforma ativista para *E-commerce* de pequenos produtores de todo o Brasil. Uma das cocriadoras da iniciativa Faz a Feira, é Aline Matulja, engenheira sanitaria e ambiental e mestre em Saúde Pública que há quatro anos produz conteúdo digital sobre sustentabilidade em seu perfil *@alinematulja* no *Instagram*. A plataforma Faz a Feira não é uma intermediária, os produtores ficam com 100% de suas vendas. A plataforma oferece suporte técnico para quem não tem prática com os meios digitais. Na verdade, a plataforma surgiu do diálogo dos ativistas com produtores que toparam participar da fase de criação. Assim, desenvolveram funcionalidades que só quem tem colheita e preparo de pedidos no dia a dia sabe a importância. O *site* começou a funcionar em meados de agosto de 2020 e é a única plataforma gratuita especializada em hortifrúti e mercearia.

No início do ano de 2021, a marca Floryá abriu uma loja no site Faz a Feira e também conta com um canal no *instagram* para divulgação. Estão catalogados 366 produtos entre hortaliças e folhosas, frutas, ervas e plantas medicinais, cogumelos, temperos, doces e conservas, carnes de galinha, porco, linguças e ovos caipira, panificados e laticínios, poupas de frutas, e também

produtos orgânicos certificados e artesanato. Toda essa variedade sendo ofertada por cerca de 26 sítios/unidades produtivas articuladas na Alfabev. Alguns alimentos são certificados como orgânicos, outros são agroecológicos⁴⁸.

As entregas acontecem de 15 em 15 dias, tanto em Bela Vista de Goiás, como em Goiânia. As taxas de entrega são de 5,00 em Bela Vista de Goiás, sendo que para pedidos acima de 50,00 não é cobrada a taxa. Em Goiânia a taxa de entrega é no valor de 15,00 e não existe valor mínimo para pedido. Além das cestas *Delivery*, a Alfabev também acessa ao Pnae no município de Bela Vista e integraram-se na Feira Interinstitucional Agroecológica, a partir da chamada pública de 2022. A medida que vão se articulando, surgem novas oportunidades e, assim, começaram a entregar hortaliças certificadas como orgânico no supermercado 07, um dos maiores de Bela Vista de Goiás e, também, para restaurantes que tem um conceito natural, como é o caso da Guaya Comedoria, em Goiânia.

Território 10- Neste ponto está a tesoureira da Alfabev, F.E., agrônoma, que trabalhou muitos anos para a Nestlé, junto aos cooperados, na aferição da qualidade do leite. Sua família tem terras no município de Bela Vista, com larga criação de gado leiteiro. Atualmente F.E. é produtora de alimentos orgânicos, associada da Adao-GO, em uma área disponibilizada na propriedade de seu pai, onde ela produz em 2 estufas e 2 hectares de hortas certificadas, com destaque para a produção de tomate e ampla variedade de folhosas.

F.E. reside em Goiânia e vai todos os dias ao local de produção, organizar logística de comercialização e dar orientação técnica para seus 4 funcionários. Além dos canais de comercialização que a Alfabev articula, a F.E. tem uma marca própria denominada Terra Orgânicos e realiza seu *Delivery*, articulando com outros/as produtores/as, além de também disponibilizar seus alimentos na Quitandinha do setor Jaó e na Estação do Açaí do Centro, em Goiânia.

A partir dessas experiências apresentadas argumentaremos que este caminho é factível e capaz de provocar novos processos e relações sociedade-natureza. Por isto perguntamos as estas experiências: Quais são os tipos de circuitos curtos de alimentos ecológicos? Quais as características das propriedades que participam dessas redes e como se organizam? Em que condições os circuitos curtos de comercialização são viáveis? Quais os aprendizados, as dificuldades e as oportunidades para as mulheres produtoras e as/os consumidoras/es em participar de redes alternativas de comercialização? Voltaremos a estas questões especialmente na Seção 4.

48 Nos referimos a produção “caipira”, sem uso de agrotóxicos, porém, não certificado como orgânico.

Enfim, estas mulheres são expressões de resistência à territorialização do Agronegócio e das Grandes Corporações no Cerrado Goiano, produzindo comida de verdade, conforme ilustraremos na seção 3.1. Aproveitamos para finalizar esta Seção com a citação de trechos do Manifesto da Comida de Verdade, produzido pelo extinto Consea (2015):

A comida de verdade é salvaguarda da vida. [...] É produzida pela *Agricultura Campesina (interpretação nossa)*, com base agroecológica e com uso de sementes crioulas e nativas. É produzida por meio do manejo adequado dos recursos naturais, levando em consideração os princípios *ecológicos (interpretação nossa)* e os conhecimentos tradicionais e suas especificidades regionais. É livre de agrotóxicos, de transgênicos, de fertilizantes e de todos os tipos de contaminantes [...]. Garante a soberania alimentar; protege o patrimônio cultural e genético, reconhece a memória, a estética, os saberes, os sabores, os fazeres e os falares, a identidade, os ritos envolvidos, as tecnologias autóctones e suas inovações. É aquela que considera a água alimento. É produzida em condições dignas de trabalho. É socialmente justa. Comida de verdade não está sujeita aos interesses de mercado, [...] é caracterizada por alimentos in natura e minimamente processados em detrimento de produtos ultraprocessados. Precisa ser acessível, física e financeiramente, aproximando a produção do consumo. [...] Comida de verdade é aquela que promove hábitos alimentares saudáveis nos campos, nas florestas e nas cidades.

3. MULHERES EM MOVIMENTO: SEM FEMINISMO NÃO HÁ AGROECOLOGIA!

[...] há marcas da mulher no espaço e, sobretudo, seu papel na construção desse espaço. Cabe esclarecer que as mulheres rurais sempre desempenharam um papel fundamental no seu meio, transcendendo ao universo determinado pelo homem e, mais recentemente, adquirindo uma dimensão destacada nas mudanças que ocorrem no mundo rural. (ALMEIDA, 2016, p. 146).

A relação entre gênero e produção de alimentos pautadas no enfoque da agroecologia não é de agora. O envolvimento da mulher com a agricultura e a produção de alimentos é histórica. Estudos mostram que havia destinação majoritária das mulheres para a coleta, ao passo que as suas relações com as sementes as fizeram perceber a possibilidade de germinação quando em contato com o solo. Com isso, podemos dizer que elas inventaram a agricultura, ao passo que os homens se dedicavam mais a caça. Como coletoras, elas adquiriram um conhecimento dos vegetais, flores e frutos e puderam aprender, pela experiência direta e pela observação contínua, o processo de semeadura e germinação do mundo natural (KOSS, 2004). Foi o fator determinante da passagem da coleta para o plantio, uma significativa revolução cultural iniciada pelas mulheres. Desde a revolução agrícola há cerca de 10 mil anos, quando se iniciou o cultivo de plantas, estabeleceu-se, também, um processo de seleção e adaptação destas. Um exemplo disso são as sementes crioulas - um dos elementos da socioagrobiodiversidade – que estão presentes no cotidiano dos camponeses desde o início da agricultura, fazendo parte de contextos biológicos e socioeconômicos complexos.

A seleção para domesticação ocorre de forma a atender a alguns critérios, como cor, sabor, aroma, rendimento, porte da planta, dentre outros aspectos e que ao longo do tempo geraram conhecimentos tradicionais – que garantiram, até então, a continuidade da vida e a reprodução social desses grupos, fornecendo meios materiais para a sua permanência no campo. Esses conhecimentos podem ser encontrados nos quintais, roças, brejos, pomares e demais locais de produção camponesa, ou seja, todos os recursos ali disponíveis interagem de forma a garantir a reprodução camponesa (RIBEIRO, 2017). Nestes espaços são encontrados alimentos da socioagrobiodiversidade⁴⁹, que estão para além de produtos e fluxos visíveis e mensuráveis. Mas, também, em elementos como a organização social e as relações estabelecidas, a transmissão geracional do conhecimento sobre o manejo da agrobiodiversidade, entre outros. Inclusive, a maior participação de mulheres na produção para autoconsumo já é atestada na literatura (MELO; DI SABBA-

⁴⁹ A diversidade genética manejada pelas/os agricultoras/es tradicionais, em processos de domesticação de recursos naturais silvestres. Esses processos são dinâmicos, na medida em que as plantas circulam entre famílias, as comunidades, a partir de um intercâmbio de sementes, saberes e experiências guiadas pelo interesse da produção da biodiversidade (SANTILLI, 2009). E, por isso, aqui assinalamos enquanto socioagrobiodiversidade, a agrobiodiversidade produzida pelas comunidades a partir de uma intrínseca dimensão sócio-cultural.

TO, 2009; LOMBARDI, 2009) a partir da análise da base de dados das Pesquisas Nacionais por Amostragem Domiciliar – PNAD. A mulher é protagonista neste processo.

Desde o surgimento da agricultura, a mulher, provedora de vida, é a representação simbólica da fertilidade de terra, a “mãe terra”. Porto-Gonçalves (2021), a partir de uma visão descolonial e materialista, argumenta que a visão eurocêntrica apequena e reduz a ‘Madre Terra’ em ‘terra’. O autor enfatiza a etimologia da palavra: Mater, do latim Mãe, que significa onde a vida se faz, de onde a vida emerge. Quer dizer, a visão ocidental ignora o território de vida e apenas enxerga a terra como objeto para reprodução ampliada do capital. Emma Siliprandi (2015), estabelece elos entre os debates de sustentabilidade e das relações sociais de gênero, que são perpassadas pelo cuidado. As mulheres são as próprias ‘mães terra’, se preocupam com o alimento dos seus filhos. Inclusive, tivemos a oportunidade de visualizar em nossos trabalhos de campo a linhagem materna como o elo de relação das mulheres com a terra, o que aprofundaremos na Seção 4. No atual momento sócio-político existem diversas experiências que nos levam a refletir sobre a necessidade de valorizar os espaços historicamente femininos como forma de inclusão da mulher e consequente viabilidade de implantação de sistemas agroecológicos. São experiências que incluem as mulheres em sistemas produtivos alternativos, que abordaremos de forma empírica nesta dissertação. Neste contexto, como construção contra-hegemônica ao capital, compreendemos estes espaços como territórios de resistência construídos por essas mulheres camponesas.

Segundo a FAO (2017), atualmente, 60 milhões de mulheres trabalham no campo na América Latina e Caribe, cumprindo papel central na produção e abastecimento de alimentos. Na região, elas são responsáveis pela produção de 60% a 80% dos alimentos consumidos. No Brasil, dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que cerca de 1 milhão de mulheres dirigem propriedades agrícolas no país – 20% do total de estabelecimentos rurais, segundo o Censo Agropecuário de 2017, o que representa um crescimento de 38% em relação ao Censo de 2006. O Censo Agropecuário 2017 incluiu novos instrumentos de registro da presença de mulheres na condição de produtora na direção do estabelecimento, bem como na condição de ‘casal’ em codireção.

Hora, Nobre e Butto (2021) apresentam estudo sobre o registro da presença das mulheres no Censo Agropecuário e discutem as possibilidades abertas e os limites ainda presentes no Censo Agro 2017 para visibilizar a contribuição econômica, incluindo a não monetária, das mulheres na agricultura no Brasil. Na verdade, as estatísticas subestimam a contribuições da mão de obra feminina ao trabalho rural, porque, geralmente, as mulheres veem os campos em volta de uma moradia como uma extensão da casa e não separam o trabalho que fazem os dois espaços, decla-

rando todas as atividades como trabalho doméstico. Porém, levantamentos feitos em várias regiões levam a acreditar que as mulheres que fazem a maior parte do trabalho agrícola nos países em desenvolvimento. Além disso, as autoras, por meio do estudo de Gênero no espaço rural, também enfatizam a diversificação produtiva nos quintais e o trabalho realizado do âmbito doméstico, ligadas ao cuidado. No entanto, as autoras reforçam a ausência de estatísticas oficiais como um mecanismo de invisibilização das mulheres e um dificultador para o planejamento de políticas públicas específicas para este segmento.

Também a autora Maria Paulilo (2012), em um estudo sobre a inadequação das políticas públicas no aumento da satisfação e do bem-estar das mulheres rurais, estabelece críticas ao documento da FAO (2011) sobre o estado mundial da agricultura e da alimentação, focando a parte I dedicada às mulheres rurais dos países pobres, na qual são apontadas soluções para “fechar a brecha” de gênero nos projetos de desenvolvimento e reconhecendo o potencial de seu trabalho para alimentar o mundo. Segundo o documento, se as mulheres tiverem o mesmo acesso aos recursos produtivos que os homens poderiam aumentar o rendimento de suas produções agrícolas em cerca de 20% a 30% e, com isso, reduzir o número de famintos entre 12% e 17% em todo o mundo. Além disso, o documento reconhece que quando as esposas e mães conseguem mais dinheiro, geralmente investem em nutrição, saúde e educação dos filhos. As duas principais críticas de Paulilo (2012) centram-se na ausência de análise sobre o valor do trabalho doméstico e no caráter produtivista das propostas, que não levam em conta as agressões ao meio ambiente, os cuidados com a saúde, aspirações das próprias mulheres, nem suas condições reais de vida. Em sua análise, a autora utiliza cálculos elaborados pelas economistas feministas sobre a importância das atividades femininas não remuneradas para a contabilidade nacional além de inúmeros documentos produzidos sobre a situação das agricultoras ao redor do mundo, incluindo de movimentos de mulheres rurais do Brasil.

Esta maior compreensão da realidade das mulheres e das relações desiguais de gênero é fundamental para não incorrer em erros de formulação de políticas públicas. Para começar, o acesso à terra é condição fundamental para o desenvolvimento da atividade produtiva e, no caso das mulheres, para garantir autonomia. Estudos promovidos pela FAO (2017), analisando diferentes países na América Latina e Caribe, identificam que as mulheres têm acesso restrito. Na região, predomina a participação das mulheres como proprietárias de terras em menos de 20% dos estabelecimentos. Ademais, esses estabelecimentos possuem as menores áreas e as maiores restrições de acesso ao programa do crédito fundiário e assistência técnica.

Marcel Mazoyer e Laurence Roudart (2010) abordam as grandes transformações dos sistemas agroalimentares, com ênfase na recente crise da economia mundial. Segundo os autores, a causa da crise está enraizada na instauração da concorrência, que não leva em conta as heranças agrárias das diferentes regiões do mundo. As heranças agrárias da qual os autores referem estão articuladas com o entendimento de Emma Siliprandi (2015), quando a autora argumenta que as mulheres historicamente colocam-se contra uma visão produtivista e economicista, na luta para a construção de relações de outro tipo entre sociedade e natureza e entre a própria sociedade. Além disso, as mulheres também partem de outros princípios; enquanto a economia tradicional analisa somente o trabalho de mercado, a economia feminista analisa junto o trabalho de reprodução da vida. Muitas mulheres acreditam em uma mudança e se propõem a transformar a economia de acordo com o ponto de vista das mulheres⁵⁰: o cuidado da vida deve estar em primeiro lugar, porque é muito mais importante do que os lucros do mercado. É a vida no centro da economia (SOF, 2014).

Mazoyer e Roudart (2010), ao considerarem o cenário futuro, com as projeções de aumento populacional, mudanças climáticas e competição por recursos naturais, expõem suas preocupações em relação à vulnerabilidade do sistema agroalimentar mundial. Após muitas décadas de estudo e pesquisa de agricultura comparada, os autores unindo trabalhos e observações realizadas por historiadores, geógrafos, antropólogos, sociólogos, economistas e agrônomos, apresentam uma discussão de possíveis caminhos para solucionar e combater a fome no mundo. Os autores argumentam como estratégia mundial desenvolver a agricultura camponesa, por meio da adoção de políticas nacionais de proteção. Por isso, retomar o apoio a pesquisas interinstitucionais sobre os dados das realidades nos territórios e apontar políticas públicas para as mulheres camponesas deve estar na pauta dos governos comprometidos com a construção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional do povo.

No entanto, os Estados na América Latina e a lentidão com a qual abordam o problema socioambiental da questão agrária tornam imprescindíveis a presença dos movimentos sociais camponeses e/ou ecologistas. No Brasil atual (2019-2022) a única política do governo federal é a entrega do título da terra. A prática de concessão de Título da Terra é resultado da Medida Provisória 759/2016, imposta sob críticas durante a gestão de Michel Temer. De 2019 a 2022, o Governo Federal emitiu 326.482 documentos em todo o território nacional, abrangendo assentamen-

50 Gostaríamos de enfatizar que não é por ter nascido mulher, no sentido essencialista, que elas têm que contribuir na discussão de propostas. É porque se tornaram mulheres e estão inseridas socialmente em atividades específicas, que têm pontos de vista historicamente e socialmente construídos e podem oferecer visões sobre o desenvolvimento social que o pensamento e prática masculina não são capazes de abarcar (SILIPRANDI, 2015). Ou seja, a diferente forma de racionar a relação sociedade natureza não está no sexo, mas na sua construção de ordem cultural.

tos e glebas públicas passíveis de regularização (BRASIL, 2022). O recente programa Titula Brasil cria entraves para a democratização do acesso à terra, priorizando a titulação e a entrega das terras públicas e incentivando a grilagem. Trata-se de uma política de emancipação dos assentamentos, que passam a ser propriedades particulares, desviando as funções do Estado e do Incra para com o sucesso dos assentamentos. Os movimentos sociais do campo evidenciam que com os títulos em mãos e sem condições básicas para viver no local, tais como saneamento básico, acesso aos meios de produção, escoamento e assistência técnica, as/os agricultoras/es familiares ficam sujeitas/os a vender essas propriedades para o agronegócio em 10 anos (IHU, 2017). Situação delicada, pois na ausência de compreensão destas questões, muitos assentados querem o título de sua propriedade e acabam rompendo com os movimentos sociais. Este recurso foi utilizado pelo Governo Bolsonaro também como estratégia de desestruturar o MST, ou qualquer movimento de luta pela terra (BBC, 2022). Situação especialmente difícil para as mulheres que, conforme apontado anteriormente, tem menos acesso a terras, e em vários contextos ficam a mercê da decisão de seus maridos. Na prática, observa-se que a acentuação da economia de mercado dentro das comunidades marginalizadas neste sistema tende a aumentar as disparidades existentes, tanto em termos de exploração do trabalho associado ao agronegócio, quanto ao acesso diferencial entre homens e mulheres à terra. Segundo a FAO (2007), à medida que a terra é comercializada e sua disponibilidade diminui, observa-se que os membros da família do sexo masculino reduzem o acesso à terra que as mulheres possuíam, principalmente no caso de viúvas e divorciadas.

Frente a isto, consideramos imprescindível a resistência camponesa e em especial a luta das mulheres, que organizam as reivindicações e o levam para adiante de maneira autônoma e participativa, construindo as agendas políticas das mulheres, bem como suas estratégias e formas de ação. Um dos ganhos concretos desses processos é o fato de que as mulheres passam a ser protagonistas não só de suas lutas, mas de suas próprias vidas e têm sua visão de mundo reforçada. No ano de 1998, a Sempreviva Organização Feminista (SOF) publicou o Caderno “Gênero e agricultura familiar”, relatando um processo de construção coletiva do conhecimento que envolveu mulheres rurais de movimentos autônomos de mulheres, do movimento sindical e de ONGs do campo agroecológico. Essa semente cresceu e deu muitos frutos. De acordo com as Semprevivas, em 20 anos a reflexão em torno dos conceitos descritivos como “gênero” e “agricultura familiar”, foram caminhando para a afirmação de posicionamentos políticos alternativos: “feminismo”, “soberania alimentar” e “agroecologia” .

O feminismo é o movimento das mulheres para mudar o mundo e suas vidas. Foi sempre a partir de muitas lutas que as mulheres conseguiram conquistar direitos no Brasil e em todo o mundo, desde o direito ao trabalho, à educação e ao voto, mas também o direito à aposentadoria para as mulheres rurais, ao título da terra e a políticas públicas para combater a violência contra as mulheres. Nos séculos passados, as mulheres negras foram fundamentais na luta pelo fim da escravidão e, na América Latina as mulheres também participaram ativamente dos processos de conquista da independência dos seus países. Nos dias de hoje, o feminismo no Brasil está lutando para defender os direitos que estão sendo destruídos após ruptura da ordem institucional brasileira por meio de um golpe parlamentar 2016 (JANCZ *et al.*, 2018).

A agroecologia, a partir do entendimento alinhado com Guzmán *et al.* (2000), supõe o manejo dos recursos naturais surgido desde as identidades dos “etnoagroecossistemas locais”; a existência desta matriz sociocultural contribui como um elemento essencial na configuração de um potencial endógeno que mobilize a ação social coletiva em que se baseia a Agroecologia, tal como nós a definimos anteriormente. Assim, a Agroecologia propicia espaço para ao autodeterminação da mulher, na medida em que valoriza o saber fazer local, visibilizando o trabalho das mulheres no campo. A agroecologia aglutina as demandas das Mulheres das águas, dos campos e das florestas na luta por um desenvolvimento sustentável, com democracia, justiça, autonomia, igualdade e liberdade. A agroecologia representa a luta das Margaridas em defesa da sociobiodiversidade, da agricultura de base familiar e, conseqüentemente, da soberania alimentar, fazendo valer a máxima de que “Sem Feminismo Não Há Agroecologia⁵¹”.

Mais uma etapa da “reinvenção da agricultura” pelas mãos das mulheres. Nesse sentido, as sementes crioulas são, em si mesma, instrumentos da luta política e resistência dos grupos camponeses e símbolo de sua diversidade, desde o surgimento da agricultura, até agora, na busca de novos caminhos. A soberania alimentar acaba por envolver a discussão sobre o uso das sementes crioulas e está para além da segurança alimentar e nutricional (SAN), pois envolve a capacidade das populações no campo produzirem seu próprio alimento e ter o controle sobre a sua alimentação e o abastecimento local. No momento em que estes são impedidos de possuir, reproduzir e distribuir estas sementes, também são privados de sua própria existência enquanto povos dos campos, águas e florestas (SANTILLI, 2009). Assim o feminismo vai transformando em questões políticas fatos que muitas vivem de forma parecida, mas isoladas. Esse nosso feminismo tem muitas aspirações e ambições: queremos mudar o mundo!

51 Palavra de ordem puxada pela voz das margaridas, durante as Marchas das Margaridas (que acontecem desde 2000), por políticas públicas para mulheres trabalhadoras rurais do campo, das florestas e das águas.

Diante destas questões, esta Seção conta com três sub-seções, de modo que a **primeira subseção**, denominada Trabalho e Gênero, dedica-se a percorrer os elementos-chaves para compreender o processo histórico de consolidação da questão de Gênero na sociedade capitalista, com destaque para as especificidades latino-americanas, em especial para a mulher camponesa. Na **segunda subseção**, denominada Estado e Políticas para as Mulheres Camponesas, é feita uma discussão sobre a estrutura organizativa do Estado e os constantes conflitos gerados pela implementação de um projeto que nos retira a Soberania Nacional e Alimentar. São feitos destaques para as poucas políticas públicas voltadas para o campo popular, conquistadas a partir das organizações mobilizadas em lutas. Na **terceira subseção**, intitulada A Autodeterminação das Mulheres Camponesas, é traçado o histórico de luta das mulheres camponesas pelos seus direitos e na luta pela terra, passando pelos movimentos nacionais, os espaços de articulação, as demandas, até chegar na conformação de um movimento na luta pela construção da Agroecologia e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, estabelecendo canais de comunicação e pressão sobre o Estado, pautando a construção de políticas públicas em defesa de um Campo com vida.

3.1 Trabalho e Gênero

A relação entre terra, trabalho e família é a principal característica do modo de produção camponesa. Nos territórios camponeses a família é a principal responsável pela efetivação das atividades no lote, as quais são divididas de acordo com o sexo e a idade. O roçado, o curral por serem espaços onde se realiza o trabalho dito produtivo, que gera renda monetária é o território do homem, enquanto os espaços da casa e o quintal são os territórios femininos. Neles, as mulheres realizam o trabalho reprodutivo que corresponde a cuidar dos afazeres domésticos, da casa, dos filhos, dos pequenos animais e da horta familiar. As atividades realizadas na casa e no quintal geram pouca ou nenhuma renda e assim como o trabalho das mulheres, eles também são inviabilizados e desvalorizados. Nessa perspectiva, adotamos Gênero⁵² enquanto categoria de análise, em função da necessidade de se compreender as mulheres como sujeitos políticos, localizadas em um contexto de opressão e exploração que determina seu espaço e seu papel na sociedade. O gênero, enquanto uma construção social, define posições diferentes e desiguais entre os sexos, influenciando na forma como mulheres e homens apropriam, usam e vivenciam determinados espaços. A presente seção tem como objetivo compreender o processo histórico de materialização desta condição de ser mulher no mundo.

Uma obra clássica e muito importante por balizar as pesquisas sobre gênero que vieram depois é a *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, escrito por Friedrich Engels em 1884 a partir de pesquisas do antropólogo Morgan sobre a família e de anotações feitas por Karl Marx. Engels não foi o único autor no século XIX a tratar dos vínculos entre economia, família e subordinação das mulheres, mas sua obra foi pioneira em diversos aspectos, inclusive por formular uma teoria materialista das bases da desigualdade e tentar explicar, a partir dos conceitos de Produção e de Reprodução, os vínculos entre subordinação das mulheres e a família como unidade de reprodução econômica. Este livro foi, e é (as questões colocadas seguem como problemáticas atuais), um marco nos estudos sobre família, pois fornece insumos consistentes para desvendar a natureza material e histórica das interações humanas e dos modos de organização da vida social. Ou seja, levando em consideração as relações entre os sexos para além da biologia, a obra desnaturaliza a família patriarcal e monogâmica, mostrando sua origem histórica, bem como sua função. Entendimento posteriormente resgatado por outras feministas marxistas e socialistas,

52 Compreendemos, junto a Mirla Cisne (2006), que o gênero não possui apenas sexo, mas possui classe, raça, etnia, orientação sexual, geração, etc. Essas diferenças e especificidades devem ser percebidas. No entanto, não podem ser vistas de forma isolada das suas macrodeterminações, pois, dentro desta sociedade, por mais que "o gênero una as mulheres", a homossexualidade una *gays* e lésbicas, a geração una as(os) idosas(os) ou jovens, etc., a classe irá dividi-las(os) dentro da ordem sociometabólica do capital.

como o caso de Tithi Bhattacharya⁵³ (2017), que afirma: “a família é a forma mais confiável e barata de reproduzir a força de trabalho, e também de reproduzir os próprios valores e ideologias sobre a família”, conforme pretendemos exemplificar nesta seção.

A obra de Engels desenvolve-se em nove capítulos, o primeiro é dedicado à análise e à constatação dos chamados estágios pré-históricos da civilização (o estado selvagem e a barbárie) e à dedução da existência de uma estrutura familiar primitiva de cunho comunitário e baseada em laços consanguíneos matrilineares⁵⁴. Ou seja, só era possível aos povos antigos contar seus descendentes a partir da linhagem materna, única forma de ter certeza a respeito da filiação, fazendo com que o direito materno assegurasse às mulheres elevado grau social, chegando ao domínio feminino absoluto: a ginecocracia. É no Estado Selvagem que surge e nasce a família, evidentemente, não como a conhecemos hoje. Morgan em seus estudos afirma: “A família é um princípio ativo. Nunca permanece estacionária, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui” (ENGELS, 1984, pág. 30). No período selvagem ocorriam os casamentos por grupos, que nada mais eram do que a prática de poligamia e poliandria (união em que uma só mulher é ligada a dois ou mais maridos ao mesmo tempo) ao mesmo tempo, fazendo com que os filhos de uns e outros fossem comuns ao grupo. Dessa maneira a mulher pertencia igualmente a todos os homens e cada homem igualmente a todas as mulheres. Existiam casas grandes em que todos moravam juntos, as mulheres e os maridos junto com os filhos de ambos. Neste convívio de grupos exclui-se a prática da mulher como escrava do homem.

Enquanto entre os caçadores e coletores e mesmo no início da horticultura com estaca ou enxada, as mulheres viviam em condições igualitárias e eram as mais importantes fornecedoras de comida e criadoras de artesanato, com a expansão da agricultura extensiva e o surgimento de excedentes, sua condição social decaiu para um tipo de servidão. A fase monogâmica, propriamente dita, nasce decorrente da domesticação de animais, gerando riqueza. O surgimento de um excedente nas sociedades primitivas não só teria levado à sua apropriação desigual, como à desigualdade na relação entre os gêneros na partilha das tarefas da produção e reprodução da espécie,

53 Esta é uma das principais autoras da categoria analítica reprodução social, fundamentada no materialismo histórico dialético. O termo reprodução social, na tradição marxista, normalmente indica o processo de reprodução de uma sociedade em sua totalidade. Na tradição feminista, o debate é ampliado e a reprodução social é percebida na manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional. A autora entende o capitalismo como um sistema unitário que integra, ainda que desigualmente, o âmbito da reprodução e da produção. Ou seja, a produção e a reprodução social fazem parte de uma "mesma unidade capitalista", construção valiosa para a luta anticapitalista pela emancipação humana.

54 Matrilinearidade, ou seja, o reconhecimento da filiação apenas da mãe. Sobre isso, o importante a se destacar é que o sistema patriarcal é uma fase historicamente circunscrita das relações familiares, não sendo em si unânime e universal.

que passam a ficar separadas, cabendo à mulher quase exclusivamente as funções da criação dos filhos e da casa, cada vez mais afastadas do espaço social. Ou seja, o trabalho é dividido entre a família, cabendo ao homem garantir a propriedade - a terra e tudo que nela há, desde os animais e plantas, até a própria mulher, que agora é demandada a partir da fidelidade. Isto para garantir a transmissão de sua linhagem e propriedade a partir herança. Neste novo padrão de trabalho e com a necessidade de assegurar a paternidade, o direito materno foi suprimido, e, conseqüentemente, a fidelidade da mulher, esta é entregue ao poder do homem, podendo este fazer o que bem entender, inclusive lhe conferir a morte. Neste contexto surge e estrutura-se o sistema patriarcal. Segundo Engels, foi a derrota do sexo feminino na história universal:

A mulher foi degradada, convertida em servidora, em escrava do prazer do homem e em mero instrumento de reprodução. Esse rebaixamento da condição da mulher, tal como aparece abertamente sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e mais ainda dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocado, dissimulado e, em alguns lugares, até revestido de formas mais suaves, mas de modo algum eliminado (ENGELS, 1984, pág. 61).

Engels revelou os elos entre opressão de gênero e o papel do casamento e da autoridade masculina na consolidação desta teia de subordinação, que envolve desde o controle da reprodução biológica, dos bens econômicos e da propriedade privada. A tese central de Engels é que opressão de classe tem seu surgimento junto com a propriedade privada, afirmando que a origem da opressão é cultural e pode vir a desaparecer no futuro, e refutando as interpretações que buscam um fundamento biológico “natural” para a opressão feminina, como ocorreu, por exemplo, no liberalismo⁵⁵ e consolidação do capitalismo. Do ponto de vista do Trabalho⁵⁶, enquanto categoria ontológica, é neste momento de articulação da indústria com a agricultura que ocorre a ruptura metabólica⁵⁷. A contribuição de Marx analisando o metabolismo socioecológico a partir da crítica da economia política, entende que a falha metabólica seriam estas práticas insustentáveis no ciclo próprio da natureza, degradando-a. Causada, sobretudo, pelos cercamentos ou expropriações, criando uma divisão entre a cidade e o campo, deslocando a população e, até mesmo, causando o extermínio de povos tradicionais.

55 Por liberalismo referimo-nos ao projeto econômico, político e social que surgiu no século XVII e ganhou destaque na Europa do século XVIII. O seu apogeu ocorreu após a Revolução Industrial, no início do século XIX.

56 Na obra *O Capital*, Marx definiu Trabalho nos seguintes termos: um processo entre homem e natureza, no qual o homem por sua própria ação, media, regula e controla o seu metabolismo com a natureza. Nesse sentido, a relação entre estes dois elementos – o elemento social e o elemento ecológico, constituem uma interação metabólica. Então, por meio do processo do Trabalho, os humanos transformam o mundo e a eles mesmo (CLARCK; FOSTER, 2010).

57 A dinâmica de acumulação de capital imposta pelo sistema mundo implica uma demanda cada vez maior de matéria e energia cuja fonte primária (a terra, a água, o minério, a fotossíntese) não é produzida por nenhuma sociedade humana, mas sim pela natureza. E dela vem sendo extraída, provocando o que vem sendo chamado ruptura metabólica por alguns e colapso ambiental por outros (PORTO-GONÇALVES, 2018).

Nesse processo, o capital mostrou-se capaz de mover os trabalhadores com o objetivo de constituir o mercado de trabalho assalariado ou de abastecê-lo onde é necessário. A expropriação de terra dos(as) agricultores(as) de base familiar é uma das formas de mobilidade de trabalho, quando para sua reprodução, o capital controla e produz os fluxos migratórios. Nesse sentido, as/os trabalhadoras/es se deslocam pelas condições impostas inerentes à própria sobrevivência, precisando vender força de trabalho, já que, na verdade, tudo é apropriado pelo capitalismo e se torna mercadoria: água, terra, o alimento e a própria mão-de-obra. Dessa forma, a essência do capitalismo é o trabalho assalariado – relações de assalariamento – que estabelece a separação do produtor dos meios de produção e estrutura as classes sociais entre capitalistas e trabalhadores (DOBB, 1983).

Heleieth Saffioti (1983) fala sobre a transição da economia rural familiar para o salariedade, com o advento do avanço do capitalismo agrário. Para esta autora, as mudanças operadas nas formas de produção agrícola, nos tipos de cultivo e na tecnologia empregada realmente aumentam sobremodo o grau de sazonalidade do trabalho agrícola. Nestas circunstâncias, o que hoje consolidou-se como Agronegócio encareceria seus custos se operasse exclusivamente com trabalhadores permanentes. A resposta a este problema reside no trabalhador temporário, podendo-se engajar enormes quantidades de braços nos momentos de pico da atividade agrícola e dispensá-los quando não são mais necessários. Este caráter temporário do engajamento na produção agrícola deixa a porta aberta aos elementos com outros afazeres na residência e na economia de subsistência e, portanto, disponíveis para a aceitação eventual do salariedade - resulta numa sazonalidade do emprego: grande demanda para a época da seca para realização das colheitas, sendo que na chuva retornam para a propriedade para realizar plantio das roças. E assim é possível perceber a articulação entre o minifúndio e o latifúndio, com a utilização extensiva de recursos naturais por parte da exploração familiar, que permite manter baixo o preço da mão de obra, assim como a maximização dos lucros.

Isso quer dizer que esgotadas as possibilidades de reprodução da família com a produção da própria terra, devido a diversos fatores, tais como falta de infraestrutura para produção, beneficiamento e comercialização, não conseguem viver somente com a renda da terra e se veem obrigados a deslocar-se temporariamente para outras regiões em busca de trabalho. Nos períodos em que não há maior exigência para sua permanência na propriedade, deixam a terra aos cuidados dos familiares, sendo muito comum que as responsabilidades da propriedade recaiam todas sobre a mulher. Dessa forma, caracteriza-se como uma estratégia familiar para a preservação da

unidade de produção, uma vez que a renda mensal insuficiente compromete o êxito da pequena propriedade. Este fato foi muito frequentemente constatado nos trabalhos de campo realizados durante esta pesquisa.

Vale considerar, no entanto, o impacto desse processo nas condições de vida dos que não partem, em especial das mulheres, sobre quem recai a responsabilidade pela guarda e manutenção da propriedade e da família no lugar de origem. Sem o reconhecimento social do seu trabalho e do seu papel. Ou seja, no seio da miséria que atinge as/os trabalhadoras/es rurais brasileiros, instalou-se uma divisão sexual do trabalho por meio da qual o homem constitui o elemento privilegiado do processo de proletarização, enquanto à mulher se reservou a posição de lumpem proletária (situação abaixo do proletário) que torna a questão mais complexa, já que as alocadas exclusivamente ao campo da reprodução não são consideradas desempregadas. Trabalham sem remuneração e este trabalho é considerado não-trabalho, já que se situa no âmbito da reprodução e não no terreno da produção. Na verdade, o sucesso do capitalismo está em produzir e reproduzir a ambiguidade mulher trabalhadora - mulher dona-de-casa, consolidando um exército de reserva composto por mulheres e à disposição do modo de produção (SAFFIOTI, 2004). Para Saffioti, o modo de produção capitalista é o grande beneficiário do intercâmbio que estabelece com os bolsões pré-capitalistas⁵⁸.

Quando o capitalismo surge, apropria-se do patriarcado. Na verdade, o patriarcado é essencial para a consolidação do capitalismo. Devemos pontuar que a exploração das mulheres cumpriu uma função central no processo de acumulação capitalista, na medida em que as mulheres foram as produtoras e reprodutoras da mercadoria capitalista mais essencial: a força de trabalho. O trabalho não remunerado das mulheres no lar foi o pilar sobre o qual se construiu a exploração dos trabalhadores assalariados, de modo que o compromisso com o barateamento do custo de produção do trabalho, ao longo do desenvolvimento capitalista, exigiu o uso da máxima violência e da guerra contra as mulheres, que são o sujeito primário dessa produção (FEDERICI, 2017). Ou seja, quando na sociedade capitalista a identidade sexual se transformou no suporte específico das funções do trabalho, o gênero não deveria ser tratado como uma realidade puramente cultural, mas como uma especificação das relações de classe. Portanto, a análise posta pela autora permite superar a dicotomia entre gênero e classe.

58 Saffioti (1978), assumindo a postura de Rosa Luxemburgo de que o capitalismo necessita, a fim de reproduzir-se, do meio não-capitalista, presume-se que este meio será cultivado na periferia do sistema capitalista internacional com muito maior vigor que no seio do capitalismo hegemônico.

Silvia Federici (2017) demonstra, a partir da análise histórica, que a discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista não é o legado de um mundo pré-moderno, mas é próprio do capitalismo. Quer dizer, autora retoma Marx e vai além. No tomo I de *O Capital*, Marx aborda a acumulação primitiva como processo fundacional, o que revela as condições estruturais que tornaram possível a sociedade capitalista. No entanto, a análise de Marx é a partir do ponto de vista do proletariado assalariado do sexo masculino e do desenvolvimento da produção de mercadoria. A Silvia Federici analisa do ponto de vista das mudanças que introduziu na posição social das mulheres e na produção da força de trabalho. Portanto, sua compreensão de acumulação primitiva inclui uma série de fenômenos que estão ausentes em Marx e que, no entanto, são extremamente importantes para a acumulação capitalista. Entre esses fenômenos estão: a) o desenvolvimento de uma nova divisão sexual do trabalho, b) a construção de uma nova ordem patriarcal, baseada na exclusão das mulheres do trabalho assalariado e em sua subordinação aos homens, c) a mecanização do corpo proletário e sua transformação, no caso das mulheres, em uma máquina de produção de novos trabalhadores. E, o que é mais importante, coloca no centro da análise da acumulação primitiva a caça às bruxas, tanto na Europa quanto nas Américas, como tão importante para o desenvolvimento do capitalismo quanto a colonização e a expropriação do campesinato europeu de suas terras.

Este ponto é muito importante como contraponto a teoria marxista-leninista (sustentada por marxistas ortodóxicos) de que as mulheres têm menos poder social do que os homens no capitalismo porque, como donas de casa, estão fora das relações capitalistas, desconsiderando a função deste trabalho na organização capitalista do trabalho. Além disso, Federici (2017) também compreende que a acumulação primitiva não retrocede com a maturação das relações capitalistas, conforme pontuamos anteriormente junto ao pensamento de David Harvey. Assim como Meszáros (2011) pontua, as crises do capital são estruturais e cíclicas e em cada momento de ajuste espaço-temporal (HARVEY, 2014), há um retorno e um recrudescimento das violências que são, neste sentido, ferramenta de controle social. Portanto, em cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva, o que mostra que a contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época. Assim, as mulheres sempre foram tratadas como seres socialmente inferiores, exploradas de modo similar às formas de escravidão.

Heleieth Saffioti, pioneira nos debates brasileiros sobre as realidades das mulheres sob o capitalismo, em sua primeira publicação “A mulher na sociedade de classes”, no ano 1969, articulando o que posteriormente seria chamado de “gênero” à classe social. Entre 1960 e 1980, constatou a transversalidade de imbricações entre classe, gênero e raça/etnia⁵⁹, desenvolvendo a ideia de um nó que amarra tais contradições. Quer dizer, o racismo é outra ferramenta apropriada pelo capitalismo, de modo que ao diminuir sujeitos sociais em suas diversidades, escraviza-os. Heleieth Saffioti (2013, p. 237) salienta que as mulheres escravizadas eram utilizadas “como trabalhadoras, como mulheres e como reprodutoras de força de trabalho”, ou seja, eram objetos de prazer e fonte econômica (por meio de sua prole) para os seus senhores, além de seu trabalho na propriedade. Portanto, quando pensamos na superexploração das mulheres negras no campo e também na cidade, remetemos ao período colonial que resultou, por consequência, no racismo depois de findado o colonialismo, e por fim, integrado ao capitalismo, como algo basilar para seu objetivo maior: a geração de lucros.

Neste ponto, devemos fazer um adendo, a misoginia na sociedade atinge todas as mulheres, independente da classe social ou raça, porém, não atinge de forma igual. Embora todas as mulheres estejam sujeitas a violência verbal, agressões físicas e feminicídio, a probabilidade⁶⁰ de que tais violências aconteçam com mulheres não-brancas⁶¹ é muito maior do que com mulheres brancas. Na década de 1970 e 1980, Lélia Gonzalez produzia estudos que articulavam questões raciais ao desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro (GONZALEZ, 1982). Concor damos com Lélia Gonzalez quando afirma que trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não brancas da região: as amefricanas e as ameríndias.

O duplo caráter de sua condição – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal – racista dependente. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada a sua condição de classe (GONZALEZ, 2020, p.145-146).

O pensamento de Lélia Gonzalez, procurou similaridades nos diversos contextos da diáspora negra de forma a desenvolver explicações em comum para abordar o racismo, bem como recuperar as estratégias de resistência e luta das mulheres negras e indígenas, visando seu

59 Similar ao que ocorre com as características do sexo, cuja materialidade é biológica, as características étnico-raciais são também transformadas em categoria social, ou seja, marginalizante e constituidora de um processo de naturalização daquilo que é, na realidade, social.

60 De acordo com o Mapa da Violência – Homicídio de Mulheres no Brasil, de 2015, o risco de morte de uma jovem negra no Brasil é 2,19 vezes maior que de uma jovem branca. A combinação de racismo e misoginia provoca violência e coloca as brasileiras racializadas em situação especialmente vulnerável.

61 Termo utilizado para indicar exatamente todas as mulheres que são racializadas e sofrem racismo. No Brasil, estas mulheres são indígenas, negras ou mestiças.

registro como protagonistas e sujeitas históricas. Ao expor como a classificação racial foi a estrutura de sustentação do colonialismo clássico e das sociedades que vieram a formar a América Latina, a autora retoma a história e o modelo rigidamente hierarquizado das sociedades ibéricas, "onde tudo e todos tinham seu lugar determinado" (2020, p.119), para descrever como as sociedades americanas herdaram "as ideologias de classificação social racial e sexual", dizendo:

Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim com parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades. [...] o racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a 'superioridade' branca ocidental à 'inferioridade' negroafricana. Assim, dada a sua 'natureza sub-humana', a exploração sócio-econômica dos amefricanos por todo o continente, é considerada 'natural' (GONZALEZ, 2020, p.123).

Lélia Gonzalez, em "Por um feminismo afrolatinoamericano", publicado em 2020, expressa mais detalhadamente sua visão de feminismo articulado ao combate ao racismo. Muitas de suas considerações integram os debates de mulheres latino-americanas e caribenhas que têm como proposta pensar o feminismo desde o Sul, um feminismo descolonizado que atenda e inclua as mulheres que estão atuando desde as margens, com o intuito de construir modelos alternativos de sociedade. As mulheres negras e indígenas, na perspectiva de Lélia Gonzalez, intervêm ativamente na condução de seus destinos e deixam como legado, para as que vêm depois, a experiência do enfrentamento do racismo e do sexismo, o que significa que a luta contra essas opressões apresenta um longo caminho já trilhado. Assim sendo, a categoria "amefricanidade", por ela cunhada, mais do que indicar a experiência comum com a escravidão, a dominação e a exploração da colonialidade, tem centralidade na resistência.

A abordagem interseccional postulada por Heleieth Saffioti e desenvolvida por outras grandes pensadoras feministas, demonstra o caráter relacional dos fenômenos sociais. Quando a autora fala das relações de dominação-exploração sob o capitalismo, essas relações se dão a partir de um nó: gênero, raça e classe, constituindo o tripé: capitalismo, patriarcado e racismo. Anteriormente separados, esses sistemas não caminham paralelamente, mas conjuntamente, constituindo um único sistema de poder, conforme sistematizamos no quadro 1.

Quadro 1: Síntese do tripé acumulativo de violências contra as mulheres na sociedade atual

	Capitalismo	Patriarcado	Racismo
Exploração⁶²	Donos das empresas x trabalhadoras/es; Dons das empresas x	Divisão Sexual do trabalho; Trabalho gra-	Superexploração; Divisão racial do trabalho – trabalhos mais

62 Referência ao valor produzido por uns e apropriado por outros.

	Camponeses/as integrados/as; Extração da natureza por empresas x povos	tuito	precarizados, sem direitos.
Dominação ⁶³	Meritocracia; Culpa os pobres pela pobreza. Falta de representação Política /social	Modelo do que é ser mulher, submissa ao homem e a família. Religiosidade.	Estereótipos de violência e sexualidade; Camponeses e indígenas como atrasados
Opressão ⁶⁴	O surgimento e manutenção do próprio sistema com as expulsões e colonialismo; Respostas às Resistências	Violências física, psicológica, moral, sexual patrimonial, etc. Femicídio.	As violências cotidianas do racismo; Encarceramento em massa; Extermínio da Juventude Negra

Fonte: Organizado pela autora, 2022.

De acordo com Saffioti (2004), a ideologia contida na superestrutura, confere suporte à infraestrutura econômica, por isso em seus estudos sobre problemáticas femininas, a categoria trabalho é sempre um fio condutor. Para a autora, na sociedade de classes, a sujeição das mulheres é diferente da dos homens. Para as mulheres, a situação é de dominação-exploração, não somente de exploração perante o capital. Tal fenômeno, uno, mas composto por duas facetas – de gênero e de classe –, segrega as mulheres do mercado de trabalho, expropria delas papéis políticos, assim como também controla a sexualidade e a capacidade reprodutiva (SAFFIOTI, 2004). Silvia Federici (2017) argumenta ainda que a subordinação das mulheres aos homens no capitalismo foi causada pela não remuneração, e não pela natureza improdutiva do trabalho doméstico. A subordinação implica algumas condições à partida tais como a existência de níveis de hierarquização onde determinados grupos exercem o poder e outros a eles estão submetidos. O enfoque marxista não analisa esta premissa de submissão das mulheres pelos homens o que é precisamente retomado e analisado pelas feministas socialistas.

Por isso, os movimentos de esquerda também são responsáveis pela reprodução da situação de vulnerabilidade das mulheres e, em especial, das mulheres trabalhadoras. No que se refere aos partidos de esquerda e aos movimentos mistos, estes em geral não reconheciam a importância do feminismo e o consideravam uma luta de caráter liberal da classe média e da pequena burgue-

63 Referência às ideias dos dominantes de uma determinada época da história. Poder exercido sobre o outro, que sobrepõe a sua vontade, mas é socialmente compreendido como natural.

64 De acordo com Franco-Garcia (*et. al.*, 2022), a opressão é a causa e a condição da injustiça. A opressão está presente nas normas, hábitos e símbolos que compartilham um coletivo de pessoas, reduzindo o potencial de outras. Tratam-se de regras sociais que constroem intergeracionalmente a almagama necessária para perpetuar as injustiças. Aqui entendemos como sinônimo de violência.

sia. Para Saffioti (2001), não houve empenho de sindicatos em abranger reivindicações das trabalhadoras, como: creches, equidade salarial, denúncia de casos em que empregadas foram demitidas por terem engravidado etc. Nesse contexto, a ideologia machista, legitimadora da dominação exercida pelo homem sobre a mulher, mostrou-se importante ferramenta de contenção da união entre os trabalhadores e trabalhadoras. Nesse cenário, a dominação masculina, mesmo aquela não estritamente atrelada à estrutura econômica, corrobora com os interesses dos que detêm o poder econômico. Silvia Federici (2017) argumenta em seu livro que a produção de uma população sem direitos e a criação de divisões dentro da força de trabalho global são condições-chaves para o processo de acumulação, então o horizonte de nossas lutas deve ser uma mudança sistêmica. Também Saffioti (1978) indica ser “preciso lutar” pois é necessário “reestruturar a sociedade de classes em novas bases” (p. 197).

Assim, o feminismo, ao longo de sua história, trouxe à tona questões que não apenas estavam ligadas aos interesses das mulheres, mas que também confrontavam diretamente o capital. Ao longo das últimas décadas, o feminismo foi se transformando conforme a sociedade e foi modificando suas leis e seus costumes, e as chamadas "ondas do feminismo" também foram evoluindo em novas pautas. De acordo com a pesquisa de Ilze Zirbel (2021), a metáfora das ondas⁶⁵ consolidou-se como forma de nomear momentos de grande mobilização feminista a partir da publicação de textos de duas importantes feministas. No ano de 1968, a feminista Martha Weinman Lear escreveu um pequeno artigo no jornal *New York Times* com o título “A segunda onda feminista”, fazendo referência ao movimento de luta de milhares de mulheres pelo direito de votar, e anunciando que uma segunda onda de lutas feministas estava em formação. Mais tarde, em 1992, Rebecca Walker publicou o ensaio “Tornando-se a terceira onda”, no qual defendia que as lutas feministas estavam longe de acabar e comprometendo-se a seguir nesta luta. Relativo às narrativas sobre as ondas, Ilze Zirbel (2021) considera que privilegiaram - ou pelo menos foram as narrativas com maior visibilidade - a ação de feministas brancas da classe média estadunidense e ativistas brancas inglesas e francesas. No entanto, ela contesta este discurso, sob argumentação de que oculta a forte atuação das mulheres da classe operária e das mulheres negras. Sem elas, as ondas não teriam sido realmente ondas, pois não haveria força suficiente para fazer a pressão necessária às mudanças que reivindicavam.

65 A metáfora da onda também é muito utilizada para dar visibilidade a certas pautas ou momentos históricos específicos. Tais momentos representariam o “ponto alto” ou de maior força de cada onda. No entanto, podemos pensá-las de maneira mais contínua, geradas pela ação de milhares de mulheres, de diferentes locais, etnias, gerações e visões de mundo, conformando ferramentas teóricas e reflexões que viriam a consolidar o feminismo radical, o feminismo socialista, o feminismo liberal, feminismo negro, latina, anarquistas e ecologistas, etc.

As mudanças políticas, jurídicas e trabalhistas que vinham ocorrendo na Europa no início da modernidade estabeleceram sociedades chamadas de democráticas que beneficiaram pequenos grupos de homens brancos e burgueses em detrimento do restante da população. Especialmente, negaram a todas as mulheres a possibilidade de tomarem decisões em qualquer âmbito da vida social e, conseqüentemente, sobre suas próprias vidas. Segundo Ilze Zirbel (2021), a chamada primeira onda do feminismo tinha foco na igualdade de direitos no exercício da vida pública, marcada pela reivindicação ao direito do voto, por isso também ficou conhecido como movimento sufragistas. Esta onda formou-se no final do século XIX e início do século XX em diferentes países da Europa e das Américas. Esta formação deu-se em meio a um processo intenso de lutas, materializadas em associações de mulheres, panfletagens, publicações em jornais, manifestações, greves, congressos, passeatas. Várias organizações e congressos internacionais foram criados, como a Aliança Internacional para o Sufrágio Feminino e o Conselho Internacional de Mulheres.

No Brasil, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), iniciativa vinculada ao movimento sufragista internacional, é criada no ano de 1922. Bertha Lutz⁶⁶ (1894 – 1976), Carmen Portinho (1903 – 2001), Jeronyma Mesquita (1880 – 1972) e Stella de Carvalho Guerra Duval (1879 – 1971) foram algumas das fundadoras da entidade, que sucedeu a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher e a Liga pelo Progresso Feminino. Eram mulheres com alta escolaridade e dialogavam com os movimentos feministas tanto na Europa como nos Estados Unidos. A existência da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino teve uma presença fundamental no processo de emancipação das mulheres no Brasil. A FBPF liderou conquistas como a criação da União Universitária Feminina; as leis de proteção à mulher e à criança; o ingresso de meninas no Colégio Pedro II; a equiparação da Escola Normal aos cursos secundários oficiais e o voto feminino; além do Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932 instituiu o Código Eleitoral Provisório e reconheceu o direito de voto às mulheres, pelo então presidente Getúlio Vargas (BRASILIANA FOTOGRÁFICA, 2022).

Enquanto isso, no período das duas guerras mundiais, milhares de mulheres assumiram postos de trabalho considerados masculinos, tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Após a segunda guerra, alguns Estados cederam à pressão das mulheres e reconheceram-lhes alguns direitos, como o de votar (França, 1944; Itália, 1945; Bélgica, 1948; Croácia e Eslovê-

66 Bertha Lutz (1894 – 1976) foi um dos principais nomes do feminismo no Brasil. Em 1932, foi uma das duas mulheres nomeadas para integrar a comissão para elaborar o ante-projeto da nova Constituição. Em 1936, Bertha, bióloga por formação, assumiu o mandato de deputada na Câmara Federal.

nia 1945; Albânia, 1946; Iugoslávia, 1947), políticas natalistas foram implementadas e o tema da maternidade ocupou um lugar central. No ano de 1948, em Paris, a Declaração Universal dos Direitos Humanos reconheceu a igualdade entre os sexos, assim como a igualdade entre os cônjuges. No entanto, campanhas foram realizadas para convencer as mulheres, em especial as de classe média e brancas, a retomarem suas posições de esposas submissas e ‘do lar’. Além disso, as instâncias decisórias na política, nas igrejas, nas indústrias, nas ciências, na justiça, etc., seguiam sob o controle de homens, na maioria brancos e com maior poder aquisitivo. Diante deste contexto, articula-se a segunda onda do feminismo, que trouxe questões mais ligadas à sexualidade e autonomia da mulher no contexto familiar. Dessa forma, o lema “O Pessoal é Político”, cunhado por Carol Hanisch em um texto de 1969, foi argumento utilizado com força nesta conjuntura (ZIRBEL, 2021).

Paralelamente, algo inédito ocorria nos países que investiram em um projeto de ensino universal e no qual inúmeras mulheres haviam se inserido: uma nova geração de moças minimamente ou muito instruídas circulava por essas realidades sociais. Livros e textos com conteúdo feminista atingiam um número crescente de pessoas. Estudos sobre as mulheres e Estudos Feministas começavam a ser organizados, propondo novos temas e questionando os conteúdos tradicionais. Conforme Céli Regina Jardim Pinto (2014), apesar de já circularem, no mundo ocidental, duas obras de grande repercussão: *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949 e *a Mística feminina* (1963), da americana Betty Friedan, considerados marcos do movimento feminista norte-americano, a brasileira Heleieth Saffioti foi pioneira, seu livro publicado em 1969 antecedeu o pico da chamada segunda onda do feminismo. Apesar disso, Livia Mesquita (2019) enfatiza que na América Latina o debate sobre a vida das mulheres surgiu fora do ambiente acadêmico, com a atuação dos movimentos feministas em organizações mistas ou de mulheres.

Na América Latina e Caribe, conforme estudos de Nalu Faria (2005), a constituição da chamada segunda onda do movimento feminista deu-se a partir do final dos anos 1970 e início dos 1980. Em vários países latino-americanos e caribenhos esse movimento se formou a partir da existência de grupos autônomos que manifestavam contra à política sexista dos partidos de esquerda e dos sindicatos, conforme destacamos anteriormente junto a Heleieth Saffioti (2001). Na década de 1970 no Brasil houve grande esforço dos grupos feministas, principalmente marxistas, no sentido de repensar o trabalho doméstico. Para algumas, o trabalho doméstico deveria ser levado para as esferas de atividades produtivas. Foram muitos debates

nos quais se propunha o conceito de Modo de produção Doméstico, ou se defendia que as mulheres, por meio do trabalho não remunerado, que estica o salário baixo do marido, forneciam mais-valia ao capitalista.

Um adendo sobre isso: ainda hoje⁶⁷ são diversos os estudos que buscam mensurar o valor da chamada “economia do cuidado”, o conjunto de atividades não remuneradas, como a limpeza da casa, preparação de alimentos e o cuidado com crianças, idosos e doentes da família. De acordo com matéria da Carta Capital (2017), Hildete Pereira de Melo⁶⁸, professora de economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e vice-presidente da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (Abet) demonstrou a partir de cálculos que o conjunto destas atividades representou 11% do PIB em 2015, equivalente a 634,3 bilhões de reais. Também destacam estudos sobre o uso do tempo para ambos os sexos, conforme destacado por Brasil de Fato (2021) na matéria intitulada “O tempo das mulheres não cabe no relógio do capital”, a partir das contribuições de pesquisadoras e ativistas da SOF - Sempreviva Organização Feminista. A metodologia do tempo-relógio aplicado nas atividades da SOF demonstram a intensidade das jornadas de trabalho das mulheres, bem como a sobrecarga que assola suas vidas. Os dados do estudo Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com base em séries históricas de 1995 a 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, mostram que as mulheres trabalham, em média, 7,5 horas a mais que os homens por semana. Esta diferença é ainda maior quando se considera a localização rural do domicílio.

Na Segunda Onda também é forte a presença de feministas negras e latinas apontando para o entrelaçamento de diversas formas de opressão que incluíam o racismo e a exploração dos corpos de pessoas racializadas. Este momento também coincidiu com as ditaduras militares implantadas na América Latina (Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile, Peru, Bolívia, Guatemala, República Dominicana, Brasil), intensificaram o conservadorismo e a violência, assim

67 O trabalho doméstico segue como uma atribuição eminentemente feminina. Esta atividade no mercado de trabalho, ocupa um contingente muito expressivo de mulheres no Brasil, particularmente negras, de baixa escolaridade e oriundas de famílias pobres. O Ipea (2019) a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atualizados até 2018, mostra redução na proporção de mulheres ocupadas que se dedicam a esse tipo de atividade: de 17%, em 1995, para 14,6%, em 2018, em média. O índice sobe para 18,6% entre mulheres negras, contra 10% quando se trata de mulheres brancas. A profissão de doméstica caiu nos últimos 23 anos, dentre outros fatores, graças à ampliação do acesso à escolaridade – fruto das políticas educacionais que expandiram o acesso ao ensino básico e à educação superior

68 A pesquisadora e ativista feminista iniciou seus estudos sobre invisibilidade da mulher no mercado de trabalho em 1978 e, desde 2001, ela e sua equipe utilizam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para calcular quanto vale o trabalho doméstico não remunerado.

como a censura. Por isso, a luta contra a ditadura foi um dos elementos centrais dos feminismos latino-americanos, assim como a luta por melhoria das condições materiais da vida das mulheres, como a luta por creches, transporte público, luta contra a carestia etc., integrando o processo de luta pela redemocratização, no qual o feminismo construiu relações com outros movimentos sociais⁶⁹ (FARIA, 2005). Como consequência das mobilizações protagonizadas em dezenas de países, a Organização das Nações Unidas decretou o ano de 1975 como o “Ano Internacional da Mulher” e a cidade do México foi escolhida para realizar a Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres. Muito importante este acontecimento para a América Latina, quando a temática feminista passou a difundir-se na com maior capilaridade (CRUZ COSP, 2013). No ano seguinte estabeleceu-se a Década das Mulheres (1976-1985) para enfrentar as profundas desigualdades entre os sexos no campo da educação, da política, dos direitos civis, do acesso ao trabalho, das atividades domésticas. O fato repercutiu em muitos países, inclusive no Brasil, onde grupos de mulheres fizeram avançar questões feministas mesmo diante da ditadura militar (ZIRBEL, 2007).

Neste momento do movimento feminista, algumas das vertentes que estão pautando as discussões rumo a uma sociedade mais justa referem-se ao feminismo negro, decolonial e interseccional. Aníbal Quijano (2005) elaborou diversos conceitos sobre colonialidade, entre eles a denominada "colonialidade do poder". Em contrapartida, Maria Lugones (2014) apontou a pesquisa de Quijano como incompleta no que dizia respeito ao gênero, e elaborou o conceito de "colonialidade de gênero"⁷⁰. Já a apropriação do conceito de decolonial e o desenvolvimento de um feminismo condizente com esses propósitos surge a partir dos estudos de Lélia Gonzalez (2020) ao propor um feminismo afro-latino-americano. Uma reflexão de cunho ecofeminista também se fortalece, estabelecendo conexões entre a opressão das mulheres e a exploração da natureza.

Como elucidada pela autora Emma Siliprandi (2015): As conexões entre os movimentos de mulheres e os movimentos ecológicos estão em pauta no Ocidente pelo menos desde a década de 1960. O feminismo chegou aos temas ecológicos justamente por compreender que existem muitos elementos em comum entre a crise ambiental, que se avizinhava com o avanço da industriali-

69 Segundo Isaura Isabel Conte (2010), foi especialmente com a volta de muitas mulheres do exílio de países europeus, que o feminismo recebeu força na América Latina. Durante o período de exílio, em contato com outras companheiras feministas, entenderam a importância de ter espaços e organizações específicos de debates sobre os temas que dizem respeito às mulheres, seus corpos e a condução de suas vidas.

70 Amplia as formas de colonialidade até então consideradas apenas a do poder, saber e ser. Realiza, então, uma intersecção entre as categorias de raça, gênero e colonialidade. As contribuições de Lugones propõem um feminismo decolonial.

zação e da urbanização, e a percepção dos movimentos feministas sobre o lugar destinado às mulheres nas sociedades emergentes. As mulheres perceberam que não há liberdade nem solução para o colapso ecológico, em uma sociedade com relações baseadas na dominação, sendo indispensável uma mudança radical nos valores e relações socioeconômicas da sociedade. Uma das pioneiras do movimento ecofeminista⁷¹ no mundo é Vandana Shiva, que tem sua trajetória marcada pela intensa luta por um desenvolvimento ecológico sustentável centrado no papel das mulheres. De acordo com Adrieli Aquino (*at. al*, 2020), em meados dos anos 1970 e 1980, Vandana Shiva fez parte do movimento Chipko, em que mulheres indianas protestaram contra a forte exploração florestal pela indústria, ao abraçar as árvores.

Shiva (2002) entende que o saber dominante na sociedade diminui e sufoca as possibilidade de outras alternativas, pois não são valorizados os esforços comunitários e a sabedoria das mulheres e povos ancestrais. Os saberes tradicionais, acumulados ao longo da história humana com a agricultura, foram paulatinamente subjugados por políticas de eliminação. Isso tem se dado a medida que a monocultura da mente - que busca apenas ver a produtividade - taxa as florestas e matas nativas de improdutivas e as substituem por monocultivos de grãos e eucaliptos. Por isso, Shiva (2020) diz que que é necessário redefinir a economia patriarcal capitalista que trata o trabalho das mulheres como não trabalho, e o conhecimento das mulheres como ignorância, e colocar a vida no centro da organização social, política e econômica, como postula o Ecofeminismo (UNISINOS, 2012). Dito isto, destacamos que o Ecofeminismo é uma escola de pensamento em construção, nascida dentro de uma movimento radical e da segunda onda feminista, que se espalhou pelo mundo de diversas forma e fundamentadas em variadas correntes de pensamentos, tais como: liberal, religiosa, anarquista e socialista.

Porto-Gonçalves (2021) também contribui para esta perspectiva em seu ensaio intitulado De Madre Terra e de Materialismo: notas decoloniais, onde estebelece uma crítica a visão eurocêntrica que diminui a Madre Terra em simplesmente terra, com objetivo de “dominação da natureza”. Segundo o autor, o androcentrismo está autorizado a dominar a matéria que, como todo ser dominado, se tornado objeto, tal e qual ocorre com mulher nesta sociedade, mais um objeto a ser dominado. A natureza (feminino) e a mulher, foram ambas transformadas em propriedades do

71 “Ecofeminismo” é um termo originalmente criado pela teórica feminista francesa Françoise d’Eaubonne em meados de 1974. Surge da junção de ecologismo e feminismo, ponte que pensa o mundo a partir da ideia de que a dominação das mulheres e a dominação da natureza tem uma origem comum, que é exploração de base patriarcal. Contudo, as feministas comunitárias da América do Sul apontam que a luta contra o patriarcado, o colonialismo e a devastação ambiental já existia em seus modos de ser, sendo assim, não pretendemos traçar uma origem exata destas práticas.

homem e colocada em lugar de servidão, no entanto, nem o amor materno e nem a terra são infinitos. Portanto, o ecofeminismo trata-se de uma teoria da libertação da dominação dos homens sobre as mulheres, que ocorre da mesma forma sobre a natureza. Além disso, esta abordagem também identifica e reconhece a relevância da participação política e social das mulheres no ativismo ambiental.

Nesta perspectiva, os movimentos de mulheres têm compreendido que estão em luta na defesa dos corpos-território, uma vez que suas identidades reprodutivas perpassam por relações intensas com a terra e as águas. Ou seja, os corpos como extensão do próprio território, que resistem, na prática, enquanto corpos-territórios⁷². Haesbaert (2020) em um texto que aborda a relação entre território e corpo/gênero e território e “T/terra”, explica que o conceito corpo-território é elaborado principalmente das proposições de pesquisadoras ecofeministas e do movimento indígena⁷³, que atentaram para o poder da corporeidade ao mesmo tempo como objeto de exercício do poder e como sujeito “corporificado” de resistência. Segundo Verónica Gago (2020, p.107-109):

Corpo-território é um conceito político que evidencia como a exploração dos territórios comuns e comunitários (urbanos, suburbanos, camponeses e indígenas) implica violentar o corpo de cada um e o corpo coletivo por meio da espoliação. [...]produzem e situam o corpo como território extenso: ou seja, não como confinamento da individualidade, limitado às margens do corpo próprio entendido como “propriedade” respaldada por direitos individuais, mas como matéria ampliada, superfície extensa de afetos, trajetórias, recursos e memórias.

Neste sentido, o conceito tem sido acionado por mulheres latino-americanas e caribenhas nas lutas anti-extrativistas. Segundo Muñoz e Villarreal (2019, p. 314), “o extrativismo afeta a vida, o corpo e o território das mulheres, a partir da promoção de projetos de mineração, expansão da monocultura, e outras atividades de exploração intensiva dos recursos naturais”. O Instituto de Saúde Socioambiental, com o apoio da Fundação Rosa Luxemburgo, produziu um material muito interessante no contexto do curso “Introdução à análise dos processos de saúde em contexto de extrativismo”. O estudo aborda 10 problemas socioambientais que acontecem, especificamente na Argentina, mas que de fato são processos que se desenvolvem em toda a América Latina, e suas consequências para a saúde das pessoas, conforme o quadro 2.

Quadro 2: Síntese do conteúdo do material ‘Corpo Território’: violências contra o território e as repercussões para a saúde das pessoas

72 Nesta dissertação enfatizamos as territorialidades de resistência destes corpos.

73 Em 2019 as mulheres indígenas reuniram-se a Marcha das Margaridas, organizada pelas camponesas do Brasil. O lema ecoado pela Marcha das Mulheres Indígenas é “Território: nosso corpo, nosso espírito”.

Problemas socioambientais	Consequências para saúde
A Pistolagem, o Agronegócio, os Incêndios, a Silvicultura, Hidrelétricas, Megamineração e mais específicos da Argentina: a produção intensiva de salmão (Salmoneiras); produção intensiva de carne (chamam de Feedlots na Argentina, é uma realidade também no Brasil); extração de hidrocarbonetos para produção de combustíveis (Fracking).	Problemas respiratórios, problemas demartológicos, problemas neurodegenerativos, problemas cardiovasculares, malformações congênitas, afeta as condições de saúde mental, abortos, câncer, doenças zoonóticas, doenças transmitidas por vetores como malária e dengue, desnutrição, consumo excessivo de substâncias, intoxicações e suicídios.

Fonte: Instituto de Saúde Socioambiental; Fundação Rosa Luxemburgo. Organizado pela autora, 2022.

A partir desta e de muitas outras pesquisas, há o entendimento de que o desenvolvimento da indústria extrativista afeta diretamente ou indiretamente a saúde e o cotidiano, degradando a qualidade de vida das comunidades. De acordo com os dados do Cedoc, entre 2011 e 2021 houve o registro de 1572 mulheres vítimas de violência em contexto de conflito no campo. Neste mesmo período, foram registrados 4858 homens vítimas de violência em contexto de conflito no campo. Apesar das mulheres vitimadas representarem apenas 32% do universo de homens vitimados, ainda assim são fortemente afetadas pelas violências contra os territórios, conforme demonstra a tabela 8. Nesse sentido, entendemos que as mulheres têm se constituído linha de frente na defesa dos seus territórios, apesar de haver uma sub notificação da identificação de mulheres em contexto de conflitos no campo⁷⁴.

Tabela 8: Violências contra os territórios que vitimaram corpos no campo brasileiro entre 2011 e 2021

Violência contra os territórios camponeses	Nº de mulheres	% em relação ao total de vítimas mulheres	Nº de Homens	% em relação ao total de vítimas homens
Destruição de Casa	98	6,2	413	8,5
Destruição de Rocado	49	3,1	224	4,6
Grilagem	92	5,8	424	8,7
Invasão	116	7,3	542	11,1
Pistolagem	292	18,5	1288	26,5
Contaminação por Agrotóxico	22	1,4	17	0,3

74 O Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, ao perceber estes agravantes nos conflitos agrários, cria, em 2021, o Grupo de Trabalho Diversidades. O GT busca compreender, junto às e os agentes de base, as dimensões interseccionais dos agravantes nas violências cometidas contra as pessoas racializadas, mulheres e outras dissidências sexuais no campo brasileiro. Deste modo, o intuito é compreender para buscar caminhos que dêem visibilidade a estas violências que muitas vezes são naturalizadas ou silenciadas. O registro pode embasar ferramentas de combate a estas violências. A partir deste chamado, iniciou-se um ciclo sistemático de debates virtuais e o I Encontro Nacional sobre Diversidades na CPT, realizado em setembro 2022. Para a Via Campesina e para a Cloc, esta temática é considerada parte fundamental da luta por um projeto de mancipação dos Corpos-Territórios (VIA CAMPESINA, 2020).

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2011-2021. Organizado pela autora, 2021.

Além dessas violências, gostaríamos de destacar que as mulheres camponesas têm sofrido sobremaneira nos processos de desmatamento ilegal que tem se intensificado nos últimos anos. De acordo com os dados do Cedoc, entre 2020 e 2021 houve o registro de 13 mulheres vitimadas em contexto desmatamento ilegal. Destas, fazemos referência a um caso emblemático, que foi o assassinato da quebradeira de coco babaçu no Povoado Boa Esperança, município de Penalva (MA), acontecido em novembro de 2021. O trabalho com coco babaçu é essencialmente um ofício de mulheres, de modo que seu ambiente, seu ofício e suas vidas são totalmente desconsiderados e massacrados. Assim, enquanto mãe e filho trabalhavam no palmeiral, um fazendeiro da região pilotando um trator de esteira e provocando desmatamento, derrubou uma palmeira sobre eles, que ainda foram atropelados. O Conselho Nacional das Populações Extrativistas, a Comissão Pastoral da Terra e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu publicaram nota de repúdio e de pesar, reforçando: são corpos caídos e territórios devastados (MIQCB, 2021).

Portanto, as violências históricas as quais foram submetidos os povos colonizados afetaram e afetam tanto os territórios ancestrais, como o território primeiro: o corpo. As contribuições de Silvia Federici (2017) são muito importantes ao passo que ela escreve sobre a história esquecida das mulheres na transição para o capitalismo. Em sua análise histórica, além de revisitar a caça as bruxas dos séculos XVI e XVII, a autora aborda a ascensão da família nuclear e a apropriação estatal da capacidade reprodutiva das mulheres articulados a colonização da América, a expulsão do campesinato europeu dos seus “bens comuns” e o processo pelo qual o corpo proletário foi transformado em uma máquina de trabalho. A questão histórica mais importante que este livro aborda é como explicar a execução de centenas de milhares de “bruxas” no começo da Era moderna e por que o surgimento do capitalismo coincide com essa guerra contra as mulheres. Existe um consenso entre acadêmicas feministas sobre o fato de que a caça as bruxas buscou destruir o controle que as mulheres haviam exercido sobre sua função reprodutiva, sobretudo a partir de seus saberes de observação da natureza, e serviu para preparar o terreno para o desenvolvimento de um regime patriarcal mais opressor.

As questões colocadas por Silvia Federici (2017) são especialmente importantes dado contexto de recrudescimento da violência derivado especialmente de crises político-econômicas dos últimos anos no mundo. Concordamos com Heleieth Saffioti (2015) que diz que a violência contra as mulheres é uma prática antiga e continua presente na sociedade. Ora de forma visível,

brutal, ora de forma camuflada, sutil e, às vezes, tratada como tabu. Um exemplo muito emblemático é o retorno da “caça as bruxas” que tem ocorrido contra as mulheres indígenas anciãs. Em 12/01/2021 houve ataque a rezadeiras indígenas, acusadas de Bruxaria na T.I. Amambai, no município de Amambai (MS). Conforme veiculado pelo Le Monde Diplomatique, na matéria de Maiara Marinho⁷⁵ em janeiro de 2021, a Kunhangue Aty Guasu escreveu um documento para o MPF de Ponta Porã e de Dourados, para a DPE/MS e a DPU, no qual as mulheres indígenas denunciam 3 ataques às ñandesys. Segundo o documento, “perseguições, torturas, espancamentos, dentre tantas violências contra as anciãs ñandesys praticadas por homens vestidos de ‘crentes’ que em sua maioria, fazem parte da doutrina da igreja neopentecostal Deus é Amor⁷⁶ e pregam discursos coloniais de dominação do corpo da mulher, silenciando e violentando em nome da igreja”. Ainda segundo o documento da Assembleia de Mulheres Guarani e Kaiowá, nos processos de ‘condenação’ pelos neopentecostais, as casas das rezadeiras são queimadas, elas são expulsas das comunidades e carregam consigo traumas de violência psicológica brutal, temendo serem queimadas vivas, enforcadas e mortas. São insultadas e xingadas de bruxas e de feiticeiras. As ñandesys torturadas, em sua maioria, são mulheres idosas. Essas mulheres são condenadas à morte por simplesmente manterem a prática dos cuidados com as plantas medicinais e a reza.

Federich (2017) entende que esta imensa destruição de vidas e do espaço natural marcam justamente o avanço das relações capitalistas no mundo, neste caso, no campo brasileiro. Isso não é coincidência e tem sido uma tática para tratar de romper a resistência e a organização local das comunidades. Especialmente neste contexto em que as mulheres são as lideranças anciãs ñandesys, de onde parte toda a raiz cultural e memória de organização deste povo. Portanto, quando a igreja e o agronegócio associados violentam as mulheres, trata-se de mais uma afirmação da expansão do capitalismo sobre o campo. Neste contexto em que o Brasil é um espaço central no novo ciclo de intensificação da acumulação de riquezas, os povos indígenas e tradicionais que resistem em seus territórios são vistos como inimigos. Portanto, o referido caso é um claro exemplo de uso da violência para controle social diante das investidas do capital na abertura de novas fronteiras. Os dados da Comissão Pastoral da Terra⁷⁷ demonstram também esse contínuo retorno

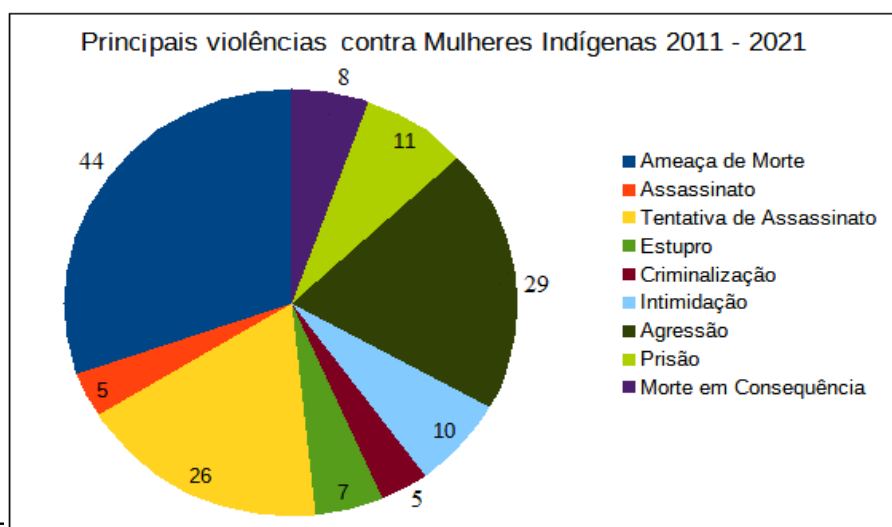
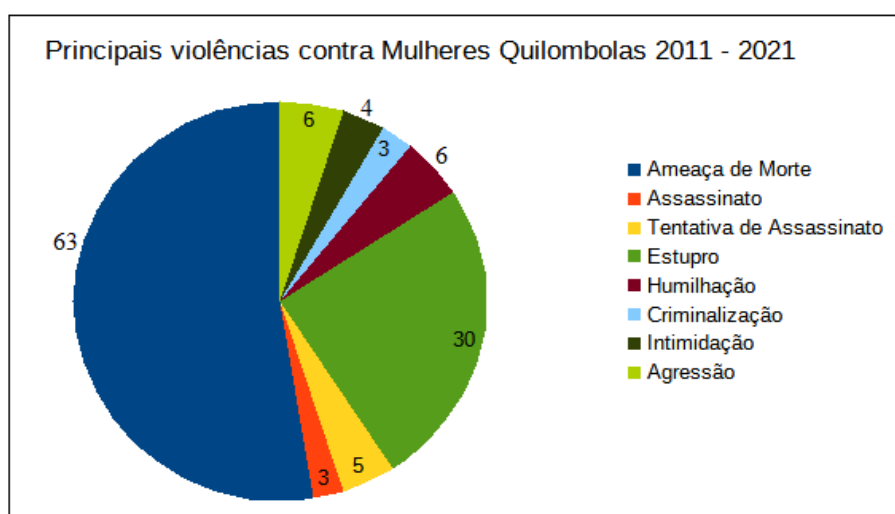
75 Jornalista e mestra em Comunicação e Cultura (UFRJ).

76 Importante contextualizar um movimento concreto e cada dia mais intenso por parte das igrejas evangélicas, que hoje ocupam os espaços antes ocupados pelos Cebs e Sindicatos na vida das comunidades marginalizadas. Esta problemática deve receber atenção de novas pesquisas, pois os desdobramentos já começam a despontar, no entanto, muitos outros podem surgir no longo prazo. Especialmente por estas igrejas estarem associadas com outros agentes, como os grandes arrendatários e empresários do agronegócio.

77 Entre 2011 e 2015, foram registrados 6.737 conflitos no campo, envolvendo mais de 3,5 milhões de pessoas. No período seguinte, de 2016 a 2021, esses números subiram a 10.384 conflitos, que atingiram 5,5 milhões de pessoas, confirmando que o impeachment de Dilma Rousseff teve também, por efeito, o aprofundamento de uma política an-

da violência e expropriação de corpos e territórios no Brasil. Há que se destacar que o índice de crueldade nas violências contra as mulheres é maior que no caso dos homens. Estes geralmente são mortos, já as mulheres são mortas, mas antes disso são torturadas e violadas, entre outras coisas, conforme os gráficos da Figura 5 demonstram. Os gráficos apontam dados sobre a realidade de mulheres quilombolas e indígenas. Nas experiências sistematizadas nesta dissertação não temos mulheres indígenas, mas temos mulheres negras, por isso, consideramos fundamental contextualizar de que forma o tripé acumulativo de violência sofridas por mulheres racializadas se expressam em suas vidas.

Figura 5: Principais violências sofridas por mulheres de comunidades tradicionais na defesa de seus territórios, 2011 – 2021.



Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2011-2021. Organizado pela autora, 2022.

As tipologias de violências registradas pela Cedoc chamam atenção para um elemento apontado por Rolemberg e Lacerda (2022) que é o papel das violências de deslegitimação e desmoralização contra as mulheres camponesas. Essa situação também se reflete nos dados de violências contra as mulheres, mais especificamente a humilhação, que envolve atos vexatórios cometidas pelos causadores dos conflitos, e até mesmo a criminalização das mulheres que lutam. Algo distoante para homens, onde estas situações não são relevantes. Além disso, os dados do Cedoc revelam que a principal violência cometida por garimpeiros contra as mulheres em conflitos no campo entre 2000 e 2021 foi o estupro, representando 28% das violências sofridas por mulheres. Isso indica que na divisão sexual do trabalho de homens no Garimpo, às mulheres é relegada à exploração sexual ou serem violadas sexualmente caso se oponham à destruição de seus territórios. De acordo com pesquisa de Sabira Coelho (2016), as mulheres têm seus corpos vistos como moedas de troca. É muito comum que haja, durante crises ambientais e climáticas, relatos de mulheres e crianças denunciando que foram prostituídas em troca de mantimentos, inclusive por parte de homens que deveriam estar ali para ajudá-las, como os que compõem missões de paz. A vulnerabilidade de migrantes aumenta o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, cujas principais vítimas são mulheres.

Acrescentamos a isso, os dados do Anuário brasileiro de Segurança Pública de 2021 que, com metodologia mais ampla, registrou o número de 2319 feminicídios naquele ano, ou seja, 1 mulher assassinada a cada 7h. Apesar destes números, o Anuário leva o subtítulo: Feminicídios caem, mas outras formas de violência contra meninas e mulheres crescem em 2021. A criminalização da ação das mulheres, o aumento da violência com assassinatos, espancamentos, violência moral e sexual, a não valorização do trabalho doméstico, a criminalização do aborto, o racismo, a remuneração do trabalho feminino menor que o masculino são a volta das fogueiras, de queimas as bruxas em uma forma contemporânea. Vale sinalizar, ainda, a profundidade da situação, tendo em vista a subnotificação ou ausência de dados sobre mulheres no Brasil por parte de instituições governamentais ou não governamentais⁷⁸.

78 Somente no que diz respeito aos dados do CEDOC, na série histórica entre os anos 2000 e 2021, houve o registro de 11.989 vítimas homens em conflitos por terra no Brasil. No mesmo período, foram registradas 2.490 vítimas mulheres, enquanto 18.605 vítimas foram registradas sem informação de gênero, ou seja, 56% do total das vítimas. Importante destacar que a ausência de dados reflete na ausência de políticas públicas que compreendam a realidade.

Diante disso, algo que gostaríamos de pontuar é que apesar dos números apresentarem violências terríveis cometidas contra sujeitos colocado em situações de vulnerabilidade, é que compreendemos estas informações a partir de um viés relacional, a partir do Conflito. Ou seja, se existe conflito é porque há resistência, conforme nos interessamos em demonstrar nesta dissertação. Portanto, concordamos com Saffioti (1994), a vítima não é passiva. Para ela, a vítima possui vontade e “capacidade de reação, ainda que, na maioria das vezes, fique aquém do exigido para pôr fim à situação de violência” (SAFFIOTI, 1994, p. 167). Por isso, a principal intenção deste trabalho é reconhecer, fazer registro e dar visibilidade à história das mulheres rurais, seus afazeres e luta como parte do reconhecimento de que elas são sujeitos políticos, produtoras e detentoras de saberes indispensáveis para a reprodução do campesinato, para a manutenção de formas de vida e de produção diferenciadas, bem como de práticas de manejo que contribuem para a conservação da agrobiodiversidade, em que a relação com a terra e com a produção de alimentos vai além da lógica de mercado, além da lógica do capital.

Dessa forma, considerando todas as questões macroestruturais anteriormente colocadas, buscamos verificar como as violências de gênero se manifestam em contexto local e sobretudo no cotidiano das mulheres camponesas protagonistas desta pesquisa. A figura 6 sistematiza as principais palavras-chave presente nas falas das mulheres entrevistadas nesta pesquisa quando questionadas sobre os desafios no cotidiano de seus trabalhos com a Agroecologia – ou seja, construindo a resistência – enfrentados apenas por ser mulher - não apenas no seio familiar, mas perante a sociedade.

Figura 6: Repetição dos desafios enfrentados por mulheres camponesas em seus trabalhos apenas por serem mulheres



Fonte:

Informações colhidas em Trabalhos de Campo. Organizado pela autora, 2022.

“Falta de autoridade no trabalho”, “Desigualdade salarial”, “Humilhação”, “Opressão da fala”, “Não incluída por ser mãe”, “Não valorizada por seu trabalho”, “Desacreditada em seu trabalho”, “Falta de apoio da família” e “Falta de apoio do marido” foram frases comuns e repetitivas ao longo desta pesquisa. Frente a isto, gostaríamos de articular estas falas com outros elementos abordados pelas mulheres durante os diálogos/entrevistas, que demonstram, assim como o próprio movimento (de mulheres), como em determinados contextos há enraizamentos, mas também há desconstruções destas questões colocadas, conforme sistematizamos no quadro 3.

Quadro 3: Exemplos de enraizamentos e desconstruções das violências contra as mulheres camponesas

Violência	Enraizamento	Desconstrução
Falta de Autoridade no Trabalho	I.T. enfrenta dificuldades quando contrata mão de obra diarista, pois não é ouvida em suas orientações agroecológicas. Necessita, todas as vezes, pedir para que o pai faça as	A F.E. conta com apoio de 4 funcionários na produção de alimentos orgânicos. Ela realiza todas as orientações técnicas, logística e financeira.

	orientações.	
Desigualdade Salarial	A venda da produção de Dona M.R.G. na Feira é considerada uma ajuda nas despesas domésticas.	A participação de L.P.B. na Feira Interinstitucional é a principal fonte de renda da família.
Humilhação	A E.M.P. relata que sentiu-se humilhada na realização de seu trabalho, quando próprios integrantes das redes cidade-campo afirmam que seus alimentos sempre dão problemas - no caso, referindo-se a entrega incompleta ou equivocada de alimentos.	I.T. relatou que integrantes da Alfabev eram humilhados constantemente nas feiras livres de alimentos, quando ofertavam produtos agroecológicos juntamente com os convencionais (com uso de agrotóxicos). Essa situação foi superada com a construção de canais específicos de escoamento de alimentos saudáveis.
Opressão da Fala	E.F.G. é desconsiderada em suas falas sobre a preservação do ambiente em sua região. Quando diz que um vizinho não pode destruir o Buritizal não é ouvida. “Eles pensam que uma mulher não será problema”.	A Dona T.V. é convidada para realizar fala na mesa: Agroecologia, agrofloresta e agricultura familiar: o protagonismo das mulheres, durante o Festival Educação para o Presente, organizado pela Ong EcomAmor. Também a I.T. é entrevistada pela TV Record na abertura da Semana Estadual da Agricultura Familiar.
Não inclusa por ser mãe	A Dona A.S.S., é idosa e encontrava dificuldades em permanecer na Feira Interinstitucional Agroecológica sozinha. Dentre outros fatores, a oferta de pouca diversidade sobrecarregava o valor do transporte. Existia o interesse de outras mulheres camponesas (vizinhas) participarem com ela da Feira, no entanto, estas não conseguiam participar de reuniões e outras demandas do projeto de extensão em função do tempo destinado ao cuidado de filhos pequenos.	A I.T. tem dois filhos pequenos, mas encontra oportunidade de participar e construir-se liderança em diversos espaços, inclusive presidente da Associação. Ela conta com uma rede de apoio dentro da própria família, sua mãe e sua irmã, que são também sócias nos projetos agroecológicos.
Não Valorizada por seu Trabalho	A E.F.G. é taxada de louca e perseguida por seu trabalho de resgate e soltura de animais silvestres.	Apesar disso, E.F.G. é considerada uma referência na produção de alimentos orgânicos, integrando a Adao há mais de 7 anos.
Desacreditada em seu	A.A. é desacreditada em seu traba-	A F.E. apesar de agrônoma,

Trabalho	lho na roça quando vai às lojas agropecuárias comprar insumos. Sofre preconceito, pois consideram que este é um trabalho pesado, para homens.	nunca conseguiu inserir-se na cadeia da soja, enfrentando machismo próprio desta profissão. No entanto, encontrou lugar de destaque na produção de Alimentos Orgânicos, considerado nicho de mulheres.
Falta de Apoio da Família	A M.S.L. conta que virou piada na família por desejar voltar para o campo em busca de qualidade de vida. A situação mudou apenas quando a família conseguiu ver os frutos de seu trabalho.	Os filhos de Dona A.S.S. retornaram para a terra durante a Pandemia de Covid-19. No contexto, visualizaram a oportunidade de geração de renda para a família participando da Feira Interinstitucional. Assim, ela passou a contar com auxílio de todos na produção para comercialização.
Falta de Apoio do Marido	A Dona M.R.G. não contou com apoio de seu marido para participar da Feira Interinstitucional Agroecológica. Ele a demandou para realizar outras atividades domésticas. Diante disso, Dona M.R.G. abandonou seu sonho e deixou de participar das Feiras.	A M.S.L., apesar de ser descreditada pela Família, contou com o apoio do Marido na volta para o campo. Eles estão construindo juntos uma casa ao lado da Agrofloresta.
Sobrecarga de Trabalho	M.C. organiza toda a logística da propriedade, da produção e comercialização. Cabe a T.M. a realização dos trabalhos dito braçais.	M.C e T.M dividiram-se melhor nas demandas da Cesta TerraUna. Enquanto M.C organiza a planilha financeira, T.M realiza as entregas.

Fonte: Informações dos Trabalhos de Campo. Organizado pela autora, 2022.

A partir das reflexões presentes nesta seção, compreendemos que enquanto perdurar o sistema patriarcado-capitalismo, homens e mulheres jamais serão socialmente iguais. Disto resulta que a incorporação da força de trabalho das mulheres apresentará sempre características e condições específicas, nos quais poderão ser reconhecidas toda a sorte de discriminações. A mulher camponesa, que trabalha tanto quanto (ou mais) que o homem na subsistência familiar, em meio a submissão sofre ainda mais que o homem para conseguir sua aposentadoria rural, ou acesso a créditos e outras políticas públicas. A invisibilidade do trabalho das mulheres na agricultura está vinculada às formas como se organiza a divisão sexual do trabalho e de poder nessa forma de produção, em que a chefia familiar e a da unidade produtiva socialmente é atribuída ao homem. Embora a mulher trabalhe efetivamente no conjunto de atividades da agricul-

tura familiar, com preparo do solo, plantio, colheita, criação de animais, entre outras atividades incluindo o beneficiamento de produtos e o artesanato, somente são reconhecidas, ainda assim com status inferior, aquelas atividades consideradas extensão do seu papel de esposa e mãe, tais como o preparo dos alimentos, cuidados com os filhos, etc, (SILIPRANDI, 2015). Isso significa que mulheres trabalham em regime de tripla jornada cuidando da casa, família, produzindo no quintal e na roça e muitas vezes também vendendo sua força de trabalho como assalariadas ou outros trabalhos fora de casa como é o exemplo das Feiras. Significa, na prática, a sobrecarga das mulheres. No entanto, isso acaba sendo visto como uma espécie de ajuda ao marido (QUARESMA, 2015).

Mas de todas as críticas, a que deve ser feita com mais veemência é o estabelecimento do padrão de produtividade masculino como ideal a ser alcançado pelas mulheres. Mudam-se os termos, mas não a inferiorização e a desqualificação do trabalho das mulheres. Se não é a religião e a biologia que são chamadas para legitimar as desigualdades, é o padrão de tecnológico produtivista que exerce esse papel (PAULILO, 2013). Sem a valorização das categorias socialmente frágeis, não haverá superação destas contradições. Por isto, desacreditar do projeto das mulheres é uma grande violência contra seus corpos-territórios. Portanto, aqui reafirmamos a tese defendida por Livia Mesquita (2019) de que a valorização e o reconhecimento do trabalho das mulheres desenvolvidos nos espaços privado/reprodutivo e público/produtivo contribuem para a sua autodeterminação. Frente a isso buscamos nessas mulheres a prática e as raízes para apontarmos a agroecologia, não apenas como um modo integrado de produção, mas como um projeto de sociedade, protagonizado especialmente por mulheres e permeado por relações sociais, culturais, econômicas e políticas de outro tipo, socialmente e ambientalmente justo.

3.2 Estado e Políticas Públicas para as Mulheres Camponesas

O processo de modernização agrícola que desencadeou a Revolução Verde teve como objetivo aumentar a produção agrícola, em função do qual se deu o desenvolvimento de pesquisas em sementes, fertilização do solo, etc. Assim, esteve associado à empresas de biotecnologia que desenvolveram tecnologia aplicada às sementes para melhorar os resultados da colheita e, até mesmo, obter outras variedades. O contraditório é que o Agronegócio, este projeto hegemônico que se estruturou sob o mote de acabar com a fome mundial, chegou ao ano de 2021 com recordes de produção e exportação de *commodities*, de modo que se tornou cada vez mais comum a publicidade que apresenta o Brasil como o celeiro do mundo: o país que pode sustentar o planeta [de soja?] (BRASIL PARALELO, 2021). Enquanto isso, a agricultura camponesa, que garante 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros (IBGE, 2017), continua longe de ser reconhecida, valorizada e impulsionada. O modo de produção agrícola familiar é historicamente questionado quanto à sua relevância social e econômica e, não raro, estigmatizado como parte integrante da pobreza rural e taxada de arcaica (DELGADO, BERGAMASCO, 2017). Apesar de toda a sua importância, a agricultura camponesa ainda é inferiorizada e tratada como segundo plano no meio rural. Isto fica evidente todos os anos pela discrepante diferença de investimentos e créditos, como é o exemplo do Plano Safra 2022/2023 entre a agricultura familiar (Pronaf) e o agronegócio, quando será destinado para a primeira categoria R\$ 53,61 bilhões em crédito e R\$ 287,19 bilhões para a segunda (MAPA, 2022).

Diante deste contraste, que dificulta a permanência e reprodução da agricultura camponesa, a sua atuação significa, na prática, o território de resistência e enfrentamento ao agronegócio. A agricultura camponesa é, portanto, portadora de uma identidade de resistência, segundo Castells (1999, p. 24), “criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade”. Portanto, para a questão agrária e de produção de alimentos, bem como a questão de gênero, não se pode contar com a mediação do Estado (mas devemos questionar), enquanto organismo aparentemente neutro, mas, na verdade,positor de políticas favorecedoras dos objetivos da classe dominante. Em outras palavras, o Estado filtra as pressões da classe dominada, cedendo, às vezes, nas miudezas, mas levando a cabo políticas que contribuem para atingir as metas econômicas dos donos do poder no patriarcado-capitalismo (SAFFIOTI, 2013). É o que a história nos mostra.

A partir de 1930, utilizando-se da expressão que simboliza um posicionamento colonial, de cunho economicista e calcado na exploração, a “Marcha para o Oeste” teve como principal objetivo a ocupação do Planalto Central. Considerado como um grande “vazio demográfico”, foi o discurso adotado pelo Governo para efetivar o povoamento na região do Cerrado (BARREIRA; CHAVEIRO, p. 25, 2010). Para tal empreendimento, Getúlio Vargas precisava conhecer bem o território a ser integrado, assim, criou-se uma série de entidades com o intuito de produzir informações para o desenvolvimento das ações do governo, como o Conselho Nacional de Geografia, o Conselho Nacional de Cartografia, o Conselho Nacional de Estatística e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), este de 1938 (CPDOC, 2021b). Essas agências ajudariam o Estado a formular e implementar suas políticas destinadas a vencer os "vazios" territoriais e a pouca interação da rede urbana (CPDOC, 2021a). A forma de integração entre as regiões e as cidades que o governo federal optou naquela ocasião foi o transporte terrestre, portanto, a criação em 1937 do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) indica sem dúvida a importância das estradas como instrumento de comunicação entre as regiões e as cidades (CPDOC, 2021a). Muitas mudanças ocorreram.

A primeira foi a construção de Goiânia, a atual capital do estado de Goiás, foi formada a partir das transformações políticas que marcaram a história do nosso país na década de 1930. Contudo, o projeto de mudança da capital goiana já era discutido anteriormente. Isso porque a cidade de Goiás, primeira capital goiana, criada no século XVIII, havia sido fundada em razão da atividade aurífera naquela época. Após o período do ouro, essa justificativa não mais valia e as cidades envolvidas com a criação de gado e o desenvolvimento da agricultura, mais alocadas ao sul, passaram a ter maior importância para Goiás, motivando a construção da Ferrovia Goiás⁷⁹, e elaboração de projetos como a construção da Colônia Agrícola de Goiás – CANG, em 1941 (CASTILHO, 2012). As linhas orientadoras da "política territorial" - políticas de povoamento, regulando o deslocamento populacional, de transporte e de comunicação - do governo Vargas são retomadas posteriormente por Juscelino Kubitschek. Em 1957, a construção de Brasília, a nova capital, pode ser entendida como uma nova “Marcha para o Oeste”. E, mais recentemente, a construção da ferrovia Norte-Sul (iniciada em 1996). São todas essas obras, infraestruturas e pro-

79 A estrada de ferro surgiu em 3 de março de 1906, como uma solução para os produtores, comerciantes e políticos goianos, que precisavam atender às necessidades da economia da região. Em janeiro de 1920, o governo federal assumiu a administração da Estrada de Ferro Goiás, que através do decreto nº 13.936, foi autorizada a explorar o transporte ferroviário na região do Triângulo Mineiro e em Goiás. A linha Araguari - Roncador, com 234 quilômetros de extensão, foi incorporada à nova Estrada de Ferro Goiás. Nos primeiros anos da década de cinquenta do século XX, a Ferrovia já percorria todos os seus 480 quilômetros de extensão.

jetos agrícolas que se reúnem para juntar o país em todas as direções: de norte a sul e de leste a oeste. Posicionando o Cerrado como um elo estratégico para a expansão e solidificação do capitalismo em nosso país (BARREIRA; CHAVEIRO, 2010).

Assim, a expropriação de terras do campesinato é promovida pelo processo de modernização da agricultura, sem alteração da estrutura agrária brasileira historicamente concentrada. Mantendo esta mesma estrutura, já por volta da década de 1960 e 1970, instituiu-se uma política direcionada à difusão de tecnologias agrícolas que permitiram um aumento considerável na produção, a partir da modernização das técnicas utilizadas, situando o processo de desenvolvimento da Revolução Verde. Para tanto, outras importantes iniciativas no campo da pesquisa funcional e economicista foram desenvolvidas pelo Estado, como a criação da ACAR (1948) – Associação de Crédito e Assistência Rural; do IPA (1960) – Instituto de Pesquisas Agrícolas; da SUDECO (1967) – Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste; do PIN (1970) – Programa de Integração Nacional; do PRODOESTE (1971) – Programa de Desenvolvimento do Centro-oeste; e da Embrapa (1973), fundamentais para criar as condições para a consolidação do agronegócio no Cerrado brasileiro.

Uma contribuição muito importante para compreender como consolidou-se este processo é o livro “Extensão Rural no Brasil - um projeto educativo para o capital” publicado em 1985, de autoria da Maria Teresa Lousa Fonseca. A pesquisadora compreende que a função da extensão é eminentemente educativa⁸⁰, pois tende a produzir mudanças nos conhecimentos, atitudes e habilidades nas pessoas, para que possam conseguir o desenvolvimento tanto individual como social. Assim, Fonseca (1985) se pergunta que tipo de educação fez a extensão? Para que e para quem serviu o projeto educacional⁸¹ extensionista realizado no período entre 1948 a 1968. A partir de pesquisa documental, a autora argumenta que a política extensionista surge como “instrumento ‘da reprodução capital x trabalho no campo’, pela ampliação da divisão social e técnica do trabalho neste setor, necessariamente levando a expropriação do saber⁸² e do trabalho na roça” (p.12), ou seja, funcionou como um instrumento de expansão da lógica capitalista no meio rural. Em síntese:

80 Mas conforme apontamos na sessão 1.3, a proposta educacional que pode orientar uma transição agroecológica é a educação para além do capital de Meszáros e a educação libertadora de Paulo Freire.

81 A educação é, em virtude de sua própria natureza, um ato político. Ou seja, não há educação neutra, toda proposta educacional é política. Uma necessidade política das sociedades de classes, da classe dominante (FONSECA, 1985, p.26).

82 Este entendimento é formulado por Shiva (2002) em monoculturas da mente. A autora afirma que os sistemas locais de saber sofrem uma série de violências, sendo duas as centrais: (a) não são considerados como saber, são obscurecidos e tornados desprezíveis; (b) o sistema dominante destrói as próprias condições de existência concreta dos sistemas locais, eliminando alternativas ao sistema imposto.

Os programas extensionistas como projetos educativos para as zonas rurais, a partir de suas propostas teóricas, demonstram estar entre aqueles programas educacionais que politicamente buscam uma conciliação aparente entre capital e o trabalho, para que a sociedade possa diluir em seu todo o fantasma das desigualdades, fazendo com que os problemas sociais sejam assumidos por todos em comum-unidade, adiando assim, mais uma vez, um possível embate entre aqueles que na verdade são donos só da força de seus braços (FONSECA, 1985, p.54).

Maria Fonseca (1985) resgata a história da prática extensionista, que tem suas raízes nos Estados Unidos, após a guerra de secessão, que representou, para a agricultura americana, a passagem da estrutura escravista à estrutura mercantil e capitalista. No Brasil, 1948 significa o início dos serviços institucionalizados de Extensão Rural, ou melhor dizendo, significa o resultado das conversações e convênios realizados entre Brasil e Estados Unidos que culminou na implantação de um programa piloto nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Everett M. Rogers foi o grande mentor dessa adequação do modelo clássico ao mundo subdesenvolvido, produzindo o modelo difusionista-inovador. Em essência, Rogers propunha ferramentar teórico metodológica para se conseguir que comunidades tradicionais ou subdesenvolvidas modificassem seus comportamentos pela adoção de práticas consideradas cientificamente válidas para a solução de seus problemas e conseqüentemente o alcance do desenvolvimento econômico-social, ou seja, se tornasse uma sociedade moderna onde predominam padrões de lucro e soluções técnico-científicas para o problema comum.

Assim o desenvolvimento econômico do país foi levado adiante, apoiado na técnica e na indústria dependente de capital externo, e movida por uma massa urbana que são os expropriados, transformados em assalariados. Nesse sentido, Oliveira (2011) demarca que a dependência somente acontece quando há sincronia entre os movimentos interno e externo. Isso é importante, pois, como coloca o autor, muitos teóricos, ao enfatizar o aspecto da dependência, passaram a ver toda a questão do desenvolvimento pelo ângulo das relações externas, e o problema se transformou em uma oposição entre nações, passando despercebido a oposição entre classes sociais internas. Então, nesse esforço de "integração nacional", "planejamento" para o desenvolvimento de um país visto como subdesenvolvido na relação mundo, desviou-se a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes, justamente no período em que, com a transformação da economia de base agrária para industrial-urbana, essa questão se agravou. O modelo industrial que se estabelecia era dependente e precisava importar máquinas e operários da Europa e Estados Unidos e isto só era possível pela continuidade das exportações agrícolas que geravam recursos para seu pagamento, fechando assim o ciclo da lógica do capitalismo dependente. Trata-se da introdu-

ção de um novo modo de acumulação e para tanto, a população, principalmente aquela que estava indo para as cidades, foi transformada em "exército de reserva".

Oliveira⁸³ (2011) amplia o nosso entendimento sobre o papel do Estado na esfera econômica, operando na regulamentação de diversos fatores, criando as bases para que a acumulação capitalista industrial. Além de investir em infraestrutura, também passou a regular o preço do trabalho com a instituição do salário-mínimo, que passa a ser a obrigação máxima da empresa e tem como base o cálculo do custo da alimentação - que foi determinado a partir do custo de reprodução da força de trabalho rural. Por isso, sempre existiu o interesse de impedir que crescessem os custos da produção agrícola em relação à industrial. Segundo Maria Tereza Fonseca (1985), é neste contexto que surge a preocupação das elites brasileiras com a educação rural no Brasil, sobretudo quando a migração rural para as zonas urbanas passou a ser vista como uma ameaça à harmonia e a ordem das grandes cidades e uma possível baixa na produtividade do campo. Nestas circunstâncias são introduzidas novas relações de produção no campo, que tornam viável a agricultura comercial de consumo interno e externo a partir da formação de um proletariado rural⁸⁴. No entanto, conforme destaca Oliveira (2011), ao contrário dos direitos trabalhistas⁸⁵ instituídos para a mão de obra urbana nesse momento, os direitos do trabalhador rural vêm apenas em 1963⁸⁶, cerca de 30 anos depois. Portanto, o que viabilizou a manutenção de custo baixíssimo de reprodução da força de trabalho e da vida do/a trabalhador/a rural, foi o populismo de Vargas: uma operação de adequação entre o "arcaico" e do "novo" juntos para acumulação de capital (p.35).

Neste cenário em que o campesinato vivia às margens da legislação e dos direitos trabalhistas, sobrevivendo do arrendamento de terras vinculadas a latifundiários detentores do poder político, econômico e social, é que surge, no Nordeste brasileiro, um foco de resistência que daria início a uma grande revolução, promovendo a mudança no quadro histórico da classe trabalhado-

83 Francisco de Oliveira integrou o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), uma instituição de estudos e pesquisas em sociologia, política, filosofia, economia e antropologia, pensando sobre o Desenvolvimento na Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL. Oliveira rompeu com o entendimento cepalino de economias subdesenvolvidas e foi pioneiro na formulação da interpretação do desenvolvimento capitalista dependente na América Latina

84 Conforme argumenta Shanin (2005, p.10) o Estado transformou a economia camponesa através da imposição da centralização monopolista da troca rural, o que, ao mesmo tempo em que limitou a burguesia rural, estabeleceu uma "gigantesca manufatura dispersa", explorada em sua natureza. Tal transformação estatal definiu novamente o "lugar e o papel do camponês dentro da estrutura social".

85 Getúlio Vargas anunciou em 1º de maio de 1943 que, a partir de então, todos os trabalhadores, exceto os rurais, domésticas, servidores e empregados públicos seriam regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT. Nesta mesma data foi promulgada a criação da Justiça do Trabalho, da Lei Orgânica da Previdência Social e do Salário Adicional para a Indústria.

86 O Estatuto do Trabalhador Rural (Lei no. 4.914, de 2 de março de 1963) pode ser entendido como um marco na legislação trabalhista para o meio rural brasileiro. A promulgação do Estatuto é feita durante o governo de João Goulart, após duas décadas de mobilização e organização dos trabalhadores rurais. Esta vitória não alcançou as mulheres.

ra do campo de todo o Brasil. As chamadas ligas camponesas tiveram suas primeiras experiências na década de 1940 a partir de iniciativas do PCB que buscava organizar e ampliar a sua base política, tendo como aliada a classe trabalhadora no campo. Começaram a organizar as bases através do associativismo. Tinham o objetivo de confrontar o latifúndio, o imperialismo, lutando pela Reforma Agrária. Assim, as ligas ganharam força e admiração nacional promovendo vários eventos como a Marcha pela fome, o primeiro congresso de Lavradores/as, trabalhadores/as Agrícolas e Pescadores/as, no qual estiveram presentes cerca de 6 mil delegados/as e o primeiro Congresso Camponês de Pernambuco em 1959. Neste período, as ligas já eram tidas como um grande movimento social do campo. Edcleide da Rocha Silva e Déborah Murielle Santos (2021) falam sobre a importância das ligas camponesas - a partir de elementos de sua atuação entre os anos 1954-1964 -, que marcaram a trajetória dos movimentos organizados no campo, em especial a luta das mulheres (p.68):

O Movimento de Mulheres Camponesas - MMC considera que as Ligas ensinaram muito sobre organizações de movimentos, colocando a importância da organização contra o latifúndio e apontando que não existe democracia com opressão, violência e falta de um projeto de reforma agrária concreto. Somos reflexo das experiências que nos apontam a real necessidade da classe camponesa se organizar. Devemos, então, refletir os pontos que foram positivos e os negativos, pois somos seres em aprendizagem e a história nos é mestre em ensinamentos.

A Liga Camponesa sofreu congelamento a partir de 1947 quando o PCB caiu na ilegalidade. Ainda assim, era possível visualizar a tentativa de reanimar as Ligas em algumas regiões, mas com o golpe militar de 1964, as ligas foram extintas e seus líderes assassinados ou exilados. No final da década de 1970 havia iniciado no Brasil um processo de efervescência das lutas de massa contra a Ditadura Militar e pela redemocratização do país. Esta ampla mobilização social se constituiu a partir dos movimentos populares, sindicatos combativos e partidos políticos de esquerda. A organização política camponesa é retomada em 1975, com a criação da Comissão Pastoral da Terra⁸⁷. Nesse contexto, necessidades vivenciadas pelas trabalhadoras e trabalhadores foram sendo organizadas em diferentes pautas, explicitando bandeiras de lutas comuns, direcionadas ao fim da ditadura militar, por democracia, direitos e dignidade. Ainda que as mulheres participassem amplamente deste processo de luta pelo fim do golpe militar, contra a fome, desigualdade e injustiças, impostas pela perversidade do capitalismo e do patriarcado, como mulheres, vivi-

⁸⁷ A pastoral que reunia experiências de luta e resistência dos camponeses, começou o processo de gestação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fundado em 1984, tendo as ligas camponesas entre as suas principais referências.

am no anonimato e invisibilizadas. Mas foi justamente neste contexto que começaram a se reunir (SILVA, SANTOS, 2021).

A mulher é reconhecida como sujeito de trabalho apenas na Constituição Federal de 1988. No entanto, as mulheres camponesas tiveram reconhecida a profissão de trabalhadora rural e os seus direitos previdenciários, apenas com a regulamentação das Leis nº 8212 e 8213 em 1991, que trata da condição de seguradas especiais. A interpretação sobre os segurados especiais são as trabalhadoras e trabalhadores rurais que trabalham e produzem em regime de economia familiar. Inclui-se o produtor, o parceiro, o meeiro, o arrendatário rural e seus assemelhados, essas atividades são exercidas individualmente ou em regime de economia familiar, sem vínculo empregatício. Além disso, estabelece a idade mínima de aposentadoria rural de 55 anos para as mulheres e 60 anos para os homens. Conforme os estudos de Ana Elsa Munarini, Catiane Cinelli e Rosângela Cordeiro (2021), após estas conquistas, surgiu todo um processo de formação, informação e lutas pela regulamentação desses direitos que envolveram toda a década de 1990. Em 1994 foi lançada pela Articulação de Instância de Mulheres Trabalhadoras Rurais na região sul (AIMTR/Sul), a primeira campanha de documentação ‘Nenhuma trabalhadora Rural Sem documento’. Além da luta pela documentação, buscavam também sua emancipação, pois até aquele momento elas tinham que apresentar o documento de um homem (pai, marido). Assim, a luta pela documentação vai além de ter acesso a direitos, significou a luta por uma identidade, por serem donas de sua própria história, e não sombra de alguém. Vale destacar que a luta das mulheres camponesas pela documentação nacionalizou-se e com muita pressão a Documentação das Mulheres foi assumida pelo governo Lula que instituiu o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), criado em 2004, pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário⁸⁸.

No entanto, somente a partir dos anos 1990, as demandas do campesinato por políticas públicas passaram a ganhar espaço e legitimidade, e a Agricultura Familiar torna-se um conceito reconhecido econômica e politicamente. A construção da Agricultura Familiar como conceito social, política e econômica ganhou corpo a partir da confluência de três processos importantes: o advento de estudos e pesquisas acadêmicas e oficiais sobre a importância socioeconômica e o papel estratégico da agricultura familiar no processo de desenvolvimento do país; a criação e forta-

⁸⁸ O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto em 2016 de modo que suas atribuições foram realocadas na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD). A Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF) foi criada em 2 de janeiro de 2019, pelo Decreto nº 9.667, com a transferência das competências da Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead), até então da Casa Civil da Presidência da República, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

lecimento de um conjunto de organizações sociais e sindicais, cuja bandeira, além da reforma agrária, afirmava a viabilidade social, econômica e ambiental da produção familiar; e, por fim, a promulgação de políticas públicas que, respondendo às pautas reivindicatórias da agricultura familiar, conquistaram espaço nas agendas de governo e no aparato institucional do Estado (AQUINO et al., 2010). Na esfera governamental, a Agricultura Familiar foi incluída na segunda metade da década de 1990, quando foi lançado o PLANAF (Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) em agosto de 1995. Inicialmente era apenas uma linha de crédito para custeio.

A partir das reivindicações da CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), esta linha de crédito culminou na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) a partir do Decreto nº 1.946, de 28 de julho de 1996, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). O programa surge numa época na qual o elevado custo e a escassez de crédito eram apontados como os problemas principais enfrentados pelos agricultores, em particular os familiares. A quase totalidade dos subprogramas do Pronaf adotou, desde o início, uma política de remuneração bastante branda e com alto percentual de subsídio. A fixação da taxa de juros preferencial, subsidiada ou não, bem como o estabelecimento de outras condições especiais de pagamento e operação do crédito. O objetivo foi promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural, constituído pelos agricultores familiares para propiciar o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda (SOUZA, 1999). O surgimento do Pronaf representou, portanto, o reconhecimento e a legitimação, por parte do Estado. Desde então, o programa tem se firmado como a principal política pública do Governo Federal para apoiar a Agricultura Familiar (SCHNEIDER et al., 2004).

Cabe contextualizar este momento a partir das contribuições de Vera Alves Cepeda (2012). Segundo a autora, com o período de estabilização econômica e a Reforma do Estado dos anos 1990, detecta-se o retorno a vários aspectos do desenvolvimentismo⁸⁹, porém, com estudos avançados, outra roupagem e novos compromissos, o que lhe auferiu a denominação de novo-desenvolvimentismo, pautado na incapacidade de distribuir. Apoia-se, portanto, no processo de inclusão social, colocando a redistribuição e a equidade em posição prioritária. A questão nacional que cimenta o novo-desenvolvimentismo, presente nas políticas públicas federais desta última

89 O desenvolvimentismo é pautado no cerne da incapacidade de produzir, sub o mote de crescer primeiro para distribuir depois. Isto não é acidental, mas uma metáfora exemplar do compromisso e custos sociais necessários no projeto de desenvolvimento. Anteriormente a chave era econômica, no novo desenvolvimentismo a chave é social (CEPEDA, 2012).

década do século XX e em seu projeto de sustentação (PAC I e PAC II⁹⁰), apoia-se no diagnóstico da exclusão social como eixo do problema atual. Assim, a política parte de outro ângulo, apontando para o papel estratégico do consumo e renda popular no processo de desenvolvimento econômico e social. A via de desenvolvimento por consumo de massa, transferência de renda direta⁹¹, políticas de crédito popular e economia social são características importantes de uma aceção de economia estimulada pelo “lado da demanda” – pela tese do mercado interno e pela inovação via multiplicação de empreendedorismo popular. As políticas públicas, portanto, mudaram de rumo, redefinindo prioridades e instrumentos a ponto de permitir a legítima suposição de um novo pacto social em andamento, porém em termos de um processo e não de projeto.

Com o passar dos anos, o Pronaf foi se estruturando e, com isso, aumentou significativamente seu campo de atuação, além de ampliar os recursos, contratos e número de agricultores beneficiados. A partir de 1999, o Pronaf passou por novas reformulações e o tema da agricultura familiar ganhou mais espaço, tanto na esfera pública federal como em termos de visibilidade junto à sociedade civil. Uma importante etapa desse programa foi a incorporação de novas linhas de crédito, com a inserção de mulheres, jovens, pescadores, indígenas e quilombolas, até então excluídos pelas políticas agrícolas. Além da inserção de novas atividades agrícolas e não agrícolas no meio rural, como industrialização familiar, turismo rural, agrocombustíveis, entre outros, conforme sistematizamos no quadro 4.

Quadro 4: Linhas de crédito do Pronaf

Linha de Crédito	Objetivo
Pronaf Custeio	Financiamento a itens de custeio relacionados à atividade agrícola ou pecuária desenvolvidas.
Pronaf Agroindústria	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas e jurídicas, e a cooperativas para investimento em beneficiamento, armazenagem, processamento e comercialização agrícola, extrativista ⁹² , artesanal e de produtos florestais; e para apoio à exploração de turismo rural.
Pronaf Mulher	Financiamento à mulher agricultora integrante de unidade familiar de produção enquadrada no Pronaf, independentemente do estado civil.

90 Programa de Aceleração do Crescimento 1 e 2, são planos do governo federal que visavam estimular o crescimento da economia brasileira, através do investimento em obras de infraestrutura (portos, rodovias, aeroportos, redes de esgoto, geração de energia, hidrovias, ferrovias, etc.). O PAC foi lançado pelo governo Lula no dia 28 de janeiro de 2007 e existiu até 2019, quando os investimentos foram descontinuados.

91 Como o programa Bolsa Família, que após 18 anos de duração, é encerrado pelo Governo do Presidente Bolsonaro, durante a Pandemia da Covid-19. Posteriormente Bolsonaro cria seu programa, denominado Auxílio Brasil.

92 Extrativistas que exerçam o extrativismo artesanalmente no meio rural, incluindo membros integrantes de comunidades quilombolas rurais, povos indígenas ou membros de demais povos e comunidades tradicionais, excluindo os garimpeiros e fiscoadores.

Pronaf Agroecologia	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
Pronaf Bioeconomia	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento na utilização de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, armazenamento hídrico, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura e adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo, visando sua recuperação e melhoramento da capacidade produtiva.
Pronaf Mais Alimentos	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento em sua estrutura de produção e serviços, visando ao aumento de produtividade e à elevação da renda da família.
Pronaf Jovem	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, para investimento nas atividades de produção, desde que beneficiários sejam maiores de 16 anos e menores de 29 anos entre outros requisitos.
Pronaf Microcrédito	Financiamento a agricultores e produtores rurais familiares, pessoas físicas, que tenham obtido renda bruta familiar de até R\$ 23 mil, nos 12 meses de produção normal que antecederam a solicitação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP).
Pronaf Cotas-Partes	Financiamento para integralização de cotas-partes por beneficiários do Pronaf associados a cooperativas de produção rural; e aplicação pela cooperativa em capital de giro, custeio, investimento ou saneamento financeiro

Fonte: BNDES. Organizado pela autora, 2022.

Atualmente, o Pronaf alcança considerável dimensão com operações em todo o território nacional, consolidando-se como a principal ação concreta de política de apoio à agricultura familiar no Brasil e representando uma considerável injeção financeira na economia de muitos municípios, com destaque para os mais pobres (IPEA, 2012). Para acessar as linhas de Crédito do Pronaf, é necessário o registro da Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, que identifica os agricultores familiares e assentados da reforma agrária que podem solicitar crédito rural e acessar outros programas do governo. A DAP tem validade de dois anos, pois conta com procedimentos de controle para garantia de sua autenticidade. Existem três tipos de DAP de acordo com alguns requisitos. São eles:

-DAP Principal: identifica e qualifica os responsáveis pela Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) denominados Titular 1 e Titular 2;

-DAP Acessória: identifica os jovens, com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, filhos/filhas ou aqueles que estejam sob sua responsabilidade (DAP Jovem) e as mulheres agregadas (DAP Mulher) e devem, obrigatoriamente, estar vinculada a uma DAP Principal. Importante

não confundir a DAP Mulher (DAP Acessória) com a DAP emitida para mulher Titular 1 ou Titular 2 (DAP Principal), na condição de responsável pela gestão do estabelecimento (Titular 1) ou esposa, companheira, viúva de um dos titulares (Titular 2);

-DAP Especial ou Jurídica: identifica e qualifica os empreendimentos familiares rurais organizados em pessoa jurídica (que possuem CNPJ), como associações, cooperativas e agroindústrias.

Além disso, a DAP classifica as/os agricultoras/es em quatro grupos, de acordo com critérios de renda e de acesso a políticas públicas, conforme o quadro 5.

Quadro 5: Grupos de Declaração de Aptidão ao Pronaf

Grupo	Requisitos
A	Agricultoras/es familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procer) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).
B	Agricultoras/es familiares com renda familiar anual de até R\$ 23 mil.
A/C	Agricultoras/es familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que (1) tenham contratado a primeira operação no Grupo “A” e (2) não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo “A/C”.
V	Agricultoras/es familiares com renda familiar anual de até R\$ 415 mil.

Fonte: MAPA. Organizado pela autora, 2022.

Apesar de ser um importante instrumento de promoção do desenvolvimento rural familiar brasileiro, uma das principais críticas feitas ao Pronaf tem sido ao desvio de foco em relação ao ideal de distribuição, em termos regionais e sociais. A maior parte dos recursos do Pronaf é acessada pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Essa distribuição desigual dos recursos do Pronaf entre as regiões do Brasil fica mais evidente quando consideramos que 50% dos agricultores familiares do país encontram-se no Nordeste, 19% no Sul, 16% no Sudeste, 10% no Norte e 5% no Centro-Oeste (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013). A Região Centro-Oeste acessa a segunda menor fatia do crédito do Pronaf. Em Goiás, boa parte dos recursos do Pronaf é destinada à pecuária⁹³, principalmente à bovinocultura de leite, por ser uma atividade bastante desen-

93 O maior acesso ao crédito pecuário do Pronaf se explica, em parte, pela produção leiteira de Goiás, com destaque para os municípios: Piracanjuba, Orizona, Jataí, Bela Vista de Goiás e Rio Verde, que ocupam, respectivamente, as cinco primeiras posições na produção de leite no estado, sendo que os três maiores produtores goianos figuram entre

volvida entre as/os agricultoras/es familiares (MEDINA, 2018). Graciella Corcioli (2019) examina a aplicação do crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no estado de Goiás a partir de dados coletados entre os anos de 2005 e 2017. A pesquisadora observou que o valor aplicado em Goiás aumentou sensivelmente, enquanto que o número de contratos caiu pela metade. Esse aspecto revela a concentração de recursos nas mãos dos agricultores que já acessam o Pronaf. Quanto à atividade financiada, ela identificou a aplicação prioritária em atividades pecuárias tradicionalmente financiadas. Os dez municípios que acessaram os maiores valores do Pronaf em Goiás, entre os anos de 2013 e 2017, tiveram o recurso aplicado principalmente na pecuária e, em determinados anos, alguns municípios acessaram apenas recurso pecuário. Quem melhor resume esta crítica é Petrelli *et al.* (2004, p.7) quando observa que:

No leque do universo considerado como sendo o de agricultores familiares o grupo mais economicamente integrado tem recebido as benesses desta integração e conseguiu fazer parte do processo de modernização conservadora. Podemos verificar a alta participação das liberações para fumo e soja sobre o total financiado, lembrando que estes produtos têm ligação direta com a produção agroindustrial e de exportação. Paralelamente, verificamos a baixíssima participação de liberações para a produção de arroz, feijão e outros produtos dirigidos ao mercado interno. Haveria também domínio quase que total dos recursos na região Sul nos primeiros anos de implantação do PRONAF que estaria sendo contrabalançado nos anos posteriores.

Diante disso, Corcioli (2019) conclui que a tendência de valorização das atividades produtivas tradicionais promovida pelo Pronaf tem como efeito incentivar a especialização produtiva entre os estabelecimentos da agricultura familiar, assim como foi feito durante o período da modernização conservadora da agricultura. Petrelli, V. (2004) entonando estas questões, compreende que o Programa esta privilegiando, na verdade, a propriedade familiar "eficiente" em detrimento dos mais fragilizados. O próprio Relatório Institucional do Pronaf (2002) reconhece que os bancos são organizações pouco adequadas para liberar recursos a famílias sem condições de lhes oferecer garantias patrimoniais e contrapartidas na tomada dos empréstimos. Em outras palavras, nos deparamos com um programa estatal de financiamento agrícola que exclui seu público-alvo. Nesse sentido, o Pronaf, nos moldes em que se encontra, ainda tende para uma perspectiva excludente e seletiva na medida em que os mecanismos e instituições de intermediação entre o recurso disponibilizado e a/o agricultor/a familiar modelam suas ações tendo como horizonte as condições de produção e distribuição de recursos próprias da agricultura de mercado (CORCIOLI, 2019).

os 20 maiores produtores nacionais (IMB, 2018b).

Apesar dos desafios, essa política pública tem provocado impactos interessantes no sentido de que um número crescente de organizações locais se envolvem em planejamentos e organizações e na busca de garantir acesso a crédito. Gera-se, paulatinamente, uma rede de agentes que envolvem os sindicatos, equipes de prefeituras, além de outros agentes envolvidos com apoio e monitoramento. Nos territórios camponeses abarcados pelo Território da Estrada de Ferro, como é o caso de Silvânia e Vianópolis, por exemplo, constatou-se a presença destes atores, como é o caso da Cooperativa de Crédito - Cresol⁹⁴, articulada, inclusive, com a Escola Família Agrícola de Orizona, realizando assessoria de projetos produtivos de jovens camponeses (NÓBREGA, 2018).

Outra política relevante é o Fomento Mulher, que nada mais é do que o reconhecimento do trabalho das mulheres assentadas. A política de reforma agrária do Incra disponibiliza linhas de créditos que contribuem para a instalação e o desenvolvimento de atividades produtivas no lote. Até o ano de 2014 a Norma de Execução Incra/DD n° 79 de 26/12/2008 viabilizava o concessão do Crédito Instalação Apoio Mulher, que era aplicada em três parcelas de R\$ 800,00 (oitocentos reais) e pretendia “[...] promover a inserção e a participação das mulheres na dinâmica produtiva e econômica, bem como contribuir na superação da desigualdade de gênero no meio rural.” (BRASIL, 2008). Com o Decreto n°. 8.256, de 26 de maio de 2014⁹⁵, a composição dos créditos de instalação foi alterada e, a modalidade destinada especificamente a mulher passou a ser denominada “Fomento Mulher”. O valor disponibilizado por assentada é de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), em parcela única. O prazo para o pagamento é de um ano, com juro anual de 0,5%. Se o crédito for pago em dia e em uma única parcela, há um desconto de 80%. Dessa forma, a assentada pagaria apenas R\$600,00 no final de um ano.

O Fomento Mulher é voltado para a implantação de um projeto produtivo para as mulheres titulares de um lote. Além de ser titular do lote, a beneficiada precisa cumprir os seguintes requisitos: i) integrar um grupo produtivo de mulheres; ii) estar cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico); iii) comprovar renda familiar mensal de até três salários mínimos; iv) não ter recebido o crédito de instalação na modalidade Apoio Mulher e; v) ser atendida por serviços de ATER, que são os responsáveis por elaborar um projeto de estruturação da unidade produtiva, podendo ser individual ou coletivo (BRASIL, 2014). O aspecto central desta política é indubitavelmente a questão da titularidade do lote em nome da mulher. Essa conquista im-

94 A Cresol é fundada no ano de 1995, no interior do Paraná, nasceu a Cresol. Hoje, encontra-se em 17 estados brasileiros.

95 O decreto foi revogado duas vezes, sendo que o mais atual é Decreto N° 9.424, de 26 de Junho de 2018.

portante foi obtida a partir de muita mobilização social, que culminou na Instrução Normativa nº 981 de 2003 e posteriormente Instrução Normativa nº 39 de 2007. Tal instrução estabeleceu a obrigatoriedade da titulação conjunta da terra para casais em matrimônio ou em união estável. Em 2007, a titulação conjunta passa a ser obrigatória para acesso às políticas públicas da agricultura familiar. O impacto da titulação conjunta não é apenas formal, mas afeta diversas esferas da vida das mulheres no campo (PAULA, 2018).

Dentre as mulheres camponesas entrevistadas nesta pesquisa, nenhuma acessou créditos do Pronaf. Com relação ao Fomento Mulher, apenas as Guerreiras de Canudos poderiam cumprir os pré-requisitos⁹⁶, no entanto, nenhuma teve acesso ao Fomento Mulher. Os motivos apontados pelas mulheres entrevistadas são recorrentes na literatura: Falta de Assistência Técnica ou baixa qualidade da Assistência Técnica; Falta de visão sistêmica dos técnicos, pois existem divergências entre a avaliação feita pelos técnicos e a prática das/os agricultoras/es; Dificuldades no gerenciamento dos recursos do crédito e medo de ficar endividada/o; Falta de integração nos mercados, de estrutura de comercialização e de agregação de valor, que são gargalos históricos para o sucesso da produção camponesa. Ressalta-se, também, a dificuldade de acesso ao Pronaf, imposta pelos agentes financeiros, evidenciada pela burocracia que se revela na exigência de documentos e na necessidade de assinaturas presenciais. Além da seleção adversa que, segundo Alves (2013), é promovida pelos agentes financeiros quando rejeitam agricultoras/es que oferecem mais riscos às instituições bancárias privadas e raramente dão nova oportunidade a quem deixou de pagar uma prestação.

O mais importante sobre estas políticas públicas são estes processos desencadeados nos territórios, quando apropriado e incorporado nas territorialidades locais, alcançando novos contornos. Nesse sentido, dialeticamente, compreendemos que as políticas públicas também tiveram o papel de mobilizar o trabalho dessas mulheres camponesas. Cepeda (2012) argumenta que tratam-se de política que produzem a inclusão desses atores na apropriação de maiores cotas de bem-estar e qualidade de vida e que, além disso, amplia a consciência de Sujeito político (portador e demandador de direito). Em seu conjunto, as políticas diretas e indiretas de renda possuem funcionalidade múltipla: econômica – pois aquecem mercado, servindo como meio de dinamismo e estímulo à produção industrial, comércio, serviços (a via do consumo de massa é, em boa medida, parente do modelo mercado interno do velho desenvolvimentismo); e política – pois ao in-

96 As famílias assentadas no PA Canudos não foram contempladas com o Crédito Instalação, nem na modalidade Fomento Mulher e nem o Apoio Inicial (SR-4, 2017).

cluir como consumidor ou proprietário, a lógica dessa inserção, inicialmente econômica, assentasse no princípio do direito e da cidadania, como parcela do contrato social que possibilita requerer a promoção do bem-estar como uma das tarefas do Estado.

Uma consequência disso foi, em 2003, com a posse do presidente Lula, o lançamento do Programa Fome Zero, elaborado pelo Instituto Cidadania⁹⁷. O Programa, com o objetivo de erradicar a fome e assegurar o direito à alimentação de qualidade no Brasil, foi estruturado em três eixos: ampliação da demanda efetiva de alimentos; barateamento do preço dos alimentos e os programas emergenciais para atender à parcela da população excluída do mercado. Também em 2003, foi refundado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), órgão de assessoramento imediato à Presidência da República, organizado enquanto um espaço institucional para o controle social e participação da sociedade na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e nutricional (SILVA, 2014). Constituiu-se, assim, a inserção da Segurança Alimentar e Nutricional na agenda governamental, a partir da criação de estruturas decisórias mais descentralizadas e flexíveis, espaços de diálogo sobre as demandas. Neste contexto de abertura do diálogo para as demandas levantadas pelos movimentos sociais, foi criado o mercado institucional do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, no ano de 2003, e a reformulação do Programa Nacional de Alimentação Escolar⁹⁸ - Pnae, em 2009, ambos com a finalidade de promover o acesso à alimentação e incentivar a produção familiar.

O PAA, instituído pelo Art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, é uma das ações do Programa Fome Zero. Pelo PAA o Governo Federal adquire alimentos produzidos pela agricultura de base familiar e suas organizações, com dispensa de licitação, os quais são doados às instituições sociais e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, além de contribuir para a formação de estoques públicos de alimentos (BRASIL, 2011). O PAA é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e executado pelos estados, municípios e pela Companhia Nacional de Abastecimento - Conab. A instância de controle do programa é o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea, nas esferas nacional, estadual e municipal, ou os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável e os Conselhos de Assistência Social, no

97 Instituto criado durante o governo Lula para a promoção da inclusão social. Acessar: < <https://institutolula.org/missao>>.

98 Os debates em torno deste Programa tem origem no início da década de 1940. Na década de 1950, foi elaborado um Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, denominado Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil. É nele que, pela primeira vez, se estrutura um programa de merenda escolar em âmbito nacional, sob a responsabilidade pública. No entanto, a obrigatoriedade de compra de alimentos da Agricultura de Base familiar é incluído apenas na reformulação de 2009, momento em que houve avanços no Programa, que também foi estendido para toda a rede pública de educação básica (FNDE, 2022).

caso de inexistência do Consea. Os recursos para o desenvolvimento do programa são oriundos do MDS, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD - criada em maio de 2016 para substituir o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Para o alcance dos objetivos proposto, o PAA é desenvolvido em cinco modalidades diferentes: Doação Simultânea, Compra Direta, Formação de Estoques, PAA Leite, Compra Institucional e Aquisição de Sementes, conforme o quadro 6.

Quadro 6: Modalidades do PAA e seus objetivos

Modalidade	Objetivo
Compra da Agricultura Familiar – Doação Simultânea	Responsável pela doação de produtos adquiridos da agricultura familiar e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
Formação de Estoques pala Agricultura Familiar – CPR Estoque	Disponibiliza recursos para organizações da agricultura familiar formarem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função da necessidade de atender a demanda de alimentos de populações em condições de insegurança alimentar.
Incentivo à Produção e Incentivo de Leite – PAA Leite	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Institucional	Compra voltada para atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da união, Estados, Distrito Federal e Municípios.
Aquisição de Sementes ⁹⁹	Esta modalidade possibilita a compra de sementes de organizações da agricultura familiar destinando-as a outras famílias conforme demanda feita à Conab por órgãos oficiais.

Fonte: SEAD/MDA. Organizado pela autora, 2022.

Estas modalidades de compra institucional foram¹⁰⁰ acessadas por agricultoras/es com o uso da Dap individual ou Jurídica, por meio das associações ou cooperativas. Os projetos variam de acordo com os editais, mas os limites de recursos geralmente são entre R\$ 4 mil e R\$ 8 mil, por projeto. Os benefícios do PAA são para as/os fornecedoras/es e as/os consumidoras/es de alimentos. Entre fornecedores temos: agricultoras/es familiares, assentadas/os da reforma agrária, silvicultoras/es, aquicultoras/es, extrativistas, pescadoras/es artesanais, indígenas, integrantes de

⁹⁹ A promulgação do Decreto nº 8.293/2014 criou a modalidade aquisição de sementes.

¹⁰⁰ Importante ressaltar que o PAA foi um programa alterado sobremaneira durante o Governo Bolsonaro, de modo que praticamente foi extinto. As alterações serão retomadas adiante neste texto.

comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais. É importante destacar o incentivo a participação formal das mulheres no PAA, pois a Resolução GGPA¹⁰¹ n° 44 de 2011 estabeleceu que a participação feminina fosse um dos critérios para a seleção dos projetos. Essa Resolução também garante que 5% dos recursos do programa sejam destinadas a organizações compostas 100% por mulheres ou a grupos mistos com mais de 70% em sua composição, e exige a participação, no mínimo, de 30% de mulheres no total de produtores fornecedores. (SLIPRANDI; CINTRÃO, 2014). Já o público-alvo de consumidoras/es são “os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição” (BRASIL, 2011). Ou seja, representa, além da inclusão da agricultura camponesa aos processos de comercialização, também a garantia de acesso a alimentos de qualidade na cidade, contribuindo para a promoção da segurança alimentar, assim como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PNAE é uma política governamental que consiste na transferência de recursos financeiros do Governo Federal, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, aos estados, Distrito Federal e municípios para obtenção de alimentos destinados à merenda escolar. Ou seja, as/os beneficiárias/os do programa que recebem a alimentação são todos os alunos e alunas da educação infantil e do ensino fundamental, matriculados em escolas públicas e filantrópicas do país. É necessário que a escola conste no censo escolar do ano anterior para receber o recurso, o qual é transferido para os estados e municípios em dez parcelas (de fevereiro a novembro). Uma das suas principais diretrizes é o apoio ao desenvolvimento da produção familiar, que a partir da Lei n° 11.947, de 16/6/2009 ficou definido que do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, pelo menos 30% deve ser direcionado para a aquisição de alimentos diretamente da agricultura familiar, priorizando assentamentos de reforma agrária, comunidades tradicionais indígenas e quilombolas. (BRASIL, 2013). Assim como no PAA, para participar do PNAE o(a) agricultor(a) e/ou suas organizações formais (cooperativas e associações) precisam ter a DAP (físico ou jurídico). Outro destaque importante é que o Programa propõe princípios como o respeito aos hábitos alimentares saudáveis, as práticas tradicionais que fazem parte da

101 O Grupo Gestor do PAA - GPAA, formado por representantes do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); Ministério da Fazenda (MF); e Ministério da Educação (MEC), atuam com objetivo principal de orientar e acompanhar a execução do PAA. Deste modo, é responsável por definir: a forma de funcionamento das modalidades do Programa; a metodologia para a definição dos preços de referência de aquisição de alimentos, considerando as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar; as condições de doação dos produtos adquiridos; as condições de formação de estoques públicos; os critérios de priorização dos beneficiários fornecedores e consumidores; as condições para a aquisição e doação das sementes, mudas e outros materiais propagativos de culturas alimentares; e outras medidas necessárias para a operacionalização do PAA (MDS; MDA, p. 8).

cultura e da preferência alimentar local (BRASIL, 2009), o que possibilita que as/os agricultoras/es familiares continuem produzindo a variedade de alimentos de acordo com os seus saberes e a sua cultura. Além disso, valoriza a tradição e os alimentos da produção familiar local, gerando renda e benefícios que ficam para o lugar.

Outro destaque importante, diz respeito a Resolução CD/FNDE nº6/2020¹⁰² que permite preços diferenciados dos produtos convencionais para a produção orgânica, sendo uma forma de incentivo. Assim, é possível acrescentar aos preços dos alimentos orgânicos, até 30% dos preços estabelecidos para os produtos convencionais. Para tanto, a certificação por organização com controle social - OCS é particularmente importante, pois a lei estabelece que a certificação é facultativa para a comercialização direta aos consumidores, por isso, é necessário que seja assegurada, aos consumidores e ao órgão fiscalizador, a rastreabilidade do produto e o livre acesso aos locais de produção ou processamento. Nesse contexto, cabe ressaltar que a comercialização tanto para o PNAE quanto para o PAA é caracterizada como venda para o consumidor final (comercialização direta) e, portanto, a modalidade OCS deve ser considerada. A organização com controle social (OCS) é cadastrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa, ou em outro órgão fiscalizador federal, estadual ou distrital conveniado. Enfatizamos que a garantia de compra alimentos limpos de veneno por parte do governo estimula a transição agroecológica.

O PNAE, da forma como está estruturado é fruto de um intenso processo de participação e mobilização social que envolveu a comunidade escolar, organizações, redes, movimentos, associações científicas ligadas à educação, segurança alimentar e nutricional, agricultura familiar, agroecologia, saúde e nutrição. A sociedade pode acompanhar e fiscalizar o referido programa por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar - CAE, do FNDE, do Tribunal de Contas da União - TCU, da Controladoria Geral da União - CGU e do Ministério Público. O CAE é composto por representantes do executivo, da sociedade, das/os trabalhadoras/es da educação, das/os estudantes e das mães e dos pais. O principal objetivo deste conselho é fiscalizar a aplicação dos recursos e cuidar da qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas (FNDE, 2022). Além disso, o PNAE conta com o suporte dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar – Cecanes são unidades de referência e apoio constituídas, no âmbito das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, para desenvolver ações de interesse e ne-

102 Alterada pela Resolução nº 21, de 16 de novembro de 2021.

cessidade do PNAE, com estrutura e equipe para execução das atividades nas áreas prioritárias e nas formas de atuação definidas pelo FNDE. Além disso, o FNDE possui parceria com as IFES, do Programa, para desenvolver ações de pesquisa, ensino e extensão.

O FNDE publicou no último dia 16 de novembro de 2021 a Resolução nº 21/2021 que altera a Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020¹⁰³, especificamente no artigo 39, que trata do limite individual de venda dos agricultores familiares para o PNAE. Sem ajuste desde 2009, a alteração do limite, que passou de R\$20 mil para R\$ 40 mil por DAP familiar/ano/entidade executora, buscou refletir a adequação aos custos de produção atuais praticados na agricultura e foi decidida após análise conjunta com a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), que é responsável pela interlocução e assistência aos agricultores familiares. O reajuste também era uma reivindicação recorrente da agricultura de base familiar e suas organizações que participam das vendas ao PNAE. Trata-se do reconhecimento por parte do FNDE que a compra diretamente da agricultura de base familiar ultrapassa os 30% estabelecidos pela Lei 11.947/2009. No ano de 2018 a aquisição nacional de gênero alimentícios da agricultura de base familiar correspondeu a 35,45% e no ano de 2019 correspondeu a 36,90%, sendo a última informação disponível para consulta. Mas, de acordo com a Edição nº 15 do Informe Recursos PNAE, no ano de 2021, o programa estava presente nos 5.570 municípios brasileiros, atendendo, de forma universal, a mais de 40 milhões de estudantes matriculados em cerca de 150 mil escolas de educação básica pública brasileira. Segundo o Informe, o FNDE já havia repassado oito parcelas do PNAE às Secretarias de Educação e Cultura e Prefeituras, entre os meses de janeiro e agosto, no valor total de R\$ 2,99 bilhões, restando duas parcelas. Na tabela 9 sistematizamos os valores repassados pelo Governo Federal aos municípios - em que estas lideranças residem - para execução do Pnae.

Tabela 9: Valor total transferido pelo FNDE ao município e o valor destinado a compra da Agricultura de base Familiar

Município	Valor Transferido Pelo FNDE em 2019 (em R\$)	Valor Aquisições Da Agricultura Familiar (em R\$)	Percentual De Aquisição Da Agricultura Familiar (%)
Aragoiânia	105.826,00	11.848,85	11,2
Bela Vista de Goiás	284.534,00	165.962,05	58,3

103 A Resolução também introduz mais dois espaços regionais na escala de priorização dos projetos de venda ao Pnae. Ou seja, a resolução tratou de considerar a nova divisão geográfica feita pelo IBGE em 2017, que divide o país em regiões imediatas e intermediárias. No art. 35: “Para seleção, os projetos de venda habilitados devem ser divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos das Regiões Geográficas Imediatas, grupo de projetos das Regiões Geográficas Intermediárias, grupo de projetos do estado, e grupo de projetos do país.”

Campestre de Goiás	63.516,00	54.355,35	85,6
Guapó	227.548,00	65.650,15	28,9
Palmeiras de Goiás	365.842,00	175.378,91	47,9
Silvânia	272.040,00	164.554,96	60,5
Vianópolis	161.620,00	66.082,80	40,9

Fonte: FNDE, atualizado em 2022. Organizado pela autora, 2022.

Dentre as mulheres camponesas entrevistadas, as Guerreiras de Canudos, localizadas nos municípios Palmeiras de Goiás, Campestre de Goiás e Guapó, a Associação da Agricultura Familiar de Bela Vista e a Senhora W.B. em Silvânia, acessam ao PNAE. Isto demonstra o arranjo político para efetivação de políticas públicas: o diálogo das lideranças do assentamento Canudos junto com as Prefeituras e com a Conab; a presença da presidência da Associação de Bela Vista em instâncias como o Conselho Municipal Desenvolvimento Rural Sustentável; o respaldo do MCP da luta pela produção de alimentos nos territórios da Estrada de Ferro, bem como a articulação com a Conab, especialmente junto ao PAA Sementes.

No entanto, as entrevistadas argumentam que existem alguns entraves. I.T. critica a atuação de nutricionistas do município de Bela Vista que elaboram uma lista de alimentos que não contempla a Agricultura de Base Familiar, exigindo variedades como maçã e inviabilizando a troca de itens, como por exemplo substituir abóbora caipira (também conhecida como paulista) por abóbora cabotiá. I.T. diz, ainda, que ao PNAE comercializam apenas alimentos *in natura*, a mandioca descascada é o máximo de um alimento beneficiado ofertado pela Associação. Ou seja, há uma dificuldade em agregar valor aos itens ofertados. A justificativa é a ausência de visto da vigilância sanitária, do Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Inclusive, só em 20/06/2022 o município de Bela Vista promulgou a Lei 1991/2022 que dispõe sobre o Serviço de Inspeção Municipal (SIM). Para Schmitt e Grisa (2013) existem algumas limitações operacionais que precisam ser superadas na construção do mercado institucional no Brasil, como: atraso na liberação dos recursos; problemas de acesso dos agricultores à documentação exigida apontando a necessidade de desburocratização; falta de interação entre diferentes instrumentos de política pública que poderiam dar suporte às ações dos programas; falta de planejamento e problemas de gestão das organizações locais no acompanhamento das entregas e na formação e qualificação dos beneficiários (nutricionistas, merendeiras, professoras, alunos). Triches e Schneider (2010) acrescentam ainda que um dos desafios na aquisição de alimentos da agricultura familiar para programas institucionais é a legalização das agroindústrias familiares com a regulação da qualidade dos alimentos (sobretudo para leite, carnes e derivados).

Com relação as Políticas Públicas, quando questionadas, as mulheres camponesas elencaram mais uma série de outras políticas importantes para suas trajetórias. A Senhora A.M. apontou que as Políticas de Economia Solidária geraram acúmulos e constituíram redes que foram extremamente importantes para a consolidação da Rede Agroecosol. A Economia Solidária expressa um modo de organização da produção, comercialização, finanças e consumo que privilegia o trabalho associado, a autogestão, a cooperação e a sustentabilidade. A Economia Solidária ressurgiu no Brasil nas últimas décadas do Século XX, no âmbito de processos de redemocratização política, quando os movimentos sociais ampliaram suas capacidades organizativas e reivindicativas. Os movimentos de luta pela terra buscavam, por exemplo, reorganizar a cooperação agrícola para enfrentar os desafios da viabilidade da agricultura e camponesa e como modelo alternativo ao agronegócio empresarial. Nas áreas urbanas, a economia solidária avançou nos anos 1980 e 1990 como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho e como alternativa à falácia neoliberal do empreendedorismo individualista.

A economia solidária no Brasil foi avançando na sua organização política, constituindo fóruns e redes, com a intenção de ultrapassar a dimensão de iniciativas isoladas e fragmentadas. As articulações ganharam impulso no final da década 1990 e se consolidaram com a criação do Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária no ano 2001, nos Fóruns Sociais Mundiais realizados no Brasil. Em 2002 foi realizada a Primeira Plenária Brasileira de Economia Solidária, com a elaboração de uma Plataforma Nacional de Economia Solidária. No ano seguinte foi criada a Secretaria Nacional de Economia Solidária¹⁰⁴ (SENAES) no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), fruto do esforço político conjunto de uma série de organizações que atuam na economia solidária. No mesmo período, em junho de 2003, realizou-se a Terceira Plenária Nacional de Economia Solidária, criando o Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Atualmente, além do Fórum Brasileiro, existem fóruns estaduais, territoriais e municipais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro. No entanto, as políticas públicas de economia solidária ainda são limitadas, fragmentadas e com pouca abrangência, aquém da necessidade real daqueles e daquelas que fazem a economia solidária no Brasil. Os programas de economia solidária sofrem com a limitação dos recursos financeiros e de estrutura institucional (SILVA, 2011). Além disso, em 2019, com a extinção do Ministério do Traba-

104 A Secretaria Nacional de Economia Solidária tem o objetivo de “Promover o fortalecimento e a divulgação da economia solidária, mediante políticas integradas, visando a geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário”.

lho, a antiga Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) teve suas atribuições enviadas ao Ministério da Cidadania. As competências que têm relação com a economia solidária ficaram restritas à política de assistência social e à de renda, associada ao conceito de cidadania, evidenciando que não é nesse ministério que se define estratégias da política de trabalho e de desenvolvimento do país (PINHO, 2019).

As políticas de Território também são destacadas pelas entrevistadas. De acordo com a ECO-CUT (2011) esta política foi constituída por meio do Plano de Desenvolvimento Territorial Rural e Sustentável (PDTRS) em 2003, para implementação de políticas para o desenvolvimento rural sustentável pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Trata-se de um território de desenvolvimento rural, configurando-se como uma estrutura de governança com instâncias deliberativa no processo de desenvolvimento do território. É caracterizada como espaço de formação social, representação, articulação e política. Diante disso, os municípios articulam-se a partir do Conselho Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – CTDRS, composto por representantes dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS dos municípios integrantes, neste caso, do Território Estrada de Ferro¹⁰⁵. É um espaço de participação, com objetivo de discussão, proposição, deliberação, gestão e controle social das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável e solidário, sob a forma de uma organização sem finalidade lucrativa. São objetivos do CTDRS incentivar, promover, formular, analisar e deliberar sobre propostas de programas, projetos e ações voltadas para a dinamização do segmento produtivo e social da Agricultura de base Familiar com vistas ao desenvolvimento econômico, social, ambiental, político e cultural do campo. No entanto, as políticas territoriais também foram paralisadas, sobretudo pela falta de direcionamento de recursos, a partir de 2015. Apesar disso, a organicidade dos conselhos não deixou de acontecer. A Dona T.V. relata que, a partir do Território da Estrada de Ferro, estava sendo construída proposta de resgatar o uso da ferrovia com trem voltado para o turismo, articulado ao turismo rural junto às comunidades para realização feiras típicas e etc. Com a pandemia esta proposta também foi paralisada.

Os projetos de Agroecologia desenvolvidos por Núcleos de Agroecologia ou Centro Vocacional Tecnológico em Agroecologia também foram citados por mulheres camponesas entrevistadas. No Brasil, os primeiros núcleos de estudo, pesquisa e extensão em agroecologia e produção orgânica surgiram em 2007, animados pelo Edital MCT/CNPq/MDA/MDS nº 36/2007,

105 Abrange o município de Silvânia e Vianópolis, incluindo mais 12 municípios: Bela Vista de Goiás, Bonfinópolis, Caldazinha, Cristianópolis, Gameleira de Goiás, Leopoldo de Bulhões, Orizona, Palmelo, Pires do Rio, Santa Cruz de Goiás, São Miguel do Passa Quatro, Urutá.

fruto de uma parceria entre ministérios para o incentivo de pesquisas em interface com a extensão rural. Este edital teve como objetivo apoiar projetos destinados a agricultura familiar, mas abriu a possibilidade de se dar suporte a trabalhos direcionados à agroecologia (MOURA, 2017). Em 2009, o lançamento de um segundo edital trouxe uma linha específica direcionada à agroecologia no Edital MCT/CNPq/MDA/MDS nº 33/2009, e em 2010, um terceiro edital expôs de forma explícita a criação de núcleos de agroecologia em instituições de ensino superior, Edital CNPq/MDA nº 58/2010 (PADULA, *et al.*, 2013). Estes editais, os grupos extensionistas construíram capilaridades nos territórios camponeses, propiciando um processo que fortaleceu a transição agroecológica. Mariza Souza Dias (2022) aborda a importância dos Projetos de Extensão Universitária na Reprodução Social do Campesinato no estado de Goiás. No caso das mulheres camponesas entrevistadas, destacamos o Edital MDA/CNPq 39/2014, coordenado pelo professor Wilson Mozena, do Grupo de Estudos e Manejo Agroecológico dos Solos - Gemas, da Escola de Agronomia da UFG, que buscou com projeto articular uma Rede de Núcleos de Estudos em Agroecologia no Centro Oeste brasileiro. O último edital publicado como chamada com foco em agroecologia foi no ano 2017, no qual o Gemas foi contemplado com recurso para consolidação de um Centro Vocacional Tecnológico em Agroecologia, que recebe o nome de CVT Apinajé, tendo como foco o trabalho junto a mulheres e jovens camponeses.

Projetos importantes, sobretudo, na formação de lideranças. Estas lideranças formadas são como antenas, pois reproduzem em seus territórios - a partir da metodologia campesino a campesino¹⁰⁶ - as tecnologias e práticas agroecológicas. Assim, tanto a Rede Centro Oeste de Agroecologia, como o CVT Apinajé, são projetos que tem o mérito de mobilizar quase todas as mulheres camponesas pesquisadas. Alguns exemplos são:

- 1) M.C. e T.M eram integrantes do Gemas durante a graduação, quando tiveram oportunidade de vivenciar os processos de produção e certificação orgânica, bem como a comercialização destes alimentos na Feira de Orgânicos da Adao. Trabalharam como multiplicadores em territórios camponeses em que estavam inseridos, como por exemplo, em Bela Vista de Goiás. Foram aglutinadores de um coletivo de agrofloresteiros neste município.
- 2) A Associação da Agricultura Familiar de Bela Vista de Goiás – Alfabev - foi criada em 2018, no contexto de articulação do coletivo de agrofloresteiros.

¹⁰⁶ Esta metodologia é estratégica para o objetivo de fortalecimento da identidade camponesa, pois promove: Integração entre os agricultores, criando laços e fortalecendo a relação entre os camponeses; troca de experiências, compartilhando saberes sobre o como lidar com a roça e com a vida; mutirões, resgatando a tradição camponesa do trabalho coletivo; união/coletividade, fortalecendo das relações de amizade e companheirismo. As pessoas envolvidas no projeto aprimoram as experimentações desenvolvidas e se tornam multiplicadoras.

3) As Guerreiras de Canudos foram mobilizadas em diversas atividades propostas no âmbito desse projeto. Participaram do RAÍZES: Grande Encontro de Raizeiros, Parteiras, Benzedeadas e Pajés na Chapada dos Veadeiros, momento de muitas trocas de saberes e experiências. Participaram de oficinas de produção de biofertilizantes, construção de viveiro e ervanário, mutirões Agroflorestais, oficina de elaboração da imagem visual do Coletivo Guerreiras de Canudos, entre outras atividades.

Com relação ao PAA, das mulheres camponesas entrevistadas, apenas o coletivo Guerreiras de Canudos¹⁰⁷ acessou o PAA até o ano de 2018. Atualmente nenhuma das mulheres acessa este programa de Compra Institucional. Isto porque o PAA passou a sofrer uma série de cortes nos recursos financeiros, iniciado com a crise econômico-financeira de 2013, e agravado com a ruptura política (PEIXOTO, OLIVEIRA, 2020). Em maio de 2016, a ruptura da ordem institucional brasileira por meio de um golpe parlamentar definiu uma profunda reorientação de todas as políticas anteriormente estabelecidas que visavam reduzir a desigualdade social. O Ministério do Desenvolvimento Agrário deixou de existir, suas competências foram transferidas para o Mapa, recebendo orçamentos restritos e conduzida por uma equipe muito menor. As políticas relacionadas aos direitos das mulheres foram extintas ou encolhidas para níveis de funcionamento mínimos e não foram lançados novos editais de ATER para mulheres. O Próprio Programa de Aquisição de alimentos, que já atendeu 185.979 agricultores em 2012, em 2017 atendeu a somente 67.179 agricultores e posteriormente foi extinto, dando lugar ao Programa Alimenta Brasil (PAB), instituído pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, e regulamentado pelo Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021. O Incra foi absorvido pelo Ministério da Agricultura, espaço institucional marcadamente contrário à reforma agrária. Além da Emenda Constitucional 95 de dezembro de 2016, que congelou por 20 anos as despesas públicas e teve como consequência imediata extensos cortes nos investimentos em programas sociais.

Destacamos ainda o desmonte da Conab, iniciado já durante o governo Temer. Os armazéns que estocam alimentos das políticas de preços mínimos aos agricultores de base familiar, foram privatizados. Isto trouxe um impacto muito grande para o povo brasileiro, especialmente durante a pandemia de Covid-19. Nesses armazéns da Conab, eram estocados os alimentos produzidos pela agricultura camponesas e comprados pelo governo. Quando os alimentos apresentavam alta de preços, o governo vendia os estoques por preços mais baixos, exercendo um controle. Hoje, o agronegócio controla os preços e consegue obter mais lucro vendendo a produção para outros países, devido à alta do dólar, e desabastecendo o mercado interno. Diante dessa realidade

107 De acordo com o Incra, até o ano de 2015, das 329 famílias assentadas no PA Canudos, 116 acessavam o PAA.

de, afirmamos um grande retrocesso em relação as conquistas das mulheres camponesas. Uma vez que, apesar das limitações encontradas em participarem do Programa Nacional de Alimentação Escolar – Pnae e do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos – PAA, por exemplo, a renda proveniente desses programas contribuía para uma maior independência financeira e, conseqüentemente, para a sua autonomia. Além de serem programas que contribuem com a alimentação em qualidade e quantidade adequada para um número elevado de pessoas.

Ademais, apreciamos estas políticas públicas por serem extremamente importantes por desenvolver processos organizativos nos territórios. O mercado institucional reforça outras iniciativas de comercialização em circuitos curtos, fortalece as redes de organizações sociais e potencializa o diálogo entre os atores envolvidos com a agroecologia. Estes arranjos acabam por estimular a produção de alimentos ecológicos e saudáveis, contribuindo nos processos de transição agroecológica e promoção da agroecologia, além de respeitar os modos de vida das populações tradicionais, fortalecer a cultura alimentar regional e promover a valorização da socioagrobiodiversidade. Por isso, mesmo frente ao desmonte, mas graças aos acúmulos possibilitados pelas conquistas de momentos anteriores, as demais camponesas entrevistadas nesta pesquisa constroem e participam de outras redes locais de comercialização, muitas de construção autônomas, as quais daremos ênfase na Seção 4.

Embora a conjuntura econômica e política brasileira não seja favorável ao avanço das políticas e programas populares e de apoio a produção camponesa, salientamos a importância de fortalecê-los e potencializá-los. Especialmente neste contexto marcado pela volta do Brasil ao mapa da fome, o que exige implementação de políticas eficazes e estratégicas que integrem as ciências críticas e as práticas seculares dos povos da terra, das águas e das florestas, com os quais temos muito a aprender.

3.3 A autodeterminação das Mulheres Camponesas no Brasil

“Eu não desejo que as mulheres tenham poder sobre os homens, mas sobre si mesmas” (MARY WOLLSTONECRAFT, 1792).

Maria Lygia Moraes (2000) diz que os estudos de gênero denotam a entrada acadêmica de certa perspectiva de análise, a qual interessa entender, teoricamente, a dimensão 'sexista' de nosso conhecimento e apontar especificidades de um dado lugar de ser e existir no mundo. Talvez por isto, sempre houve, no movimento feminista, uma tendência de percebê-lo de forma muito intelectualizada. O que decorre também da insuficiência de compreensão do feminismo enquanto movimento social e da percepção do movimento muito mais do ponto de vista intelectual. Ou seja, distante do significado da prática feminista das mulheres pobres, a partir de sua luta cotidiana e, claro, de suas experiências formativas, de articulação etc. Assim, tem-se uma visão limitada deste que é segmento majoritário e protagonista da luta feminista. Nesse sentido, esta seção tem o intuito de percorrer os espaços e pautas levantadas pelas mulheres em luta, especialmente no que diz respeito ao feminismo camponês popular. De acordo com a Carmen Lorenzoni, Iridiani Gracieli Seibert e a Zenaide Collet (2021), “o feminismo camponês popular não nasce das teorias, dos centros acadêmicos ou de grandes discursos políticos, mas nasce da experiência das mulheres camponesas por transformações concretas na vida delas, do campesinato e da classe trabalhadora” (p.27). Então, como se deu esta construção¹⁰⁸? Foi um longo caminho, conforme sistematizamos na figura 7.

Figura 7: Trajetória de Luta das Mulheres Camponesas no Brasil

108 O Movimento Camponês Popular foi fundamental nesta construção e compartilha a trajetória no livro publicado em 2021, intitulado *Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências no movimento de mulheres camponesas*. Este livro é resultado de um esforço coletivo de militantes pesquisadoras do movimento de mulheres camponesas, com o objetivo de trazer alguns elementos teóricos, conceituais e políticos, sobre o feminismo camponês popular.

Linha do Tempo



Fonte: MMC, 2021. Organizado pela autora, 2022.

São diferentes lugares, vivências e experiências de mulheres camponesas em luta que constituem o que hoje é conhecido como Movimento de Mulheres Camponesas, o primeiro movimento autônomo de mulheres camponesas do Brasil. As mulheres já estavam presentes nas campanhas, nos sindicatos e movimentos populares, mas apenas nas concentrações de mobilizações, porque não tinham espaço nas decisões, detinham um papel secundário e figurativo. Mas foi justamente neste contexto que começaram a se reunir. De acordo com MMC (2021), um dos primeiros registros encontrados, de reuniões de grupos de mulheres, data do ano de 1982, relatando a luta pela participação sindical, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), na luta por saúde e direitos das mulheres camponesas, como o acesso à previdência e à licença maternidade e contra a grilagem de terras. Já o primeiro encontro nacional de mulheres trabalhadoras rurais data de 1986, realizado em Barueri (SP), com a participação de 36 mulheres vindas de 16 estados do Brasil. Muito importante por ser a primeira vez que as mulheres rurais se reuniram em âmbito nacional para trocar experiências de organização, delinear objetivos, princípios, lutas, estrutura organizativa, formativa e articulação com as entidades de classe. Deixaram explícito que a luta é de gênero e de classe, ou seja, “que as lutas das mulheres sejam lutas conjuntas dentro de suas organizações de classe e também as lutas específicas das mulheres” (LORENZONI, SEIBERT, COLLET, 2021, p.17).

De acordo com Ana Elsa Munarini, Catiane Cinelli e Rosângela Cordeiro (2021), a partir deste encontro as organizações de mulheres assumiram linhas de atuação conjunta que seria construída em âmbito nacional, como: aposentadoria aos 45 anos com salário integral, auxílio natalidade para todas as mulheres trabalhadoras rurais, bem como assistência médica integral, formação de lideranças, sindicalização e participação nas direções de oposição sindical, reforma agrária, contra a carestia, contra a violência no campo, especialmente justiça nos casos de violências contra a mulher, dentre eles, o assassinato de Margarida Alves. Para tanto, iniciaram as discussões das emendas populares pra garantir o direitos das trabalhadoras rurais na Constituição de 1988. As mulheres camponesas realizaram audiências com seis ministros de Estado e lhes entregaram um documento com reivindicações contendo 100 mil assinaturas. Estimuladas por estas discussões, destacamos a atuação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), criado em 1986 e da Articulação de Instâncias de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sul (AIMTR – Sul), criada em 1988. A AIMTR incluía as seguintes organizações: Movimento

de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), Comissão Estadual da Questão da Mulher Trabalhadora Rural do DETR-Paraná, Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), Movimento de Mulheres Agricultoras de Mato Grosso do Sul e o Movimento de Mulheres Assentadas de São Paulo (DEERE, 2004, p.197).

Seguindo este processo, no ano de 1994, houve a realização do I congresso da Coordenação Latino Americana das Organizações do Campo (CLOC), articulação de movimentos camponeses/as, indígenas e negros/as. Segundo Michela Calaça (2021), neste congresso, as mulheres chegam denunciando o machismo. Não existia uma definição de que os movimentos de mulheres camponesas e indígenas eram importantes na construção da CLOC. Percebem ali, a existência de um grande desafio na organização das mulheres camponesas para intensificar a sua participação política nos diferentes espaços. Diante disso, demarcam que a luta das mulheres é muito importante para somar a partir de seus olhares na defesa dos territórios, seja a partir dos movimentos mistos ou auto organizados. Assim, fruto de um processo de auto organização, surge, neste congresso, uma comissão de mulheres na CLOC, com mulheres de todos os movimentos presente. Teresa Cruz (2013) acrescenta, ainda, que na medida que as organizações de mulheres trabalhadoras rurais foram crescendo e se fortalecendo nos estados, especialmente com a AIMTR-Sul participando da CLOC e da Via Campesina, sentiu-se a necessidade da consolidação de uma articulação nacional, no caso a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais - ANMTR. Assim, realizaram o I Encontro Nacional da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Brasil que aconteceu em 1995, em Jundiá/SP, com a presença de 51 participantes, representando 18 Estados. Este encontro definiu que o 8 de março, Dia Internacional das Mulheres¹⁰⁹, passasse a ser um dia nacional de lutas das mulheres unificando com as pautas locais e regionais dos movimentos do campo.

Outra luta que merece destaque é o direito a educação, na qual as mulheres camponesas se lançaram a exigir uma educação não sexista e que contemple todas as mulheres do campo. Assim, o II Congresso Estadual do MMA/SC, realizado em 1998 com o tema: Nenhuma trabalhadora rural sem estudar, reavivou a necessidade de lutar pelo direito à educação, historicamente negado a milhões de brasileiras/os em especial às mulheres camponesas. Mulheres de todas as idades se uniram e foram para as escolas e universidades retomar seus estudos. Como fruto desta

109 O Dia Internacional da Mulher foi oficializada em 1921, mas o marco oficial para a escolha da data foi uma manifestação das mulheres russas por melhores condições de vida e trabalho, realizada em 8 de março de 1917.

mobilização, destacamos a conquista da Educação do Campo¹¹⁰, que como política pública surge em 1998, com o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronea) e, em 2002, com as diretrizes operacionais para a Educação Básica do Campo. Como acúmulo dos últimos 20 anos, ganha força a luta pela Educação do Campo, como afirmação de um projeto educacional vinculado a um projeto de sociedade. Surge em contraponto a educação rural que desconsidera os saberes camponeses e as capacidades cognitivas, aplicando apenas o saber ler, escrever e contar sem relação com as realidades. Ou seja, sem compreender e potencializar a realidade e o modo de vida camponês (MUNARINI, CINELLI, CORDEIRO, 2021).

Também em 1998, acontece o I Encontro internacional da MMM, em Quebec, com a participação de 145 mulheres de 65 países e territórios, contando com a participação das mulheres brasileiras da Central Única das Trabalhadoras e Trabalhadores (CUT). Este encontro foi fruto de uma Marcha realizada também em Quebec, no ano de 1995, quando 850 mulheres percorreram 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”. A partir desta ação, que desencadeou uma série de conquistas locais, as mulheres do Quebec buscaram contatos com organizações em vários países, para compartilhar essa experiência e apresentar a proposta de criar uma campanha global de mulheres. Assim, durante este encontro foi elaborada uma plataforma com 17 reivindicações para a eliminação da pobreza e da violência contra as mulheres e convocada a Marcha Mundial das Mulheres como uma grande campanha a ser desenvolvida ao longo do ano 2000. A campanha teve um largo alcance e deu origem à construção da MMM como um movimento internacional. No Brasil, o resultado deste processo foi a realização da primeira Marcha das Margaridas¹¹¹, também em 2000, que reuniu cerca de 20 mil camponesas - agricultoras, quilombolas, indígenas, pescadoras e extrativistas que lutam contra a fome, a pobreza e a violência sexista e defendem a agroecologia, a justiça social e a democracia (MMM, 2022). De acordo com Sara Pimenta (2018), cada Marcha das Margaridas expressa na sua plataforma política e pautas de reivindicações os acúmulos em termos de articulação e formulação política. As Marchas não seguem um caminho em linha reta, não são puras repetições e nem podem ser vistas como um pro-

110 Para efetivação da Educação do Campo, é especialmente importante o Programa de apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (Procampo), que mantém convênios dos cursos de Licenciaturas em Educação do Campo. Havia promessa de ampliação dos recursos orçamentário durante o governo Dilma e, em 2018, não houve nenhuma sinalização positiva. O corte no orçamento foi de 90%. A Educação do Campo enquanto construção histórica popular, em contraposição ao projeto educativo e de sociedade atreladas ao capital, sofre fortemente as incidências da retomada neoliberal e a retaliação. Por outro lado, resiste devido ao fato de ter suas bases na construção coletiva de povos e populações do campo em luta.

111 A 1ª Marcha das Margaridas aconteceu em 2000. A 6ª e última Marcha das Margaridas aconteceu em 2019. A 7ª Marcha das Margaridas está sendo construída pelas mulheres das águas, do campo e das cidades para realizar-se no ano de 2023.

cesso progressivo de acúmulo das conquistas. As Marchas são, na verdade, construídas a partir das dificuldades, tensões e potenciais presentes nas diversas esferas organizativas que compõem a sua realização e, sobretudo, estão integradas ao contexto histórico e às conjunturas sociopolíticas em que se realizam.

Além disso, em 2000, entre 13 e 17 de março, 3 mil mulheres rurais de 24 estados realizaram um acampamento em Brasília, o qual foi chamado de “Primeiro acampamento de mulheres rurais”, cujo lema era “Mulheres gerando vida, construindo um novo Brasil¹¹²” (ANMTR, 2002, p.1). Este acampamento aconteceu articulado com mobilizações dos povos indígenas, dos sem-terra, dos pequenos agricultores que reivindicavam o rompimento do acordo do Brasil com o FMI e a suspensão do pagamento dos juros da dívida interna e externa. Estava em debate as implicações do Acordo de Livre Comércio das Américas¹¹³ (Alca) proposto pelo presidente estadunidense durante a Cúpula das Américas. Além da continuidade da luta contra a reforma da previdência, pautaram a luta por um Brasil livre de transgênicos, agrotóxicos e pela agricultura ecológica, contra a política de importação de alimentos, por uma política de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e pela proteção nacional. O segundo acampamento realizou-se em diversos estados, de 5 a 9 de março de 2001, com o lema “mulheres trabalhadoras rurais construindo um novo Brasil”. No período de 06 a 08 de março de 2002, o 3º Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, intitulado “Margarida Alves¹¹⁴”, aconteceu em diferentes estados do país. Assim como nos anos anteriores, a preparação para essa atividade se deu por meio do estudo da cartilha específica intitulada Acampamento Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais Margarida Alves – “Trabalhadoras: gerando vida, semeando a terra, construindo a nova sociedade” - produzida pela ANMTR.

Já no ano de 2004¹¹⁵, a mobilização de março marca o Congresso de consolidação do Movimento Autônomo de Mulheres Camponesas - MMC do Brasil, com aproximadamente 1500 mulheres reunidas entre 5 e 8 de março de 2004, em Brasília. O Movimento de Mulheres Camponesas se constitui como a soma de muitas identidades (quilombolas, indígenas, ribeirinhas, que-

112 Sempre demonstrando a posição ocupada pelas mulheres trabalhadoras nesse processo, como responsáveis pela produção/reprodução da vida.

113 Esse acordo era um meio de submeter o continente latino-americano e caribenho às políticas neoliberais e imperialistas. Organizou-se um processo de luta, estudo, organização e articulação que resultou em um plebiscito popular, no qual a sociedade brasileira disse não a Alca e às políticas imperialistas.

114 Margarida Maria Alves, sindicalista e defensora dos direitos humanos, uma das primeiras mulheres que, na experiência sindical, exerceu cargo de direção. Nascida em Alagoa Grande (PB), sempre esteve ligada ao campo e lutou em defesa dos direitos trabalhistas. No dia 12 de agosto de 1983 foi assassinada em frente a sua casa. Margarida Alves marcou a história das mulheres camponesas no Brasil. De sua célebre afirmação Da luta não fujo, o MMC, acrescentou: Na luta continuaremos!

115 Neste ano também acontece a 2ª Marcha das Margaridas.

bradeiras de coco, agricultoras, pescadoras artesanais) que se unificam e se expressam na produção de alimentos saudáveis, nas relações de trabalho, na ação política e social, pela relação de respeito, apego e cuidado com a natureza e na luta pela libertação das mulheres e transformação da sociedade (MMC, 2004). E a partir disso, deliberaram sobre os princípios do movimento, como ser autônomo, de classe, de luta na construção de relações de igualdade e socialistas.

A partir deste marco, gostaríamos de dar ênfase ao posicionamento político do MMC com relação ao trabalho das mulheres. O MMC problematiza o chamado trabalho doméstico das mulheres camponesas no Brasil, colocando algumas questões a se pensar como a falta de reconhecimento e falta de valorização. Contraditoriamente, essas atividades não valorizadas são precisamente as que estão diretamente comprometidas com a sustentabilidade da vida humana. Para Isaura Conte, Michela Calaça e Noeli Taborda (2021), o ‘trabalho das miudezas’, que é a produção feita por mulheres, é o que garante grande parte da renda das famílias, especialmente porque evita que se compre diversas no mercado. As autoras se referem a um pesquisa¹¹⁶ realizada pelas camponesas do MMC que demonstrou que a produção das mulheres garantia o valor de mais de cinco salários mínimos/pessoa/ano, ao passo que 0,5% de salário mínimo por pessoa era gasto no mercado. É o que foi chamado de economia invisível e renda invisível produzida pelas mulheres. Sem falar na qualidade dos produtos, em comparação aos do mercado (industrializados, com corantes, conservantes e produzidos à base de agrotóxicos). Por isso, as autoras compreendem o trabalho das mulheres como ‘grandezas da diversidade’.

Cristina Carrasco (2003) afirma que os estudos econômicos e sociais costumam esquecer esse componente subjetivo das necessidades humanas, coberto usualmente desde o espaço doméstico. A autora argumenta que este esquecimento é, na verdade, resultado de uma longa tradição patriarcal e liberal. E representa, na prática, uma série de violências contra as mulheres: a violência pela desvalorização, que as colocam em condições propícias a sofrerem também a violência física, verbal, moral, psicológica, violência sexual, além da própria sobrecarga de trabalho. É frente a isto que a economia feminista propõe a ideia de interdependência no lugar da ideia de independência. Interdependência entre as pessoas, entre as famílias, a sociedade e o Estado. Interdependência entre o trabalho de mercado e o trabalho doméstico e de cuidados, já que um não sobrevive sem o outro. Portanto, é preciso reconhecer e valorizar a experiência histórica das mulheres, que garantem com seu trabalho cotidiano a sustentabilidade da vida. É preciso colocar a lógi-

116 Pesquisa desenvolvida durante o curso de Economia invisível das mulheres camponesas, realizado em 2006, com dados tabulados e demonstrados pela Faculdade de Economia da UFRGS.

ca da produção do viver em primeiro lugar e dividir esta responsabilidade com os governos, os homens e toda a sociedade (SOF, 2015)¹¹⁷. A economia feminista esta em diálogo com a Economia Solidária, ou socioeconomia solidária (LISBOA, 2005), tendo como compreensão que a economia não é o fim supremo, mas apenas um instrumento que tem por finalidade o sustento da vida e a melhoria da condição humana. Assim, pautadas na no uso racional dos recursos, desenvolve as forças produtivas pela eliminação de atravessadores, reposicionando a lógica da circulação por meio da atuação em rede. A partir da valorização da cultura, das raízes, e dos valores humanos, a Economia Solidária articula-se, também, como Economia Criativa. No sentido de que apresenta-se enquanto estratégia de desenvolver atividades visando à criação de emprego e renda, a partir da criatividade e do conhecimento endógeno.

Nesse sentido, as reflexões da economia feminista e solidária contribuem para a ampliação da luta por igualdade e autonomia, ou autodeterminação das mulheres. A ideia de autonomia aparece como uma peça importante na engrenagem das categorias marxianas: como poder da classe para si, que a partir do entendimento de Thompson, não se forma para depois lutar, mas se forma na luta. Como consequência, a autodeterminação representa um conjunto de comportamentos e habilidades que dotam a pessoa, ou as mulheres, da capacidade de ser o agente causal em relação ao seu futuro, ou seja, de ter comportamentos intencionais (WEHMEYER, 1992). E nesse sentido, a luta do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil é contra o modelo capitalista, patriarcal e racista e pela construção de uma nova sociedade com igualdade de direitos, assumindo como principal luta o Projeto Popular de Agricultura Camponesa Agroecológica, com uma prática feminista, fundamentada na defesa da vida, na mudança das relações humanas e na conquista de direitos. Assim, o MMC se tornou uma nova personagem política no cenário brasileiro, na luta pelos direitos destas mulheres e na busca de construção de novas relações entre os seres humanos e a natureza. O que na vida nas mulheres organizadas vai se concretizando em quatro frente de luta:

a) no projeto popular da agricultura camponesa agroecológica e as políticas agrícolas, de reforma agrária para viabilizá-lo; b) na luta pela ampliação e garantia dos direitos sociais e políticas públicas de inclusão; c) na participação política da mulher na sociedade; d) na luta pela Soberania Alimentar e pelo projeto popular para o Brasil (LORENZONI; SEIBERT; COLLET, 2021, p. 23).

A agricultura camponesa agroecológica é entendida pelo MMC como uma ferramenta de resistência e enfrentamento da mulher camponesa na produção de alimentos e na manutenção da

117 A economia feminista passou a fazer parte das análises e ações da SOF a partir de sua relação com a Remte (Rede Latino-americana Mulheres Transformando a Economia) e da REF (Rede Economia e Feminismo).

vida. Por mais que seja invisibilizada, é nos quintais produtivos das mulheres, ou nos quintais agroecológicos, que a soberania¹¹⁸ é garantida assim como a segurança alimentar e nutricional da família. Clara Regina Lima e Glaciene Pereira (2021) afirmam que a produção das mulheres camponesas sempre esteve orientada pela multiplicação e continuidade da vida. Por isso, para o MMC, o pilar da resistência das mulheres camponesas é a práxis: “a práxis das mulheres camponesas é aquela que reafirma o papel das mulheres na perpetuação de uma agricultura camponesa que gera, cuida, zela e propõe a centralidade da vida como princípio inegociável” (p.95). Especialmente importante para alimentar esta práxis, é a educação, em especial a Educação do Campo, que desde o primeiro Congresso de constituição do MMC, é pauta estratégica de luta.

Assim, as mulheres seguem organizadas em luta, ano a ano fazendo denúncias e levantando bandeiras de luta, dos quais destacaremos alguns processos. De acordo com Lorenzoni, Seibert, Collet (2021), em 2006, o dia internacional de luta das mulheres foi marcado pela denúncia dos prejuízos das políticas neoliberais e pela investida do agronegócio sobre os territórios dos povos camponeses, indígenas e quilombolas, invadindo territórios e desterritorializando povos e saberes. Da mesma forma, colocou em pauta do debate mundial sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Como conquista naquele ano, evidenciamos o Decreto 5813/2006 que instituiu a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos pelo Ministério da Saúde. Avanço importante por reconhecer os saberes fazeres das mulheres camponesas (MUNARINI, CINELLI E CORDEIRO, 2021).

Em 2007, o MMC lançou a Campanha Nacional pela Produção de Alimentos Saudáveis, com o lema “produzir alimentos saudáveis, cuidar da vida e da natureza”, reafirmando a importância do trabalho das mulheres na garantia da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, no combate a fome e a miséria, em contraposição ao avanço dos desertos verdes e à liberação das sementes transgênicas. Esta campanha contribuiu para estabelecer diálogos com diferentes grupos sobre a importância da preservação da natureza, da água, das sementes crioulas, enfim, da socioagrobiodiversidade e mostrar os impactos do modelo de produção capitalista. Disto queremos enfatizar a potência de articulação cidade-campo no fortalecimento das pautas. Em 2008, na cidade de Maputo, capital de Moçambique, durante a V conferência internacional da Via Campesina, o MMC coordenou o lançamento da campanha “Basta de Violência contra a mulher camponesa”. É importante dizer que, no MMC, o trabalho de combate à violência, se fundamenta no tripé: organizativo, no qual as mulheres em grupo ou individualmente busquem conhecimento; estudo/

118 Neste caso, uma Soberania local e pontual, e não uma concretização da Soberania e Segurança Alimentar Nacional, amplo projeto e pauta levantada historicamente pelas mulheres.

formação para que possam agir, exercer a cidadania e engajarem-se, e na luta para transformar a sociedade. Esse tripé é essencial para que as mulheres identifiquem e reconheçam as formas de violência, bem como construam estratégias de luta e enfrentamento, a partir de processos de desnaturalização (LORENZONI, SEIBERT, COLLET, 2021).

O processo de formulação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) é outro avanço que merece ser destacado. Foi em 2011, quando a 4ª Marcha das Margaridas conseguiu pautar e incorporar o tema da Agroecologia nos espaços de decisão governamental. A partir de então, foi elaborado o Pnapo por meio do decreto nº 7794 de 2012, com os seguintes objetivos: “integrar, articular e adequar políticas públicas, programas e ações indutoras da transição Agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis” (PIMENTA, 2018). Mais tarde, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo) é lançado em 2013, sendo um dos principais instrumentos da Política Nacional. Para Iracema Moura (2016), além de um marco, é também uma conquista política, representando o reconhecimento da agricultura camponesa em um Estado que sempre a negou¹¹⁹.

Outro avanço importante foi a conquista da portaria Portaria n. 2.866, de 2 de dezembro de 2011, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta – PNSIPCF (BRASIL, 2013). Em seu artigo 1º estabelece como objetivo: promover a saúde das populações do campo e da floresta por meio de ações e iniciativas que reconheçam as especificidades de gênero, geração, raça/cor, etnia e orientação sexual, visando ao acesso aos serviços de saúde, à redução de riscos e agravos à saúde decorrente dos processos de trabalho e das tecnologias agrícolas e à melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida. Ou seja, um marco histórico na Saúde e um reconhecimento das condições e dos determinantes sociais do campo e da floresta no processo saúde/doença dessas populações. Fruto da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde¹²⁰ - Aneps, que realizam ações de cuidado e de educação em saúde, contando também com o apoio de diversos movimentos sociais, como o MST e o MMC. Diante disso, as mulheres cam-

119 Todas essas políticas públicas populares foram sucateadas e suspensas durante o governo de extrema direita. A expectativa dos movimentos sociais é que nas próximas campanhas eleitorais elejam candidatos alinhados e comprometidos com os interesses do povo brasileiro.

120 De acordo com Luciana Barone (2013), este é um movimento organizado por um grupo de acadêmicos sanitaristas, profissionais ligados às práticas de educação popular em saúde. Espaço de discussão de novas formas de atuação de profissionais de saúde frente à realidade dos serviços de saúde pública. Teve início em 1990, no Rio de Janeiro, com o objetivo, entre outras coisas, de lutar para aprofundar a participação popular no Sistema Único de Saúde (SUS).

ponesas têm o mérito, além de garantir a inclusão de seus direitos nas legislações brasileiras, também de realizarem processos de formação em defesa a saúde integral, seja na elaboração de cartilhas, na realização de oficinas, audiências públicas, hortas medicinais, seja na recuperação de práticas populares do cuidado integral a saúde. Por isso, Munarini, Cinelli e Cordeiro (2021) entendem que as mulheres camponesas são promotoras de vida e saúde.

A importância do trabalho das mulheres camponesas organizadas no Movimento de Mulheres Camponesas, com as sementes crioulas e com a produção de alimentos saudáveis cultivados seguindo os princípios da agroecologia animou a Campanha nacional ‘Sementes de Resistência, com o lema: camponesas semeando esperança, tecendo transformação’, que o movimento vem construindo desde 2020. De acordo com Edcleide Silva e Ana Caludia Rauber (2021) a campanha não é uma novidade, é a junção de trabalhos¹²¹ históricos dos Movimentos de mulheres. Tem como objetivo dialogar com a sociedade sobre a importância das sementes crioulas para a promoção da segurança e soberania alimentar evidenciando e sistematizando as experiências, os conhecimentos, o trabalho histórico das mulheres na produção de alimentos saudáveis tendo como meta a construção do projeto popular de agricultura camponesa agroecológica feminista. A campanha também trata de aprofundar a necessidade de implementação de políticas públicas e reafirma o compromisso de defender a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, bem como a socioagrobiodiversidade brasileira e a Soberania Nacional.

De acordo com Clara Regina Lima e Glaciene Pereira (2021) esta campanha tem colaborado também para evidenciar a importância e o papel das mulheres na agricultura, demonstrando resistência e enfrentamento ao modelo químico exportador e às imposições do pacote tecnológico da revolução verde. Por isso, o MMC considera essa campanha parte de um conjunto mais amplo de práticas mobilizadas nas lutas por reconhecimento profissional das mulheres e redistribuição socioeconômica. Isto pois, consideram que Reconhecimento e Redistribuição são demandas interdependentes e articulá-las é uma questão central na luta por justiça social (MUNARINI, CINELLI, CORDEIRO, 2021).

Interessante perceber que estas Campanhas e ações de luta dos movimentos buscam avançar na articulação das mulheres da cidade e do campo, sensibilizando sobre o ato de alimentar-se. Isto permite a construção de canais de cooperação e comercialização desses alimentos entre as mulheres trabalhadoras urbanas e seu grupo familiar. Articulação facilitadora do processo de re-

121 Assim como campanha Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade, lançada no Brasil em 2003, pela Via Campesina, que contribuiu com o entendimento do direito dos povos tradicionais e camponeses de terem acesso ao uso da agrobiodiversidade, com destaque para as sementes crioulas.

flexão sobre a necessária luta comum pela construção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. A partir dessa compreensão, mulheres do campo e da cidade precisam se unir e cobrar do Estado o reconhecimento da importância das sementes crioulas para a agricultura camponesa. Além disso, mostrar que temos direito de decidir como e o que produzir, construir políticas públicas de subsídios para potencializar a produção camponesa, em especial a produção organizada pelas mulheres e reconhecer o potencial genético que historicamente vem sendo preservado pelas populações camponesas (SILVA, RAUBER, 2021).

Assim o debate foi acumulando até a formulação do Feminismo Camponês Popular, em 2015, proposto por diversos movimentos articulados junto a CLOC. O Feminismo Camponês Popular surge diante do entendimento de que o debate político sobre gênero deveria se fortalecer para obter uma participação ativa das mulheres na CLOC. Assim, a proposta reforça a importância da unidade dentro da diversidade, buscando organizar todas as mulheres do campo, das águas e das florestas (ALMEIDA; JESUS, 2021). A partir disso, o MMC iniciou um processo entre 2015 e 2018 de formações e encontros para discutir e construir este conceito nas bases. De acordo com Michela Calaça (2021), este processo foi muito simbólico, pois o feminismo camponês popular encontrou capilaridade nas lutas cotidianas das mulheres camponesas, que pensam e lutam por um campo diferente do que está colocado de maneira hegemônica, ou seja, por um campo com vida. Este processo também coincide com a ruptura democrática que impôs ao Brasil medidas de retiradas de direitos, desrespeitando acordos e convenções assinadas pelo Brasil de proteção e defesa de direitos humanos. Diante disso, as mulheres seguiram articuladas em luta. A proposta de reforma da Previdência Social, organizada no projeto de emenda a constituição n. 287 (PEC 287) foi apresentada oficialmente pelo governo de extrema direita em 2016, e foi arquivada na Câmara dos Deputados, após muita pressão da sociedade civil organizada, em especial dos movimentos populares do campo, que entre outras ações organizaram uma greve de fome no Congresso Nacional, com a participação efetiva de militantes do MMC, e em solidariedade a greve, realizou-se nos Estados “dias de fome” nas assembleias legislativas e nos postos do INSS. No ano de 2019 a PEC foi retomada. O MMC novamente organizou a Brigada Loiva Rubenich¹²², realizando um amplo processo de mobilização com o intuito de impedir a sua aprovação. Apesar de toda a luta, a reforma foi aprovada.

122 Loiva Rubenich foi uma jovem, camponesa, mãe e trabalhadora que militou na Pastoral da Juventude e no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul. Foi do MMC, da CLOC, Via Campesina e MMM, entre outros espaços de lutas das mulheres. Faleceu em 2006 por problemas de saúde. Seu legado é vivo na luta das mulheres no MMC.

De acordo com os dados do CEDOC (2022), entre os anos de 2017 e 2021 foram registrados 397 manifestações de luta protagonizadas por mulheres camponesas. As reivindicações que mais se destacam é promoção de Políticas Públicas, a construção da Soberania Alimentar, contra Agrotóxicos e contra a Injustiça e a Violência no Campo, pela Reforma Agrária; por Saúde, Por educação; por Melhores Infraestruturas e, por fim, por Segurança Social. Segurança Social pode ser tantas coisas, mas também a busca por uma forma mais coletiva de organizar a vida. Isso quer dizer que, assim como na vida das mulheres não se dissociam as dimensões pessoal, social e produtiva, assim também não se dissociam da produção agroecológica os eixos temático da saúde, educação, da violência sexista e da participação política (PIMENTA, 2018).

Neste mesmo período, as mulheres indígenas protagonizaram 16 manifestações de luta, das quais destacamos o Encontro Estadual de Mulheres Guarani, Encontro de Mulheres Munduruku, Encontro de Mulheres do Xingu, Encontro de Mulheres Indígenas do Baixo Tapajós, Ato contra o Dia do Fogo/Mulheres Indígenas em Defesa da Amazônia, Acampamento pela Vida, e as Marchas das Mulheres Indígenas. A Primeira Marchas das Mulheres Indígenas foi realizada em 2019 e teve como lema: Território, nosso corpo, nosso espírito. Organizada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) contou com a presença de lideranças de 113 povos de territórios brasileiros marchando ao lado da 6ª Marcha das Margaridas, pedindo por demarcação de terras, saúde e educação (SILVA, *et al.*, 2021).

Também em 2019, ocorreu a A II Caravana Agroecológica e Cultural do Centro Oeste, organizada pelos Núcleos e Grupos de Agroecologia (dentre eles o Gemas). As caravanas percorreram 4 rotas, passando por todos os estados do Centro Oeste. Agricultores e agricultoras camponesas, representantes quilombolas e indígenas, estudantes e professores, técnicos e pessoas envolvidas no trabalho e na defesa da Agroecologia culminaram na cidade de Goiás para trocas de experiências. Logo após, a CPT regional e a Diocese de Goiás fomentou, na comunidade São João do Monte Alegre, o I Encontro das Mulheres em Caravana no Cerrado, que está relacionada com a Campanha Nacional em Defesa do Cerrado. As Guerreiras de Canudos participaram destes processos, que tinham como objetivo fortalecer a resistência dos povos do Cerrado em um período de tantos retrocessos.

Em seguida, o surto da pandemia causada pelo coronavírus no ano de 2020 levou à brusca diminuição das grandes manifestações de rua e articulações presenciais, mas seguiram ativas nas redes sociais. E seguiram especialmente articuladas às ações de solidariedade entre os anos de 2020 e 2021. As ações de solidariedade foram as doações de cestas de alimentos e até marmitas e

produtos de higiene protagonizadas pelos movimentos camponeses mistos e de mulheres que criam novas relações e que nutrem as vidas de esperar. Com a redução do número de casos graves de Covid-19 graças às vacinas, os movimentos vêm retomando as grandes mobilizações. Mas é preciso mencionar que houve diversos casos de omissão/conivência do Estado na realização da campanha de vacinas junto às comunidades tradicionais em todo o Brasil. Por isso, a vacinação dos grupos prioritários para receber a vacina foi pauta de mobilização tanto da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, como da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – Conaq.

Em 2021 a Segunda Marcha das Mulheres Indígenas teve como lema: “Não lutar com a mesma arma do inimigo, não significa que estamos desarmadas”. Durante a marcha, diversas faixas e cartazes traziam palavras de ordem contra a violência de gênero, contra o marco temporal, contra a invasão do garimpo, agronegócio e grandes empreendimentos que provocam a destruição socioambiental dos biomas e pela demarcação de seus territórios. A marcha também fica marcada pelo encontro de anciãs e jovens mulheres que demarca o futuro da luta indígena, onde a juventude se faz presente nos processos de luta em defesa dos territórios e formando-se enquanto jovens lideranças. Deparamo-nos nesse contexto de luta pelos direitos, com uma resitência reforçada pela intervenção de mulheres indígenas que, decididamente, se colocam em defesa de seus territórios e pela soberania nacional.

Foi a partir desta mobilização que os povos originários conseguiram levar a maior confederação indígena da história para a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP26), que aconteceu também em 2021, em Glasgow, na Escócia. Frente a diversas propostas da economia verde, de mercantilização da natureza, os povos indígenas da América Latina pautaram a participação nas negociações internacionais sobre o futuro do planeta. Frente a diversas propostas da economia verde, de mercantilização da natureza, os povos indígenas da América Latina pautaram a participação nas negociações internacionais sobre o futuro do planeta. Apresentaram como proposta a Demarcação dos Territórios Indígenas, a partir da compreensão da contribuição destes povos para a proteção da natureza, em defesa das florestas, da diminuição do desmatamento e das queimadas e como essenciais para garantir que a meta declarada de manter o aquecimento global abaixo de 1,5° C seja alcançada (APIB, 2021).

Destacamos ainda dois exemplos do protagonismo de mulheres que ocuparam dois latifúndios na Bahia: a fazenda Botafogo, no município de Jussari e a fazenda Frutelli, no município de Itabela. As ocupações fizeram parte da Jornada Nacional de Luta das Mulheres Sem Terra,

marcando o dia 8 de março de 2022. De acordo com a direção do MST, com aumento de pessoas passando fome nas periferias, sem moradias e com aumento do preço dos alimentos, a volta ao trabalho de base e ocupação da terra é essencial para garantir a produção de alimentos e a dignidade das famílias (MST, 2022). Além disso, o MST e outros movimentos sociais vêm construindo campanhas políticas para disputar e construir debate nas eleições de 2022. Movimentos populares e sindicais de todo o país se articularam e formularam a proposta dos Comitês Populares de Luta, que são espaços de formação nas bases para organizar a luta pela soberania popular no Brasil, a longo prazo, bem como eleger uma presidência popular, a curto prazo (CUT, 2022). Assim, o campo popular brasileiro vem esperando a construção de outro país, retomando as construções interrompidas e almejando além, a construção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, da Soberania Popular e da Soberania Nacional.

4. MULHERES AGROEXTRATIVISTAS CONSTRUINDO A TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA

Camponesa/Batalhando pelo seu chão/De manhã vai ao roçado semear o grão na terra pátria/Semear o grão na terra pátria/Ia-se junto com os companheiros levando a bandeira da reforma agrária/Também construindo a liberdade/Assim conquistando um nobre trabalho/Semear o grão na terra pátria/Camponesa fazendo história/Transformando o fruto da terra/Trabalhando em cooperação/Semear o grão na terra pátria/Terra que é mais que terra/Pátria que mais que pátria (Música do MMC).

Historicamente invisibilizadas e inferiorizadas, as mulheres tem papel fundamental na agricultura, pois, desde o início, garantiram a diversidade de alimentos, construindo ativamente conhecimento sobre germinação, seleção, produção, armazenamento e transformação de plantas e animais e, assim, construindo as condições necessárias para a manutenção da vida. O não reconhecimento do papel desempenhado pelas mulheres na agricultura é uma expressão do sistema patriarcal e capitalista presente na sociedade. Livia Mesquita (2019) assevera que a desvalorização e o não reconhecimento do trabalho da mulher, dos seus saberes e fazeres no espaço doméstico, no quintal e no roçado, influenciam nas relações de poder e conseqüentemente na forma com as mulheres camponesas constituem suas territorialidades nestes espaços e para fora deles. Por isso, Calvillo Velasco (2012), destaca que, além das relações políticas, econômicas e culturais é essencial destacar as relações de gênero na constituição das territorialidades.

Às mulheres, culturalmente, é reservada a cozinha e é nesse espaço que elas exercem o seu poder e onde obtêm respeito da família. Da mesma forma, os quintais são onde as mulheres trabalham com a horta e pequenos animais. Além disso, ressalta-se, a importância dos quintais e por consequência, a importância do trabalho das mulheres, para a conservação de grande diversidade de espécies, como no caso o Cerrado, da qualidade ambiental, uma vez que não há a utilização de agrotóxicos. São, portanto, nos espaços da casa e do quintal que as mulheres vão estabelecendo suas relações, seu saber-fazer e, assim, delineando suas territorialidades, por meio do trabalho. São estes territórios femininos e, também, territórios de produção de alimentos e reprodução de saberes (MESQUITA, 2019). É a partir destes territórios que as mulheres vêm resistindo e construindo a transformação, a partir do protagonismo na transição agroecológica. Apesar disso, essas atividades também são invisibilizadas e desvalorizadas, gerando pouca ou nenhuma renda. É no âmbito familiar que a mulher encontra-se muitas vezes enfraquecida a partir dos elementos patriarcais impregnados e naturalizados em nossa sociedade. As relações que as mulheres estabelecem para fora de casa, especialmente as redes entre mulheres, é que as potencializam em seus sonhos, projetos e construções.

Conforme argumenta Raffestin (1993), as territorialidades são entendidas principalmente como relações sociais, estabelecidas no território, mas que não se esgotam em seus limites físicos. As territorialidades estabelecem relações que se dão entre o território e os espaços externos, na busca de fortalecer-se e ampliar-se. Assim, mais do que relações sociais e demarcações espaciais, a territorialidade significa organização, participação e atuação política processual. A participação constitui-se numa construção social e, assim como a territorialidade, é historicamente efetivada como uma problemática relacional (RAFFESTIN, 1993). Neste caso, as mulheres camponesas estabelecem territorialidades para garantir sua permanência no campo, bem como a construção de sua autonomia, que podem ser diversas, mas daremos ênfase aos circuitos curtos de comercialização (CCC) como estratégia para aumentar a autonomia na produção e na comercialização camponesa. A comercialização sempre foi um gargalo para a agricultura camponesa. Nesse sentido, os circuitos curtos de comercialização podem ser vistos como o lado comercial da transição agroecológica, uma inovação social para construção de mercados mais justos e solidários, baseados em confiança e organização social (ROGER; DAROLT, 2021).

A abordagem a partir dos CCC permite considerar as relações cidade-campo, na construção do território, ou seja, redes e fluxos articulados entre si formando territórios. A relação cidade-campo é funcional no sentido das conquistas de natureza política, conforme Lefebvre (2001, p.46) nos recorda: “a cidade é uma mediação entre as mediações”, colocando-se entre a ordem próxima (indivíduos, grupos, associações) e a ordem distante (instituições). Nesse sentido, Claire Lamine (2012) reforça que para garantir uma transição agroecológica dos sistemas alimentares deve-se buscar mais do que a participação de produtoras/es e consumidoras/es, e considerar a rede de atores e instituições em um sentido amplo com envolvimento de outros atores, como a extensão rural, a pesquisa, o ensino, a sociedade civil e o poder público. Estes arranjos políticos, portanto, as territorialidades, acontecem entre o campo e a cidade, efetivando redes entre os níveis familiares, comunitários, entre as instituições e no mercado, entre distintos sujeitos, espaços e territórios (RAFFESTIN, 1977). Assim, a construção de alianças e articulações entre o campo e a cidade como a luta por Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e por uma Reforma Agrária Popular são um oportuno caminho para a superação do projeto desigual do agronegócio. A partir dessas articulações, os grupos camponeses têm territorializado um outro projeto de sociedade.

Sob esta ótica, as diversas estratégias de comercialização, enquanto momento em que campo e a cidade dialogam, apresentam-se enquanto territorialidades que estabelecem redes para

o fortalecimento do território da agroecologia e da agricultura camponesa, como um projeto contra-hegemônico e para uma outra relação campo cidade. Assim como veremos nas experiências visibilizadas, essas relações podem acontecer combinando processos virtuais e relações pessoais, formando distintas redes, ligando pessoas, facilitando o debate em nível local e regional, oportunizando o intercâmbio e a aprendizagem. Além de contribuir para ativar e fortalecer processos da transição agroecológica, a partir da valorização dos saberes-fazeres locais. Valorizar a produção artesanal significa endossar as estratégias e territorialidades criadas pelas/os agricultoras/es ao se apropriarem dos recursos de seus territórios, transformando estes em alternativas geradoras de renda que fortalecerá a economia local.

Por isso, nesta pesquisa, reafirmamos a tese defendida por Mesquita (2019) de que a valorização e o reconhecimento do trabalho das mulheres nas práticas cotidianas, desenvolvidas tanto no espaço privado/reprodutivo quanto no espaço público/produtivo, contribui para a sua autodeterminação. Nesse processo de acesso à renda, as mulheres vão se libertando da discriminação, da desvalorização e até de situações de violência doméstica. Tornando-se independentes financeiramente, construindo sua própria autonomia e capacidade de decidir o rumo de suas vidas e das suas produções. E assim, aos poucos, melhorando e transformando as relações na família e na sociedade. Nesse sentido, assim como o MMC, entendemos que a geração e o acesso a renda pelas mulheres é elemento fundamental no processo de autodeterminação das mulheres camponesas (JAHN, SANTOS, RODRIGUES, 2021). E mais, a valorização e o reconhecimento do trabalho das mulheres, juntamente com ações que proporcionem um melhor desenvolvimento dessas atividades é um importante e necessário passo para a permanência das famílias no campo e para a garantia de uma alimentação de qualidade para as populações rurais e urbanas.

Para aprofundar o debate acerca da economia feminista, destacaremos a produção de alimentos saudáveis, os agroecossistemas e as territorialidades construídas por estas mulheres, bem como os desafios que se colocam para a realização e amplificação desta pesquisa. Nessa perspectiva, a **subseção 4.1** da presente seção tem como objetivo apresentar de forma sistematizada as experiências de organização produtiva de alimentos ecológicos protagonizadas por mulheres camponesas na RMG, destacando as relações de gênero e os processos de autodeterminação feminina. Nas experiências estudadas, observamos que a maioria das camponesas utilizam simultaneamente mais de um canal para venda, destacadamente: 1) Feiras, 2) Cestas em domicílio e, 3) Programas de governo, principalmente o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Percebemos, ainda, inovações como as vendas nas propriedades associadas em circuitos de turismo rural,

lojas especializadas, cooperativas de consumidoras/es, vendas em rede via consumidoras/es organizadas/os, além de vendas em lojas virtuais pela internet. Quer dizer, em um contexto de desmonte, as políticas para agricultura camponesa têm perdido espaço e as iniciativas autônomas têm resistido com muitas dificuldades. Por isso, os desafios enfrentados são apresentados de maneira sistematizada na **subseção 4.2**, bem como as articulações que têm sido feitas para garantir maior representatividade política nas decisões e encaminhamento de Políticas Públicas que retomem os processos de garantia do acesso a segurança alimentar e nutricional, assim como das condições para uma transição agroecológica efetiva no recorte proposto.

4.1 O Trabalho de Mulheres Camponesas: alguns casos de exemplos

Nesta seção apresentamos a prática da agricultura camponesa e feminista que vem sendo realizada a partir das territorialidades das mulheres agroextrativistas que constroem redes de produção-comercialização de alimentos saudáveis na Grande Goiânia. O enfoque de gênero contribui para evidenciar a atuação das mulheres na construção de experiências agroecológicas e na construção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. A opção pela agroecologia se expressa na construção de territorialidades que estabelecem processos de ocupação dos espaços produtivos e sociais pelas mulheres camponesas, buscando-se evidenciar o papel que exercem na conservação do Cerrado e na produção de alimentos ecológicos, além de atestar como suas práticas e saberes contribuem para a sua autonomia social e econômico. Portanto, as mulheres enfocadas nesta seção assumem a produção agroecológica como uma forma de inserir-se produtivamente em um mercado alternativo e melhorar as suas condições de vida, transformando-se em porta-vozes deste projeto que é a Agroecologia.

A partir dos saberes locais, as atividades desenvolvidas por estas mulheres tornam-se mais diversificadas e a socioagrobiodiversidade¹²³ é fomentada. Como tem sido no caso da utilização dos frutos e plantas medicinais do Cerrado para o autoconsumo e para ampliação das estratégias de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, tendo como base os hábitos alimentares regionais. Além disso, a comercialização de alimentos do agroextrativismo é atividade complementar na geração de renda familiar, conforme veremos ao longo desta seção. Trata-se de uma forma de valorizar a biodiversidade do Cerrado praticando o uso do Cerrado em pé – comumente reproduzida pela cultura cerradeira. Portanto, as conexões entre os saberes tradicionais, a cultura, a conservação da socioagrobiodiversidade e a alimentação saudável são elementos fundamentais na prática dessas mulheres. Para Sevilla Gúzman (1995), elementos como estes se articulam enquanto potencial endógeno, que não diz respeito apenas ao nível de conhecimento local de um indivíduo sobre seu agroecossistema, mas também com o compromisso de uma identidade sociocultural gerada de modo estreitamente vinculado em sua interação com os componentes naturais.

Apresentamos exemplos concretos que valorizam o conhecimento dessas mulheres sobre o ambiente em que vivem, fazendo frente ao avanço do agronegócio, pois representam a princi-

123 Agrobiodiversidade é o conjunto de espécies da biodiversidade utilizadas pelas comunidades locais, povos indígenas e agricultora camponesa. Estas diferentes comunidades conservam, manejam e utilizam os diferentes componentes da agrobiodiversidade. A agrobiodiversidade tem como sinônimo a biodiversidade agrícola (SANTILLI, 2009).

pal força social que se interpõe no caminho da completa mercantilização da natureza e apresentam outro caminho possível. Neste caminho, vão construindo sua história na busca por emancipação, autonomia financeira, e expressam demandas por políticas públicas de produção, comercialização que asseguram a igualdade nas relações de gênero para a construção da soberania alimentar e popular.

As informações foram levantadas a partir das experiências que envolveram a pesquisa e atuação direta com as/os agricultoras/es agroecológicas descritas/os na seção 1.3 desta dissertação. As principais atividades realizadas junto a estas mulheres agroextrativistas foram: a) identificação e localização de agricultoras/es agroecológicas em municípios sob a influência da Grande Goiânia; b) reuniões presenciais e virtuais de planejamento e avaliação com as agricultoras que integram o projeto da Feira Interinstitucional Agroecológica; c) trabalhos de campo nas unidades produtivas destas mulheres camponesas; d) visitas aos locais de realização das feiras e as lojas de comercialização de alimentos ecológicos; e) realização de entrevistas e rodas de conversas com as mulheres; f) discussão dos principais desafios da produção-comercialização de alimentos agroecológicos. As principais instituições/organizações envolvidas com a produção agroecológica são: MST, MCP, Alfabev, Adao, Rede Agroecosol, UFG, IFG, Senar, Prefeituras, entre outras, que conformam nós na rede, exercendo distintas contribuições na construção e fortalecimento dos territórios camponeses agroecológicos, conforme relatamos a seguir (obedecendo a mesma ordem de apresentação dos territórios da subseção 1.3 desta dissertação).

Território 1- No município de Silvânia, na Comunidade João de Deus, realizamos caminhada transversal na propriedade da Senhora W.B. acompanhadas também de seu filho e seu marido. Na Figura 8, na imagem da esquerda, pai e filho nos apresentam a horta com plantio consorciado de alface, cenoura e brócolis. O plantio consorciado é um sistema no qual duas ou mais espécies são cultivadas em conjunto, permitindo uma interação biológica benéfica para todas as espécies cultivadas, que otimiza o uso de recursos disponíveis.

Figura 8: Roça na propriedade de Senhora W.B na Comunidade João de Deus



Fonte: Imagens da autora, trabalho de campo na Comunidade São de Deus, Silvânia, 26/10/2019.

A consorciação de plantas também incentiva a biodiversidade, proporcionando um habitat para uma variedade de insetos e organismos no solo que não estão presentes na monocultura. Isto ajuda a limitar surtos de pragas, aumentando a biodiversidade de predadores. É uma prática Agroecológica bastante utilizada e reforçada pelo MCP, movimento que organizou esta comunidade por muitos anos. Segundo o marido da Senhora W.B.: “a terra aqui é boa, tudo que planta dá. A Feira Agroecológica foi uma porta que abriu e só tem vantagens, não usamos agrotóxicos, temos renda, trabalhamos menos e não há desperdício do que produzimos!!! Mesmo que dê mais trabalho e a produção seja menor, mas é outra vida!!!”. Além de alimentos *in natura*, o casal produz também alimentos processados, ofertando derivados de leites e panificados (Figura 9) que são comercializados na Feira Interinstitucional Agroecológica, desde 2019.

Figura 9: Queijos e panificados produzidos pela Senhora W.B.



Fonte: Imagens das/os produtoras/es para divulgação no site da Feira Interinstitucional Agroecológica, 2020.

Conforme desmonstram as imagens, o queijo fresco, produzido a partir do leite de vaca mestiça (Holandesa e Jersey), é comercializado em duas versões: temperado com pimenta e cheiro verde, e sem tempero. Já os panificados mais produzidos e procurados são o pãozinho e a rosquinha. A Senhora W.B. sempre os enriquece com beterraba ou abóbora, que lhe confere coloração laranjada ou rosa.

A outra liderança da Comunidade João de Deus, Dona M.R.G., também oferta outros tipos de panificados: broas e pães de queijo tradicionais e temperados. Além disso, a Dona M.R.G. completa o mercado caipira na Feira Interinstitucional Agroecológica, ofertando carne de lata e banha de porco. M.R.G. também é articulada com o coletivo de mulheres que funcionam a casa de farinha da comunidade João de Deus (Figura 10), onde são produzidos polvilho e farinha. De acordo com as mulheres, a Casa de Farinha proporciona geração de renda para pelo menos 6 mulheres na comunidade, que pouco a pouco estão estruturando melhor o ambiente de produção.

Figura 10: Produção Coletiva de Mandioca e Casa de Farinha da Comunidade João de Deus, Silvânia



Fonte: Imagens da autora, trabalho de campo na Comunidade São de Deus, Silvânia, 26/10/2019.

De acordo com as mulheres, a Casa de Farinha proporciona geração de renda para pelo menos 6 mulheres na comunidade, que pouco a pouco estão estruturando melhor o ambiente de produção.

Território 2- A Dona T.V., desde que mudou-se para a roça, há mais de 8 anos, participou de alguns cursos ofertados pelo Senar, como foi o caso do curso de produção de polpas de sucos e de geléias (Figura 11), muito procurados na Feira Interinstitucional Agroecológica, por serem a pura fruta. Os sabores são diversos, mas conforme explica a Dona T.V.: “a Jabuticaba e a Pitanga são pés muito carregados durante todo o ano, aqui tem fruta, frutinha e flor sempre!!!”

Figura 11: Polpas e geléias produzidas pela Dona T.V.



Fonte: Imagens das/os produtoras/es para divulgação no site da Feira Interinstitucional Agroecológica, 2020.

Além das frutíferas cultivadas no pomar, a Dona T.V. também pratica o extrativismo no Cerrado, e garante um ótimo pequi em lascas para seus/suas clientes da Feira, conforme a Figura 12.

Figura 12: Pé de pequi e modo de preparo do fruto para comercialização



Fonte: Imagens das/os produtoras/es para divulgação no site da Feira Interinstitucional Agroecológica, 2020.

Dentre tantas coisas, a Dona T.V. também produz a manteiga de leite, cujo o processo (Figura 13) aprendeu com sua sogra e criou o costume de fazer sempre para o seu marido, o senhor R.F.

Figura 13: Processo de produção da Manteiga de Leite



Fonte: Imagens das/os produtoras/es para divulgação no site da Feira Interinstitucional Agroecológica, 2020.

Ao compartilharem imagens deste processo produtivo no grupo de *WhatsApp* das/os consumidoras/es da Feira Interinstitucional Agroecológica, receberam diversos pedidos de compras e, assim, incluíram um novo item na lista de alimentos de ofertam. Atendendo outras/os clientes que também recordam do gosto da infância, perceberam que seria bastante procurado.

Território 3- Neste território evidenciamos a cooperativa de mulheres do Assentamento Canudos, município de Palmeiras de Goiás – as Guerreiras de Canudos, coletivo que surge a partir da necessidade da organização das mulheres assentadas em construir coletivamente alternativas para sua organização e autonomia tanto política quanto financeira. O grupo tem como objetivo inicial o trabalho com plantas medicinais e o extrativismo. De acordo com Sacho (2018), uma das dificuldades iniciais do grupo era ter condições financeiras de iniciar o trabalho, e alguns projetos contribuíram para o início dessa experiência, como o projeto CIMA's (Centros Irradiadores do Manejo da Agrobiodiversidade), que foi um projeto financiado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e outro financiado pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) dos anos de 2009 a 2012. A Universidade Federal de Goiás, em 2010, a partir da Escola de Agronomia (EA-UFG), iniciou o projeto “Melhoria das condições socioeconômicas no Assentamento Canudos em Goiás por meio do desenvolvimento científico e tecnológico em base agroecológica”, com o objetivo de promover troca de experiências em torno da vivência individual e coletiva de mulheres relaciona-

das à qualificação da produção agroecológica, extrativista, artesanato assim como o acesso a políticas públicas e desenvolvimento rural.

Como fruto da articulação estabelecida, as Guerreiras de Canudos foram contempladas pelo projeto de criação do Centro Vocacional Tecnológico (CVT) Apinajé - Formação de mulheres e jovens, financiado pelo CNPq no âmbito da chamada MCTIC/MAPA/MEC/SAF - CASA CIVIL/CNPQ nº 21/2016, executado a partir da parceria entre o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) com a Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás (UFG), juntamente com outras instituições do Centro-Oeste e núcleos de pesquisas ligadas a Rede Centro Oeste de Agroecologia. A equipe de trabalho articulada pelo projeto envolveu a atuação de equipes de diversas áreas do conhecimento, dentre as quais podemos citar: Engenharia Florestal, Agronomia, Geografia, Comunicação, Ciências Ambientais, Engenharia Ambiental etc. Todos alinhados com os princípios da auto-gestão e da pesquisa-ação em Agroecologia, voltados para o Saneamento Rural, Tecnologias de Processos Sustentáveis e Produção Limpa, Preservação dos Recursos Naturais e Produtos Artesanais.

As ações do projeto iniciaram em dezembro de 2017, quando foram realizados diversos trabalhos de campo, com espaços de diálogos inicialmente, e em um segundo momento com a realização de diversas atividades práticas. Destacamos que as primeiras ações realizadas foram de reativação da “Farmacinha”, espaço coletivo, mas localizado na parcela da Dona A.R.C., voltado para a produção artesanal dos cosméticos naturais e remédios naturais (Figura 14). Além de mutirão de multiplicação das mudas e a construção de um viveiro para as plantas medicinais (Figura 15), ao lado da Farmacinha.

Figura 14: Cosméticos Naturais e Plantas Mediciniais – produção das Guerreiras de Canudos



Fonte: Imagens da autora, janeiro 2018.

Figura 15: Mutirão de multiplicação de mudas e construção de viveiro de plantas medicinais



Fonte: Imagens da autora, janeiro 2018.

São produzidos uma grande diversidade de ervas medicinais desidratadas, tanto de plantas cultivadas em quintais, como de plantas medicinais do Cerrado. Além de Sabonete Íntimo Líquido de Barbatimão, Sabonete Líquido Facial, Sabonete Sólido, Pomada Milagrosa, Óleo massageador para dormir, Álcool em gel. Destaca-se que a Dona A.R.C. integra o Coletivo de Saúde do MST no estado de Goiás. O Coletivo de Saúde possui como objetivos o enfrentamento ao modelo biomédico de saúde e ao agronegócio, a luta pelo direito à saúde em uma perspectiva ampla, desde o acesso ao alimento saudável, abrangendo também o meio natural onde as pessoas vivem e trabalham, e valorizando o cuidado e as práticas populares (MST, 2007). Atualmente, na área coletiva em frente a parcela de Dona A.R.C., as Guerreiras de Canudos desenvolvem um novo projeto de Agrofloresta medicinal, em parceria com a Escola de Agronomia da UFG, e articulados com recurso privado da empresa Alemã Livialoe, que compra a produção de medicinais das Guerreiras de Canudos para fabricação de cosméticos.

Destacamos o interesse das mulheres em ampliar seus saberes sobre as plantas medicinais do Cerrado. O projeto do CVT mediou a participação das Guerreiras de Canudos no Raízes - Grande Encontro de Raizeiros, Parteiras, Benzedeiras e Pajés na Chapada dos Veadeiros, em 2018 e 2019. O encontro Raízes foi suspenso devido a pandemia de covid-19, mas esta previsto para voltar a acontecer no próximo ano. O Raízes promove um espaço de trocas de saberes e fortalecimento dos conhecimentos tradicionais, contando com a realização de oficinas sobre me-

dicinas caseiras, rodas de conversa, caminhadas de identificação de plantas medicinais do Cerrado, além da Feira de alimentos artesanais, entre outros. As Guerreiras de Canudos participam como raizeiras e benzedeiras, no caso da Dona A.R.C.

Além das medicinais, as Guerreiras de Canudos possuem produção diversificada de gêneros alimentícios, que também são beneficiados para serem disponibilizados a consumidoras/es da Feira Agroecológica, da TerraUna e também da Agroecosol, além de estudantes do município, que são atendidos por meio do PNAE. Na Figura 16, temos a horta do quintal da senhora E.M.P., que desta feita realizou o consórcio de couve, cebolinha e cheiro verde.

Figura 16: Horta da Unidade Produtiva da senhora E.M.P.



Fonte: Imagens das/os produtoras/es para divulgação no site da Feira Interinstitucional Agroecológica, 2020.

Na Figura 17, um pouco da variedade de doces e compotas produzidos e disponibilizados pela senhora E.M.P.

Figura 17: Variedade de doces produzidos e comercializados pela senhora E.M.P.



Fonte: Imagens das/os produtoras/es para divulgação no site da Feira Interinstitucional Agroecológica, 2020.

É interessante observar a variedade de alimentos produzidos e beneficiados, o que é possível a partir conhecimento e criatividade, fomentando o desenvolvimento local. As Guerreiras de Canudos são agroextrativistas do Cerrado: “Olha aí a minha florada do pé de cagaita”, diz a Senhora L.P.B., conforme a Figura 18, de onde a agricultora retira os frutos para produção de suco, por exemplo.

Figura 18: Florada e Frutificação da Cagaita na unidade produtiva da Senhora L.P.B.



Fonte: Imagens das/os produtoras/es para divulgação no site da Feira Interinstitucional Agroecológica, 2020.

As mulheres agroextrativistas, Guerreiras de Canudos, também são procuradas pelo manejo que realizam no Cerrado, coletando o Baru (Figura 19). O Baru tem grande potencial econômico que está diretamente relacionado ao seu viés nutricional, a exportação para países europeus concentra mais da metade das sementes (BRASIL, 2021). Tudo pode ser aproveitado “da madeira à semente” sem a necessidade de cortar o barueiro, a maioria das sementes são coletadas pela atividade de extrativismo (BRASIL, 2021). As Guerreiras ofertam o Baru em três modos: Baru cru, Baru torrado e Paçoca de baru com e sem açúcar. Além de outras possibilidades já ofertadas, como por exemplo a Granola do Cerrado.

Figura 19: Baru torrado e embalagem de comercialização das Guerreiras de Canudos



Fonte: Imagens das/os produtoras/es para divulgação no site da Feira Interinstitucional Agroecológica, 2020.

Estes são apenas alguns exemplos e, diante disso, podemos afirmar que estas mulheres são guardiãs de saberes e fazeres tradicionais, portanto da socioagrobiodiversidade. Seus saberes são indispensáveis para a reprodução do campesinato, em que a relação com a terra e com a produção de alimentos vai além da lógica do capital, diz respeito a relações socioculturais de outro tipo, que tem suas raízes na memória biocultural. Diante do estímulo à produção, identificou-se junto as Guerreiras de Canudos, a necessidade de aprimorar processo de comercialização. Assim, o projeto do CVT dedicou-se a construção da identidade visual do grupo (Figura 20), com a produção de rótulos para os recipientes dos cosméticos e remédios naturais da Farmacinha, camisetas e material de divulgação, visando a participação do Grupo em feiras, eventos e oportunidades para exposição dos alimentos produzidos e beneficiados.

Figura 20: Identidade visual das Guerreiras de Canudos e algumas mulheres que integram o grupo



Fonte: SACHO, 2018.

Apesar da organização para a geração de renda, estas mulheres reconhecem no grupo Guerreiras de Canudos, uma importância para a vida pessoal de cada uma, como espaço de acolhimento, troca e cuidado físico, emocional e social (SACHO, 2018).

Território 4- Também integrando o grupo Guerreiras de Canudos, a Dona A.S.S. mora na fração do assentamento localizada no município de Campestre de Goiás. A Dona A.S.S. era bóia-fria antes de ser assentada no P.A. Canudos. Quando integrou-se ao MST e participou de diversos espaços formativos, assim como as demais Guerreiras de Canudos, potencializou sua prática agroecológica:

Meu quintal é agroecológico, todo os nossos produtinhos são agroecológicos. Então, minha filha, tem que ser enxada mesmo, principalmente no lugar aonde as crianças vão brincar não deve botar veneno, esses venenos são terríveis. Tem que capinar devagarinho, pagar uma diária de uma pessoa para campinar (Informação Verbal, Dona A.S.S., em visita a sua unidade produtiva, realizada em janeiro de 2022).

Contudo, a Senhora A.S.S. enfatiza que está envelhecendo e que seus filhos, apesar de terem voltado para a terra e estarem dispostos a produzir, não sabem trabalhar com a agroecologia. Isto a preocupa e a mobilizou na tentativa de integrar os filhos nas redes aqui estudadas. Sua nora, Senhora M.G., tem contribuído bastante, especialmente diante da idade avançada de Dona A.S.S. Neste âmbito, cabe aqui uma referência à importância do processo de sucessão familiar camponesa, discussão que retornaremos na subseção 4.2, além de enfatizar a importância da Aposentadoria Rural que, sem dúvidas, auxilia no processo de recriação produtiva do campesinato no Brasil (ARRAIS, 2017). Segundo o referido autor, a aposentadoria rural teve um impacto incontestável na redução da pobreza na terceira idade, que acaba ressoando para a família e na capitalização das pequenas propriedades.

Observamos que a produção de alimentos nesta unidade é muito mais voltada para o consumo da família e a venda do excedente, pois não há planejamento e gestão de cultivo. Os alimentos comercializados são, em geral, frutas colhidas no quintal, ervas medicinais desidratadas e algumas plantas alimentícias não convencionais na alimentação da população urbana, tais como: taioba e o minipepino, conforme a Figura 21.

Figura 21: Alguns itens comercializados pela Dona A.S.S.



Fonte: Imagens das/os produtoras/es para divulgação no site da Feira Interinstitucional Agroecológica, 2020.

Além disso, a Dona A.S.S. também oferta alimentos beneficiados, como por exemplo a conserva de minipepino e a conserva de bambu. As imagens abaixo (Figura 22) descrevem o processo de produção da Conserva de Bambu. Para iniciar a colheita e limpeza do bambu sendo retirados apenas as partes moles, coloca no balde e lava com água; depois são três dias para a conserva de Bambu ficar pronta. “No primeiro dia você fervente ele derrama a água ai depois fervente de novo, ai deixa de molho e você vai trocando a água todos os dias. No terceiro dia que vai estar pronta para colocar no vidro esterilizado”, relata a Dona A.S.S.

Figura 22: Processo de produção da conserva de bambu



Fonte: Imagens das/os produtoras/es para divulgação no site da Feira Interinstitucional Agroecológica, 2020.

Território 5- No município de Guapó conhecemos a Agrofloresta da M.S.L. (Figura 23) que, além de produzir para sua família, gera renda em comercialização junto a rede Agroecosol - Agroecologia, Cultura e Economia Solidária - que se conformou em Goiânia, no Coletivo Casa

do Zoto, onde disponibiliza cestas de alimentos semanais. Interessante evidenciar que a Rede Agroecosol funciona também como uma rede de trocas de saberes e experiências. Um exemplo disso é a realização de mutirões nas unidades produtivas de famílias camponesas articuladas. Já foram realizados dois mutirões na Agrofloresta da M.S.L. Além disso, M.S.L. também é articulada a Coopcerrado, Cooperativa Mista de Agricultores Familiares e Extrativistas, no núcleo de Itaberaí. No entanto, a agricultora relata que o núcleo está com problemas organizativos e com as atividades paralisadas.

Figura 23: M.S.L. apresenta a Agrofloresta



Fonte: Imagens da autora, trabalho de campo realizado em 11/04/2022.

M.S.L diz que, ao aposentar-se como professora durante a Pandemia, construiu um novo projeto de vida: retornar para o campo e trabalhar na terra. Ao voltar para a propriedade rural dos pais em busca de vida melhor, enfrentou alguns conflitos familiares, pois seus irmãos tinham em mente vender a terra. Seu pai, o Senhor H., era caminhoneiro e nunca gostou muito de trabalhar a terra, motivo pelo qual utilizou a propriedade por muitos anos apenas para a criação de gado, arrendo de pasto. Diante disso, a M.S.L enfrentou a braquiária com o sistema Agroflorestal. Hoje, com produção abundante, M.S.L. tem outra receptividade por parte do restante da família. A Agrofloresta conta com 15 alqueires, que ela pretende ampliar e adquirir o certificado orgânico.

M.S.L. também pretende adquirir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) para inserir-se nas políticas públicas. Importante destacar a importância do trabalho de M.S.L. para a recuperação e conservação do Cerrado. Sua Agrofloresta recuperou área degradada ao lado de um buritizal (Figura 24).

Figura 24: Buritizal na Unidade Produtiva de M.S.L visto da Agrofloresta



Fonte: Imagem da autora, trabalho de campo realizado em 11/04/2022.

Segundo M.S.L., sua trajetória tem inspiração sobretudo no amor pela terra que vem de sua linhagem materna. A mãe de M.S.L., a Dona T., vive na propriedade que herdou de sua família há mais de 50 anos. Foram várias as tentativas de venda da propriedade, mas as duas nunca aceitaram. Por isso, e por outros exemplo, entendemos que a Agroecologia é a continuidade do campesinato através da linha materna. Além disso, M.S.L. destaca outros dois processos coletivos: 1) grupos feminista de estudos ‘Transições’ e ‘Estudos Linguísticos de Prática Identitária’, ambos vinculados a Faculdade de Letras da UFG, que instigou nela e em sua família, junto com suas filhas, o pensamento crítico e a busca pela construção de um mundo melhor; 2) Curso de Agrofloresta com o Murilo Arantes, da Empresa de Consultoria Agrosintropia, a qual teve oportunidade de conhecer por meio de sua professora de Ioga, esposa de Murilo.

Território 6- A propriedade de E.F.G., que recebe o nome Fazenda Orgânica Vale do Tamanduá, esta localizada no município de Aragoiânia-GO, e é cercada por variados empreendimentos, como os condomínios de chácaras e fazendas produtoras de soja e milho, conforme a Figura 25.

Figura 25: Paisagens do caminho até a Fazenda Orgânica Vale do Tamanduá



Fonte: Imagens da autora, trabalho de campo realizado em 02/02/2022.

E.F.G. expõe que as atividades desenvolvidas pela vizinhança, que intensificou-se nos últimos três anos, começam a afetar as atividades desenvolvidas em sua propriedade, especialmente pelo uso abusivo de agrotóxicos. E.F.G. possui a certificação orgânica de alimentos, junto a Adao, há mais de 7 anos. Além disso, possui um apiário que, devido a proximidade com a produção de soja e pulverização de agrotóxicos, não conseguiu renovar a certificação orgânica. Na Figura 26 E.F.G. apresenta sua agrofloresta e uma das estações de apiário.

Figura 26: Agrofloresta e Apiário na Fazenda Orgânica Vale do Tamanduá



Fonte: Imagens

da autora, trabalho de campo realizado em 11/04/2022.

Conforme relato de E.F.G., um desafio da produção agroecológica é justamente a falta de maquinário adaptável a produção diversificada: “não tem plantadeira, para os grandes tem tudo. Para nós a taxa de juros é maior, tudo é mais difícil”. Inclusive, um desafio que E.F.G. tem enfrentando a longo prazo diz respeito ao manejo da braquiária, que herdou quando adquiriu a propriedade, há cerca de 10 anos. Ainda diante do desafio de maquinário, optou por arrendar pasto para que o gado acabasse com a braquiária (Figura 27). Hoje o Cerrado esta se reerguendo no local.

Figura 27: Gado pastando na área arrendada dentro da Fazenda Orgânica Vale do Tamanduá



Fonte: Imagem da autora, trabalho de campo realizado em 02/02/2022.

E.F.G. conta que começou as atividades na Fazenda Vale do Tamanduá com o resgate de animais silvestres, depois, pela necessidade de gerar renda, começou a trabalhar com as abelhas e com hortaliças orgânicas. As atividades desenvolvidas pela vizinhança também impactam em seus trabalhos. A vizinhança da Fazenda Vale do Tamanduá já não é tão segura para a soltura de animais. E.F.G. diz que é perseguida por pessoas na região por trabalhar na conservação e soltura de animais silvestres. Apesar disso, tem grande reconhecimento neste meio pelo trabalho que realiza, chegando a publicar material com orientações de manejo para o cuidado, alimentação e conservação de filhotes de Tamanduá-Bandeira (GUIMARÃES, 2020).

O casal M.C. e T.M. que arrenda um pedaço de terra (Figura 28) já certificado orgânico, dentro da Fazenda Orgânica Vale do Tamanduá, também têm contribuído neste trabalho junto aos animais silvestres. O casal lançou uma campanha de arrecadação de recursos, vaquinha solidária, para melhoria na infraestrutura de acolhimento e alimentação dos animais que chegam.

Figura 28: Área arrendada por M.C. e T.M. dentro da propriedade de E.F.G.



Fonte: Imagem da autora, trabalho de campo realizado em 02/02/2022.

O casal está construindo um pequeno rancho debaixo do Pequizeiro para realizarem seus afazeres cotidianos, pois, ainda hoje, utilizam parte da casa da senhora E.F.G. Este local fica próximo ao roçado e a horta do casal, cuja produção é destacada na Figura 29: abóbora, couve, alecrim e peixinho da horta.

Figura 29: Canteiros e alimentos produzidos pelo casal M.C. e T.M.



Fonte: Imagens da autora, trabalho de campo realizado em 02/02/2022.

M.C. e T.M. têm ampla experiência junto a Associação da Agricultura Familiar de Bela Vista de Goiás e junto às Guerreiras que Canudos, que puderam se envolver a partir do projeto

Centro Vocacional Tecnológico em Agroecologia - CVT Apinajé, realizando oficinas e construindo agroflorestas em unidades produtivas parceiras, em Bela Vista de Goiás e no Assentamento Canudos. Atualmente, estão mais articulados com a Adao, realizando duas feiras na quarta-feira e uma no sábado, além das cestas agroecológicas de Delivery.

Interessante destacar o trabalho de M.C. especialmente no resgate de algumas plantas alimentícias não convencionais, para quem vive nas cidades¹²⁴, as Pancs (Figura 30). Nas feiras de sábado, M.C. estabeleceu uma parceria com A.V., professor e chefe de culinária cerratense. M.C. oferta ampla variedade de Pancs e o professor realiza oficinas, montando lindos pratos nutritivos e ampliando o conhecimento da população urbana sobre alimentação saudável. Nas imagens temos: Couve-Rábado, Jiló-Jaíba; Rabanete-Melancia e Flores Comestíveis Capuchinha.

Figura 30: Algumas Pancs comercializadas por M.C.



Fonte: Imagens da agricultora para divulgação no Instagram TerraUna alimentos orgânicos, 2022.

Território 7- Na vizinhança da Fazenda Vale do Tamanduá fica o Recanto Sonho Real (Figura 31), projeto de ecovila que vem sendo construído por 6 famílias, dentre estas, a família de L.O., agente de base da CPT - regional Goiás¹²⁵ e a família de A.M., mulher negra e educadora popular, que cuida ativamente das articulações da Rede Agroecosol e da produção de pães artesanais do Espaço Nipuro, que fica na Vila Romana em Goiânia. Sua filha e cunhada também trabalham na produção de pães, que são agregados aos alimentos ofertados nas cestas Agroecosol.

124 As mulheres camponesas contam que esses alimentos são amplamente utilizados em épocas difíceis, são alimentos ricos em nutrientes que sustentam homens e mulheres assegurando grande parte da segurança alimentar de famílias rurais brasileiras.

125 Gostaríamos de destacar que a atuação de agente L.O. junto a CPT estimula a organização em coletivo de mulheres nas comunidades rurais, estratégia para a construção de projetos de renda, além de espaços de encontro e trocas em prol da construção da autodeterminação feminina. Sua contribuições foram referenciadas ao longo desta dissertação como Oliveira (2017).

Figura 31: Recanto Sonho Real, projeto de de ecovila em Aragoiânia



Fonte: Imagens da Rede para divulgação no Instagram Agroecosol, 2022.

A Rede Agroecosol articula as Guerreiras de Canudos, a M.L.S, entre outros e outras produtoras/es, e inclusive as/os próprias/os articuladoras/es; conformando cestas diversificadas como a Figura 32 mostra.

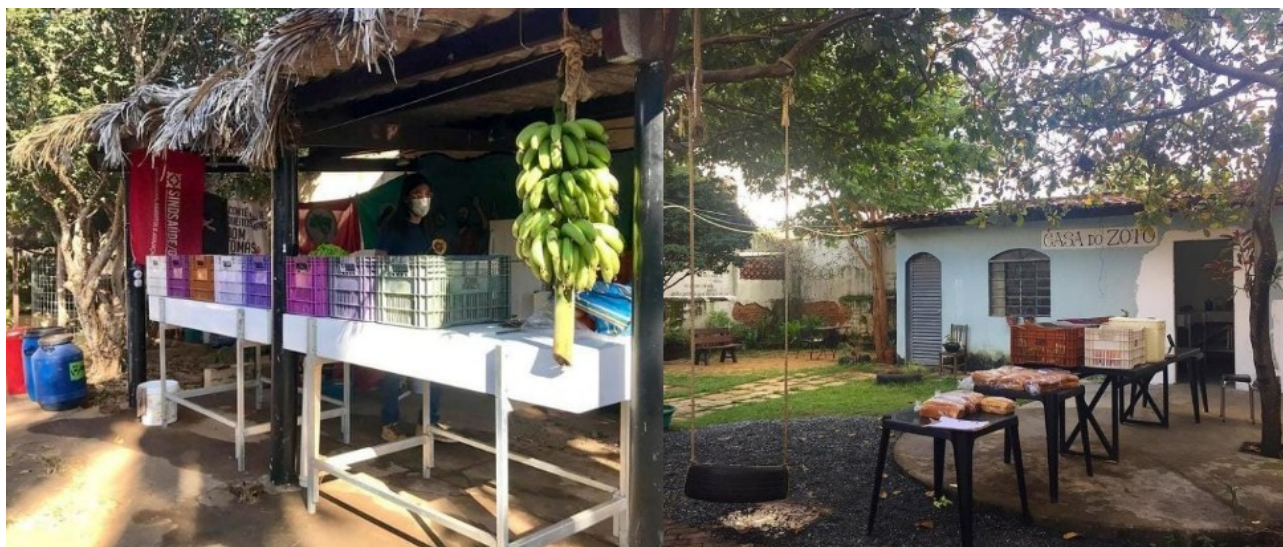
Figura 32: Cestas de alimentos agroecológicos da Rede Agroecosol



Fonte: Imagens da Rede para divulgação no Instagram Agroecosol, 2022.

A Rede Agroecosol realiza a entrega de suas cestas aos sábados. Em um primeiro momento o ponto de encontro era a Casa de Vidro – Ponto Cultural no setor Universitário; atualmente é na Casa do Zoto - Coletivo no setor Oeste; locais apresentados na Figura 33.

Figura 33: Entrega de Cestas da Rede Agroecosol na Casa de Vidro e no Coletivo Casa do Zoto



Fonte: Imagens da Rede para divulgação no Instagram Agroecosol, 2021e 2022.

No local da entrega das Cestas, a Rede Agroecosol incentiva sua rede de consumidoras/es a realizarem compostagem de alimentos orgânicos (Figura 34), resultando na destinação mais adequada dos rejeitos de alimentos. Esta prática pode contribuir a longo prazo para a construção cultural da prática da agricultura urbana, e a curto prazo é composto destinado ao incremento de nutrientes nas hortas das/os produtoras/es articulados pela Rede.

Figura 34: Consumidor destinando seus rejeitos orgânicos na compostagem coletiva da Rede Agroecosol



Fonte: Imagens da Rede para divulgação no Instagram Agroecosol, 2022.

Outra prática cultural que a rede Agroecosol resgata e incentiva é a realização de mutirões, muito importante por resgatar as relações de solidariedade e conformar espaço de maior proximidade e interação entre as/os próprias/os produtoras/es e entre estes e as/os consumidoras/es.

De acordo Bergamasco e Norder o mutirão é:

É uma prática antiga e comum entre os agricultores familiares em muitos países. Determinadas tarefas, como a limpeza do terreno para o cultivo, a colheita, o beneficiamento da produção e outras atividades intensivas de mão-de-obra, são realizadas com a ajuda de parentes vizinhos e amigos, sem que haja qualquer contrato por escrito ou pagamento monetário (1996, p. 59).

A Rede Agroecosol planeja e divulga os mutirões para a livre participação de pessoas interessadas. Em 2022 foram realizados três mutirões Agroflorestais, o dois na Ecovila Recanto Sonho Real, e um na Agrofloresta de M.L.S., retratados na Figura 35.

Figura 35: Mutirões Agroflorestais articulados pela Rede Agroecosol



Fonte: Imagens da Rede para divulgação no Instagram Agroecosol, 2022.

Território 8- A Estrela Orgânicos é um projeto de retorno à terra e de geração de renda protagonizado por A.A. A experiência começa em 2018 com um curso e mutirão Agroflorestal realizado na chácara dos pais de A.A, em parceria com o grupo de Agroecologia e Educação do Campo – Gwatá, da UEG. A princípio, a chácara era um local apenas para lazer da família, atualmente configura-se como uma unidade produtiva. Em um segundo momento a horta foi construída e a comercialização foi iniciada. A Figura 36 mostra a Agrofloresta e Horta de A.A.

Figura 36: Sistema Agroflorestal e cultivo de hortaliças da Estrela Orgânicos



Fonte: Imagens da autora, trabalho de campo realizado em 11/04/2022.

Em articulação com a demanda, a Agrofloresta foi expandida, novos projetos surgiram, incluindo o consórcio com café, além da ampliação da horta. Para ampliação da área plantada com horta, A.A. precisou arrendar os lotes de vizinhos da chácara dos pais, o que também só foi possível porque A.A conta com apoio de mão de obra contratada. Ao todo são 5 funcionários, sendo 3 homens e 2 mulheres, todos vizinhos da unidade produtiva. Mais tarde, no ano de 2020, A.A. adquiriu o selo de produção Orgânica pela Adao. Aos poucos, A.A. foi construindo e adequando infraestrutura que potencializam e retroalimentam o projeto. Atualmente são disponibilizados diversos alimentos minimamente processados, como polpas de suco, geléias, pães, farinha, além de verduras picadas como, por exemplo, o macarrão de abobrinha. Assim, com criatividade A.A. vai agregando valor aos seus produtos. A.A. gestiona todo este trabalho do escritório localizado na unidade produtiva, conforme mostra a Figura 37, bem como as orientações para a compra de cestas na modalidade de *Delivery*.

Figura 37: Infraestrutura organizativa da produção de alimentos da Estrela Orgânicos



Fonte: Imagens da autora, trabalho de campo realizado em 11/04/2022.

Para a entrega das cestas, que acontecem nas quartas e sextas feiras, A.A. conta com apoio de motorista contratado, de modo que são dois transportes realizando entregas ao mesmo tempo. Nos demais dias são realizadas entregas de hortaliças nas lojas especializadas e no supermercado Cerrado, além das Feiras. A.A. ainda não possui a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), mas está interessada em adquirir para integrar-se também ao mercado institucional, participando do Pnae.

Território 9- O Sítio Pequeno Paraíso (Figura 38) é a unidade produtiva da liderança I.T. que, com a aposentadoria da mãe, professora, retorna, junto com toda a família, para o campo, cultivando a terra. Desde 2018 I.T. vem construindo junto com a agricultura familiar de Bela Vista uma associação que os represente e oportunize canais de comercialização. Com a pandemia de Covid-19 surge a loja virtual Floryá, que gestiona a realização de cestas de alimentos entregues em domicílio, em Goiânia e Bela Vista de Goiás.

Figura 38: I.T. apresentando o Sítio Pequeno Paraíso



Fonte: Imagens da autora, trabalho de campo 28/03/2022.

A residência e unidade produtiva de I.T., sua mãe, Dona E. e sua irmã, T.T., é também a sede da Associação da Agricultura Familiar de Bela Vista de Goiás (Alfabev), e da Floryá, loja virtual da agricultura familiar de Bela Vista, cujas logos são apresentadas na Figura 39.

Figura 39: Sede da loja Floryá e da Alfabev Goiás



Fonte: Imagem da autora, trabalho de campo 28/03/2022. Logomarcas disponíveis nas redes sociais da loja e da associação.

Toda esta logística é provisória, pois, segundo I.T., a partir de articulação com a prefeitura de Bela Vista, foi disponibilizado um local para funcionar de sede para a Associação, além de servir como loja, estrategicamente localizado próximo a rodovia GO-147, que dá acesso ao município. Para autores como Von Braun e Kennedy (1994) e Ellis (2000) a comercialização da produção camponesa, além de beneficiar o núcleo familiar, incrementa o mercado de trabalho e melhora a circulação de renda na comunidade. E, à medida que a comercialização proporciona maior interação com os mercados, as bases social e material vinculadas aos meios de vida de agricultoras/es são reforçadas (PLOEG, 2016). É possível perceber este movimento aplicado a esta realidade, na medida que cada dia novas famílias camponesas articulam-se com a Alfabev. Na medida em que novos canais de comercialização são oportunizados, como é o caso da Feira Interinstitucional Agroecologia, da qual começaram a participar em 2022, também houve proposta de entregas de alimentos para o Supermercado 07, maior supermercado do município, além da renovação do contrato de entrega de alimentos ao Pnae de Bela Vista de Goiás.

Apesar disso e da forte presença da Agricultura camponesa no município de Bela Vista de Goiás, destacamos que o agronegócio também tem se fortalecido cada vez mais. Em 2021 houve

uma cena de destruição, quando 47 trabalhadores/as são enviados para Goiânia, todos intoxicados pela pulverização aérea de agrotóxicos em uma fazenda de Bela Vista.

Diante disso, reforçamos que a família de T.I. tem oportunizado a “reconexão com a terra mãe, construindo elos entre o saber ancestral e um futuro cheio de vida”, como a própria Dona E. enfatiza em sua fala cheia de esperança. São protagonistas de um projeto que Dona E. denomina de Escola da Terra, pensando na sucessão camponesa e na reconexão dos jovens com a terra. Chegaram a participar de um evento internacional da Google intitulado *Startup Woman*, quando apresentaram o projeto da Escola da Terra e ganharam o prêmio de menção honrosa. A partir dos diálogos realizados neste evento, a família de I.T. e Dona E. iniciaram uma nova jornada: promover dias de vivências na unidade produtiva. O público alvo são pais e filhos e o roteiro é basicamente oportunizar o acesso de famílias urbanas aos elementos do campo: comida no fogão caipira, produção de mudas e plantio de canteiros, caminhada pelo Cerrado, alongamento no por do sol, entre outros. Trata-se de uma família muito disposta a ampliar o debate sobre a agroecologia e multiplicar suas práticas.

Território 10- F.E. é agrônoma e integrante da Adao. Antes da pandemia de covid-19, F.E. participava de todas as feiras da Adao. Quando houve a suspensão da realização de feiras por medidas sanitárias, F.E. potencializou o *delivery* de sua marca e atualmente não realiza mais feiras. Portanto, além das cestas entregues em domicílio, os alimentos de F.E. são escoados a partir dos canais articulados pela Alfabev, associação da qual é tesoureira, e, também, são disponibilizados em lojas especializadas em alimentos naturais em Goiânia, como por exemplo a Estação do Açáí e a Quitandinha do setor Jaó em Goiânia. A Figura 40 mostra a marca Terra Orgânicos e o selo de alimento orgânico, bem como um de seus canteiros de hortaliças.

Figura 40: Produção de hortaliças e certificado de produção orgânica da Terra Orgânicos



Fonte: Imagens da autora,

trabalho de campo realizado em 28/03/2022.

Enquanto agrônoma e produtora de alimentos orgânicos, F.E. tem avançado com relação aos preconceitos em torno da produção ecológica de alimentos. No meio profissional da Agronomia ainda são muitas as barreiras a serem rompidas. F.E. argumenta que não é um caminho fácil, mas é um caminho recompensador. Para ela, um caminho para tal é a pedagogia do exemplo, do exemplo que F.E., agrônoma, dá enquanto produtora de alimentos orgânicos: “levei dos melhores tomates para o meu ex-sogro sojeiro, que desacreditava da produção de alimentos sem o uso de agrotóxicos. Hoje estou dando dicas para ele”. A Figura 41 mostra a estufa e produção de tomates orgânicos da F.E.

Figura 41: Estufa e produção de tomates orgânicos da Terra Orgânicos



Fonte: Imagens da autora, trabalho de campo realizado em 28/03/2022.

Como podemos perceber, há coexistência de ruralidades e urbanidades nas famílias rurais estudadas. Para Damatteis (2001), o diálogo entre os diversos sujeitos são processos inerentes à territorialidade ativa, entendida como práxis de transformação social e territorial, ou seja, para a territorialização da agroecologia, mediada pelas territorialidades. Ao fomentar canal de comercialização, articula-se também espaço de legitimação e qualificação do debate sobre o papel das/os agricultoras/es camponesas/es na produção e beneficiamento dos alimentos, assim como de sua imensa sabedoria sobre o uso dos recursos naturais. Nesse sentido, entendemos que, a partir de um movimento de encontro cidade-campo, que propicia o diálogo das diferenças, tem-se conformado uma consciência coletiva, que têm embasado uma reação ao modelo agronegocista. Isto está acontecendo com a transição agroecológica, projeto que tem tomado forma não apenas no seio das organizações, como também se apresenta como possibilidade concreta de reprodução social e alternativa da vida para estas mulheres e suas famílias.

Sucintamente, destacam-se as seguintes características da produção agroecológica aqui descrita: a) predomínio de cultivos diversificados; b) cultivos diversificados com ou sem certificação de alimento orgânico; c) conservação e uso potencial da socioagrobiodiversidade do Cerrado; d) organização produtiva viabilizada por meio das associações e cooperativas, numa tentativa de resistência; e) comercialização feita em mercados locais em proximidade com a/o consumi-

dor/a. Observamos que na maioria das experiências estudadas as práticas agrícolas utilizadas, os volumes de produção, os tipos de produtos e a organização do trabalho se adaptam para responder às demandas das/os consumidoras/es. Em outras palavras, existe um ajuste entre demanda e oferta que pode ser mais facilmente gerenciado pelos agricultores em circuitos curtos, quando comparado com um circuito longo. Mas ainda é muito demandada a capacitação das/os produtoras/es na gestão da propriedade e no planejamento de produção, que são chaves para minimizar as dificuldades de falta de mão de obra e para investir em infraestrutura e logística. Entendemos que, tendo acesso a recursos financeiros e a novos conhecimentos (no caso, técnicas de cultivo baseadas na agroecologia), as mulheres os utilizam com base em uma ética do cuidado e de busca pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional das famílias.

É preciso reconhecer e valorizar a socioagrobiodiversidade estruturada por estas mulheres, e, também, promover a justiça social nas relações de produção e consumo alternativas ao modelo hegemônico. Considerar os saberes locais desenvolvidos e acumulados a cerca das propriedades medicinais e nutritivas da vegetação nativa, bem como da dinâmica do Cerrado como um todo. Valorizar os hábitos alimentares regionais, baseados na diversidade produtiva de alimentos livres de agrotóxicos e de transgênicos. E, prezar pelas práticas socioculturais que configuram essas territorialidades, na interface de uma relação entre meio ambiente saudável e pessoas saudáveis. Essas são expressões fortes de vínculos com o território, em uma relação com a terra e com a produção de comida que vai além da lógica do mercado, constituindo-se, na prática, enquanto território que resiste a expansão da fronteira agrícola. Além disso, são experiências que têm o potencial de estimular outros processos de comercialização direta como as compras institucionais de alimentos, assim como servir de exemplo para que outras famílias compusessem neste caminho. Por isso, a socialização da experiência é imprescindível. Comunicar e mobilizar para agregar capital social¹²⁶ nesta caminhada.

126 Capital social refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança que facilita coordenação e cooperação para benefícios mútuos (PUTNAM, 1993).

4.2 Desafios da Organização Produtiva das Mulheres e a Importância da ATER

Conforme observamos na seção anterior, há uma reação organizada e bastante articulada que tem tomado corpo com a transição agroecológica quando vemos que esse projeto não apenas tem tomado forma no seio das organizações e movimentos populares, como também se apresenta como possibilidade concreta de reprodução social e alternativa de vida. É importante valorizarmos a Agricultura Camponesa e, também, promover a justiça social nas relações de produção e consumo alternativas ao modelo hegemônico. No entanto, essas experiências que resistem e se contrapõem ao desenvolvimento dirigido pela economia política capitalista também não devem ser romantizadas e não devem ser tomadas isoladamente, pois levam consigo o movimento dialético e só podem ser compreendidas a partir de mediações com o sistema hegemônico. De acordo com Fonte (2010), embora os modelos convencional e alternativo sejam quase sempre considerados antagônicos, eles operam em um mesmo espaço econômico, interseccionando e sobrepondo-se um ao outro. Ou seja, não podemos falar de um modelo alternativo e outro convencional de forma ideal, uma vez que, na realidade, ambos formam redes que se relacionam, se comunicam e até mesmo se justapõem (CRUZ, 2012).

Um dos grandes desafios das redes agroalimentares alternativas às hegemônicas ou cidadãs é ocupar os espaços deixados pelo sistema convencional e propor inovações nas formas de abastecimento alimentar, focando em elementos diferenciados como: cooperação social e parcerias entre produtoras/es e consumidoras/es, encurtando as cadeias com o menor número de intermediários e uma limitada distância geográfica entre ambos. Tal complexidade, por tanto, se inscreve na agenda das cidades pelo mundo, suscitando o papel e a valorização dos espaços agrícolas periurbanos¹²⁷. Conforme argumenta Goites (2020), os espaços agrícolas periurbanos cumprem papéis estratégicos para uma sociedade altamente urbanizada:

Assim, adquirem um valor crescente a partir das múltiplas funções que cumprem: função econômica (geração de renda agrícola, fonte de emprego, geração de bens e serviços); função social (Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional); função espacial (limite verde, barreira, buffer); função da paisagem (simbólica, patrimônio cultural, lazer); e função ambiental (geração de serviços ecossistêmicos, ciclagem de nutrientes, ciclo hidrológico). Esse olhar está intimamente associado à ideia europeia de "multifuncionalidade" dos espaços periurbanos e de "multifuncionalidade" da agricultura periurbana (GOITES, 2020, p.9).

No entanto, há entraves, conforme as contribuições de Corrêa (1989) sobre as correlações de forças por trás de tais direcionamentos para a cidade. O autor elenca os atores responsáveis por produzir o espaço urbano, cada qual com seus interesses, sendo: a) os proprietários dos

¹²⁷ Conforme destacado anteriormente, espaços em Transição entre o Rural e o Urbano.

meios de produção, sobretudo os grandes industriais, b) os proprietários fundiários, c) os promotores imobiliários, d) o Estado, e) os grupos sociais excluídos. A ação desses atores é complexa e leva a um constante processo de reorganização do espaço, que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, resultado da dinâmica de acumulação do capital. Fazemos destaques aos proprietários de terra, interessados na especulação, de modo que o que importa para estes é o seu valor de troca, e não o seu valor de uso. Estes atuam e realizam as atividades que possam ser mais rentáveis em cada conjuntura, como por exemplo, integrar-se a cadeia produtiva da soja, ou lotear para agregar ao espaço urbano. Fazemos também destaque para o papel do Estado, o qual Corrêa chama atenção:

O Estado atua diretamente como grande industrial, consumindo espaço e localizações específicas, é proprietário fundiário e promotor imobiliário, sem deixar de ser também um agente de regulação do uso do solo e o alvo dos chamados movimentos sociais urbanos. O estado está organizando diretamente o espaço urbano, ao mesmo tempo que interfere, dada a natureza da atividade industrial, no uso da terra. As terras públicas são uma reserva fundiária que o estado dispõe para usos diversos no futuro, inclusive para negociações como outros agentes sociais (CORRÊA, 1989, p.24).

O Estado dispõe, então, de um conjunto de instrumentos que pode empregar com relação ao espaço urbano, como controlar e limitar os preços de terras, estabelecer impostos fundiários e imobiliários, organizar mecanismos de crédito para habitação, investimento na produção do espaço e pesquisas e projeções. No entanto, a ação do Estado é marcada por conflitos de interesses, de modo que tende a privilegiar os interesses dos grupos dominantes. Por isso, os grupos excluídos participam da produção do espaço a partir de (re)existências. Assim, chamamos atenção para o caráter contraditório com que se dá o modo de produção/reprodução da formação social brasileira no espaço agrário. O conflito por terra é um dos traços mais marcantes de nossa formação social, de modo que o caráter colonial dessa conquista conformou entre nós uma classe proprietária com forte matriz patriarcal e racial, cujas heranças se fazem sentir ainda hoje. Neste sentido, a partir da abordagem do Território, a presente seção problematiza a pressão vinda por parte do mercado imobiliário e a presença do agronegócio dentro das comunidades das mulheres camponesas, destacando os conflitos no campo pelo território e as divergências de meios de produção.

Um exemplo emblemático disso é a experiência da Dona A.R.C., que historicamente resistente na produção agroecológica dentro do Assentamento Canudos. Em meados de Abril 2022 a Dona A.R.C. passou por um episódio de intoxicação por agrotóxicos, quando seu vizinho aplicou veneno na produção de soja ao lado de sua casa. Há que se destacar os desafios de produzir em ilhas agroecológicas, pois os componentes ambientais são interdependentes e, dessa forma,

não há co-existência entre o agronegócio e a agroecologia. O complexo da soja adentra os assentamentos e comunidades tradicionais, substituindo as atividades realizadas pelas pequenas propriedades, desarticulando as suas formas próprias de reprodução social e submetendo as/os trabalhadoras/es rurais à cadeia de grãos, conforme ressalta Porto-Golçalves (2020):

E não deixemos escapar que o fato de os homens e mulheres ficarem privados do acesso às condições metabólicas de reprodução da vida (terra, água, fotossíntese-flora-fauna) dá o sentido profundo do conceito de propriedade privada, qual seja, uma forma de propriedade que priva e, ao privar, cria escassez dos bens de reprodução da vida que, antes, as/os camponesqases e/ou indígenas com eles produziam e que, agora, veem nas gôndolas das tendas dos armazéns e dos supermercados.

Outro exemplo emblemático disso é o caso da Senhora M.R.G., que desligou-se da Feira Interinstitucional Agroecológica e da construção de seu sonho de bem viver e autonomia, a partir da produção/comercialização de alimentos saudáveis. A pedido de seu marido, a Dona M.R.G. passou-se a dedicar no preparo de refeições para os trabalhadores que mineram sua parcela, na comunidade João de Deus, em Silvânia. O município conta com diversos empreendimentos minerários destinados à extração de areia e cascalho, inclusive realizam extração ilegal de areia do Rio Piracanjuba, contribuindo para o desmatamento de seu leito e assoreamento. No entanto, estas atividades são consideradas um ramo de grande importância socioeconômica e reforçadas pelo governo municipal. Apesar disso, durante os trabalhos de campo houve relatos apontando a emergência do cuidado com a água, que já foi muito abundante na região. Hoje as comunidades recuperam nascentes junto ao projeto autônomo da CPT – “Salve uma Nascente”, promovido pela articulação de CPTs do Cerrado, na campanha permanente “Sem Cerrado, Sem Água, Sem vida”. Trata-se da apropriação da terra, da água e do subsolo norteadas pela lógica mercantil da produção de *commodities* e geração de lucros privados está inserida no circuito ampliado do capital nos territórios do Cerrado em Goiás, configurando o negócio da agro-hidro-mineração (GONÇALVES, 2016). Imagínávamos que o Agrohídromineralnegócio ilhava as comunidades camponesas. Mas, não: está dentro delas. O que, longe de ser solução de crescimento econômico, é, a médio e não tão longo prazo, mais gravidade na crise instalada, potencializada pela omissão e conivência do Estado diante das ameaças climáticas, já se cumprindo, com mais sofrimento para as populações mais pobres e vulneráveis.

Dito isso, é necessário problematizar também a questão de gênero presente neste contexto, pois a produção local de alimentos esbarra e encontra entraves nas relações desiguais de poder dentro da família, que coloca a mulher a mercê das decisões do marido. Requer pensarmos a lógica da dominação/opressão/exploração presente nos meandros da vida social, na produção e repro-

dução da vida material e na cotidianidade das relações sociais. Isto, porque o modo de produção capitalista (machista, patriarcal e racista) necessita de esquemas de pensamento que contribuam para a manutenção de seus valores e, dessa forma, introduz no cotidiano das famílias as condições para reprodução dessa lógica. Safiotti (1997), estabelece uma analogia à lógica do galinheiro, argumentando com relação à “ordem das bicadas”, quando primeiro o galo bica a galinha, depois a galinha bica os pintinhos e depois os pintinhos entre si, perpetuando o ciclo. Assim, a autora oferece elementos para pensar a reprodução da violência doméstica e, inclusive, a naturalização da violência. Por isto é importante encontrar ferramentas que coloquem luz sobre esta questão.

Lucimone Maria de Oliveira (2017) em seu trabalho junto a Comissão Pastoral da Terra (CPT), acompanhando grupos de mulheres camponesas, desenvolve estratégias educativas sobre os Direitos das mulheres. A educadora popular utiliza diversas metodologias, como o Teatro do Oprimido, articulando espaços que produzem, de forma crítica e coletiva, um processo de conscientização e autodeterminação das mulheres. Isto acontece na medida em que as mulheres vão partilhando suas vivências e também as várias formas de violência que ficam acometidas no silêncio de cada casa, como se a vida fosse isso, como se isso fosse comum. Aos poucos vão desvelando, de forma política, os preconceitos, opressões, discriminações e as falácias ideológicas que estão ocultas nas situações de fragilidade e violência social. Ainda segundo a autora, os grupos de mulheres se articulam melhor em torno de uma atividade de geração de renda, que potencializa os processos de autodeterminação da mulher, ao garantir-lhe maior autonomia financeira a partir de produção própria.

Ainda há muito o que avançar com relação ao processo de autodeterminação das mulheres, pois o grande desafio é enfrentar a violência que tem suas raízes na formação do sistema mundo/moderno/colonial. A necessidade de mudança de pensamento cultural, político e ideológico é um processo difícil de ser absorvido, e deve ser contínuo. Portanto, são essenciais políticas públicas e ações que levem em conta a consideração da perspectiva de gênero e ofereçam às mulheres informações sobre os seus direitos sociais e políticos, assim como capacitação e crédito para investirem em seus projetos, oportunidades de lazer e melhores condições de moradia, saúde e educação, tanto para elas quanto para as suas filhas e filhos. A autonomia econômica, política e social das mulheres transforma as relações de poder, sendo, então, uma pré-condição para a construção da igualdade de gênero.

Assim, as mulheres passam a organizar-se em associações e aprendem a lidar com políticas públicas, e também compreendem a importância de seu trabalho. No entanto, são levadas a triplas jornadas de trabalho, onde desempenham atividades nos espaços de produção para a comercialização dos lotes, nas moradias e fora do lote. É o caso de várias das mulheres camponesas abordadas nesta pesquisa. A Senhora L.P.B, por exemplo, não conta com apoio do marido, que já a abandonou diversas vezes. L.P.B sustenta sozinha a família, filha e neta, a partir do trabalho de agroextrativismo no Cerrado, beneficiando e comercializando uma ampla variedade de alimentos. A sobrecarga de L.P.B. fica evidente quando nos aproximamos mais. A camponesa trabalha nas madrugadas para garantir a entrega de alimentos frescos, desdobra-se para integrar diversos espaços que complementem a renda, e assim, o cuidado com seu corpo e sua saúde foram ficando de lado. Nas próprias experiências do MMC, constata-se inúmeras mulheres com queixas de sobrecarga de trabalho que impede o cuidado com o corpo, de dores crônicas e outros sintomas, como dificuldade de dormir, nervosismo, depressão, tristeza, entre outros, escondendo situações de violência (LORENZONI *et al.*, 2021). Frente a isto, a rede de mulheres fomentada a partir da Feira Interinstitucional Agroecológica, por exemplo, espaço que L.P.B ocupa politicamente, vem dialogando sobre processos de autocuidado, pautando práticas integrativas da saúde, construindo coletivamente receitas nutricionais para enfretar problemas como diabetes, obesidade, tabagismo, etc. Estas são questões que devem ser consideradas na formulação das políticas públicas.

Ainda refletindo sobre as interações entre os sujeitos que compõem a família, além da questão de gênero, temos a questão da geração. Da mesma forma que a mulher camponesa muitas vezes está submetida a renda da terra controlada pelo marido, as filhas e os filhos também encontram-se nesta situação. Um dos grandes desafios enfrentados pelas famílias camponesas é a garantia da sucessão rural, especialmente visível nos territórios de Silvânia, Vianópolis, e no território do Assentamento Canudos. Embora a juventude seja um segmento social estratégico para a construção de novos projetos para o campo, é o que mais sofre com a ausência de políticas públicas e com as condições de desigualdade social. Disso resulta que, a migração é marcadamente juvenil, sendo mais intenso entre as jovens mulheres. Nesse sentido, fazemos referência ao caso de Dona A.S.S, viúva, que durante a pandemia recebeu seus filhos de volta no campo. M.A., de 52 anos, casado com a M.G, e o S., solteiro e mais velho, que viveram toda a vida adulta no centro urbano e sempre trabalharam como pedreiros. A volta resulta em uma dualidade, pois, dispostos a trabalhar na terra e contribuir com a produção agroecológica de dona A.S.S., os filhos não

conhecem as técnicas e potencialidades da agroecologia e reclamam por assistência técnica. Além disso, há que se destacar as variadas mazelas sociais que atingem a juventude que vai do campo para a cidade. O campesinato expulso do campo é destituído do seu saber e jogado nas periferias para funções precárias e subalternizadas. Majoritariamente alocados nas franjas das metrópoles, não encontram melhores condições de vida, acessando condições precárias de moradia e trabalho e, muitas vezes, sendo mais uma vítima do alcoolismo ou outros vícios que afetam a vida de famílias marginalizadas.

Reflexo de que é entre a juventude rural que se manifesta mais profundamente as desigualdades de acesso à terra, à educação do campo, às condições de produção e acesso a renda, lazer, entre outros direitos sociais. Frente a este contexto, o CTDRS buscou¹²⁸ promover atividades que dêem respostas às diversas demandas da juventude. Com esse propósito foi instituída a câmara temática da juventude, em dezembro de 2015. A Câmara Temática da Juventude é composta por jovens e representantes de entidades que desenvolvem ações com a juventude rural do território da Estrada de Ferro. Em reunião de planejamento da câmara, os membros definiram pela realização de um evento, na perspectiva de afirmar a defesa de um campo com qualidade de vida para suas gerações. A Ciranda Territorial da Juventude do Território da Estrada de Ferro aconteceu em 2016, no município de Silvânia, e contou com a Ciranda de oportunidades, realizada pelas seguintes entidades e instituições: Movimentos sociais - CPT e MCP, Movimento sindical – FETAEG, Educação do campo – Comitê de educação do campo, EFAORI, UNEFAB, Capacitação – SENAR, SEBRAE, Inovação tecnológica – EMBRAPA, Programas governamentais de comercialização – CONAB, Acesso a terra – INCRA/MDA, Assistência Técnica e Extensão Rural – SED, EMATER, Ensino superior – UEG, IFGoiano, UFG, Acesso ao crédito – Banco do Brasil, CAIXA, CRESOL. O evento tratou-se de um marco no estímulo ao debate sobre a situação de vida, educação, trabalho e geração de renda da juventude rural do Território, na perspectiva de influenciar as políticas públicas e as ações governamentais.

Outra iniciativa que merece destaque relativo às ações voltadas para a permanência da juventude no campo é a existência de 3 instituições de Educação Profissional na região. Localizadas em Silvânia, Orizona e Urutaí, são dedicadas principalmente à formação em áreas de interesse do campo. Daremos destaque a presença da Escola Família Agrícola de Orizona¹²⁹, localizada

128 É preciso enfatizar que após 2015 as políticas públicas territoriais também foram desestruturadas.

129 A Escola iniciou seu trabalho em 1999, com 20 estudantes, em 2018 contava com 86 estudantes. Oferece o Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio. E o curso de formação de agentes Comunitários. A partir de outra pesquisa realizada (2018), sabemos que a EFAORI foi consolidada por uma Comissão com representação de vários segmentos organizados do município: Comissão Pastoral da Terra (CPT-GO); Sindicato dos Trabalhadores

à 70 km de Silvânia. A Escola Família Agrícola de Orizona funciona com a Pedagogia da Alternância, tendo uma proposta da ação – reflexão – ação, e incentivando a participação da família no processo ensino-aprendizagem. É denominada de Alternância pois o processo de ensino-aprendizagem acontece em espaços/ territórios e tempo diferenciados e alternados. O primeiro espaço é o familiar e a comunidade de origem, o segundo é a escola onde as/os educandas/os partilham os diversos saberes e reflete-se sobre eles em bases científicas, por fim, retorna-se a família e a comunidade a fim de continuar a práxis seja na comunidade, na propriedade ou na inserção em determinados movimentos sociais. Para que essa proposta se concretize, os princípios da educação do campo permeiam toda a construção pedagógica da Escola a partir de instrumentos didáticos da pedagogia da alternância. Esses instrumentos de fato estimulam a participação qualificada das/os estudantes por meio da autonomia, como por exemplo, o incentivo a formação dos grupos de estudos, serões, a organização dos coletivos de jovens, o estágio profissional. Além da construção do projeto profissional do jovem, que é elaborado no 3º ano e deve ser aplicado em sua comunidade/propriedade visando tanto o desenvolvimento do meio como a geração de renda para o jovem do campo (NOBREGA, 2018).

No entanto, a ausência de um projeto ou política pública de herança em áreas de reforma agrária que contemplem as/os agregadas/os é uma realidade e vai causando, em médio e longo prazo, consequências negativas para a reprodução socioterritorial das comunidades camponesas, ao passo que o campo vai ficando esvaziado e envelhecido. Por isso, é mais que urgente a realização de uma efetiva reforma agrária – para uma efetiva sucessão rural, ou seja, para uma efetiva reprodução do campesinato e do modo de vida campones. Stédile e Carvalho (2011) afirmam que a reforma agrária é um importante instrumento de inclusão socioproductiva e de construção de espaço para produção de alimentos saudáveis. Assim, assegurar melhores condições de vida para esta geração representa um investimento concreto nos rumos e futuro da transição agroecológica em curso. Pois, ao focar as dimensões da sucessão rural familiar, entendemos que a continuidade dos saberes e fazeres das mulheres camponesas, bem como estas territorialidades contra-hegemônicas, estão fragilizada, diante do fenômeno de migração do campo para a cidade. De acordo com Gaudemar (1977), que o capital produz, explora, faz circular e controla, tanto pelo lado da oferta como pela demanda, a força de trabalho como mercadoria: o mercado de trabalho. O capi-

Rurais; Sindicato dos Produtores Rurais; Central de Associações de Pequenos(as) agricultores(as); Cooperativa Agropecuária dos Produtores Rurais de Orizona; Prefeitura Municipal de Orizona; Câmara de Vereadores; Secretaria municipal de Educação; Agencia Rural (EMATER); Igrejas Evangélicas; Comunidades Rurais ligadas à Igreja Católica.

tal tem capacidade de mover os trabalhadores com o objetivo de constituir o mercado de trabalho assalariado ou de abastecê-lo onde é necessário. A expropriação de terra dos(as) agricultores(as) de base familiar é uma das formas de mobilidade de trabalho, quando para sua reprodução, o capital controla e produz os fluxos migratórios. Assim, o contexto de desterritorialização que afeta as populações do campo, deve ser compreendido pelo viés do modelo de desenvolvimento concentrador que acometem os sujeitos sociais do campo.

Diante de um contexto como este, conforme aponta Carvalho (2012), os laços comunitários enfrentam constante desintegração. As relações de solidariedade, como a troca de alimentos ou trocas de dias de trabalhos, que permitem a continuidade dos grupos, são afetadas pela relação trabalho e mobilidade social. Por isso, é fundamental considerar esses novos elementos que alteram a socialização e que somam com os valores neoliberais transmitidos por meio do Estado ou do Mercado, que instalam o espírito de concorrência dentro mesmo das comunidades. Tudo isso corrobora com uma queixa sistemática por parte das mulheres camponesas: a indisponibilidade de mão-de-obra para produção agroecológica, que demanda presença humana, ao contrário do agro-negócio. Tavares dos Santos (1984, p.40) explica que “ocorre, porém, que a família camponesa não basta para os momentos críticos do ciclo agrícola, em que as tarefas exigem rapidez e muitos braços”. O cultivo de roças somado ao ciclo de existência da família camponesa propicia a contratação de trabalho por diárias quando a família não dispõe de mão de obra suficiente ou quando não conseguem resolver a partir das práticas de ajuda mútua e mutirões. Observamos e pudemos constatar na fala das mulheres camponesas que os laços comunitários e de apoio mútuo são relações que definham, estando cada dia menos presentes. É o que relata I.T. e sua mãe, Dona E.: “mutirão tem que ser muito planejado para dar certo, só fizemos 1 vez”. Em detrimento disto, afirmando a importância dessas relações de solidariedade, A.M, juntamente com a rede Agroecol, experiência de articulação cidade-campo, construíram, a partir de mutirão com duração de 3 dias, a Agrofloresta no Recanto Sonho Real.

Outro exemplo disso é a Dona A.S.S que encontrou dificuldades em permanecer na Feira Agroecológica. Por morar no Assentamento Canudos, do lado do município de Campestre, acabou ficando isolada e não conseguiu articular-se com as demais integrantes da Feira residentes no Assentamento Canudos, do lado do município de Palmeiras. Os tipos, quantidade e variedade de alimentos que ela oferta, sozinha, não compensam o gasto com transporte para comercialização em Goiânia. Este exemplo ilustra a importância da cooperação para garantir o escoamento da produção camponesa. Cabe destacar que o movimento do Cooperativismo da Agricultura de base

camponesa e Economia Solidária foram constituídos e gestados durante períodos de recessão econômica e restrição das políticas de desenvolvimentos. Este contexto gerou e gera movimentos de resistência política, social e econômica (SILVA, *et al.*, 2020). Gera articulações e redes que funcionam com base na solidariedade, autogestão e cooperação. Gera articulações e construções autônomas dos movimentos sociais populares, assim como estamos vemos no contexto histórico ao qual esta pesquisa se situa.

De acordo com Eliane Silva (*et. al.*, 2020), a partir da década de 1990, ao lado das cooperativas empresárias e de processos isolados, surgem alguns movimentos articulados de constituição de cooperativas com base expressiva na agricultura camponesa com fundamentação no princípio da Economia Solidária. Por este motivo, na época, essas organizações ficaram mais conhecidas pelos adjetivos “alternativas, populares e/ou participativas”, pelo forte vínculo social. Entre os anos 1995 e 2005, ocorreram vários processos de articulação de Cooperativas, com realização de vários encontros de porte territorial e nacional, sendo constatada a necessidade de construção de novos instrumentos que garantam representatividade legítima e participativa. Este cooperativismo que renasce das bases dos movimentos sociais urbanos e rurais, têm uma intenção muito semelhante ao movimento cooperativo de vertente socialista que nasceu na Europa amparado pela finalidade de inclusão econômica e social, de trabalhadores/as que enfrentavam problemas causados pelo modelo de desenvolvimento. Ou seja, constituindo-se como uma espécie de condição para sua sobrevivência e inserção no mercado. Para a Silva (2020), o cooperativismo pode ser uma forma de institucionalização de um empreendimento social. Os empreendedores¹³⁰ sociais estimulam a mudança social ao desenvolver novas combinações de pessoas e recursos que melhoram visivelmente a capacidade da sociedade para resolver os problemas. Na medida em que criam um valor público, procuram novas oportunidades, inovam e adaptam-se.

Nesse sentido, em detrimento da experiência de Dona A.S.S, a cooperação está bastante presente no circuito de comercialização de alimentos orgânicos, como os exemplos da F.E., A.A., M.C. e a E.F.G. Todas estas agricultoras camponesas realizam trocas entre si, no intuito de garantir uma maior diversidade de alimentos ofertados em suas cestas, potencializando suas vendas e, conseqüentemente, incluindo suas parceiras em novas redes de escoamento. Cabe destacar que M.C. inclui também os alimentos das Guerreiras de Canudos em suas cestas. Além disso, estas

130 Apesar da emergência do empreendedorismo social, tanto a nível acadêmico como empresarial, ainda há alguma tensão na literatura quanto à sua definição exata. De fato, o termo “empreendedorismo social” significa coisas diferentes para pessoas diferentes. Nesta pesquisa, damos continuidade ao entendimento presente na monografia “Os Efeitos da Feira Agroecológica na UFG para a Soberania Alimentar”, a partir do empreendedorismo social.

mulheres estabelecem redes mais amplas, como é o caso de M.C. e A.A. que buscam frutas orgânicas no Ceasa, com objetivo de ampliar a diversidade de alimentos ofertados. Ou seja, isto evidencia que existe demanda, mas a produção e diversificação atual de alimentos saudáveis para comercialização na RMG é insuficiente. Em Goiás a produção de frutas com certificação orgânica é escassa, e por isso, a maior oferta vem de São Paulo e pode ser encontrada especialmente no Ceasa de Brasília, onde existe uma estação voltada apenas para os alimentos orgânicos.

Cabe destacar que Brasília possui uma trajetória mais consolidada nesta caminhada da transição agroecológica. A Política Distrital de Agroecologia e Produção Orgânica (PDAPO) do Distrito Federal do Brasil foi promulgada pela a Câmara Legislativa do Distrito Federal mediante a Lei Nº 5.801, de 10 de janeiro de 2017. Mas, antes disso, Sabourin *et al.* (2020) afirmam a atuação de um grupo de indivíduos pioneiros que, desde os anos 1980, após criar a Associação de Agricultura Ecológica do Distrito Federal, conseguiram promover uma série de iniciativas, eventos, programas e a ocupar cargos em instituições distritais e federais, construindo uma rede de ação pública a favor da agroecologia e da produção orgânica que culminou com a formulação de uma política distrital. Além disso, os autores afirmam que Brasília tem o potencial de um polo para produção agroecológica e orgânica pelas seguintes razões: a população tem alto poder aquisitivo, a região conta com boa infraestrutura, e o tamanho territorial reduzido favorece o mercado de circuitos curtos.

Cabe enfatizar, também, a diferença entre produção orgânica e agroecológica. De forma sucinta, a produção orgânica de alimentos trata-se da substituição de insumos químicos por orgânicos, rejeitando o uso dos agrotóxicos. Seguindo e garantindo estes pré-requisitos, as/os agricultoras/es adquirem a Certificação de Alimentos Orgânicos. Assim, a produção orgânica de alimentos pode também se dar em contexto de monoculturas e os alimentos podem percorrer maiores distâncias, por terem o selo. Já a produção agroecológica utiliza-se amplamente da socioagro-biodiversidade local, prezando pelos ciclos naturais, pelo uso de insumos adquiridos dentro do próprio território e, entre outras coisas, por não possuir a certificação de alimento sem veneno. A comercialização de alimentos agroecológicos é validada pela proximidade entre a/o agricultor/a e a/o consumidor/a, que estabelecem laços de confiança. Por isso e outros elementos, a produção agroecológica potencializa a construção de relações sociais de outro tipo, conforme argumentamos na subseção 2.2 desta dissertação. Apesar das diferenças, estes modos de produção estão em constante diálogo e podem se fortalecer, até mesmo porque a produção orgânica pode ser um primeiro passo rumo a transição agroecológica, na medida em que substitui gradualmente o uso de

substâncias químicas na produção de alimentos. Schmidt (2001), por exemplo, trabalha a agricultura orgânica não na perspectiva de um fim em si, mas como um meio para a construção de um novo padrão de produção agropecuária e para a reconstrução da cidadania no campo. Feitos os devidos destaques, devemos considerar, também, a importância de uma educação para conscientização do consumo. Apesar de não existir grande oferta de frutas orgânicas em Goiás, há larga disponibilidade de frutas típicas do Cerrado. Nesse sentido, é importante incentivar o consumo de alimentos regionais e desconstruir a padronização alimentar tão presente em nossa sociedade.

Por outro lado, também foi evidenciado nas falas das mulheres agricultoras entrevistadas, que os circuitos curtos construídos hoje não são suficientes para potencializar a produção de alimentos orgânicos e agroecológicos. F.E diz que a rede acaba ficando pequena, pois, as/os consumidoras/es envolvidos nestas experiências são majoritariamente as mesmas e, nesse sentido, há uma emergência em ampliar o capital social também do lado da demanda/urbano, a partir de práticas de educação socioambiental e de consumo consciênte, por exemplo. Mas, além disso, F.E reforça em sua fala que a diminuição ou ausência de Políticas Públicas como o PAA e o PNAE são elementos determinantes para orientar a ampliação da produção de alimentos, pois havendo garantia de escoamento, o interesse dessas mulheres é garantir a produção. Diante disso, F.E., A.A. e M.C. necessitam inserir-se também em outros circuitos de comercialização, com mais intermediários e, com mais desvantagens, como por exemplo nos supermercados. Segundo A.A., na comercialização para supermercado, o que for exposto e não for vendido, não é ressarcido a agricultora. Darolt *et al.* (2021) afirmam que neste cenário, em que os alimentos orgânicos são vendidos, na sua maioria, via supermercados e lojas especializadas, a lógica de produção e comercialização é a mesma do sistema convencional, em cadeias longas, com agravo de ter preços superiores aos alimentos convencionais e inacessíveis à maior parte da população. Para os autores, esse cenário divide as/os consumidoras/es e traz desafios para a construção social de mercados mais justos, através dos circuitos curtos. Apesar disso, no movimento concreto e contraditório da realidade, esta é mais uma estratégia encontrada pelas mulheres agricultoras para minimizar a perda de alimentos produzidos.

Nesse sentido, entendemos que estas experiências articulam-se como uma verdadeira rede que garante o abastecimento de alimentos saudáveis em Goiânia e região, mas que resiste com muitas dificuldades. No Quadro 7, sistematizamos de forma sintética os desafios enfrentados por parte das/os agricultoras/es camponesas/es entrevistadas/os nesta pesquisa, desde a produa-

ção até a comercialização, bem como os desafios a serem enfrentados por parte da demanda de alimentos, ou seja, junto aos consumidores e consumidoras.

Quadro 7: Potencialidades e desafios da relação produtor/a-consumidor/a

Atores	Oportunidades	Desafios
Agricultoras/es	Relação de proximidade, amizade e compromisso; Construção de Redes; Garantia de venda nas Redes; Valorização do trabalho das mulheres; Valorização de alimentos locais; Preço Justo e maior margem de lucro.	Muito tempo gasto com tabulação de pedidos; com logística de entrega; com divulgação e comunicação: mais tempo gasto na comercialização e menos tempo para a produção (agroecologia exige muita mão de obra); Baixo valor de certos pedidos x Alto preço do combustível; Perda de Alimentos e Prejuízo – necessidade de garantia de compra do alimento produzido; Restrição da comercialização de alimentos tradicionais por parte da Vigilância Sanitária (exemplificado na subseção 3.2); Dificuldades de planejamento da produção; Dificuldade em ampliar a produção; Ampliar a rede de produtoras/es.
Consumidoras/es	Entrega em domicílio; Produção diversificada; Conhecimento sobre o local e modo de produção; Consumo de alimentos saudáveis, regionais e da época; Conhecimento de alimentos não convencionais na alimentação; Conhecimento e troca de novas receitas; Educação para o Consumo.	Ampliar o nicho de consumidoras/es – democratizar o acesso aos alimentos saudáveis. Dificuldade de compatibilizar o tempo de trabalho e compras com horários pré-determinados, ex: feiras. Readaptação ao consumo de alimentos disponíveis de acordo com o clima local e as estações do ano.

Fonte: DAROLT, ROVE, 2021. Informações de Trabalhos Campo. Organizado pela autora, 2022.

Conforme argumentam Darolt *et al.*(2021), um ponto muito importante nos Circuitos Curtos de Comercialização é o papel das/os consumidoras/es em intercâmbio com estes sujeitos que historicamente colocam comida na mesa do povo brasileiro. Segundo os autores, é necessário construir abordagens que tratem mais claramente do papel renovado, papel ativo, de cidadãs e cidadãos, consumidoras e consumidores, na construção de relações consumidor/a-produtor/a, relações sociais e econômicas imbuídas nas novas redes emergentes de alimentos, que tem potencial gerador de transformações genuínas no sistema¹³¹ agroalimentar, hoje hegemônico pelos Impérios Agroalimentares (PLOEG, 2008). Para Darolt *et al.* (2021), que analisam especialmente

131 Sistemas alimentares referem-se não só a operações de mercado, mas também à rede de quadros institucionais e reguladores que influenciam esses sistemas. De uma perspectiva de sistemas alimentares, os tipos de intervenção política vão muito além de armazenagem de grãos ou definição de preços mínimos. Uma série de outros domínios devem ser contabilizados: subsídios para produção agrícola, políticas de comércio e de investimento, normas de saúde e segurança no trabalho, padrões nutricionais, regulamentos de posse da terra, subsídios à energia, regulamentos ambientais, práticas de licitação pública, regulamentos sobre segurança dos alimentos, políticas sociais para fornecer alimentos subsidiados para comunidades carentes, políticas salariais e de direitos dos trabalhadores rurais, e formas de informar e influenciar o comportamento de consumidoras/es (PEREZ-CASSARINO, 2018).

exemplos de casos em países desenvolvidos, este tipo de iniciativas vão além da venda direta e do marketing operado pelos produtores, sendo os cidadãos-consumidores a principal força motriz dessas redes emergentes, de modo que eles afirmam que “desperta no consumidor a importância do seu papel como coprodutor da cadeia agroalimentar” (p.110).

Um bom exemplo disso, aqui mesmo no Brasil, são as Comunidades que Sustentam a Agricultura. O modelo de Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) foi inicialmente concebido no Japão e hoje é um movimento mundial organizado pela sociedade civil, que se consolidou no Brasil em 2011. A CSA-BRASIL é uma organização sem fins lucrativos que constrói, como modelos, projetos agrícolas baseados na comunidade, nos quais os agricultores podem se orientar para garantir um futuro a pequenos empreendimentos agrícolas. A criação da CSA-BRASIL foi apoiada pelo Ministério da Agricultura e também é apoiada por doações e taxas de associação. A CSA é formada por uma parceria local entre produtoras/es e consumidoras/es, onde os riscos, responsabilidades e benefícios da agricultura são divididos entre todos, por isso, os(as) consumidoras/es são chamadas/os de co-produtoras/es. Seus princípios são: apoio mútuo; mudanças da cultura do preço para a cultura do apreço; diversificação no cultivo; aceitação dos alimentos de época; estabelecimento de relações de amizade; gestão compartilhada; distribuição independente; manutenção do tamanho apropriado e fortalecimento da economia local; aprendizagem mútua e estabilidade. O objetivo é garantir uma renda equilibrada, sólida e apoiar o processo de transição para uma agricultura ecológica. Cabe a CSA - BRASIL o acompanhamento e a supervisão destes projetos, em um trabalho de integração em rede.

É um formato que vem sendo construído em todo o Brasil e é amplamente adotado pelo MST em Brasília, por exemplo. Durante a Pandemia de Covid-19, construiu-se uma primeira experiência em Goiás, articulada por uma organização de Servidores Federais (Embrapa, Incra, UFG, entre outros) e amigos. Trata-se da CSA 5º Artigo, que estruturou-se a partir de um grupo de consumidores(as) que semanalmente adquiriam alimentos agroecológicos disponibilizados na Paróquia São Judas Tadeu, no Setor Coimbra, em Goiânia. Este grupo de (co-agricultores) consumidores(as) oficializou-se enquanto uma Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) no segundo semestre de 2020. O CSA 5º artigo conta com a Unidade de Produção Colméia, localizada no assentamento Canudos, em Palmeiras de Goiás, protagonizada por dois militantes do MST: V.M. e W.R. Esta CSA conta com diversas/os co-agricultoras/es que pagam uma mensalidade, que corresponde a uma cota da produção agrícola de um determinado período e, em contrapartida, recebem semanalmente os alimentos produzidos, que são entregues aos domingos, na Paróquia São Judas Tadeu. Atualmente esta experiência conta com cerca de 50 co-produtoras/es que

pagam um valor em torno de R\$180,00 por mês, concordando e comprometendo-se a permanecer na articulação por, pelo menos, 6 meses. Estas/es co-agricultoras/es, também participam de mutirões de plantios, colheitas, oficinas agroecológicas na unidade de produção. Ou seja, o CSA 5º artigo é um espaço de encontro cidade-campo, voltado para o fortalecimento da produção agroecológica e camponesa na Região Metropolitana de Goiânia.

Esta experiência serve como uma modelo para ser replicado por mais unidades produtivas dentro do assentamento, de modo que a Unidade de Produção Colmeia tem sido utilizada em atividades formativas a partir da metodologia Camponês a Camponês. O total de pessoas alcançadas com a produção de alimentos agroecológicos da Unidade Colmeia chega a pelo menos 200 na Grande Goiânia e semanalmente são ofertados em torno de 400kg de alimentos à comunidade, além da doação de dezenas de cestas a famílias em situação de insegurança alimentar¹³². A variedade de alimentos ofertados são raízes, legumes, folhosas, frutas e as Plantas Alimentícias Não Convencionais, cultivados em práticas agroecológicas, que transformaram um local, em que antes existia um pasto degradado, em um ilha de produção biodiversa, conforme a Figura 42. De acordo com os produtores da U.P. Colméia, estão realizando o inventário juntamente com uma técnica do SENAR que, ainda incompleto, já identificou 98 diferentes espécies de plantas.

Figura 42: U. P. Colméia, P.A. Canudos, antes e depois da Transição Agroecológica



¹³² Como por exemplo a articulação contruída com a Cozinha do MTST – Cozinha da Terra – em Aparecida de Goiânia, que destinou 3 meses de alimentos oriundos da U.P. Colméia, durante a pandemia de Covid-19.

Fonte: Imagens da autora, trabalho de campo ao Assentamento Canudos, Palmeiras de Goiás, 19/03/2022 e 19/01/2018.

De forma sintética, a CSA funciona como se fosse uma política pública, financiando e garantindo a compra de alimentos de pequenos produtores. No entanto, ao contrário dos países desenvolvidos, em um país como o Brasil, circunscritos ao que anteriormente denominamos como modelo de desenvolvimento dependente e a mercê de políticas internacionais, precisamos, antes de mais nada, fortalecer o aparelho estatal, construir políticas públicas para planificar algo que é o básico: a alimentação. Num cenário onde a alimentação é vista como um negócio, e o alimento como uma simples mercadoria, é provável que um novo modelo alimentar baseado na agricultura camponesa agroecologia e circuitos curtos continue a representar uma parte minoritária do mercado alimentar, um “nicho de mercado”, disponível para poucas/os consumidoras/es com maior poder aquisitivo, como é o caso dessas/es servidoras/es. Por isso, a CSA deve ser interpretada como mais uma rica experiência que pode contribuir na formulação de políticas públicas que efetivamente fortaleça estas novas redes emergentes de alimentos, acianadas pela sociedade civil.

Diante disso, V.M., durante sua campanha para Deputado Federal, em articulação do MST junto ao Partido dos Trabalhadores em Goiás, construiu o debate e levantou esta bandeira durante as Eleições de 2022: apoio estatal na Transição Agroecológica para enfrentar a fome e a pobreza no Brasil. A Figura 43, retrata o momento de lançamento da campanha mencionada.

Figura 43: Ato de Filiação do Valdir do MST ao PT - Eleições de 2022



Fonte: Imagens da autora, trabalho de campo no Assentamento Canudos, Palmeiras de Goiás, 19/03/2022.

Levantar este debate é extremamente necessário, pois, seguindo o mesmo perfil de consumidoras/es da CSA 5º artigo, as/os consumidoras/es desta rede de mulheres produtoras de alimentos ecológicos na RMG também estão circunscritos a um nicho de mercado. De acordo com os relatos das protagonistas, as/os principais consumidoras/es de alimentos ecológicos são, em geral, famílias com condições financeiras elevadas, tais como professores universitários e outros servidores públicos, e, mais especificamente, entre mulheres grávidas ou que exercem o cuidado com crianças pequenas ou idosos e, também, entre pessoas que enfrentam/enfrentaram na família problemas como câncer. Nesse sentido, as protagonistas desta rede entendem que o nicho de mercado está circunscrito a pessoas com bom poder aquisitivo e com elevado acesso a informações relativas a saúde e alimentação. É preciso destacar que a questão socioambiental, enquanto questão política, motiva o interesse de alguns/as consumidoras/es, enquanto outras/os são motivados por uma tendência mais gourmetizada¹³³. Com relação a este último, segundo Schmidt (2001),

¹³³ Termo é utilizado neste texto para diferenciar consumidoras/es que não se interessam pelas questões sociais e ambientais relativas a produção de alimentos, apenas se interessam por uma alimentação mais saudável, no âmbito individual e não político.

trata-se de consumidoras/es "não dedicadas/os", que alternam os tipos de alimentação. Desejam encontrar os produtos orgânicos nos circuitos de comercialização que são acostumadas/os a frequentar: os supermercados. Para o referido autor, este tipo de consumidor/a "ocasional" parece estar muito mais próximo da média da sociedade, em termos econômicos, de hábitos, de educação formal e de informação, do que a/o consumidor/a "convicto/a", tal como o motivado por questão política.

Por isso, outra grande questão que se coloca para a formulação de políticas públicas focada na Transição Agroecológica, diz respeito a educação alimentar, educação para que haja uma mudança cultural no consumo de alimentos, resgatando o consumo de alimentos regionais e disponíveis de acordo com as estações do ano. Nesse sentido, são fundamentais campanhas, ações de informação para a população em geral, além dos programas que fomentam as Hortas Escolares, como é o caso do Programa de Alimentação Escolar, sob Gerência da Diretoria de Administração Educacional, que realiza formações e disponibiliza os insumos básicos para as Escolas Municipais de Goiânia. E, também, as Hortas Urbanas, como é o caso do Programa da Prefeitura Municipal de Goiânia: Horta para Todos, voltado para que os espaços e lotes baldios urbanos sejam aproveitados para a produção de alimento nos bairros (FERREIRA; NÓBREGA, 2019). Mas, além da democratização no acesso de alimentos ecológicos por parte de consumidoras/es menos favorecidas/os, outro importante desafio das redes agroalimentares diz respeito à inclusão de mais agricultoras/es camponesas/es na produção e comercialização. Ou seja, tratar-se de um amplo processo de cunho educativo, que demanda crescente tomada de consciência das/os consumidoras/es, agricultoras/es, organizações sociais e agentes públicos. Entretanto, diante da consolidação das Monoculturas das Mentas (SHIVA, 2002), é preciso considerar que este é um processo de longo prazo, que envolve desde a busca da ancestralidade até a tomada de consciência também por parte de produtoras/es sobre os benefícios da agroecologia, conhecimento das dificuldades, mudança de valores em relação a quesitos de regularidade, quantidade e diversidade, facilmente atendidos pela agricultura industrial e ainda em construção na produção agroecológica.

Assim como os desafios pontuados pelas mulheres agricultoras durante os trabalhos de campo, Darolt *et al.* (2021) também evidenciam que nos CCC é exigido mais trabalho e competências das/os produtoras/es e suas organizações, não só na produção, mas também na transformação, comercialização e marketing, pois interagir nas redes sociais têm sido um mecanismo central para maior aproximação produção-consumo. O trabalho com as redes sociais muitas vezes não são facilmente dominadas por produtoras/es, o que pode demandar serviços e custos ex-

tras, especialmente com o complexo trabalho de tabulação dos dados de pedidos. Sem falar que envolve uma carga de trabalho mais intensa para as famílias agricultoras, e suas organizações, em especial para as mulheres, seja na produção, transformação, e destacadamente na comercialização, com o trabalho de logística e transporte (recepção dos pedidos, preparo das encomendas, entrega dos produtos e recebimento do dinheiro). Além disso, o fato de trabalhar com volumes menores oriundos de um número maior de propriedades, aumenta o número de rotas e complexifica a logística dos CCC. Também a logística de entrega de pequenos volumes acaba sendo mais pulverizada e isso pode ser mais caro. Por isso, conforme demonstramos, estas experiências de CCC são potencializados especialmente porque as iniciativas locais estão articuladas em redes que otimizam logística e utilizam tecnologias de informação e comunicação para conectar produtoras/es e consumidoras/es. Mas sua continuidade certamente exigirá profissionalização dos atores sociais dos territórios, bem como apoio de políticas públicas para seu fortalecimento e ampliação.

Frente a desafios como estes, Schmidt (2001) considera que para o desenvolvimento da Agricultura Orgânica (apesar de nos referirmos mais especificamente a Transição Agroecológica) é necessário o crescimento do número de agricultoras/es familiares envolvidos e de organizações locais/regionais destas/es produtoras/es, o que pode dar maior representatividade em espaços de articulação e aumentar as vendas em CCC. Também exigirá maior engajamento e protagonismo de organizações e instituições locais com o sistema agroalimentar de seu território, pois essa organização deve se dar também a jusante da produção, no beneficiamento e comercialização. Isso é o que vai permitir a redução das margens aplicadas ao longo do circuito de comercialização e uma baixa no preço às/ao consumidor/as, ao mesmo tempo que favorece a inclusão de um número maior de agricultoras/es. Um processo como esse poderá contribuir enormemente para a inclusão de famílias agriculturas marginalizadas, passando por formas de comercialização inovadoras em CCC como os mercados institucionais, via Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) – e via Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para alimentação de pessoas em vulnerabilidade social. Isto é especialmente importante por garantir a venda do que é produzido, conforme um dos elementos levantados durante os trabalhos de campo com relação aos desafios a serem enfrentados. O apoio governamental, por meio desses programas que atingem grande parte da população, como os alunos de escolas públicas e pessoas carentes atendidas por entidades beneficentes, é uma das formas de socializar e dar escala e visibilidade aos produtos da agricultura familiar agroecológica para parte da população com maior dificuldade de acesso aos ali-

mentos agroecológicos. O mercado institucional pode ser considerado um circuito curto que promove inclusão e justiça social.

Nesse sentido, a comercialização em circuitos curtos representa um incentivo e uma demanda para a formulação de políticas públicas, rumo a transição agroecológica, na construção permanente de novas relações de produção e consumo. São experiências que interrogam as instituições e atores sobre suas responsabilidades com a construção social desses mercados nos territórios. Enfim, existem diversas formas inovadoras de CCC que precisam ser pensados em escala local, com a possibilidade de que o conhecimento local atue como elemento gerador de tecnologias autóctones capazes de captar o potencial endógeno dos territórios, para assim dar respostas locais e globais, considerando a participação multidisciplinar de diferentes atores (ensino, pesquisa, extensão, sociedade civil organizada, organização de produtoras/es, consumidoras/es, instituições públicas e empresas). É indispensável promover políticas públicas que refundem a importância da agricultura camponesa para a construção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, compreendendo as especificidades dos sujeitos do campo, especialmente as da juventude rural, tendo como perspectiva a garantia de direitos como terra, geração de renda, educação, saúde, lazer e cultura.

A Extensão Rural Agroecológica (ERA), formulada por Caporal (1998), congrega esta proposta e foi concebida como instrumento metodológico para que a agroecologia, enquanto outro paradigma de sociedade, seja estruturada. O autor, a partir das experiências desenvolvidas no estado do Paraná, repensa a extensão rural e define a ERA “como um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias de investigação participante, buscando a construção e sistematização de conhecimento” (CAPORAL, 1998). Assim, esta perspectiva parte de um enfoque da totalidade, de uma orientação pluridimensional, que dá destaque ao conhecimento das/os agricultoras/es e ao potencial endógeno de suas comunidades. Esta perspectiva está alinhada ao questionamento proposto por Paulo Freire, já em 1969, quando publicou o livro *Extensão ou comunicação?* qual seria a melhor metodologia a ser aplicada em uma ação transformadora por meio do ensino: estender seu conhecimento ou basear-se na comunicação para modificar os cenários que precisam de mudanças? A fim de se alcançar as mudanças necessárias, o termo “extensão” precisa ser deixado para trás, e ser compreendido como comunicação. Fonseca (1985), em sua pesquisa que problematizou o projeto educacional da extensão rural no Brasil, também resgata esta concepção:

A principal lição desse trabalho é, então, a crença de que o primeiro passo de um educador na busca de uma prática educação superadora será ouvir esta/e trabalhar/a do campo (o que a extensão rural em momento algum fez, deveria fazer?) para compreender, aprender, partilhando nessa luta que ele já trava para minimizar a expropriação de seu saber e de seu trabalho (FONSECA, 1985, p, 11).

Portanto, na base do processo de fortalecimento de um outro paradigma: a agroecologia, está o fortalecimento de uma outra epistemologia: educação popular, método¹³⁴ de educação baseado no diálogo entre diferentes saberes. Sendo assim, a ampla realização deste projeto da agroecologia depende de uma construção feita da confrontação de saberes, de um trabalho efetivo animado por uma rede de técnicas/os competentes, sensíveis e motivadas/os e que, especialmente, estejam atentas/os as demandas de organização produtiva das mulheres camponesas, pois, conforme argumenta Maria Franco-Garcia *et al.* (2022), existe uma dupla discriminação neste contexto ao qual nos referimos: o preconceito de gênero e o preconceito territorial, ou seja, com o projeto territorial da agroecologia. Neste sentido, estas mulheres sofrem com uma dupla opressão, que também é praticada por parte das instituições ligadas ao Estado e, conseqüentemente, pela rara assistência técnica existente. A referida autora argumenta que a participação de mulheres em grupos de produção agroecológicas são mecanismos de inclusão e abertura de possibilidades de progresso nos níveis de igualdade de gênero e territorial no campo. Por isso, não podemos negar a força de resistência destas mulheres na construção da Agroecologia. Por outro lado, não podemos negar a omissão do Estado para com a construção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. Pois, conforme as pesquisas citadas pelos agrônomos Machado e Machado Junior (2014), a produção agroecológica tem capacidade para produzir cerca de 6% a 10% a mais do que o agronegócio, sendo mais limpa e barata. Ou seja, ocorrendo uma efetiva transição agroecológica nos territórios, a agroecologia apresenta-se como um estratégia viável de produção agrícola com condições para substituir o agronegócio e atender a demanda da fome no mundo. Mas, para isso, é necessário a destinação responsável de apoio financeiro à produção e aos esforços de reconversão de agricultoras/es convencionais para esse tipo de agricultura.

É indispensável que as estruturas, as competências e os recursos do Estado sejam mobilizados neste processo, partindo do entendimento da realidade concreta das famílias agricultoras

134 O método de Paulo Freire é, fundamentalmente, um método da cultura popular, pois toma como referência os valores das culturas populares enquanto elementos próprios da reflexão coletiva. Posiciona-se como uma educação emancipadora, na medida em que promove a conscientização no processo de construção de um novo saber, tendo em vista uma nova sociedade. Para tanto, tem como referência teórica/prática a codificação e decodificação dos temas geradores das lutas populares. É, assim, uma práxis educativa, cujo ponto de partida é compreensão da realidade social. A relação entre educação popular e cultura popular é oportunizada nos círculos de culturas, enquanto experiência coletiva de diálogo em diversos espaços educativos - seja formal ou não-formal (GADOTTI, 2015).

para garantia do sucesso do projeto. Pois, acreditamos que a produção de alimentos de forma agroecológica trata-se de um processo de transição, como um caminho para reduzir os impactos de agrotóxicos e insumos químicos na agricultura, não apenas no sentido ambiental e de saúde, mas também no aspecto econômico e social, por serem técnicas que pressupõe maior autonomia da/o agricultor/a, reduzindo a dependência de recursos externos (SAUER; BALESTRO, 2013). De acordo com Caporal (2019), agroecologia política se tornou um imperativo para apoiar a transição agroecológica, ainda possível, no século XXI. Quer dizer, a força política tem enorme importância para descortinar a realidade das crises socioambientais e contribuir na direção das lutas sociopolíticas que necessitam ocorrer no ambiente institucional.

A extensão universitária, por exemplo, tem um importante papel na socialização e democratização do conhecimento e pode configurar-se como uma importante vertente de extensão rural. É uma dimensão que promove ampliação dos espaços de interação cultural e negociação entre diversos atores envolvidos em determinado problema social, para a construção compartilhada de conhecimento e de organização política necessários para sua superação (PASQUIM, 2017), fazendo valer, assim, a função social da Universidade Pública. Por isso, seguimos na escuta atenta das comunidades e aprendendo com as tentativas de, junto com elas, encontrar caminhos. As lutas anticapitalistas que vêm do chão das comunidades camponesas apontam para direções opostas ao sistema em que vivemos: uma outra ideia de posse, de propriedade e de uso da terra; possibilidades de autonomia e autossuficiência, em contraposição à dependência que temos do mercado; outros valores que orientam a organização da vida e as relações, outra política; outros sistemas produtivos que não usurpam a natureza nem concentram riquezas e que produzem a nossa socioagrobiodiversidade.

5. Considerações Finais

A partir da discussão empreendida, buscaremos sintetizar por meio de uma análise crítica os resultados obtidos evidenciando as contradições das relações entre Capital, Força de Trabalho e Meio de Produção. O Capital é, antes de tudo, uma relação social historicamente determinada. À força de trabalho cabe o papel de criar valor. A terra, no modo de produção capitalista, enquanto meio de produção, assume uma forma inteiramente econômica. Como os dados apontaram em diversos momentos, a concentração de terras evidencia o problema do uso do solo como uma questão estrutural. Da mesma forma, quando são apresentados os dados referentes a emprego e renda, é possível observar a discrepância com relação a renda de pessoas negras e mulheres quando comparados com homens brancos. Ou seja, o capitalismo, enquanto um modo de produção, sempre utilizou-se da superexploração da força de trabalho desses sujeitos para a acumulação do capital. Sendo assim, dentro da fórmula trinitária do capital, encontramos a tríade estrutural do capital em nosso país: latifúndio, o racismo e o patriarcado, mais o agravante da dependência político-econômica aos países imperialistas. De fato, nesta lógica, vários aspectos são considerados como externalidades aos cálculos de lucro, e são justamente as injustiças socioambientais.

Apesar disso, a terra, ao contrário do capital, é uma categoria transistórica, existe em cada momento histórico, é um espaço presente na natureza. Assim como o trabalho, categoria que funda o ser social. É através dele que ocorre a interação sociedade e natureza, por meio da qual se produz os meios necessários para sua reprodução social. É nesta perspectiva que a agricultura camponesa, em especial as mulheres camponesas, têm uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. Nesse sentido, a partir do objetivo central desta pesquisa, de compreender o papel das mulheres camponesas construindo estratégias de produção e comercialização de alimentos agroecológicos na Metrópole de Goiânia, destacamos que a linhagem materna apresenta-se como o elo de relação das mulheres com a terra. As trajetórias dessas mulheres sempre estiveram fundamentadas no cultivo da terra para uma produção diversificada e abundante, permitindo que realizem trocas ou comercialização dos excedentes, a fim de adquirir o que não produzem. Esse excedente comercializado têm grande importância no abastecimento local de alimentos diversos, frescos e de qualidade.

Evidenciamos que a divisão sexual do trabalho conecta as mulheres na relação cidade-campo, a partir dessa relação diferenciada com o alimento que vem dessas sujeitas do cuidado, e que pensam a saúde de forma integral, em sua relação com o ambiente. E para além disso, controem localmente redes contra hegemônicas que materializam um projeto político protagonizada pelas

mulheres, a partir de sua visão de mundo, na luta pela educação, saúde, renda e vida digna no campo e em seus territórios e para o povo brasileiro, que anseia soberania alimentar, popular, nacional. Assim, mesmo excluídas e excluídos do pacote tecnológico e seu mercado global de *commodities*, muitas/os agricultoras/es camponesas/es mantêm a atividade produtiva por uma série de estratégias de (re)existência para sua reprodução social.

Nesse sentido, esta pesquisa, ao analisar o trabalho dessas mulheres camponesas entrevistadas com relação ao primeiro objetivo específico desta pesquisa, de identificar a agrobiodiversidade do Cerrado por elas manejada, aponta para a necessidade de efetivamente reconhecer e valorizar a socioagrobiodiversidade estruturada por estas mulheres camponesas, pela agricultura camponesa. São portadoras dos saberes locais desenvolvidos e acumulados a cerca das propriedades medicinais e nutritivas da vegetação nativa, bem como da dinâmica do Cerrado como um todo. Valorizam e mantêm os hábitos alimentares regionais, baseados na diversidade produtiva de alimentos livres de agrotóxicos e de transgênicos. Estas são expressões fortes de vínculos com o território, em uma relação com a terra e com a produção de comida que vai além da lógica do mercado, constituindo-se, na prática, enquanto território que resiste a expansão da fronteira agrícola do agronegócio.

Assim, com relação ao segundo objetivo específico desta pesquisa, de entender sua organização produtiva e os desafios que enfrentam, enfatizamos o grande desafio político colocado para esta agenda. Como observou Josué de Castro, a fome é uma escolha política e, dessa forma, a opção de privilegiar o agronegócio em detrimento da agricultura camponesa é um pilar da fome que vemos hoje. Não por acaso, o Estado atualmente é organizado a partir da composição majoritária de agentes do agronegócio, que realizam muitos dos desmontes das políticas públicas conquistadas pela mobilização social. Entendemos que o Estado não deve subsidiar os grandes conglomerados agroindustriais, mas sim, o seu povo. Conforme destacamos anteriormente, a participação dessas mulheres em lutas pela melhoria de suas condições de vida, resultaram na implantação de políticas públicas e projetos de equipamentos (ou tecnologias) sociais que necessitam serem resgatados e demandam continuidade. O compromisso social com a dignidade da vida dos brasileiros deve ser ação do Estado.

Por isso, é colocada a hora de construir nas bases as condições conjunturais para uma emancipação das mulheres, e conseqüentemente, do povo brasileiro. Os movimentos sociais entendem isso, disputando narrativas e práticas nas eleições brasileiras deste ano de 2022. Se o Estado mediu e estruturou muito da realidade colocada hoje, também pode construir a agroecolo-

gia junto ao campesinato. Para tanto, é necessário garantir o acesso à terra e oportunidades de inclusão sócio-produtiva, saúde e educação do campo para quem produz alimentos para o povo brasileiro. É imediato enfrentar a exclusão social e a violência no campo, para permitir que essas pessoas que trabalham na agricultura vivam com dignidade. É preciso prezar pelas práticas socio-culturais que configuram essas territorialidades, na interface de uma relação entre meio ambiente saudável e pessoas saudáveis. Enfim, é necessária a ratificação do projeto de sociedade da Agroecologia, a qual reivindicam historicamente levantando bandeiras de luta nas ruas, mas que também já constroem na prática – de forma autônoma - com tantas dificuldades.

Assim, apontamos oportunidades, mas evidenciamos dificuldades que precisam ser superadas no campo da produção, distribuição e consumo de alimentos agroecológicos. As políticas públicas e as pesquisas futuras devem ser direcionadas para superar problemas como desarticulação entre oferta e demanda; o reduzido volume de produção agroecológica; problemas de infraestrutura e logística, todos desafios sintetizados na subseção 4.2 desta dissertação. Além disso, é essencial investir na educação do Campo, pautada na realidade do campesinato local, potencializando sua prática de produção de alimentos para a sociedade e, do outro lado, investir em educação para o consumo consciente com informação qualificada às/os consumidoras/es. As próprias políticas públicas de compra institucional podem contribuir para a mudança de hábitos de consumo em relação à alimentação saudável ao mesmo tempo em que cria novos mercados incentivando a produção de base ecológica. Os desafios passam pela criação de estruturas de apoio à produção, distribuição e comercialização, assistência técnica, com suporte institucional, financeiro e políticas públicas, para estimular e fortalecer o processo de transição agroecológica.

Com relação ao terceiro e último objetivo específico desta pesquisa, de compreender as repercussões do trabalho destas mulheres para a autodeterminação feminina e para a permanência das famílias na terra e para a construção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, enfatizamos novamente o protagonismo da mulher camponesa neste processo de transição agroecológica. Por isso, ressaltamos que a construção de políticas públicas que não levam em conta as relações de gênero seguem reproduzindo iniquidades. O processo de autodeterminação não acontece da mesma forma para todas as mulheres e, embora tenhamos identificado mulheres camponesas com autonomia e maior poder de decisão na família, ainda nos deparamos com relações desiguais entre os gêneros. O que as experiências mostram é que para uma planificação da agroecologia nos territórios é necessário a formulação políticas públicas pautada na multidisciplinaridade, com ações que contribuam para a transformação das relações desiguais na sociedade. Mostram, tam-

bém, que a construção de relações de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional tratam-se de um processo educativo dialético que precisa, necessariamente, partir do diálogo entre as diversidades e ancorar-se socioterritorialmente. Quer dizer, pensando em Soberania Alimentar, programas como Horta na escola, Horta para todos, contribuem na construção a partir do processo educativo e de forma imediata para a Segurança Alimentar e nutricional. No entanto, encontra obstáculos na fluidez do tempo urbano. Por isso, é dada a hora de destinar terras para quem produz alimentos. É urgente uma política de reforma agrária séria, que articule todas estas demandas de formação básica e assistência técnica com a distribuição de terras e infraestrutura para a produção de alimentos de maneira planejada para a superação da realidade de fome. Reforma Agrária Popular Já!

Neste sentido, esta pesquisa foi um esforço de contribuir com o debate sobre o futuro das áreas públicas e demais terras passíveis de serem destinadas à Reforma Agrária na Região Metropolitana de Goiânia. É necessário resgatar o que está na constituição da República, de 1988: “a destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária”. Acreditamos que estes espaços, hoje sob a égide da especulação imobiliária e da expansão do agronegócio, podem ser direcionados para o assentamento de famílias em vulnerabilidade social nas franjas da metrópole. Estes assentamentos podem garantir uma qualidade de vida na metrópole no que diz respeito a oferta de alimentos frescos para a população local, em consonância com a geração de renda para estas famílias.

Neste papel de produção de alimentos, a agricultura camponesa constitui a fração de classe fundamental na estruturação dos territórios rurais, não só porque envolve uma parcela significativa da população e gera emprego no setor rural, mas, sobretudo, porque é a fração de classe com maior capacidade de estimular a socioagrobiodiversidade no campo. Para tanto, é indispensável o fortalecimento de Políticas Públicas de Reforma Agrária, que garanta Ater Pública e de qualidade, que respeite as realidades locais; que potencializem as experiências em curso com financiamento para a produção; para a logística de armazenamento e escoamento; além de ampliar os circuitos de consumo, especialmente com os mercados institucionais. É preciso descentralizar a alimentação em redes, em cada cidade, bairro. É necessário que o alimento, elemento essencial a vida, seja visto enquanto Direito Humano e não como uma mercadoria.

Antes que o barco afunde,
que o endereço mude,
que ninguém escute,
que se ligue o “mute”,
ainda há tempo de se conversar.

Antes que não haja clima,
que não rime a rima,
que caia por cima,
feito chuva fina,
ainda há tempo de se conversar.

Antes de bater a porta,
do choro que corta,
da palavra morta,
quando nada importa,
ainda há tempo de conversar.

Se o amor se foi,
não tem nada, pois,
amar é mais que dois,
é nosso caminhar.

Se tudo acabou, nada apagou,
pouco que restou é recomeçar.

(Pedro Munhoz, Sonhos e Poesias, p. 55).

6. Referências Bibliográficas

AGUIAR, Diana. *Dossiê Crítico da Logística da Soja: Em defesa de alternativas à cadeia monocultural*. Rio de Janeiro: FASE, 2021.

ALMEIDA, Sílvio. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: PETERSEN, P. (org). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 67-84, 2009.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. Agroestratégias e desterritorialização- direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In. Almeida, A.W. et. al. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais – fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Editora Lamparina, 2010.

ALMEIDA, Itamara. JESUS, Cleidineide Pereira. Feminismo Camponês Popular: uma abordagem antirracista. In MMC (org.) *Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas*. Expressão Popular, 2021.

ALIMENTANDO POLÍTICAS. Relatório Comissão The Lancet - A Sindemia Global da obesidade, Desnutrição e Mudanças Climáticas. 2019. Disponível em: <<https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Relat%C3%B3rio-Completo-The-Lancet.pdf>> Acesso em: 23/11/2019.

ALTIERI, Miguel. A. NICHOLLS, Clara Inês. *A Agroecologia em tempos de COVID-19*. University of California, Berkeley e Centro Latinoamericano de Investigaciones Agroecológicas (CELIA), 2020.

ALVES, A. *Excluídos da modernização da agricultura: responsabilidade da extensão rural?* Revista de Política Agrícola, n. 3, p. 3-6, jul./ago./set. 2013.

ALENCAR, Isadora de Paula Vieira. *A mulher rural na produção capitalista: o projeto energia mulheres da terra em orizona (GO)*. Dissertação. UEG: Anápolis, 2021.

AQUINO, Adrieli Laís Antunes. Cenci, Daniel Rubens. Souza, Vitor Kinalski. Ecofeminismo: A luta pela liberdade da “Mãe – Terra”. *Brazilian Journal of Development*. Curitiba, v. 6, n. 10, 2020.

AQUINO, J. R. e SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural. *Anais em CD-ROM do VIII Congresso da ALASRU*. Porto de Galinhas/PE, v. 1. 20p., 2010.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS – ANMTR. Acampamento Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais: Margarida Alves. *Cartilha do MMC*. Passo Fundo: Impressão Gráfica Batistel, 2002.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

APIB. *Retrospectiva 2021: povos indígenas e a luta pela vida*. Disponível em: < <https://apiboficial.org/retrospectiva-2021/> > Acesso em: 20/01/2022.

APIB. *Povos Indígenas na COP 26: Demarcação Já*. Disponível em: < www.apiboficial.org > Acesso em: 01/03/2022.

ARAÚJO, Leonardo de Castro. *Periurbanização na Metrópole: Bairro Chácaras Bom Retiro, Goiânia-GO*. Dissertação de Mestrado, PPGeo, IESA, 2014.

ARANHA, Ana. FREITAS, Hélen. Água da torneira tem produtos químicos e radioativos em 763 cidades brasileiras. Agência Pública e Repórter Brasil, 7 mar. 2022. Disponível em: <https://publica.org/2022/03/agua-da-torneira-tem-produtos-quimicos-e-radioativos-em-763-cidades-brasileiras/> > Acesso em: 24 mar. 2022.

ARRAIS, Tadeu Alencar. A Questão Social, a Previdência Rural e a Capitalização Econômica da Escala Municipal. *Boletim Goiano de Geografia*, vol. 37, núm. 2, 2017.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA – ABA. *Caderno de Apoio oficina de sistematização de experiência dos núcleos de agroecologia*, 2017.

AZEVEDO, Roanna. *Decolonial e descolonial: qual a diferença entre os termos?* Disponível em: < <https://www.hypeness.com.br/2022/02/decolonial-e-descolonial-qual-a-diferenca-entre-os-terminos/> > Acesso em: 20/07/2022.

BATISTA, Andréia Francine. *Consciência e territorialização contra-hegemônica: uma análise das políticas de formação da Via Campesina na América do Sul*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes. CHAVEIRO, Egmar Felício. Cartografia de um pensamento de Cerrado. *Cerrados: perspectivas e olhares*, 2010.

BARONE, Luciana Garritano. *Memória e História do Processo de Construção da Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde*. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013.

BBC. *Os sem-terra que romperam com MST e apoiam Bolsonaro*. 11 julho 2022. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62087120> >. Acesso em: 20/07/2022.

BELA VISTA. *Lei 1991/2022 Dispõe sobre o Serviço de Inspeção Municipal*. Disponível em: < <https://acessoinformacao.belavista.go.gov.br/cidadao/legislacao/sgleis> > Acesso em 05/08/2022.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. *O que são assentamentos rurais?* São Paulo, Brasiliense, 1996 (coleção Primeiros Passos, 301).

BHATTACHARYA, T. “Introduction: mapping social reproduction theory”. In: BHATTACHARYA, T. *Social reproduction theory: remapping class, recentering oppression*. London: Pluto Press, 2017.

BOYENS, Ingeborg. Colheira Amarga. [1999] Tradução de Clara Fonseca. 1º Edição, Lisboa: 2002.

BORGES, Joice Almeida; ALMEIDA, Maria Geralda. Experiências com as Identidades Goianas no Ensino Fundamental de Geografia. *Revista Boletim Goiano de Geografia*. Goiânia, v. 29, n. 2, p. 199-211, 2009.

BORRAS, Saturnino Jr.; FRANCO, Jennifer; PLOEG, Jan D. van der. Introduction: land concentration, land grabbing and people's struggle in Europe. In: FRANCO, Jennifer e BORRAS, Saturnino Jr. (Eds.). Land concentration, land grabbing and people's struggle in Europe. Amsterdam, Transnational Institute (TNI) e Via Campesina, junho de 2013, p. 6-30.

BRANDÃO, Carlos. R. *Minha casa, o mundo*. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2008.

BRANFORD, Sue. *Rompendo a Cerca: a história do MST*. 1º Ed. Casa Amarela: São Paulo, 2004.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*. n. 6. p. 11-28. jul./dez. 2002.

BRASILIANA FOTOGRAFICA. *Série "1922 – Hoje, há 100 anos" VI – A fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino*, 2022. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/?page_id=96 > Acesso em: 09/08/2022.

BRASIL. *Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta*. Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. 1. ed.; 1. reimp. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. *Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral*. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html> > Acesso em 12/07/2021.

BRASIL DE FATO. *O tempo das mulheres não cabe no relógio do capital*. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/02/02/o-tempo-das-mulheres-nao-cabe-no-relogio-do-capital> > Acesso em: 10/02/2022.

BRASIL PARALELO. *Brasil celeiro do mundo — o país que pode sustentar o planeta*. 2021. Disponível em: <<https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/brasil-celeiro-do-mundo> > Acesso em 10/09/2022

BRASIL. *DECRETO Nº 10.623, DE 9 DE FEVEREIRO DE 2021. Programa Adote um Parque*. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.623-de-9-de-fevereiro-de-2021-302915383> > Acesso em: 12/05/2022.

BRASIL. *Norma de Execução INCRA/DD nº 79 de 26/12/2008*. Disponível em: <<https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=91547> > Acesso em: 12/06/2022.

BRASIL. *Decreto nº 9.424, de 26 de junho de 2018*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2015-2018/2018/Decreto/D9424.htm#art17 > Acesso em: 15/04/2022.

BRASIL. [Companhia Nacional de Abastecimento]. *Legislação básica: PAA*. Brasília, março 2011. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br> > Acesso em: 16/04/2022.

BRASIL. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A3EDFA1E45A30D5DB3255B5B6CCFB382.node1?codteor=727660&filename=LegislacaoCitada+-PL+6680/2009 > Acesso em: 20/03/2022.

BRASIL. *Governo Federal entrega 500 títulos definitivos de terra a agricultores do Acre*. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2022/03/governo-federal-entrega-500-titulos-definitivos-de-terra-a-agricultores-do-acre> > Publicado e acessado em 18/03/2022.

BRASIL. *Lei nº 11.947, de 16/6/2009*. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/legislacoes/institucional-leis/item/3345-lei-n-11947-de-16-de-junho-de-2009> > Acesso em: 20/03/2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de desenvolvimento da educação. *Resolução CD/FNDE Nº26, de 17 de julho de 2013*, p. 1-44, 2013.

BRASIL. *Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020*. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020> > Acesso em: 12/04/2022.

BRASIL. *Resolução nº 21, de 16 de novembro de 2021*. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/14225-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-21,-de-16-de-novembro-de-2021> > Acesso em: 12/06/2022.

CALVILLO VELASCO, Miriam. Territorialidad del género y generidad del territorio. In: RAMOS, Maria Eugenia Reyes; LARA, Álvaro F. López. (org.). *Explorando territorios: una visión desde las ciencias sociales*. México, 2012, p. 236-293.

CALAÇA, Michela. Mulheres e Agroecologia. Curso de Agroecologia Ana Primanesi. Escola Popular Egidio Brunetto, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Sr9HLrIkuFA> > Acesso em: 13/08/2021.

CAGED. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, 2019. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/eec/pages/consultas/evolucaoEmprego/consultaEvolucaoEmprego.xhtml#relatorioSetor> > Acesso em: 19/06/2020.

CAMPANHA NACIONAL EM DEFESA DO CERRADO. *Ecocídio do Cerrado e Genocídio [Cultural] de seus povos: quem está sendo acusado de cometer esses crimes?* 2022. Disponível

em: <<https://www.campanhacerrado.org.br/noticias/378-ecocidio-do-cerrado-e-genocidio-cultural-de-seus-povos-quem-esta-sendo-acusado-de-cometer-esses-crimes>> Acesso em: 04/07/2022.

CAPORAL, Francisco R. *La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil*. Tese de Doutorado. Universidad de Córdoba, Espanha, 1998.

CAPORAL, Francisco Roberto. COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável*. Brasília (DF), 2006.

CAPORAL, Francisco. R. *Em defesa de um plano nacional de transição agroecológica: Compromisso com as atuais e nosso legado para as futuras gerações*. Brasília, 2009.

CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. Edições Melhoramento. 2º Edição. São Paulo: 1969.

CARVALHO, Horácio Martins de. *O campesinato no século XXI Possibilidades e condicionantes para seu desenvolvimento no Brasil*. Editora Vozes, 2005.

CARVALHO, Jéssyca. Tomaz OLIVEIRA, Adriano. Rodrugues. O Agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante. *REVISTA NERA*, 2021.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? *Cederno Sempreviva Organização Feminista*, SOF, 2003.

CARTA CAPITAL. *Trabalho doméstico não remunerado vale 11% do PIB no Brasil*. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/economia/trabalho-domestico-nao-remunerado-vale-11-do-pib-no-brasil/>> Acesso em: 18/04/2022.

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço* [1946]. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares, 1983.

CASTRO, Maria da Conceição Araújo. *Relação Campo-Cidade e a Dinâmica Capitalista um Estudo no Oeste do Estado do Pará – Município de Santarém*. In *Anais XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária*. São Paulo, 2009.

CASTELLS, M. *O Poder da Identidade*. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. pp 21-28. e 78-87.

CASTILHO, Dênis. *A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (cang) e a formação de Ceres-go*. *Élisée*, Rev. Geo. UEG - Goiânia, v.1, n.1, p.117-139, jan./jun. 2012.

CASSOL, Abel. SCHNEIDER, Sérgio. *Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. Dossiê Questão Agrária Na Atualidade*. May-Aug, 2015.

CEDOC, Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Conflitos no Campo: Brasil 2020*. Goiânia: CPT Nacional, 2021.

CEDOC, Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Conflitos no Campo: Brasil 2021*. Goiânia: CPT Nacional, 2022.

CEASA, Central de Abastecimento de Goiás. *Análise Conjuntural Anual*. Disponível em: <<https://www.ceasa.go.gov.br/component/content/article/2-institucional/404-analise-conjuntural-anual.html?highlight=WyJjb25qdW50dXJhbCJd&Itemid=101>> Acesso em: 30/06/2021.

CEPEDA, V. A. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo – um balanço histórico. *Revista Estudos Avançados*: São Paulo, maio/agosto/2012.

CISNE, Mirla. Gênero, marxismo e pós-modernidade: uma reflexão teórico-política acerca do feminismo na atualidade. *Revista O Comuneiro*. Nº 2, março, 2006.

COELHO, Sabira. *The Climate Change – Human Trafficking Nexus*. Bangcoc: IOM, 2016.

CONAB. Boletim da Safra de Grãos 2020/2021. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos>> Acesso em 17/04/2022.

CONAB. Boletim Hortigranjeiro 2022. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/info-agro/hortigranjeiros-prohort/boletim-hortigranjeiro>> Acesso em 17/04/2022.

CONSEA. Manifesto da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional à Sociedade Brasileira sobre Comida de Verdade no Campo e na Cidade, por Direitos e Soberania Alimentar. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/5_conferencia/5_conferencia/Manifesto_COMIDADEVERDADE.pdf> Acesso em 30/11/2021.

CONTE, Isaura Isabel. Mulheres, auto-estima e feminismo. 2010. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Sociologia/mulheres_auto_estima_feminismo.pdf> Acesso em: 20/12/2021.

CONTE, Isaura. CALAÇA, Michela, TABORDA, Noeli Welter. Divisão Sexual do Trabalho. In. MMC (org.) *Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas*. Expressão Popular, 2021.

COSTA, César Augusto Soares. Dialética Marxista e Interdisciplinaridade: implicações epistemológicas. *Razão e Fé, Pelotas*, 14(1): 37-55, Jan.-Jun./2012.

CORCIOLI, Graciella. Evolução do Pronaf no estado de Goiás: tendência de concentração de investimentos em atividades pecuárias tradicionais. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 39, 2019.

CUT – ECO/CUT. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável PTDRS*. Escola Centro-Oeste de Formação da CUT: Goiás, 2011.

CPDOC. *A conquista do oeste*. Disponível em: <cpdoc.fgv.br> Acesso em 5 de junho de 2021a.

CPDOC. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)*. Disponível em: <cpdoc.fgv.br > Acesso em 5 de junho de 2021b.

CLARCK, Brett, FOSTER, John Bellamy. *A dialética do metabolismo sociológico: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital*. Dossiê Imperialismo, Ecologia e Crise Estrutural. Boitempo Editorial, 2010.

CRUZ, Fabiana Thomé. *Produtores, consumidores e a valorização de produtos tradicionais: um estudo sobre qualidade de alimentos a partir do caso do queijo serrano dos campos de cima da Serra/RS*. Tese de doutorado em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

CRUZ, Fabiana Thomé. Governança dos sistemas alimentares: perspectivas e oportunidades para a soberania alimentar e nutricional sustentáveis. In PREISS, Potira, SCHNEIDER, Sergio. *Sistemas alimentares no século 21: debates contemporâneos*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2019.

CRUZ COSP, María Clara Santa. Estudios de género y ciencias sociales en Paraguay. *Enfoques de mujer, Asunción*, n. 1, p. 1-25, nov. 2013.

CRUZ, Teresa Almeida. *A Caminhada de Organização do Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil na Luta em Defesa da Vida*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

CRUTZEN, Paul J.; STOERMER, Eugene F.. The “Anthropocene”. *Global Change News Letter*, [S.L], n. 41, p. 17-18, mai. 2000.

CUT. *Guia Sindical de Organização e Mobilização dos Comitês de Luta*. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/acao/comites-de-luta-guia-sindical-de-organizacao-e-mobilizacao-560b>> Acesso em: 20/05/2022.

DAROLT, Moacir Roberto. ROVE, Oscar José. (Org). *Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social*. Florianópolis, SC: Estúdio Semprelo, 2021.

DAROLT, Moacir Roberto; LAMINE, Claire; BRANDEMBURG, Alfio. A Diversidade dos Circuitos Curtos de Alimentos Ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Agriculturas*, v. 10 - n. 2, 2013.

DEMATTEIS, Giuseppe. *Per una geografia della territorialità attiva e dei valori territoriali*. In: BONORA, Paola. (Org.). Slot, quaderno 1. Bologna: Baskerville, 2001.

DIAS, Juliana Luisa Barbosa. BEZERRA, Juscelino E. Impactos da Covid-19 na produção e comercialização de alimentos em Brasília-DF: desafios para os assentados/acampados da reforma agrária. *GeoTextos*, vol. 17, n. 1, julho 2021.

DIAS, Alexandre Pessoa. STAUFFER, Anakeila de Barros. MOURA, Luiz Henrique Gomes. VARGAS, Maria Cristina (organizadores). *Dicionário de Agroecologia e Educação*. 1ª edição. Expressão Popular: Rio de Janeiro e São Paulo, 2021.

DIEESE. *Mulheres no mercado de trabalho brasileiro: velhas desigualdades e mais precarização*. Boletim Especial do Dia da Mulher. São Paulo: 07/03/2022.

DELGADO, Guilherme Costa. BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária. *Revista Estudos Feministas*, 12(1), 2004.

DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. Editora Zahar, 1983.

EDUARDO, Márcio Freitas. Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas. *REVISTA NERA – ANO 19, Nº. 31*, 2016.

ELIAS, Denise. *Relações Campo-Cidade, Reestruturação Urbana e Regional no Brasil*. IN Anais do XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Bogotá, 2012.

ENGELS, Friederich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS, Friederich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 1884 .

EMBRAPA. *Marco Referencial em Agroecologia*. 2006. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66727/1/Marco-referencial.pdf>> Acesso em: 12/05/2021.

EMBRAPA. *Matopiba: caracterização das áreas com grande produção de culturas anuais*. 2014. Disponível em: <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/105192/1/20140721-NotaTecnica6.pdf>> Acesso em: 12/05/2021.

ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 35, p. 89-100, dez. 2015.

FAO. *Relatório de Gênero e Terra - Condições iguais*. 2007. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/bb121o/bb121o.pdf>> Acesso em: 15/07/2022.

FAO. *O Estado Mundial da Agricultura e da Alimentação*. Food and Agriculture Organisation: Roma, 2011.

FAO. *The Water-Energy- Food Nexus: A new approach in support of food security and sustainable agriculture*. Food and Agriculture Organisation: Rome, 2014.

FAO. *Agronegócio foi responsável por quase 70% do desmatamento na América Latina*. Disponível em: <<https://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/425810>> Acesso em: 15/03/2022.

FAO. *ATLAS das Mulheres Rurais da América Latina e do Caribe: invisíveis, indispensáveis, exigidas em excesso*. Food and Agriculture Organisation: Santiago de Chile, 2017.

FAO. *The State of Food and Agriculture: Migration, agriculture and rural development*. Food and Agriculture Organisation: Roma, 2018.

FAO. *Global Forest Resources Assessments*, 2020. Disponível em: <<https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1507192/>> Acesso em: 15/03/2022.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2022: Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable*. Rome, FAO, 2022.

FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: *Desafios do livre mercado para o feminismo*. Cadernos Sempre Viva, 2005.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução Coletivo Sycorax. Editora Elefante, São Paulo: 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão agrária, pesquisa e MST*. São Paulo: Cortez, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. In: *Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil*. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *A Territorialização do Mst - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil*. Revista NERA. Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Movimento social como categoria geográfica*. Terra Livre, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Soberania Alimentar como Território. In: VIDOTTE, B.T.; SCHWENDLER, S.F. (Organizadoras). *Conflitos agrários: seus sujeitos, seus direitos*. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2015.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretações sociológicas. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERREIRA, L. C. G.; NÓBREGA, S. C. *Agricultura Urbana e Soberania Alimentar: uma reflexão sobre a importância das práticas socioambientais na Grande Goiânia (GO)*. Revista Geonordeste, v.XXX, p. 129-150, 2019.

FGV. *Verbete temático: Milhagre Econômico brasileiro*. Disponível em: <cpdoc.fgv.br> Acesso em 5 de junho de 2020.

FONSECA, Maria Teresa Lousa. *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*. São Paulo, Loyola, 1985.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/10-anuario-2022-feminicidios-caem-mas-outras-formas-de-violencia-contra-meninas-e-mulheres-crescem-em-2021.pdf>> Acesso em: 15/05/2022.

FNDE. *Repasses Financeiros do Pnae, 2019 – atualizado em 2022*. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/dadosabertos/dataset/repasses-financeiros-do-pnae>> Acesso em: 12/06/2022.

FNDE. *Conselho de Alimentação Escolar (CAE)*. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/acessibilidade/item/12826-conselho-de-alimenta%C3%A7%C3%A3o-escolar-cae>> Acesso em: 12/06/2022.

FRANCO-GARCIA, Maria; MANUEL SANTOS SOLLA, Xosé; PALLARÉS AMENEIRO, Laura. Espacios rurales y representaciones de gênero: las bases materiales de la violencia simbólica contra las mujeres rurales gallegas (España) y nordestinas (Brasil). *Terra Livre*, v. 2, n. 57, p. 279–326, 2022.

GAGO, Verónica. *A Potência Feminista ou o desejo de transformar tudo*. Editora Elefante, 2020.

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Institute of Latin American, 1976.

GAUDEMAR, J. P. D. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas: negócios e mercados da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *Proposição teórico-metodológica de uma Cartografia geográfica crítica e sua Aplicação no desenvolvimento do Atlas da questão agrária brasileira*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2008.

GRINDSTED, Thomas Skou. Educating geographers in an era of the anthropocene: paradoxical natures - paradoxical cultures. *Elsevier*, v.106, p.320-329, abr. /out. 2015.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. *Colonialismo interno (uma redefinição)*. In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZALEZ, Sabrina (Org.). *A Teoria Marxista Hoje: problemas e perspectivas*. São Paulo: CLACSO, 2007. p. 431-458.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (Org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONÇALVES, Ricardo Junior de Assis Fernandes. *No horizonte, a exaustão: disputas pelo subsolo e efeitos socioespaciais dos grandes projetos de extrativismo mineral em Goiás* / Tese de Doutorado: UFG, 2016.

GUIMARÃES, Elizabeth. CARVALHO, Andrea. CAETANO, Leo. *Manejo, Alimentação e Cuidados com Filhotes de Tamanduá-Bandeira para fins de Conservação*. Editora Kelps: Goiânia, 2020.

GOITES, Enrique [et al.]. *Espacios agrícolas periurbanos: oportunidades y desafíos para la planificación y gestión territorial en Argentina*. Buenos Aires: Ediciones INTA, 2020.

GOIÁS. *Lei Complementar nº 27, de 30 de dezembro de 1999*. Disponível em: <<https://legisla.casacivil.go.gov.br/api/v2/pesquisa/legislacoes/101020/pdf>> Acesso em 15/03/2021.

GÖTSCH, Ernst. *Homem e Natureza: Cultura na Agricultura*. 2º Ed. Recife Gráfica Editora: Centro Sabiá, setembro de 1997.

GUZMÁN, Casado, G.; GONZÁLES DE MOLINA, M.; Sevilla GUSMÁN, E. (Coords.). *Introducción a la Agroecología como desarrollo rural sostenible*. Madrid: Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; GONZÁLES DE MOLINA, Manuel. *Sobre a Evolução do Conceito Campesinato*. Via Campesina, 2005.

GUDYNAS, Edurado. *Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza*. Cochabamba: CEDIB/CLAES, 2015.

HAESBAERT, Rogério. *O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAESBAERT, Rogério. *Do Corpo-Território ao Território-Corpo (da Terra): Contribuições Decoloniais*. GEOgraphia, vol: 22, n.48, 2020.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HORA, Karla; NOBRE, Miriam; BUTTO, Andrea. *As mulheres no censo agropecuário 2017*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, Maio de 2021.

IBGE. *Censo Agropecuário 2017*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9827-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e>> Acesso em: janeiro de 2020.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 24 dez. 2020.

IBGE. *Censo Demográfico 2000*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/administracao-publica-e-participacao-politica/9663-censo-demografico-2000.html?=&t=destaques>> Acesso em: 24 dez. 2020.

IBGE. *Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9262-indice-nacional-deprecos-ao-consumidor-amplo-especial.html>> Acesso em: 24 dez. 2020.

IBGE. *Regiões de influência das cidades (REGIC): 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. *Pesquisa da Pecuária Municipal*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=destaques>> Acesso em: 18/10/2021.

IBGE. *Produção Agrícola Municipal*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html?=&t=destaques>> Acesso em: 18/10/2021.

IBGE. *Pesquisa de Inovação, 2017*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multi-dominio/ciencia-tecnologia-e-inovacao/9141-pesquisa-de-inovacao.html?=&t=destaques>> Acesso em: 18/10/2021.

IHU. Instituto Humanistas Unisinos. *A MP759 coloca terras da Reforma Agrária na mira do agronegócio*. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/567723-a-mp-759-coloca-terras-da-reforma-agraria-na-mira-do-agronegocio>> Acesso em: janeiro de 2022.

IHU. Instituto Humanistas Unisinos. *Ecofeminismo é colocar a vida no centro da organização social, política e econômica, afirma Vandana Shiva*. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/172-noticias/noticias-2012/506679-ecofeminismo-e-colocar-a-vida-no-centro-da-organizacao-social-politica-e-economica-afirma-vandana-shiva>> Acesso em: 15/03/2022.

INCRA. *Painel dos Assentados*. Instituto Nacional de Colonização Agrária: Secretária Regional SR-04, 2017.

IPEA. *Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça*. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/retrato/>> Acesso em: 12/03/2022.

IPEA. *Políticas Públicas, Agricultura Familiar E Desenvolvimento Territorial: Uma Análise Dos Impactos Socioeconômicos Do Pronaf No Território Médio Jequitinhonha – Mg*. Brasília, 2012.

JORNAL DA USP. *Uso de agrotóxicos pode levar à extinção de abelhas*. RÁDIO USP, 21/06/2017. Disponível em: <[Uso de agrotóxicos pode levar à extinção de abelhas – Jornal da USP](#)>

JAHN, Elisiane de Fátima. SANTOS, Geneci Ribeiro. RODRIGUES, Sandra Marli da Rocha. *Economia Feminista e as Mulheres Camponesas*. In In MMC (org.) *Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas*. Expressão Popular, 2021.

JANCZ, Carla; MARQUES, Gláucia; NOBRE, Miriam; MORENO, Renata; MIRANDA, Rosana; SAORI, Sheyla; FRANCO, Vivian. *Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira*. São Paulo: SOF, 2018.

KOSS, Monika Von. *Feminino + Masculino: Uma nova coreografia para a eterna dança das polaridades*. Coleção Ensaio Transversais, 2004.

LATOUCHE, Serge. *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*. São Paulo: WMFmartinsfontes, 2009.

LAMINE, Claire. DAROLT, Moacir. BRANDENBURG, A. *The Civic and Social Dimensions of Food Production and Distribution in Alternative Food Networks in France and Southern Brazil*. International Journal of Sociology of Agriculture and Food. vol.19, nº 3, 2012.

LAPIG, Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento. *Atlas das Pastagens*. Disponível em: <<https://lapig.iesa.ufg.br/p/38972-atlas-das-pastagens>> Acesso em: 30/04/2022.

LEFF, Enrique. *Ecologia Política: da desconstrução do capital à territorialização da vida*. Conferência Aula Inaugural do Programa de Pós Graduação em Geografia da UFF, 2022. Disponível em: <www.youtube.com.br>. Acesso em: 07/04/2022.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo; Centauro, 2001.

LIPIETZ, Alan. *A ecologia política e o futuro do Marxismo*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n2/a02v5n2>> Acesso em 15 de nov. 2019.

LIMA, Clara Regina Medeiros. PEREIRA, Glaciane Vareiro. *Agricultura Camponesa e agronegócio: mulheres em resistência*. In MMC (org.) *Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas*. Expressão Popular, 2021.

LOMBARDI, Maria Rosa. *A ocupação no setor agropecuário no período 1993-2006 e o trabalho das mulheres*. In: DI SABBATTO, Alberto et al. (orgs). *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres / Brasília: MDA, 2009, pp.123-164*.

LORENZONI, Carmen. SEIBERT, Iridiani Gracieli, COLLET, Zenaide. *Movimento de Mulheres Camponesas: veredas de muitas histórias*. In MMC (org.) *Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas*. Expressão Popular, 2021.

LUGONES, Maria. *Rumo a um feminismo descolonial*. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 2014.

LUXEMBURGO, Rosa. *Acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

LUKÁCS, Georg. *Para uma ontologia do ser social II [1978]*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO, Altair Toledo. *Limites e potencialidades da pesquisa colaborativa com sementes crioulas entre grupos sociais produtores*. In: NEDER, R. T.; COSTA, F. M. P (org). *Ciência, tecnologia, 126 Jataí-GO | n.28 | Jan-Jul/2017 sociedade (CTS) para a construção da agroecologia. Série 1. Cadernos Construção Social da Tecnologia, Universidade de Brasília, 2014*.

MAPA. Plano Safra 2022/2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/plano-safra/2022-2023>> Acesso em: 10/06/2022.

MARINHO, Maiara. *Igrejas evangélicas geram conflitos: Intolerância religiosa contra rezadeiras Guarani Kaiowá*. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/intolerancia-religiosa-contrarezadeiras-guarani-kaiowa/>> Acesso em: 25/08/2021.

MARX, Karl. *Salário, preço e lucro* (uma exposição condensada da teoria da mais-valia e da exploração do trabalho pelo capital. É uma palestra para sindicalistas). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. *Mensagem inaugural da associação internacional dos trabalhadores*. In: Obras Escolhidas. Tomo II. Lisboa: Edições Avante, 1983.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política. O processo de produção do capital*. [Livro 1]. 2ª Edição São Paulo: Boitempo, 2011.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. *El Ecologismo de los Pobres. conflictos ambientales y lenguajes de valoración*. Barcelona, Icaria, 2006

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. In: *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. Roberta Traspadini, João Pedro Stedile (org.). 2. Ed. Expressão Popular. São Paulo, 2005.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Editoria UNESP, 2010.

MCP. Movimento Camponês Popular. *Poesia e Música Camponesa*. São Paulo: Modelo, 2015.

MDA. *Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável - Guia para o Planejamento*. Brasília, 2005.

MEDINA, Gabriel. *Agricultura familiar em Goiás: Lições para o assessoramento técnico*. 4 ed. Goiânia: UFG, 2018.

MELO, DI SABBATO. *Gênero e Trabalho Rural 1993/2006*. In: DI SABBATTO, Alberto et al. (orgs). *Estatísticas rurais e a economia feminista: um olhar sobre o trabalho das mulheres / Brasília: MDA, 2009, pp.31-122*.

MELATTI, Kelly Rodrigues. *O Bater como ato Ideológico: Violência Doméstica e suas Interfaces com a Lógica da Dominação*. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.

MENDES, Heitor Nascimento. CHELOTTI, Marcelo Cervo. *Tipologias e tendências da incorporação da agroecologia no âmbito do Encontro Nacional de Geografia Agrária (ENGA)*. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 31, p. 553-579, 2017.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. *Experiências agroecológicas em Goiás: o cultivo de sementes*

crioulas como estratégia de reprodução camponesa. In: MENDONÇA, M.R.(org). *Agroecologia: práticas e saberes*. 2 ed. Catalão: Gráfica Modelo, 2012, p.39-58.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. *A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudoeste goiano*. Tese de Doutorado. UNESP, 2004.

MESQUITA, Livia Aparecida Pires. *Saberes e Fazeres de Mulheres Assentadas: relações de gênero e os processos de empoderamento no território do Vão do Paranã*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, 2019.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MITIDIERO, Marco Antonio. BARBOSA, Humberto Junior Neves. SÁ, Thiago Hérick. *Quem Produz Comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006*. Revista Pegada – vol. 18 n.3 7 Setembro-Dezembro/2017.

MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge R. *Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural* [Tese] Presidente Prudente, 2006.

MONTEIRO C, LEVY R, CLARO R, CASTRO I, CANNON G. A new classification of foods based on the extent and purpose of their processing. *Cad saude publica / Minist da Saude, Fund Oswaldo Cruz, Esc Nac Saude Publica*. 2010.

MORIN, Edgar. Por uma Reforma do Pensamento. In: PENA-VEJA, A. NASCIMENTO, E. P (Org.) *O pensar complexo: Edgar Morin e a Crise da modernidade*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. In: *Crítica Marxista*. São Paulo, Boitempo, nº 11, 2000.

MOTA, Dalva Maria. SILIPRANDI, Emma. PACHECO, Maria Emília Lisboa. *Soberania alimentar: biodiversidade, cultura e relações de gênero*. Brasília, DF : Embrapa, 2021.

MOURA, Iracema Ferreira. *Agroecologia na agenda brasileira: trajetórias no período 2003-2014 / Iracema Ferreira de Moura*. – 2016.

MOYSES, Aristides. *Goiânia Sustentável: expandir a área urbana, ou manter o espaço rural*. In: Rocha, Cleonice. Tejerina-Garro, Francisco Leonardo. *Cerrado, sociedade e ambiente: desenvolvimento sustentável em Goiás*. Editora: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2006.

MIQCB. *Denúncia abandono das quebradeiras de coco babaçu*. Disponível em: <<https://edwilsonaraujo.com/2021/11/14/miqcb-denuncia-abandono-das-quebradeiras-de-coco/>> Acesso em: 15/11/2021.

MMC (org.) *Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas*. Expressão Popular, 2021.

MMC. *Cartilha de preparação ao Congresso Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas*. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/materiais/publicacoes/folder_projeto_MDS_2011_web.pdf> Acesso em: 13 de abril de 2022.

MMM. *Marcha Mundial das Mulheres*. Disponível em: <<https://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>> Acesso em: 15/01/2022.

MST. *Mulheres Sem Terra Ocupam Latifúndios na Bahia*. Disponível em: <<https://mst.org.br/2022/03/09/mulheres-camponesas-ocupam-latifundios-na-bahia/>> Acesso em: 08/03/2022.

MST. *Os desafios do Setor de Educação*. In: *Construindo o Caminho*. São Paulo, 2001.

MUNARINI, Ana Elsa, CINELLI, Catiane. CORDEIRO, Rosângela Piovizani. *A Luta das Mulheres Camponesas: da invisibilidade para sujeitos de direitos*. In MMC (org.) *Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas*. Expressão Popular, 2021.

MUÑOZ, Enara Echart; VILLARREAL, Maria del Carmen. *Women's struggles against extractivism in Latin America and the Caribbean*. *Contexto Internacional*, v. 41, n. 2, 2019.

NÓBREGA, Stéfanny da Cruz, MENDES, Lívia Reis Mendes. *Estágio na Formação de Professores: Educação do Campo uma Experiência na EFAORI-GO*. *Anais do ENGA*: Dourados, 2018.

NÓBREGA, Stéfanny da Cruz. *Os Efeitos da Feira Interinstitucional Agroecológica na UFG para a Soberania Alimentar: uma trajetória colaborativa*. [Monografia de Final de Curso]. Goiânia: UFG, 2019.

O POPULAR. *Plano Diretor de Goiânia vai permitir proprietário pagar para área rural virar urbana*, 2021. Disponível em: <<https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/plano-diretor-de-goi%C3%A2nia-vai-permitir-propriet%C3%A1rio-pagar-para-%C3%A1rea-rural-virar-urbana-1.2309153>> Acesso em 26/08/21.

O POPULAR. *Entidades pedem lugar em comissão sobre Plano Diretor de Goiânia*, 2021. Acesso em: <<https://www.opopular.com.br/noticias/cidades/entidades-pedem-lugar-em-comiss%C3%A3o-sobre-plano-diretor-de-goi%C3%A2nia-1.2240199>> Acesso em 26/08/21.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Agricultura e Indústria no Brasil*. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v. 5, n.10, p. 5-64, ago. 2010.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista/O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2011.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. CLEMENTE, Evandro César. *Desenvolvimento territorial em questão: análise das políticas públicas voltadas ao campo brasileiro*. *Revista da ANPEGE*, v. 8, n. 10, 2012.

OLIVEIRA, Lucimone Maria. *O Teatro do Oprimido no contexto da CPT: Limites e possibilidades de efetivação dos direitos das mulheres* / Trabalho de conclusão de Curso: UFG, 2017.

OLIVEIRA, Adão Francisco. MOYSES, Aristides. BARREIRA, Celene Cunha Antunes Monteiro (at al.) *As Metrôpoles e a Covid-19 - Dossiê Nacional: Panorama e Contexto da Região Metropolitana de Goiânia*. Observatório das Metrôpoles: Goiânia, 2020.

PACHECO. Herlan Cássio de Alcantara. Regiões de influência das cidades 2018. *Revista Confins*, n°48, 2020.

PAJOLA, Murilo. Afinal, o Brasil está ou não no Mapa da Fome da ONU? *Brasil de Fato*, 2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/06/30/afinal-o-brasil-esta-ou-nao-no-mapa-da-fome-da-onu>> Acesso em: 20/04/2022.

PAULO NETTO, José. *Introdução ao Estudo do Método de Marx*. 1. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAULA, Adriano Makux. MONTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. TRACZ, Caroline Aparecida Marchioro. *Novo Ciclo Neoliberal no Brasil: Desmontando as Políticas Públicas para a Agricultura Camponesa*. Revista Pegada – vol. 18 n.1. 2017.

PAULA, Fernanda Folster. CHAGURI, Mariana Miggiolaro. Titulação Conjunta da Terra e o Protagonismo das Mulheres na Conquista de Direitos no Campo. 2018. Disponível em: <https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2018/9/8_Fernanda_Paula.pdf> Acesso em: 12/04/2022.

PAULILO, Maria Ignez S. A inadequação das políticas públicas no aumento da satisfação e do bem-estar das mulheres rurais. In: WORLD CONGRESS OF RURAL SOCIOLOGY, 13., 2012, Lisboa. Anais [...]. Lisboa: International Rural Sociology Association: Universidade Técnica de Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política, 2012.

PAULILO, Maria Ignez S. FAO, Fome e Mulheres Rurais. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, vol. 56, núm. 2, 2013.

PEIXOTO. Angela Maria Martins. OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. *Produção de alimentos, agricultura camponesa e soberania alimentar: o PAA no estado de Goiás*. Revista Confins, n°48, 2020.

PENSSAN. *Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil, 2022*. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/>> Acesso em 01/06/2022.

PEREIRA, A. S. *O Conceito Periurbano aplicado à Região Metropolitana de Curitiba: contribuição ao planejamento*. [Dissertação de Mestrado] UFPR, Curitiba: 2013.

PEREZ-CASSARINO, Julian. *Abastecimento alimentar e mercados institucionais*. Chapecó: Ed. UFFS; Praia, Cabo Verde: UNICV, 2018.

PETERSEN, Paulo; ALMEIDA, Sérgio. *Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA*. Versão provisória. Rio de Janeiro, 2004.

PETRELLI C,V; Silva, F (2004): *O novo desenho do Financiamento Agrícola e as dificuldades para os produtores não integrados*. Anais XVII Congresso da SOBER, julho/2004. Cuiabá - MT.

PIGNATI, Wanderlei. *Agronegócio, agrotóxicos e saúde*. In *Agrotóxicos – violações socioambientais e direitos humanos no Brasil*. SOUZA, Murilo M. O. FOLGADO, Cleber A. R. Editora URG: Anápolis, 2016.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti; PICCIN, Marcos Botton. *Movimentos camponeses e questões ambientais: posituação da agricultura camponesa? Revista Extensão Rural*, Santa Maria, ano XV, n. 16, p. 5-36, jul./dez. 2008.

PIMENTA, Sara Deolinda Cardoso. *As mulheres na agroecologia e a agroecologia na vida das mulheres: mapeando experiências*. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agriculturas Familiares – Contag, 2018.

PINTO, Céli Regina Jardim. *O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo)*. *Revista Estudos Feministas*, vol. 22, núm. 1, enero-abril, 2014.

PINHO, Leonardo. *Economia Solidária e a reorganização do governo Bolsonaro: o caminho é a mobilização*. Diplomatique, 2019.

PONTES, Fábio. *Amacro: a nova (velha) fronteira do desmatamento na Amazônia*. Oeco, 2021. Disponível em: <<https://oeco.org.br/analises/amacro-a-nova-velha-fronteira-do-desmatamento-na-amazonia/>> Acesso em: 04/11/2022.

PUTNAM, Robert. *The prosperous community: social capital and public life*. The American Prospect, (13), Spring, 1993.

MACHADO, Luis Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luis Carlos Pinheiro. *A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

MAZZETTO SILVA. *Modo de apropriação da natureza e territorialidade camponesa: revisitando e ressignificando o conceito de campesinato*. *Geografias*, 03(1) 46-63. Belo Horizonte, 2007.

PLOEG, J. D. *Camponeses e Impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. W. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *A Reinvenção dos Territórios na América Latina/Abyauala*. Universidad Nacional Autonoma de México, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. W. *A Ecologia Política na América Latina: a reapropriação da natureza, a reinvenção dos territórios e a construção da racionalidade ambiental*. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 35, p. 65-88, dez. 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia: encruzilhada civilizatória – Tensões territoriais em curso*. 1. ed. IPDRS / CIDES - UMSA, 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A Amazônia entre a cruz, a espada e o dinheiro*. 2020. Disponível em: < <https://iela.ufsc.br/noticia/amazonia-entre-cruz-espada-e-o-dinheiro> > Acesso em 13/04/2022.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. W. *De Madre Terra e de Materialismo: notas decoloniais*. Instituto de Estudos Latino Americanos, 2021.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

QUARESMA, Amanda Paiva. Mulheres e Quintais Florestais: a “ajuda invisível” aos olhos que garante a reprodução da agricultura familiar camponesa Amazônica. Coletânea sobre estudos rurais e Gênero. In (Org.): HORA, Karla; REZENDE, Marcela; MACEDO, Gustavo. *Mulheres e Agroecologia*. MDA, Brasília: 2015.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 107-30.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. Paisagem e Territorialidade. *Cadernos de Geografia de Quebec*, vol. 21, n.53-54, 1977

RAYGORODETSKY, Gleb. Populações indígenas defendem a biodiversidade do planeta, mas estão em perigo. *National Geographic Brasil*, 2018.

RFN. *Longe da meta: Financiamento para povos indígenas e comunidades locais na sua luta para garantir os direitos territoriais e de gestão dos seus territórios em países tropicais (2011–2020)*. Disponível em: < https://d5i6is0eze552.cloudfront.net/documents/Publicasjon/Andre-rapporter/RF_Falling_short_Summary_PT.pdf?mtime=20210506085530 > Acesso em: 30/06/2022.

RIBEIRO, Welington Martins. *Sementes crioulas: Autonomia, identidade e diversidade dos grupos camponeses em Orizona e Vianópolis – GO*. Dissertação PPAGRO UFG: Goiânia, 2017.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. *A metrópole em questão: desafios da transição urbana*. 2. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. SILVA, Ana Cláudia Matos. Violência contra mulheres no campo no Brasil: produto de agência de classe da oligarquia agrária, visto por uma Sociologia “desde abajo”. In CEDOC, Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. *Conflitos no Campo: Brasil 2020*. Goiânia: CPT Nacional, 2021.

RIGOTTO, Raquel Maria. VASCONCELOS, Dayse Paixão. ROCHA, Mayara Melo. Uso de agrotóxicos no Brasil e problemas para a saúde pública. *Cad. Saúde Pública* vol.30 no.7 Rio de Janeiro, 2014.

ROLEMBERG, Igor. LACERDA, Paula. Violências contemporâneas contra lideranças na Amazônia brasileira: enquadramentos morais, legais e associativos. *Anuário Antropológico*, v.47 n.1. 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. A mulher na sociedade de classe: mitos e realidade. São Paulo: expressão popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Editora Moderna, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência de Gênero no Brasil Contemporâneo. In.: SAFFIOTI, Heleieth; MUÑOZ-VARGAS, Monica. Mulher brasileira é assim. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; UNICEF, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth. Emprego doméstico e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, Heleieth; FERRANTE, Vera Lucia Botta. A mulher e as contradições do capitalismo agrário. *Perspectivas – Revista de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 6, 1983.

SAFFIOTI, Heleieth. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, Márcia (Org.) *Violência em debate*. São Paulo: Moderna, 1997.

SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). *Territórios e Territorialidades: Teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p, 95-120.

SANTOS, Milton. Encontro com Milton Santos – O mundo global visto do lado de cá. [Documentário] Org. Silvio Tendler. 2007. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=-UUB5DW_mnM&t=4s > Acesso em: 15/06/2022.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Editora Record: Rio de Janeiro, 2000.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, Maureen. GLASS, Verena (org.) *Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos*. Fundação Heinrich Böll: Rio de Janeiro, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, Sandro Pereira. *A Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional: Projetos, Descontinuidades e Consolidação*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

SILVA, Edcleide da Rocha. SANTOS, Gabriela Maria Cota. PEREIRA, Glaciene Vareiro. SANTOS, Margarida de Oliveira. *Mulheres Indígenas: em defesa do território e da identidade*. In: MMC (org.) *Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas*. Expressão Popular, 2021.

SILVA, Eliane Alves; SOUZA, Dércio Bernades; COSTA, Gleimira Batista; PEDROZO, Eugênio Avila; SILVA, Tania Nunes. *Empreendedorismo social e cooperativismo solidário na agricultura familiar*. *Revista Desafios* – v. 7, n. 3, 2020.

SANTILLI, Juliana. *A Agrobiodiversidade e os Direitos dos(as) agricultores(as) Tradicionais*. IN *Povos Indígenas no Brasil*, ISA: 2001 a 2005. São Paulo: Peirópolis, 2009.

SAUER, Sérgio. BALTESTRO, Moisés V. *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR, Saturnino. ‘Land Grabbing’ e ‘Green Grabbing’: uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. *Revista Campo-Território*, 2016.

SCHNEIDER, S. et al. *Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, K. M.; MARQUES, P. E. M. *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SACHO, Sara Duarte. MOREIRA, Leniany. Patricia. LEANDRO, Wilson Mozena. SANTOS, Sara Fernandes. ZANG, Warde Antonieta Fonsceca. *Gênero e Agroecologia: Compartilhando Experiências do Centro Vocacional Tecnológico Apinajé com as Guerreiras de Canudos*. *Anais Agroecol - Cadernos de Agroecologia* V. 13, N. 2, Dez, 2018.

SCHMITT, C. J.; GRISA, C. *Agroecologia, mercados e políticas públicas: uma análise a partir dos instrumentos de ação governamental*. In: NIERDELE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013. p. 215-266.

SCHMIDT, Wilson. *Agricultura orgânica: entre a Ética eo Mercado*. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v.2, n.1, jan/mar. 2001.

SILVA, Sandro Pereira. *A Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional: Projetos, Descontinuidades e Consolidação*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

SILVA, Sandro Pereira. *A Economia Solidária na Estratégia de Erradicação da Pobreza Extrema no Brasil: uma contribuição para o debate*. Mercado de Trabalho: Ipea: 2011.

SEMEGHINI, Maria Inês Carpi. Trabalho e ser Social Uma reflexão da Ontologia de György Lukács. *Contradictio*. 2 n . 1 – 2009.

SENPLADES. *Plan Nacional para el Buen Vivir 2009- 2013: construindo un Estado plurinacional e intercultural*. Quito-Ecuador: SENPLADES, 2009.

SEVILLA GUZMÁN, E. *El marco teórico de la agroecología*. Córdoba. ISEC/ Universidad de Córdoba, 1995.

SHIVA, Vandana. *Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*. São Paulo: Gaia, 2002.

SHIVA, Vandana. *Ecofeminismo*. 2020. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/602416-ecofeminismo-artigo-de-vandana-shiva>> Acesso em: 15/03/2022.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista Nera* – ano 8, n. 7 – julho/dezembro de 2005.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e Agroecologia: Transformando o campo, as florestas e as pessoas*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. *As mulheres rurais e a diversidade de produtos no Programa de Aquisição de Alimentos*. In: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. -- Brasília, DF: MDS; Sesan; SAGI, 2014.

SILVA, Anderson. SAUER, Sérgio. *O Mercado das Sociedades e a Sociedade de Mercado em Polany: reflexões sobre camponato e agroecologia*. No Prelo.

SILVA, Edcleide da Rocha. SANTOS, Déborah Murielle Sousa. *As Ligas Camponesas e a Luta que marca os Movimentos Organizados do Campo*. In MMC (org.) *Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas*. Expressão Popular, 2021.

SILVA, Edcleide da Rocha. SANTOS, Gabriela Maria Cota. PEREIRA, Glaciene Vareiro. SANTOS, Margarida de Oliveira. *Mulheres Indígenas: em Defesa do Território e da Identidade*. In MMC (org.) *Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas*. Expressão Popular, 2021.

SILVA, Edcleide da Rocha. RAUBER, Ana Claudia. *Sementes de Resistência: caminhos para a produção de alimentos saudáveis*. In MMC (org.) *Feminismo Camponês Popular: reflexões a partir de experiências do Movimento de Mulheres Camponesas*. Expressão Popular, 2021.

SOUZA, Talita. *Governo Bolsonaro chega a 1.411 agrotóxicos aprovados em menos de três anos*. Site Correio Braziliense, 2021. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/09/4952513-governo-bolsonaro-chega-a-1-411-agrotoxicos-aprovados-em-menos-de-3-anos.html>> Acesso em: 29/09/2021.

SOUZA, Marcelo J. Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira. O campesinato no modo capitalista de produção: raízes conceituais. *Élisée*, Rev. Geo. UEG - Goiânia, v.1, n.1, p.141-155, jan./jun. 2012.

SOF. Sempreviva Organização Feminista (SOF). *Para entender a economia feminista e colocar a lógica da vida em primeiro lugar*. São Paulo, 2014.

STEDILE, João Pedro. CARVALHO, Horacio Martins de. *Soberanía alimentar: uma necessidade dos povos*. América Latina em Movimento, 2011.

SVAMPA, Maristela. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. Tradução de Lígia Azevedo. São Paulo: Elefante, 2019.

TAVARES DOS SANTOS, José Vincente. Os Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, Hucnec. 1978.

TERRA DE DIREITOS. *Programa Adote Um Parque: Privatização Das Áreas Protegidas E Territórios Tradicionais*. 2021. Disponível em: <<https://www.cartadebelem.org.br/wp-content/uploads/2021/09/Adote-um-Parque-vers%C3%A3o-Web.pdf>> Acesso em: 15/10/2022.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I A árvore da liberdade. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da teoria: ou um planetário de erros*. Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOLEDO, Victor M. BASSOLS, Narciso Barrera. *A Memória Biocultural: A Importância Ecológica dos Saberes Tradicionais*. Expressão Popular: São Paulo, 2015.

TOLEDO, Vitor. Latinoamerica: crisis de civilización y ecología política. In INE – SEMARNAP. *Gaceta Ecológica*, n. 38, México, p. 3-12, 1996.

TOLEDO, Vitor. Agroecología, sustentabilidad y reforma agrária: la superioridad de la pequeña producción familiar. In: *Revista Agroecología e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v. 3, n. 2, abr./jun. 2002.

TORRES, Aline. *O agrotóxico que matou 50 milhões de abelhas em Santa Catarina em um só mês*. BBC News Brasil, 2019.

TROTSKY, Leon. *A História da Revolução Russa*. Vol. 1. 510p. Senado Federal, 2017.

TRISCHLER, Helmuth. El Antropoceno, ¿un concepto geológico o cultural, o ambos?. *Desacatos*, México, n. 54, p. 40-57, mai./ago. 2017.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-45, out./dez. 2010.

UN-Habitat para América Latina e Caraíbas. *População urbana supera a rural no mundo*. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2007/04/1267511-pela-primeira-vez-populacao-urbana-supera-rural-no-mundo>> Acesso em: 10/04/2022.

VALENTE, Rubens. *Incra informa ao STF tombo histórico da reforma agrária, mas nega paralisia*. Disponível em: <noticias.uol.com.br/colunas>. Acesso em: 16/02/2021.

VERANO, Thiago de Carvalho. *Feiras Municipais como Alternativa de Comercialização para Agricultores Familiares*. Dissertação. Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2019.

VIA CAMPESINA. *Diversidade Sexual e de Gênero na Via Campesina: rompendo o silêncio sobre a existência das LGBTI no campo*. Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/attachments/article/5462/PDF_CARTILHA_LGBTI_VIA_CAMPESINA.pdf> Acesso em: 20/11/2020.

WANDERLEY, Luiz Jardim. LEÃO, PEDRO C. R. COELHO, TÁDZIO PETERS. *A apropriação da água e a violência do setor mineral no contexto do neoextrativismo brasileiro*. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Caderno de Conflitos no Campo 2020*. CPT-Nacional: Goiânia, 2020.

WOLFORD, Wendy. *The Plantationocene: A Lusotropical Contribution to the Theory*. *Annals of the American Association of Geographers*. Volume 111, 2021.

WWF. *Relatório Anual WWF Brasil*. Brasília, DF: 2009.

WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. Boitempo, 1792.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Disponível em <https://oig.cepal.org/sites/default/files/mapaviolencia_2015_mulheres.pdf> Acesso em: 15/08/2022.

Wehmeyer, M. L. (1992). Self-determination and the education of students with mental retardation. *Education and Training in Mental Retardation and Developmental Disabilities*, 27, 302-314

WEZEL, A.; BELLON, S. DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. *Agroecology as a science, a movement and a practice: a review*. Paris: INRA, 2009.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do Feminismo. Blogs de Ciências da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia. V. 7, N. 2, 2021.

ZIRBEL, Ilze. *Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: Um Debate*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC Florianópolis, 2007.